



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA - SR-17/RO



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Porto Velho-RO  
2015



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA - SR-17/RO

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 01/09/2010, da DN TCU nº 134 de 04/12/2013, da Portaria TCU nº 03 de 27/01/2015 (Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão - *Layout* - SecexAmbiental - 2DT, 01/2015) e das orientações do órgão de controle interno.

Porto Velho-RO  
2015



Superintendente Regional  
**LUIS FLAVIO CARVALHO RIBEIRO**

Chefe da Procuradoria Regional  
**EVELYN YUMI FUJIMOTO**

Chefe da Divisão de Administração  
**ELIAS DONADON BATISTA**

Chefe da Divisão de Desenvolvimento  
**MARIA DE JESUS FREIRE LOBO**

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras  
**JOSÉ RIBEIRO DA CUNHA**

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário  
**EUSTAQUIO CHAVES GODINHO**

## **Missão**

*Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva e a ampliação de renda da agricultura familiar, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.*



## **Visão de Futuro**

*Ser reconhecido nacional e internacionalmente como ator fundamental na construção de um meio rural com equidade, com mais oportunidades de renda e vida, mais humano, com inclusão produtiva e social e respeito ao meio ambiente.*

[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS .....</b>	<b>17</b>
1.1. Identificação .....	17
<b>2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS .....</b>	<b>18</b>
2.1. Alinhamento da atuação .....	18
2.2. Programação e resultados .....	23
<b>3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1. Ordenamento da Estrutura Fundiária .....</b>	<b>29</b>
3.1.1. Demonstração dos resultados e execução física e financeira .....	30
3.1.1.1. Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural .....	31
3.1.2. Malha fundiária .....	35
3.1.3. Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas .....	38
3.1.4. Atividades de controle do gestor .....	40
3.1.5. Indicadores .....	41
3.1.6. Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional .....	43
3.1.7. Para Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal .....	44
3.1.8. Outras atividades realizadas de Ordenamento da Estrutura Fundiária .....	45
3.1.8.1. Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional .....	45
3.1.8.2. Regularização Fundiária de Imóveis Rurais .....	46
<b>3.2. Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamentos .....</b>	<b>48</b>
3.2.1. Demonstração da execução física e financeira .....	49
3.2.1.1. Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária .....	51
3.2.1.2. Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais .....	53
3.2.1.3. Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária .....	56
3.2.1.4. Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária .....	63
3.2.1.5. Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária .....	65
3.2.2. Prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária .....	69
3.2.3. Atuação na gestão dos valores descontados referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas .....	70
3.2.4. Estratégias para licenciamento ambiental .....	71
3.2.5. Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia .....	72
3.2.6. Levantamento das informações sobre imóveis desapropriados .....	75
3.2.7. Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária .....	76
3.2.8. Atividades de controle do gestor .....	77
3.2.9. Indicadores .....	78
3.2.10. Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal .....	80
<b>3.3. Desenvolvimento de Projetos de Assentamento .....</b>	<b>81</b>
3.3.1. Demonstração da execução física e financeira .....	81
3.3.1.1. Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento .....	84

3.3.1.2. Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.....	89
3.3.1.3. Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária.....	91
3.3.1.4. Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento .....	95
3.3.1.5. Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária .....	97
3.3.1.6. Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.....	108
3.3.1.7. Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamento .....	114
3.3.1.8. Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento .....	118
3.3.1.9. Promoção da Educação no Campo - PRONERA .....	124
3.3.2. Diagnóstico de Déficit de Infraestrutura.....	128
3.3.3. Estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento .....	129
3.3.4. Estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento.....	130
3.3.3. Atividades de controle do gestor .....	133
3.3.6. Indicadores .....	134
3.3.7. Para as Superintendências localizadas na Região Norte.....	141
3.3.8. Para Superintendências com jurisdição na Amazônia Legal .....	141
<b>4. PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO .....</b>	<b>142</b>
4.1. Registros feitos pela Ouvidoria Agrária Regional.....	142
4.2. Resultados obtidos no atendimento ao público externo.....	147
<b>5. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>151</b>
5.1. Quantitativo de servidores.....	151
5.2. Análise da distribuição .....	154
5.3. Disseminação de conhecimento e aprendizagem .....	157
5.4. Indicadores .....	161
<b>6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>163</b>
6.1. Transferências .....	163
6.2. Registro dos imóveis desapropriados .....	166
6.3. Gestão dos créditos a receber .....	167
6.4. Controles contábeis e financeiros .....	172
6.5. Principais receitas e despesas .....	173
6.5.1. Receitas .....	173
6.5.2. Despesas .....	174
<b>7. CONTROLES INTERNOS .....</b>	<b>177</b>
7.1. Controles para garantir o cumprimento dos objetivos .....	177
7.2. Controles para assegurar os registros informatizados .....	177
7.3. Trabalhos realizados pela auditoria interna.....	177
7.4. Avaliação dos controles internos administrativos .....	177
7.5. Controles para assegurar gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.....	180
7.6. Tomada de Contas Especiais - TCE .....	181
7.7. Medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao erário .....	181
<b>8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....</b>	<b>182</b>
8.1. Cumprimento das Determinações do Tribunal de Contas da União .....	182
8.2. Cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno.....	182
8.3. Desoneração da folha de pagamento .....	182

8.4. Acessibilidade .....	182
<b>9. OUTROS RESULTADOS.....</b>	<b>183</b>
9.1. Unidades Avançadas.....	183
9.2. Procuradoria Federal Especializada.....	184
9.3. Núcleo de Tecnologia da Informação .....	186
9.4. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural .....	189
9.5. Assessoria de Comunicação Social .....	192
<b>10. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>194</b>
10.1. Administração da Unidade .....	195
10.2. Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário .....	197
10.3. Consumo de papel, energia elétrica e água .....	202
10.4. Modalidades de licitação .....	203
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>211</b>

## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1. Identificação - Relatório Individual  
Tabela 2. Plano Estratégico - Objetivo 01  
Tabela 3. Plano Estratégico - Objetivo 02  
Tabela 4. Plano Estratégico - Objetivo 03  
Tabela 5. Plano Estratégico - Objetivo 04  
Tabela 6. Plano Estratégico - Objetivo 05  
Tabela 7. Plano Estratégico - Objetivo 06  
Tabela 8. Programação e execução orçamentária  
Tabela 9. Macroprocessos finalísticos  
Tabela 10. Macroprocessos de apoio  
Tabela 11. Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária  
Tabela 12. Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar  
Tabela 13. Informações Gerais do Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural  
Tabela 14. Execução orçamentária por natureza de despesa  
Tabela 15. Operações executadas no exercício 2014  
Tabela 16. Instalação de unidades municipais de cadastramento  
Tabela 17. Capacitações e treinamentos no sistema nacional de cadastro rural  
Tabela 18. Fiscalização cadastral e aquisição por estrangeiro  
Tabela 19. Prazo para início do georreferenciamento obrigatório  
Tabela 20. Resultados das análises ao Sistema de Gestão Fundiária  
Tabela 21. Planejamento de demarcação topográfica para 2015  
Tabela 22. Informações Gerais de Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas  
Tabela 23. Execução orçamentária por natureza de despesa  
Tabela 24. Indicadores do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária  
Tabela 25. Execução orçamentária por natureza de despesa  
Tabela 26. Certificações automáticas  
Tabela 27. Execução orçamentária por natureza de despesa  
Tabela 28. Cronograma de trabalho à regulamentação da Lei nº 13.001  
Tabela 29. Ações do Macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária  
Tabela 30. Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar  
Tabela 31. Informações Gerais do Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária  
Tabela 32. Execução orçamentária por natureza de despesa  
Tabela 33. Pagamento de sobra de Título da Dívida Agrária  
Tabela 34. Informações Gerais da Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais  
Tabela 35. Execução orçamentária por natureza de despesa  
Tabela 36. Vistorias realizadas em 2014  
Tabela 37. Outras vistorias realizadas em 2014  
Tabela 38. Perícia judicial  
Tabela 39. Informações Gerais do Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA  
Tabela 40. Execução orçamentária por natureza de despesa  
Tabela 41. Projeto criado  
Tabela 42. Famílias assentadas em projetos de assentamento criados em exercícios anteriores

- Tabela 43. Famílias assentadas por forma de obtenção
- Tabela 44. Resultados da NE 70/2008
- Tabela 45. Acampamentos cadastrados
- Tabela 46. Informações Gerais da Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária
- Tabela 47. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 48. Levantamento de atividades passíveis de licenciamento
- Tabela 49. Informações Gerais da Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária
- Tabela 50. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 51. Cálculo para recuperação de dano ambiental
- Tabela 52. Monitoramento e controle ambiental
- Tabela 53. Cronograma de levantamento das informações sobre imóveis desapropriados
- Tabela 54. Planejamento de criação de projetos de assentamentos para 2015
- Tabela 55. Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos
- Tabela 56. Isolamento da área de preservação permanente do PA Rio Tarifa
- Tabela 57. Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária
- Tabela 58. Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de restos a pagar
- Tabela 59. Informações Gerais de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento
- Tabela 60. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 61. Convênios celebrados com Prefeituras Municipais
- Tabela 62. Termos de Compromissos firmados com Prefeituras Municipais
- Tabela 63. Termos de Compromissos firmados com Prefeituras Municipais
- Tabela 64. Informações Gerais da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas
- Tabela 65. Informações Gerais da Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária
- Tabela 66. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 67. Crédito supervisionado
- Tabela 68. Relação de beneficiários encaminhada as instituições bancárias
- Tabela 69. Informações Gerais de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
- Tabela 70. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 71. Demarcação topográfica
- Tabela 72. Informações Gerais de Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária
- Tabela 73. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 74. Contrato de ATER nº 11.000/2012
- Tabela 75. Contrato de ATER nº 1.000/2014
- Tabela 76. Contrato de ATER nº 2.000/2014
- Tabela 77. Contrato de ATER nº 3.000/2014
- Tabela 78. Contrato de ATER nº 7.000/2014
- Tabela 79. Contrato de ATER nº 8.000/2014
- Tabela 80. Contrato de ATER nº 9.000/2014
- Tabela 81. Informações consolidadas dos contratos de assistência técnica
- Tabela 82. Declaração de Aptidão ao PRONAF
- Tabela 83. Recursos financeiros de PRONAF aplicados nos projetos de assentamento
- Tabela 84. Informações Gerais do Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol
- Tabela 85. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 86. Levantamento de demanda ao kit feira
- Tabela 87. Famílias beneficiadas com kit feira
- Tabela 88. Demanda de tanque resfriador de leite

- Tabela 89. Informações Gerais da Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamentos
- Tabela 90. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 91. Resultados da supervisão ocupacional
- Tabela 92. Informações Gerais da Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento
- Tabela 93. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 94. Contrato de concessão de uso expedido
- Tabela 95. Informações Gerais de Promoção da Educação no Campo - PRONERA
- Tabela 96. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 97. Convênios de PRONERA em vigência
- Tabela 98. Meta e resultados da ação Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamento
- Tabela 99. Proposta de novos convênios ao PRONERA
- Tabela 100. Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
- Tabela 101. Demanda e atendimento
- Tabela 102. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 103. Participação em reintegração de posse
- Tabela 104. Participação em reuniões
- Tabela 105. Distribuição de cestas de alimentos
- Tabela 106. Atendimento ao público externo - Sala da cidadania física
- Tabela 107. Atendimento ao público externo - Sala da cidadania digital
- Tabela 108. Salas da cidadania digital instaladas
- Tabela 109. Capacitações sobre a Sala da Cidadania Digital realizadas
- Tabela 110. Força de trabalho
- Tabela 111. Distribuição da lotação efetiva
- Tabela 112. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
- Tabela 113. Distribuição dos servidores por lotação em 31/12/2014
- Tabela 114. Quantitativo por gênero
- Tabela 115. Idade dos servidores
- Tabela 116. Estimativa de desligamentos nos próximos 05 anos
- Tabela 117. Informações Gerais de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- Tabela 118. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 119. Capacitações realizadas em 2014
- Tabela 120. Indicadores gerenciais sobre pessoal
- Tabela 121. Caracterização dos instrumentos de transferências realizadas
- Tabela 122. Resumo dos instrumentos celebrados nos 03 últimos exercícios
- Tabela 123. Visão geral das prestações de contas de convênios e contratos de repasse
- Tabela 124. Prestação de contas sobre transferências concedidas
- Tabela 125. Demonstração do registro da conta contábil 1.4.2.1.1.22.67
- Tabela 126. Demonstração da gestão dos créditos a receber
- Tabela 127. Providências para remissão e cobrança de créditos concedidos
- Tabela 128. Saldo contábil
- Tabela 129. Principais créditos descentralizados
- Tabela 130. Principais despesas realizadas
- Tabela 131. Despesas por grupo e elemento de despesa
- Tabela 132. Avaliação do sistema de controles internos
- Tabela 133. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 134. Execução orçamentária por natureza de despesa
- Tabela 135. Resultados do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
- Tabela 136. Informações Gerais de Administração da Unidade
- Tabela 137. Execução orçamentária por natureza de despesa

Tabela 138. Informações Gerais da Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário

Tabela 139. Execução orçamentária por natureza de despesa

Tabela 140. Consumo de papel, energia elétrica e água

Tabela 141. Pregão eletrônico

Tabela 142. Chamada pública

Tabela 143. Inexigibilidade

Tabela 144. Dispensa de licitação

Tabela 145. Adesão à Ata de Registro de preços

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
APP - Área de Preservação Permanente  
ASCOM - Assessoria de Comunicação Social  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar  
BPMS - Sistema de Gerenciamento de Processos de Negócios  
BSM - Programa Brasil Sem Miséria  
CAR - Cadastramento Ambiental Rural  
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas  
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais  
CCU - Contrato de Concessão de Uso  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CEPLAC - Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira  
CFC - Conselho Federal de Contabilidade  
CGU - Controladoria Geral da União  
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPCV - Contrato de Promessa de Compra e Venda  
CPF - Cadastro de Pessoa Física  
CPRM - Serviço Geológico do Brasil  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social  
DA - Diretoria de Gestão Administrativa  
DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
DD - Diretoria de Desenvolvimento  
DE - Diretoria de Gestão Estratégica  
DER - Departamento de Estradas e rodagem de Rondônia  
DF - Distrito Federal  
DFDA - Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário  
DOU - Diário Oficial da União  
DT - Diretoria de Obtenção  
ECLR - Estudos de Capacidade de Geração de Renda  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
EKOAR - Empresa de Assessoria de Consultoria Ambiental e Empresarial da Amazônia EIRELI  
EMATER - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Rondônia  
FETAGRO - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GRU - Guia de Recolhimento da União  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica  
IFRO - Instituto Federal de Rondônia  
IN - Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INSS - Instituto Nacional de Serviço Social  
ITR - Imposto Territorial Rural  
LAF - Laudos Agronômicos de Fiscalização  
LAI - Lei de Acesso à Informação  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual  
LP - Licença Prévia  
LVA - Laudo de Vistoria e Avaliação  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem  
MCMV - Minha Casa Minha Vida  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MPF - Ministério Público Federal  
MST - Movimento Social de Sem Terra  
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego  
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação  
OA - Ouvidoria Agrária  
PA - Projeto de Assentamento  
PAA - Programa Aquisição de Alimentos  
PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
PAV - Programa Assentamentos Verdes  
PCA - Projeto Casulo de Assentamento  
PDA - Plano de Desenvolvimento de Assentamento  
PFE - Procuradoria Federal Especializada  
PMFS - Plano de Manejo Florestal Sustentado de Uso Múltiplo  
PMS - Plano de Manejo Florestal Sustentável  
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural a Agricultura Familiar e Reforma Agrária  
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PNH - Programa Nacional de Habitação  
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural  
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária  
PPA - Plano Plurianual  
PPCADI - Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia  
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento  
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
RAP - Restos a Pagar  
RESEX - Reserva Extrativista  
RH - Recursos Humanos  
RIOTERRA - Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia  
RL - Reserva Legal  
SACI - Sistema de Apoio à Comunicação Integrada  
SAF - Sistemas Agroflorestais  
SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária  
SEDAM - Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIATER - Sistema Informatizado de ATER  
SICAR - Sistema de Informações do Cadastro Ambiental Rural  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
SIGEF - Sistema Integrado de Gestão da Estrutura Fundiária  
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC - Sistema de Documentos

SISPROT - Sistema de Protocolo

SNCCI - Sistema Nacional de Cobrança de Créditos

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SR-17/RO - Superintendência Regional no Estado de Rondônia

SRFA - Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

STTR - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TC - Termo de Compromisso

TCE - Tomada de Contas Especial

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Títulos da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

TRE - Tribunal de Regional Eleitoral

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UHE - Usina Hidrelétrica de Energia

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidades Municipais de Cadastramento

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UO - Unidade Orçamentária

ZSEE - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho denominado Relatório de Gestão 2014 busca apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2014, retratando as atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Em consonância com as disposições dos Normativos do Tribunal de Contas da União, em especial a Instrução Normativa TCU nº 63 de 01/09/2010, da Portaria nº 90 de 16/04/2014, do Manual para confecção do *layout* e das demais orientações do órgão de controle interno, será demonstrada a importância social, econômica e ambiental que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA desempenha no Estado de Rondônia.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual - LOA nº 12.952 de 20/01/2014, com o detalhamento do Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015, o orçamento previsto para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi o montante de R\$ 47.764.515,00 (quarenta e sete milhões setecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e quinze reais), sendo descentralizados R\$ 30.407.727,34 (trinta milhões quatrocentos e sete mil setecentos e vinte e sete reais, trinta e quatro centavos), que representa 63,66% do valor inicialmente programado, dos quais R\$ 30.362.815,30 (trinta milhões trezentos e sessenta e dois mil oitocentos e quinze reais, trinta centavos) foram empenhados e R\$ 11.465.354,07 (onze milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil trezentos e cinqüenta e quatro reais, sete centavos) foram efetivamente pagos, resultando em 37,76% de execução orçamentária, ficando R\$ 18.897.461,23 (dezoito milhões oitocentos e noventa e sete mil quatrocentos e sessenta e um reais, vinte e três centavos) inscritos em restos a pagar.

Com os valores disponibilizados e em cumprimento ao estabelecido em instrumentos legais vigentes, em especial a Lei nº 12.591 de 18/01/2012 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012-2015, e outros que refletem as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, dentre esses os específicos ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, durante o exercício de 2014, realizou trabalhos que refletiram nos resultados destacados abaixo:

- a) 11.878 (onze mil oitocentos e setenta e oito) imóveis gerenciados;
- b) Emissão de 66.755 (sessenta e seis mil setecentos e cinqüenta e cinco) Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR;
- c) Certificadas peças técnicas de georreferenciamento em 562 (quinhentos e sessenta e dois) imóveis, o equivalente a 2.077.884,2214 has (dois milhões setenta e sete mil oitocentos e oitenta quatro hectares, vinte e dois ares, catorze centiares);
- d) 19 (dezenove) imóveis vistoriados, o equivalente a 243.482,4179 has (duzentos e quarenta e três mil quatrocentos e oitenta e dois hectares, quarenta e um ares, setenta e nove centiares);
- e) 802 (oitocentos e duas) famílias assentadas;
- f) Criado 01 (um) projeto de assentamento representando 91 (noventa e uma) novas vagas;
- g) 04 (quatro) projetos de assentamento beneficiados com atividades de gestão ambiental;
- h) Acompanhamento e fiscalização de 933 (novecentos e trinta e três) créditos concedidos em exercícios anteriores;
- i) Acompanhamento e fiscalização da demarcação topográfica em 11 (sete) projetos de assentamentos atendendo a 631 (seiscentas e trinta e uma) famílias;

- j) Atendimento de 8.935 (oito mil novecentos e trinta e cinco) famílias com atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - ATER;
- k) Atendimento de 20 (vinte) famílias com a aquisição de kit feiras, através do Programa Terra Sol;
- l) Supervisão ocupacional em 4.639 (quatro mil seiscentos e trinta e nove) parcelas de projetos de assentamentos;
- m) Emitidos 735 (setecentos e trinta e cinco) Contratos de Concessão de Uso - CCU;
- n) 220 (duzentos e vinte) profissionais em formação através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA; e
- o) Capacitados 87 (oitenta e sete) servidores.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no Brasil é a implantação de modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e municipais; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à segurança social.

Nesse sentido, os principais valores públicos percebidos e almejados, na forma dos impactos que causam na sociedade através de seus produtos e resultados são:

- a) Democratização do acesso à terra;
- b) Qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva;
- c) Reconhecimento da propriedade rural, através da expedição dos Certificados de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR e pela certificação para fins cartoriais é uma face do direito à propriedade;
- d) Cumprimento da função social da propriedade rural quanto à observação da legislação ambiental, trabalhista, criminal e da exploração econômica.

Acerca desses, a democratização do acesso a terra é o principal valor público que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA efetivamente gera, de forma mais ampla.

Ademais a qualidade de vida por meio das obras e serviços de implantação e desenvolvimento dos projetos de assentamento se coaduna perfeitamente aos direitos fundamentais do cidadão, pois através dela o público da reforma agrária constrói seu caminho, acessando políticas públicas, em especial de saúde, educação, trabalho, renda e alimentação.

Os citados valores públicos resultam da articulação de diversas ações finalísticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e seus principais contornos serão relatados no presente Relatório de Gestão, para o qual se almeja, principalmente, que seja utilizado como instrumento de reflexão ao esforço e ao aprimoramento da busca ao benefício coletivo.

*Art. 16. A Reforma agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. Lei nº 4.504 de 30/11/1964 - Estatuto da Terra*

Dos itens requeridos pela Portaria nº 03 de 27/01/2015 que não constam no presente Relatório de Gestão somente o item denominado “Para as Superintendências Regionais da Região Sudeste e Sul”, não consta do presente relatório de gestão, uma vez que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não está localizada na Região Sudeste ou na Região Sul, e sim na Região Norte.

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

### 1.1. Identificação

**Tabela 1. Identificação - Relatório Individual**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>						
<b>Poder:</b> Executivo						
<b>Órgão de vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento Agrário	<b>Código SIORG:</b> 17125					
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>						
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional no Estado de Rondônia						
<b>Denominação abreviada:</b> SR-17/RO						
<b>CNPJ:</b> 00.375.972/0024-57						
<b>Código SIORG:</b> 4139	<b>Código LOA:</b> 49.201	<b>Código SIAFI:</b> 373082				
<b>Situação:</b> Ativa						
<b>Natureza jurídica:</b> Autarquia						
<b>Principal atividade:</b> Administração Pública em Geral		<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00				
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(069) 3229-1691	(069) 3229-1545	(069) 3229-1876 (069) 3229-3583			
<b>Endereço eletrônico:</b> Não há.						
<b>Página da internet:</b> <a href="http://www.incra.gov.br">http://www.incra.gov.br</a>						
<b>Endereço postal:</b> Avenida Lauro Sodré, nº 3.050, bairro Costa e Silva. CEP: 76.803-488. Porto Velho-RO.						
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>						
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>					
373082	INCRA Porto Velho-RO					
373012	Jaru Ouro Preto					
373013	Corumbiara					
373014	Guajará-Mirim					
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>						
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>					
Não se aplica a natureza da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.						

## 2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir informações referentes ao planejamento e resultados alcançados através dos 06 (seis) objetivos estratégicos finalísticos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

### 2.1. Alinhamento da atuação

*Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO com o Plano Estratégico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, contemplando:*

- a) As ações e metas da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO como desdobramento do Plano do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- b) Seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação;
- c) Principais resultados estratégicos previstos de curto, médio e longo prazo, incluindo comparação entre as previsões da Sede e da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

**Tabela 2. Plano Estratégico - Objetivo 01**

<b>Objetivo Estratégico 01:</b> Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
<b>a) Descrição</b>		
<b>Atividade</b>	<b>Meta</b>	<b>Realizado</b>
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido.	3.920	480
Número de famílias atendidas com assistência técnica	11.344	8.934
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol).	50	20
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento.	924	0
Número de crédito instalação supervisionados.	197	933
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental.	8	4
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada.	1	0
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural - CAR.	0	0
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica.	0	0
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.	125	0
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos - EJA.	0	0
<b>b) Análise dos principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>		
O Objetivo 01 engloba atividades de desenvolvimento dos projetos de assentamento e regularidade ambiental. Das 11 (onze) atividades se observa o não estabelecimento de metas em 03 (três) dessas atividades. E apresentação de resultados, ao longo do exercício de 2014, em 04 (quatro) atividades executadas diretamente pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, quais sejam: assistência técnica, Terra Sol, supervisão de crédito e gestão ambiental. O baixo desempenho reflete atividades que passam por reformulação ou com execução que perpassam o período do exercício.		

c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo - 2014	Médio Prazo - 2015 (PPA)	Longo Prazo - 2016 em diante
Tendo em vista que houve o alinhamento do Planejamento Estratégico com a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014-2015, se considera que com os resultados obtidos através da realização das atividades descritas no item “a”, o Objetivo 01 teve avanço quanto, a contratação de prestadoras de assistência técnica, aquisição de 20 (vinte) kis feiras, convênios de infraestrutura básica em projetos de assentamentos com convênios em vigência com Prefeituras Municipais e Governo do Estado, e 220 (duzentos e vinte) profissionais em formação.	As atividades de assistência técnica, Terra Sol, infraestrutura básica em projetos de assentamentos, e PRONERA, desenvolvidas ao longo do exercício de 2014 terão reflexo positivo ao longo de 2015, destacando a continuidade das famílias assentadas sendo assistidas com assistência técnicas, vias de acesso transitáveis e feiras da agricultura famílias instaladas. Será realizada a revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico.	Os reflexos das atividades em execução previstas para o Objetivo 01, no exercício de 2016 e seguintes serão observados na formação de profissionais decorrentes dos convênios de PRONERA e consequente fortalecimento da educação nas áreas de reforma agrária envolvidas. No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de meta para os indicadores de 2016.

**Tabela 3. Plano Estratégico - Objetivo 02**

**Objetivo Estratégico 02:** Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso da terra e dos recursos naturais.

a) Descrição	Atividade	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR.	14.000	11.878	
Número de imóveis rurais com fiscalização cadastral realizada.	0	0	
Número de sistemas cadastrais e cartográficos mantidos.	0	0	
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados.	0	0	
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO.	0	0	
Número de imóveis rurais georreferenciados.	0	0	
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento.	156	631	
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento.	1.717	735	
Número de imóveis rurais regularizados via indireta.	0	0	

**b) Análise dos principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação**

O Objetivo 02 representa atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, condições prévias e documentação das parcelas em projetos de assentamentos. Das 09 (nove) atividades que englobam o Objetivo 02 somente 03 (três) apresentam metas estabelecidas e resultados alcançados. Em especial pela criação do Programa Terra Legal e não subordinação ou compartilhamento das informações acerca dos resultados.

c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo - 2014	Médio Prazo - 2015 (PPA)	Longo Prazo - 2016 em diante
Considera-se que com os resultados obtidos através da realização das atividades descritas no item “a”, o Objetivo 02 teve avanço quanto ao gerenciamento e atualização cadastral dos imóveis rurais e das parcelas de projetos de assentamentos, como condição prévia a emissão de título definitivo.	As tratativas acerca da realização de convênio para executar a demarcação topográfica continuarão em 2015. Como também, a regulamentação acerca da titulação será efetivada. Haverá revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do INCRA.	Almeja-se a efetivação de convênio para execução da demarcação topográfica e emissão de títulos definitivos com reflexos em longo prazo. No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de meta para os indicadores de 2016.

**Tabela 4. Plano Estratégico - Objetivo 03**

<b>Objetivo Estratégico 03:</b> Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.		
<b>a) Descrição</b>		
Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados.	61.100,0000	243.482,4179
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado.	16	16
Número de famílias assentadas.	970	802
Número de hectares indenizados nos pagamentos de indenização inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária.	1.6686,6943	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de indenização complementar em aquisições de imóveis rurais para reforma agrária.	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue).	415	4.639
<b>b) Análise dos principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>		
O Objetivo 03 engloba atividades prévias à criação dos projetos de assentamento e supervisão de projetos de assentamentos que resultam no acompanhamento efetivo das parcelas, regularidade da família assentada ou a retomada do lote irregularmente ocupado. As atividades voltadas à aquisição ou desapropriação não alcançaram patamares administrativos passíveis da efetivação.		
<b>c) Resultados Estratégicos Previstos</b>		
Curto prazo - 2014	Médio Prazo - 2015 (PPA)	Longo Prazo - 2016 em diante
Do alinhamento do Planejamento Estratégico com a construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014-2015, se considera que com os resultados obtidos através da realização das atividades descritas no item “a”, o Objetivo 03 teve avanço quanto a realização de trabalhos de campo para instruir processos e alcance de subsídios para aquisição ou desapropriação de imóveis rurais. Proporcionado situação de regularidade às famílias. E, a possibilidade de converter as vistorias realizadas em parcelas de projetos de assentamentos na regularidade das famílias, processos instruídos, visando retomada dos lotes que se encontram irregularmente ocupados.	As atividades de vistorias em imóveis rurais e de supervisão ocupacional em parcelas de projetos de assentamento, desenvolvidas ao longo do exercício de 2014, terão reflexo positivo ao longo de 2015, destacando a instrução processual e subsídios para a aquisição ou desapropriação de imóveis rurais, famílias regularizadas ou lotes irregularmente ocupados retomados. Será realizada a revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do INCRA.	Os resultados efetivos de todas as atividades do Objetivo 03 têm reflexos de longo prazo, pois as atividades de campo são realizadas num determinado exercício e se observa gradativamente as consequências. No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de meta para os indicadores de 2016.

**Tabela 5. Plano Estratégico - Objetivo 04**

<b>Objetivo Estratégico 04:</b> Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.											
<b>a) Descrição</b>											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atividade</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher.</td> <td>675</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de mulheres beneficiárias com ATER.</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>			Atividade	Meta	Realizado	Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher.	675	0	Número de mulheres beneficiárias com ATER.	0	0
Atividade	Meta	Realizado									
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher.	675	0									
Número de mulheres beneficiárias com ATER.	0	0									
<b>b) Análise dos principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>											
O Objetivo 04 representa a priorização da mulher em políticas públicas da reforma agrária. A ação de concessão de crédito passa por reformulações e a assistência técnica não possui regulamentação ou parametrização de como se identificar o quantitativo de mulheres assistidas, pois as metas são estabelecidas por família assistida.											
<b>c) Resultados Estratégicos Previstos</b>											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Curto prazo - 2014</th> <th>Médio Prazo - 2015 (PPA)</th> <th>Longo Prazo - 2016 em diante</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Com o alinhamento do Planejamento Estratégico à construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014-2015, houve estabelecimento de meta para mulheres atendidas com crédito na modalidade Fomento Mulher, contudo as operações de concessão de créditos instalação foram suspensas para serem integralmente reformuladas. A assistência técnica possui meta para famílias atendidas, não havendo recorte de estabelecimento de metas para mulheres beneficiadas, como também não foi possível a identificação no total de famílias assistidas, quais dessas eram mulheres.</td><td>Os resultados das atividades de assistência são observados de médio em longo prazo, assim aquelas desenvolvidas ao longo do exercício de 2014 terão reflexos positivos a partir de 2015. Será realizada a revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do INCRA.</td><td>Os reflexos das atividades em execução previstas para o Objetivo 04, no exercício de 2016 e demais serão observados através da possibilidade de tornar as parcelas de projetos de assentamentos em unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de meta para os indicadores de 2016.</td></tr> </tbody> </table>			Curto prazo - 2014	Médio Prazo - 2015 (PPA)	Longo Prazo - 2016 em diante	Com o alinhamento do Planejamento Estratégico à construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014-2015, houve estabelecimento de meta para mulheres atendidas com crédito na modalidade Fomento Mulher, contudo as operações de concessão de créditos instalação foram suspensas para serem integralmente reformuladas. A assistência técnica possui meta para famílias atendidas, não havendo recorte de estabelecimento de metas para mulheres beneficiadas, como também não foi possível a identificação no total de famílias assistidas, quais dessas eram mulheres.	Os resultados das atividades de assistência são observados de médio em longo prazo, assim aquelas desenvolvidas ao longo do exercício de 2014 terão reflexos positivos a partir de 2015. Será realizada a revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do INCRA.	Os reflexos das atividades em execução previstas para o Objetivo 04, no exercício de 2016 e demais serão observados através da possibilidade de tornar as parcelas de projetos de assentamentos em unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de meta para os indicadores de 2016.			
Curto prazo - 2014	Médio Prazo - 2015 (PPA)	Longo Prazo - 2016 em diante									
Com o alinhamento do Planejamento Estratégico à construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014-2015, houve estabelecimento de meta para mulheres atendidas com crédito na modalidade Fomento Mulher, contudo as operações de concessão de créditos instalação foram suspensas para serem integralmente reformuladas. A assistência técnica possui meta para famílias atendidas, não havendo recorte de estabelecimento de metas para mulheres beneficiadas, como também não foi possível a identificação no total de famílias assistidas, quais dessas eram mulheres.	Os resultados das atividades de assistência são observados de médio em longo prazo, assim aquelas desenvolvidas ao longo do exercício de 2014 terão reflexos positivos a partir de 2015. Será realizada a revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do INCRA.	Os reflexos das atividades em execução previstas para o Objetivo 04, no exercício de 2016 e demais serão observados através da possibilidade de tornar as parcelas de projetos de assentamentos em unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de meta para os indicadores de 2016.									

**Tabela 6. Plano Estratégico - Objetivo 05**

<b>Objetivo Estratégico 05:</b> Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.																										
<b>a) Descrição</b>																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atividade</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Área total de imóveis vistoriados<sup>1</sup>.</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de território quilombolas.</td> <td>7.221,4200</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos.</td> <td>1</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID de territórios quilombolas publicados.</td> <td>1</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU de comunidades quilombolas emitidos.</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos.</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades remanescentes de quilombolas.</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>			Atividade	Meta	Realizado	Área total de imóveis vistoriados <sup>1</sup> .	0	0	Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de território quilombolas.	7.221,4200	0	Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos.	1	0	Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID de territórios quilombolas publicados.	1	0	Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU de comunidades quilombolas emitidos.	0	0	Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos.	0	0	Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades remanescentes de quilombolas.	0	0
Atividade	Meta	Realizado																								
Área total de imóveis vistoriados <sup>1</sup> .	0	0																								
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de território quilombolas.	7.221,4200	0																								
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos.	1	0																								
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID de territórios quilombolas publicados.	1	0																								
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU de comunidades quilombolas emitidos.	0	0																								
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos.	0	0																								
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades remanescentes de quilombolas.	0	0																								
<b>b) Análise dos principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>																										
O Objetivo 05 engloba as atividades a serem executadas em áreas de Comunidades remanescentes de quilombolas. As quais, mormente não se alcançam resultados imediatos, com isso, não se observou, ao longo do exercício de 2014, a conclusão de quaisquer metas inicialmente estabelecida. Situação essa decorrente principalmente pela insuficiência de servidores, em quantidade ou especializados, como antropólogo, para a execução, acompanhamento e fiscalização dos trabalhos. Tendo a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO realizar trabalhos em parceria e com o apoio de servidores de outras Superintendências Regionais.																										

c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo - 2014	Médio Prazo - 2015 (PPA)	Longo Prazo - 2016 em diante
Com o alinhamento do Planejamento Estratégico à construção dos indicadores do Caderno de Metas 2014-2015, se considera que com os resultados obtidos através da realização das atividades descritas no item “a”, o Objetivo 05 teve avanço quanto à elaboração de Plano de Utilização do Território da Comunidade Santo Antonio do Guaporé, a retomada na produção / elaboração do Estudo Antropológico da Comunidade Laranjeiras, e o levantamento das políticas públicas que atendem as Comunidades Remanescentes de Quilombolas no Estado de Rondônia, em atendimento a determinação judicial	<p>Todas atividades desenvolvidas ao longo do exercício de 2014 terão reflexo positivo ao longo de 2015, destacando a Elaboração do Estudo Antropológico da Comunidade Laranjeiras.</p> <p>Será realizada a revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.</p>	<p>O Estado de Rondônia possui reconhecidas 06 (seis) Comunidades remanescentes quilombolas que pelo reduzido quadro de servidores as atividades são realizadas gradativamente, assim os reflexos das atividades em execução serão observados em longo prazo até alcançar a efetiva titulação das Comunidades.</p> <p>No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de metas para os indicadores de 2016.</p>

<sup>1</sup> Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

**Tabela 7. Plano Estratégico - Objetivo 06**

<b>Objetivo Estratégico 06:</b> Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.						
<b>a) Descrição</b>						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Atividade</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de jovens assentados (até 29 anos).</td> <td>0</td> <td>307</td> </tr> </tbody> </table>	Atividade	Meta	Realizado	Número de jovens assentados (até 29 anos).	0	307
Atividade	Meta	Realizado				
Número de jovens assentados (até 29 anos).	0	307				
<b>b) Análise dos principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação</b>						
O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA não possui meta específica para assentamento de jovens, tendo como meta estabelecida para o assentamento de famílias em geral, assim, como meta, foi informada zero, contudo o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária - SIPRA disponibiliza possibilidade de extração do quantitativo de pessoas homologadas por idade, resultando em 307 (trezentos e sete) jovens de até 29 (vinte e nove) anos assentadas ao longo do exercício de 2014.						
<b>c) Resultados Estratégicos Previstos</b>						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Curto prazo - 2014</th> <th>Médio Prazo - 2015 (PPA)</th> <th>Longo Prazo - 2016 em diante</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ao longo do exercício de 2014 foram assentadas 802 (oitocentos e duas) famílias em projetos de assentamento, das quais 307 (trezentos e sete) são jovens de até 29 (vinte e nove) anos, representando 38,28%, do contingente atendido.</td> <td>Será realizada a revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.</td> <td> <p>O contingente de famílias acampadas é de 9.224 (nove mil duzentas e vinte e quatro), que serão assentadas em longo prazo tendo em vista os altos valores necessários ao efetivo assentamento. Podendo ser acompanhado pelo SIPRA anualmente o quantitativo de jovens de até 29 (vinte e nove anos) assentados.</p> <p>No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de meta para os indicadores de 2016.</p> </td></tr> </tbody> </table>	Curto prazo - 2014	Médio Prazo - 2015 (PPA)	Longo Prazo - 2016 em diante	Ao longo do exercício de 2014 foram assentadas 802 (oitocentos e duas) famílias em projetos de assentamento, das quais 307 (trezentos e sete) são jovens de até 29 (vinte e nove) anos, representando 38,28%, do contingente atendido.	Será realizada a revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	<p>O contingente de famílias acampadas é de 9.224 (nove mil duzentas e vinte e quatro), que serão assentadas em longo prazo tendo em vista os altos valores necessários ao efetivo assentamento. Podendo ser acompanhado pelo SIPRA anualmente o quantitativo de jovens de até 29 (vinte e nove anos) assentados.</p> <p>No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de meta para os indicadores de 2016.</p>
Curto prazo - 2014	Médio Prazo - 2015 (PPA)	Longo Prazo - 2016 em diante				
Ao longo do exercício de 2014 foram assentadas 802 (oitocentos e duas) famílias em projetos de assentamento, das quais 307 (trezentos e sete) são jovens de até 29 (vinte e nove) anos, representando 38,28%, do contingente atendido.	Será realizada a revisão das metas dos indicadores em consonância com a Lei Orçamentária Anual de 2015, mantendo o alinhamento aos objetivos propostos no Planejamento Estratégico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	<p>O contingente de famílias acampadas é de 9.224 (nove mil duzentas e vinte e quatro), que serão assentadas em longo prazo tendo em vista os altos valores necessários ao efetivo assentamento. Podendo ser acompanhado pelo SIPRA anualmente o quantitativo de jovens de até 29 (vinte e nove anos) assentados.</p> <p>No Caderno de Metas de 2015 será elaborada previsão de meta para os indicadores de 2016.</p>				

## 2.2. Programação e resultados

A seguir informações sobre a programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, especificando:

a) Relação das ações da Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício que estiveram na responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, contemplando as seguintes informações em relação a cada ação:

i. Programação e execução orçamentária e financeira.

**Tabela 8. Programação e execução orçamentária**

Valores em R\$ 1,00

Programa/Ação	Produto/Unidade	Nacional			Planejamento Recurso total distribuídos para a SR-17/RO no Plano de Metas 2014			Execução da SR-17/RO				
		Meta	Orçamento	Custo médio	Meta	Orçamento	Custo médio	Meta	Orçamento	Custo médio	% nacional	% da execução
<b>Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>												
Ação Pagamento de Indenização Inicial das Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	Área obtida (hectares)	118.591,41	203.292.731	1.714,18	1.686.6943	8.849.348	5.246,56	0	0	0,00	0	0
Ação Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada (hectares)	750.000	7.900.000	10,53	61.100	231.488	3,78	243.482	334.176	1,37	32,46	398,49
Ação Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (unidade)	30.000	4.500.000	150,00	970	96.757	99,75	802	96.577	120,42	2,67	82,68
Ação Gestão Ambiental em projetos de Assentamentos da Reforma Agrária	Assentamento beneficiado (unidade)	79	6.306.721	7.983,91	8	268.500	268.500	4	348.544	87.136	5,06	50
Ação Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização ambiental requerida (unidade)	4.000	4.493.279	1.123,32	1	13.004	13.004	0	12.661	0,00	0	0
Ação Implementação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família atendida (unidade)	19.935	192.138.115	9.638,23	924	8.811.279	9.536,01	0	8.38.623,90	0,00	0	0
Ação Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família atendida (unidade)	66.115	232.612.320	3.518,29	3.920	11.368.200	3.503,29	480	0	0,00	0,72	12,24
Ação Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito supervisionado (unidade)	11.329	3.900.000	344,25	197	65.689	333,44	933	107.853,75	115,59	8,23	473,60
Ação Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família atendida (unidade)	11.500	6.900.000	600,00	156	93.836	601,51	631	93.121,03	147,57	5,48	404,48
Ação Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada (unidade)	11.970	12.000.000	1.002,50	50	31.200	624,00	20	74.060,78	3.703,04	0,16	40

Programa/Ação	Produto/Unidade	Nacional			Planejamento Recurso total distribuídos para a SR-17/RO no Plano de Metas 2014			Execução da SR-17/RO				
		Meta	Orçamento	Custo médio	Meta	Orçamento	Custo médio	Meta	Orçamento	Custo médio	% nacional	% da execução
<b>Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária</b>												
Ação Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela supervisionada (unidade)	21.345	3.900.000	182,71	415	72.667	175,10	4.639	460.786,70	99,33	21,73	1.117,83
Ação Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Documento expedido (unidade)	32.727	2.350.000	717,12	1.717	100.894	58,76	735	100.605,18	136,87	2,24	42,81
Ação Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional formado (unidade)	3.387	13.000.000	3.838,20	125	250.000	2.000,00	0	57.461,71	0,00	0	0
Ação Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel gerenciado (unidade)	316.666	2.000.000	6,31	14.000	64.262	4,59	11.878	62.829	4,65	4,26	96,35
<b>Programa Enfrentamento ao Racismo e promoção da Igualdade Racial</b>												
Ação Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida (hectares)	64.010	5.400.000	84,36	7.221,4200	62.415	8,64	0	32.472	0,00	0	0
<b>Programa 2012 - Agricultura Familiar</b>												
Ação Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Família assistida (unidade)	324.478	343.434.951	1.058,42	11.344	11.862.773	1.045,73	8.935	10.113.708	1.131,92	2,75	78,76
<b>Programa 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário</b>												
Ação Administração da Unidade	Não há	-	116.8887.602	-	-	4.312.643	-	-	5.732.199	-	-	-
Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado (unidade)	1.200	2.408.149	2.006,79	57	114.000	2.000,00	87	49.448	568,36	7,25	152,63
Ação Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	Não há	-	37.412.398	-	-	1.095.560	-	-	2.506.665	-	-	-
<b>Total</b>		<b>2.252.836.266,00</b>			<b>47.764.515,00</b>			<b>20.183.168,15</b>				

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015, Módulo de Monitoramento - SIR, SIAFI 2014.

Da tabela acima se podem extraír diversas análises, mas possui como principal objetivo a demonstração dos valores e metas previstos nacionalmente, regionalmente e o que efetivamente foi executado, de forma consolidada, uma vez que os contornos e maiores especificidades de como foi o planejamento até o resultado serão delineados ao longo do presente relatório de gestão.

Evidenciado, com isso, que as atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO estão alinhadas e em consonância ao estabelecido pela Lei nº 12.591 de 18/01/2012 que estabelece do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, Lei nº 12.952 de 20/01/2014 que estabeleceu o orçamento anual para 2014 e principalmente às orientações exaradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

*ii. Processo utilizado para a fixação das metas físicas e financeiras para as ações.*

Todos os Programas e suas correspondentes ações constantes do plano estratégico de atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO têm vinculação direta e estão previstos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, bem como são de estrita competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a sua operacionalização.

Nesse sentido, a metodologia empreendida para elaboração do planejamento anual representa conjunto de atividades, análises e reuniões, que se inicia após publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA e Decreto corte, assim, para o exercício de 2014 foi elaborado Plano de Metas e Créditos Orçamentário visando orientar a execução dos trabalhos, tendo por objetivo expressar o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de iniciativas, e com desdobramentos no território nacional. Trabalho esse realizado para o biênio 2014/2015, contudo 2015, representando média histórica dos últimos 03 exercícios.

De posse do estabelecimento das metas e distribuição dos limites orçamentários, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO promoveu reunião inicial com seus dirigentes visando conhecer, estudar, opinar, discutir a demanda dos trabalhos a serem executado, em suas especificidades e detalhes, para superar os desafios no intuito de atender ao Programa de Governo: “Política de desenvolvimento agrário, de combate à pobreza extrema e de aceleração do crescimento”.

Assim, se inicia o exercício com a média dos últimos 03 anos, o que implica em dizer que o processo de planejamento se encerra após a elaboração e envio da prestação de contas do exercício anterior, com o ajuste e estabelecimento dos valores oficiais, metas físicas e limites orçamentários.

b) Fatores intervenientes que concorreram para os resultados, contemplando, inclusive, os reflexos de eventual limitação de empenho e de movimentação financeira.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui considerável capilaridade de ações, com isso, os fatores que interferiram no alcance das metas, os reflexos e limitações de empenho e movimentação financeira que concorreram, entre outros, em cada uma delas, serão detalhados e apresentados ao longo do presente relatório.

Neste item, se destacam de forma geral, os fatores que influenciaram no alcance dos objetivos traçados para o exercício de 2014.

Nesse sentido, se tornou prática, nos primeiros meses de todos os exercícios, enquanto não estão definidas as metas físicas e estabelecidos os limites orçamentários, a restrição orçamentária, e também financeira, com a disponibilidade gradativa.

Nos últimos meses se observa a disponibilização de maior volume de recursos, e a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tendo demandas e condições de proceder aos empenhos, no afã do alcance das metas e de melhores resultados, empenha e executa todo o possível, e os demais os inscrevendo em restos a pagar.

Essa prática do Governo Federal representa, para o Estado de Rondônia, dificuldades severas no alcance de melhores resultado, principalmente porque coincide a disponibilidade de maior recurso com o inverno amazônico, que prejudica as atividades de campo. Contudo, não representa a paralisação dos trabalhos, pois os servidores enfrentam situações adversas para a realização.

Situação essa interveniente sim para o alcance de melhores resultado, contudo, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO vem se adaptando e o principal fator que interferiu no alcance dos objetivos foi, indubitavelmente, a redução gradativa de servidores, que chegou ao exercício de 2014, no patamar alarmante, pois o quantitativo representa 55,13% do considerado ideal para a manutenção e existência do órgão no Estado de Rondônia.

### 3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Regimentalmente se identificam percepções das funções da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, conforme as matrizes dispostas nas tabelas abaixo onde se apresentam os macroprocessos, com seus respectivos processos, produtos, clientes e necessidades.

Os macroprocessos, em número de 05 (cinco), sendo 03 (três) finalísticos e 02 (dois) de apoio demonstram como a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO trabalha no cumprimento de sua missão de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

**Tabela 9. Macroprocessos finalísticos**

<b>MACROPROCESSO: OBTENÇÃO DE TERRAS</b>			
<b>Processo</b>	<b>Produto</b>	<b>Cliente</b>	<b>Necessidade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obtenção</li> <li>- Implantação de Assentamentos</li> <li>- Meio Ambiente e Recursos Naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Imóvel adquirido / desapropriado.</li> <li>- Projeto de Assentamento criado.</li> <li>- Licenciamento protocolado.</li> </ul>	Agricultores rurais sem terra.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Democratizar o acesso a terra, bem como contribuir para o combate da pobreza no meio rural.</i></li> <li>- <i>Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.</i></li> </ul>
<b>MACROPROCESSO: DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Infraestrutura</li> <li>- Desenvolvimento de Projetos</li> <li>- ATER</li> <li>- Crédito</li> <li>- Educação e Cidadania</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrada construída / recuperada.</li> <li>- Projeto de Assentamento sustentável.</li> <li>- Atendimento com assistência técnica.</li> <li>- Crédito concedido.</li> <li>- Agricultor escolarizado.</li> </ul>	Famílias assentadas da Reforma Agrária.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Qualificar e consolidar os Projetos de Assentamento desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, Agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.</i></li> <li>- <i>Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.</i></li> </ul>

#### MACROPROCESSO: ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Tem por objetivo normatizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de implantação, fiscalização e manutenção dos cadastros integrantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR; de natureza cartográfica, incluindo ações de georreferenciamento; de discriminação, arrecadação, destinação, controle e titulação em terras devolutas e públicas federais; de ratificação de titulação de imóveis em faixa de fronteira; de controle do arrendamento e da aquisição de terras por estrangeiros; e de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas.

Processo	Produto	Cliente	Necessidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadastro Rural</li> <li>- Cartografia</li> <li>- Regularização Fundiária</li> <li>- Quilombolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistemas cadastrais.</li> <li>- Certificação emitida.</li> <li>- Imóveis regularizados.</li> <li>- Comunidade de remanescentes de quilombos regularizados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Posseiros da agricultura familiar, comunidades tradicionais e quilombolas.</li> </ul>	<p><i>Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do INCRA, realizar a fiscalização das informações cadastrais e da função social da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.</i></p>

**Tabela 10. Macroprocessos de apoio**

#### MACROPROCESSO: GESTÃO ADMINISTRATIVA

Tem por objetivo Propor atos normativos, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de administração orçamentária e financeira, contabilidade, recursos humanos e serviços gerais.

Processo	Produto	Cliente	Necessidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento Humano</li> <li>- Serviços Gerais</li> <li>- Orçamento e Finanças</li> <li>- Contabilidade</li> <li>- Transporte</li> <li>- Licitação e Convênios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Servidores capacitados.</li> <li>- Atividades consideradas finalísticas com o devido suporte administrativo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Servidores, terceirizados e estagiários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos.</li> <li>- estruturar, executar e acompanhar as atividades de licitação e contratos, administração de bens patrimoniais e de serviços gerais.</li> <li>- Coordenar, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades de administração e execução orçamentária e financeira, créditos e financiamentos.</li> <li>- Realizar todos os atos administrativos necessários ao suporte das atividades consideradas finalísticas do INCRA.</li> </ul>

### **MACROPROCESSO: GESTÃO ESTRATÉGICA**

Tem por objetivo coordenar, monitorar e avaliar, em articulação com os órgãos da Administração Pública Federal, as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de programação orçamentária, os planos relativos às políticas de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária, compatibilizando as diretrizes estratégicas da Autarquia com os projetos de desenvolvimento de recursos humanos, formulação e avaliação orçamentária, gestão da informação e programas de avaliação do desempenho gerencial.

<b>Processo</b>	<b>Produto</b>	<b>Cliente</b>	<b>Necessidade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento</li> <li>- Monitoramento</li> <li>- Controle</li> <li>- Tecnologia da Informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades finalísticas planejadas e monitoradas.</li> <li>- Questões de tecnologia da informação geridas.</li> </ul>	Servidores.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Coordenar e acompanhar a elaboração de planos, programas, ações e metas.</i></li> <li>- <i>Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento do Plano de Compromisso e suas reformulações.</i></li> <li>- <i>Coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilizar informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas.</i></li> <li>- <i>Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas.</i></li> <li>- <i>Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão.</i></li> <li>- <i>Realizar gestão da tecnologia da informação.</i></li> </ul>

Os responsáveis pelos macroprocessos são designados chefes de Divisão por meio de Portarias publicadas no Diário Oficial da União - DOU, contudo os responsáveis diretos pelos processos em sua grande maioria não representam cargos com quaisquer bônus.

### **3.1. Ordenamento da Estrutura Fundiária**

*Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual - LOA ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, detalhando:*

O acentuado grau de concentração da terra e a insuficiência de informações sobre a distribuição espacial dos imóveis rurais evidenciam a complexidade e a magnitude da missão de monitorar a ocupação do espaço fundiário e a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão da estrutura fundiária brasileira.

As ações a seguir detalhadas têm como objetivo conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária e a destinação das terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária. O público alvo são os detentores de imóveis rurais a qualquer título, serviços referentes aos registros de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Algumas das atribuições citadas acima são de responsabilidade direta das Superintendências Regionais, e nesse sentido as ações desenvolvidas no exercício de 2014 através da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO objetivaram a promoção da reforma agrária e proporcionar conhecimento para a produção de alimentos, renda e cidadania no campo, através do gerenciamento do cadastro rural e regularização fundiária das comunidades quilombola.

### 3.1.1. Demonstração dos resultados e execução física e financeira

A seguir serão demonstrados os resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual - LOA ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, destacando:

- a) Identificação das ações e metas;
- b) Breve descrição dos resultados da execução das ações finalísticas; e
- c) Informações sobre a programação e a execução orçamentária, física e financeira relativa às ações.

**Tabela 11. Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária**

Ação	Plano Orçamentário	(Produto / Unidade)	Meta Prevista 2014		Execução					
			Meta física	Limite Orçamentário	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel gerenciado (unidade)	14.000	64.262	11.878	64.261,68	62.829,40	62.829,40	58.324,90	4.504,50
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida (hectares)	Não há	62.415	0	33.603,30	32.472,90	32.472,90	29.117,22	3.358,68

**Tabela 12. Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel gerenciado (unidade)	14.000	11.878	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida (hectares)	7.221,4200	0	9.398,89	1,86	9.397,03	0,00

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

### 3.1.1.1. Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

**Tabela 13. Informações Gerais do Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural**

Identificação							
Ação	2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural						
Plano Orçamentário	02 - Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Imóvel Gerenciado	Unidade	14.000	11.878	84,84	58.980	58.324,90	98,89
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
64.262	64.261,68	62.829,40	62.829,40	0,00	4.504,50	58.324,90	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 14. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar	Valores em R\$ 1,00
F2105000140	33.90.14	34.933,85	33.501,57	33.501,57	0,00	
	33.90.30	8.392,55	8.392,55	8.392,55	0,00	
	33.90.33	7.939,00	7.939,00	7.939,00	0,00	
	33.90.39	5.996,28	5.996,28	5.996,28	0,00	
	33.91.39	7.000,00	7.000,00	2.495,50	4.504,50	
<b>Total</b>		<b>64.261,68</b>	<b>62.829,40</b>	<b>58.324,90</b>	<b>4.504,50</b>	

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 64.262 (sessenta e quatro mil duzentos e sessenta e dois reais), sendo disponibilizado R\$ 64.261,68 (sessenta e quatro mil duzentos e sessenta e um reais, sessenta e oito centavos), que representa 99,99% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 62.829,40 (sessenta e dois mil oitocentos e vinte e nove reais, quarenta centavos), sendo pago o total de R\$ 58.324,90 (cinquenta e oito mil trezentos e vinte e quatro reais, noventa centavos), perfazendo a execução de 92,83% do valor disponibilizado, ficando inscrito em restos a pagar R\$ 4.504,50 (quatro mil quinhentos e quatro reais, cinqüenta centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de gerenciar 14.000 (catorze mil) imóveis sendo gerenciado o total de 11.878 (onze mil oitocentos e setenta e oito) imóveis, representando a execução física de 84,84%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

#### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Através do apoio técnico de servidores deslocados das Unidades Avançadas em conjunto com os lotados no Setor de Cadastro Rural, na forma de força de trabalho, foi possível gerenciar através das atualizações cadastrais o total de 11.878 (onze mil oitocentos e setenta e oito) imóveis rurais oriundos de projetos de assentamento, processos de fiscalização cadastral em atenção a Portaria INCRA/P/nº 12 de 24/01/2006 e aquisição por estrangeiros, de processos de obtenção (compra ou desapropriação) e particulares.

Destaca-se que está facultado aos proprietários de imóveis rurais, mediante utilização de computadores conectados à internet, a emissão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, reduzindo a demanda de emissão nos terminais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Unidades Municipais de Cadastramento - UMC. Facilidade esta proporcionada pela evolução tecnológica, que trouxe benefícios tanto para os detentores de imóveis rurais, através da agilidade em empréstimos bancários e na venda das propriedades, quanto para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO que pode proporcionar serviços céleres e eficientes. Os resultados são apresentados na tabela abaixo.

**Tabela 15. Operações executadas no exercício 2014**

Nome da Operação	SNCR_WEB	INTERNET	Total
Atualizações Cadastrais	11.878	0	<b>11.878</b>
Emissão de CCIR	19.633	47.122	<b>66.755</b>

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Ao longo do exercício de 2014 foram realizadas visitas técnicas às Prefeituras Municipais visando apresentar aos respectivos prefeitos proposta de Acordo de Cooperação para implantação da Sala da Cidadania Digital e Unidade Municipal de Cadastramento - UMC, e as que efetivamente celebraram os acordos foram ministradas capacitações, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 16. Instalação de unidades municipais de cadastramento**

Município visitado	Celebrou acordo?
Alto Paraíso	Sim
Buritis	Sim
Cacaulândia	Não
Campo Novo de Rondônia	Sim
Candeias do Jamari	Não
Colorado do Oeste	Sim
Costa Marques	Sim
Cujubim	Sim
Itapuã do Oeste	Não
Ji-Paraná	Não
Machadinho do Oeste	Sim
Monte Negro	Sim
Nova Brasilândia D'Oeste	Sim
Nova Mamoré	Sim
Ouro Preto do Oeste	Não
Presidente Médici	Não
São Francisco do Guaporé	Não
São Miguel do Guaporé	Sim
Seringueiras	Sim
Teixeirópolis	Não
Theobroma	Não
Urupá	Sim
Vale do Anari	Não
Vilhena	Sim

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Algumas das atividades apresentadas acima foram realizadas em conjunto com equipe de servidores especializados em capacitar a implantação e operacionalização da Sala da Cidadania Digital, visando com isso otimizar as despesas, e assim, algumas informações se assemelham as

apresentadas no item denominado Prestação Direta de Serviço ao Pùblico, e a esses se somam as capacitações específicas à implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC.

Visando ministrar treinamentos e capacitações sobre o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR se utilizou a estratégia de dividir o Estado de Rondônia em 04 (quatro) pólos que pudessem agregar grande quantidade de participantes, conforme tabela abaixo.

**Tabela 17. Capacitações e treinamentos no sistema nacional de cadastro rural**

Pólo	Município	Participante
I - Guajará-Mirim	Nova Mamoré	1
II - Vilhena	Vilhena	2
	Colorado do Oeste	1
	Rolim de Moura	1
III - Ariquemes	Ariquemes	2
	Alto Paraíso	1
	Monte Negro	2
	Cujubim	1
	Machadinho do Oeste	2
	Buritis	2
	Campo Novo de Rondônia	1
	Costa Marques	2
IV - Costa Marques	São Miguel do Guaporé	1
<b>Total</b>		<b>19</b>

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Na capacitação realizada no município pólo de Guajará-Mirim foram capacitados 02 (dois servidores) da Unidade Avançada.

Assim, das tabelas acima se analisa a realização de visitas em 24 (vinte e quatro) municípios, dos quais 14 (catorze) celebraram o Acordo de Cooperação e capacitados 19 (dezenove) representantes dessas parcerias, para a operacionalização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR nos treinamentos realizados em 04 (quatro) municípios pólo.

Na realização das capacitações em pólos foi feito convite as Prefeituras Municipais que celebraram acordo, sendo as citadas na tabela acima que enviaram representantes para a efetiva participação.

Em cumprimento ao que estabelece a Portaria INCRA/P/nº 12 de 24/01/2006 foram realizadas análises e controle dos processos de fiscalização cadastral e aquisição por estrangeiros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 18. Fiscalização cadastral e aquisição por estrangeiro**

Atividade	Quantidade de processos
Encaminhamento de ofícios aos cartórios correlatos para alcance de informações complementares quanto à dominialidade.	11
Verificação da necessidade de vistoria e complementação de informações.	16
Análise e sugestão de encerramento.	10
Elaboração de cadeia dominial.	6
Encaminhado para Procuradoria Federal Especializada visando manifestação jurídica.	4
<b>Total</b>	<b>47</b>

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Conforme demonstrado, foi analisado e trabalhado o total de 47 (quarenta e sete) processos visando tratativas quanto a fiscalização cadastral e aquisição por estrangeiros.

## **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo de 2014, atingiu 96,35% da meta física e a execução orçamentária 92,83% do inicialmente estabelecido, tendo como despesas aquelas decorrentes dos custos de deslocamento dos servidores das Unidades Avançadas para em conjunto realizar ações que visaram o alcance da meta física, como também da necessidade de renovação dos termos de cooperação com as Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, que demandaram deslocamentos para visitas e capacitações.

## **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

O principal problema identificado na realização dos trabalhos empreendidos ao longo do exercício de 2014 foi o quadro reduzido de servidores frente a grande demanda existente, o que mesmo com estratégias que visaram contornar a situação, ainda assim representou fator determinante para a impossibilidade de apresentar melhores resultados.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Enquanto resultado positivo as atualizações cadastrais, mesmo que não tendo alcançado a meta inicialmente estabelecida, possibilitam a geração de documentos titulatórios em parcelas oriundas de projetos de assentamentos, como o gerenciamento dos imóveis selecionados para obtenção, desapropriação e fiscalização cadastral.

A realização dos acordos de cooperação técnica se apresentou como destaque, pois habilitaram parceiros com acesso ao Sistema Nacional de Cadastramento Rural - SNCR que consequentemente auxiliarão nas transmissões das atualizações cadastrais.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O contingenciamento observado quanto ao quadro reduzido de servidores se tornou no principal problema na realização das atividades.

Contudo, a existência de grande número de ações judiciais representou o principal contingenciamento, pois essas demandas devem e são tratadas como prioridades, o que prejudicou, ao longo do exercício de 2014, a realização de outras atividades demandadas ou planejadas.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural não observou reflexos de valores registrados em restos a pagar ao logo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

Não se tem como apresentar estratégias elaboradas visando melhores resultados sem que existam servidores em quantidade e capacitados a operacionalizar o Sistema Nacional de Cadastramento Rural - SNCR.

### 3.1.2. Malha fundiária

*Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO em base cartográfica, incluindo:*

a) Estratégia de atuação em regiões onde o grau de conhecimento se apresenta mais baixo:

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui em sua base de dados cartográfica informações referentes aos imóveis certificados, posses validadas, área demarcadas em áreas de regularização fundiária, projetos de assentamentos, glebas arrecadadas como também as áreas desapropriadas para fins da Reforma Agrária.

A estratégia de atuação, ao longo do exercício de 2014, em regiões onde o grau de conhecimento se apresenta mais baixo foi a elaboração do trabalho denominado Diagnóstico Regional, que representa o estudo e definição de regiões com potencial de viabilidade para obtenção de áreas passíveis de serem incorporadas ao Plano Regional de Reforma Agrária, ampliando assim o conhecimento da malha fundiária.

Contudo, com o advento da Medida Provisória nº 458 de 20/02/2010 e posteriormente convertida na Lei nº 11.952 de 25/06/2010 a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO compartilha com o Programa Terra Legal o gerenciamento e conhecimento mais amplo das áreas do Estado de Rondônia.

b) Estratégia de atuação quanto aos procedimentos de atendimento aos processos de certificação de imóveis rurais a que se referem a Instrução Normativa nº 25 de 28/11/2005 e a Norma de Execução nº 80 de 26/01/2008, ou norma que as alterar, incluindo os processos de comunicação com cartórios e processos de notificação de proprietários de imóveis rurais abrangidos pelos requisitos do artigo 10 do Decreto nº 4.449 de 30/10/2002:

O artigo 10 do Decreto nº 4.449 de 30/10/2002 estabelece que a identificação da área do imóvel rural será exigida nos casos de desmembramento, parcelamento, remembramento e em qualquer situação de transferência de imóvel rural, depois de transcorridos os prazos estabelecidos.

Nesse sentido a análise dos processos de topografia e demarcação de perímetro, com a finalidade de validação ou certificação obedecia à ordem da data de formalização do processo. E, após a publicação da Norma de Execução nº 105 de 26/11/2012, os processos referentes aos imóveis que estivessem na base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR passaram a ser analisados e certificados depois de encaminhados ao Setor de Cadastro Rural para procedimentos de atualização cadastral.

As comunicações aos cartórios e aos proprietários ocorrem imediatamente, através de ofícios e documento denominado notificação, quando da análise dos processos se identifica a importância de realizar o envio.

c) Estratégia de atuação e programação para atendimento da exigência legal de certificação gratuita de que tratam o §3º do artigo 176 e o §3º do artigo 225 da Lei nº 6.015 de 31/12/1973:

A certificação gratuita é garantida para áreas que não excedam a 04 (quatro) módulos fiscais, ou seja, 240 has (duzentos e quarenta hectares).

O início da obrigatoriedade de georreferenciamento de áreas rurais teve o prazo dilatado, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 19. Prazo para início do georreferenciamento obrigatório**

Faixa das áreas (hectares)	Prazo
Inferiores a 250 has até 100 has	20/11/2016
Inferiores a 100 has até 25 has	20/11/2019
Inferiores a 25 has	20/11/2023

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Assim, a partir de 20/11/2023 todos os imóveis rurais deverão ser georreferenciados gratuitamente, contudo pelo número expressivo de imóveis a serem georreferenciado a estratégia de atuação visando o cumprimento do estabelecido no artigo 225 da Lei nº 6.015 de 31/12/1973, quanto a gratuidade, será elaborada e orientada pela Sede do Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Com isso, sob a orientação acima apontada e a partir do prazo estabelecido é que se iniciará planejamento, elaboração de estratégias e plano de trabalho para o efetivo cumprimento.

d) Número de processos de certificação de imóveis rurais protocolados (passivo anterior ao exercício e no exercício):

O passivo existente de exercícios anteriores representa o total de 82 (oitenta e dois) processos protocolados, somados a esses se observou o ingresso de 105 (cento e cinco) processos resultantes de mandados judiciais, ou seja, o passivo representava 187 (cento e oitenta e sete) processos.

No exercício de 2014, com o lançamento do Sistema Integrado de Gestão Fundiária - SIGEF não mais foram formalizados fisicamente processos de certificação, com isso, os 22 (vinte e dois) processos de certificação protocolados em 2014 foram efetivados até 24/02/2014, e somados a esses se identificou o ingresso de 61 (sessenta e um) processos resultantes de mandados judiciais, e ainda 413 (quatrocentos e treze) processos de validação protocolados, que mesmo sendo de responsabilidade do Programa Terra Legal, foram realizados pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, assim, fisicamente se observou a entrada de 496 (quatrocentos e noventa e seis) processos.

e) Número de processos de certificação de imóveis rurais analisados no exercício, destacando estratégicas de correção de baixo rendimento e planejamento para o próximo exercício:

De todos os processos existentes de certificação, passivo de exercícios anteriores e protocolados no exercício de 2014, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi analisado o total de 104 (cento e quatro) processos.

O êxito de analisar todos os processos existentes de certificação de imóveis rurais ao longo do exercício de 2014 se deve a estratégia de composição de grupo de trabalho, com a participação de servidores de outras Superintendências Regionais.

A partir de 24/02/2014 todos os requerimentos de certificação foram feitos através do Sistema Integrado de Gestão Fundiária - SIGEF, e somados a certificação se observa demanda de análise de registros, sobreposição e cancelamentos, o que pela própria configuração do sistema serão analisados conforme a ordem cronológica de ingresso. A tabela abaixo demonstra os quantitativos de análises efetuadas ao longo do exercício de 2014.

**Tabela 20. Resultados das análises ao Sistema de Gestão Fundiária**

Andamento	Tipo de requerimento		
	Cancelamento	Registro	Sobreposição
Em análise	52	0	0
Deferido	53	17	0
Indeferido	13	67	78
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>84</b>	<b>78</b>

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Assim, se observa que através do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF foram ingressados 280 (duzentos e oitenta) processos de certificação.

f) Planejamento da atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para o georreferenciamento do passivo de imóveis existentes em seu patrimônio, avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de georreferenciamento empreendidas no exercício:

Com o advento da Medida Provisória nº 458 de 20/02/2010 e convertida na Lei nº 11.952 de 25/06/2010, que criou o programa Terra Legal a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não mais é responsável pelo georreferenciamento dos imóveis rurais em áreas de regularização fundiária.

Com isso, o planejamento existente no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO é voltado para a demarcação topográfica, na forma da Lei nº 10.267 de 28/08/2001, em área de projetos de assentamento, especificamente aos 26 (vinte e seis) criados até o exercício de 2014, conforme destacado através da tabela abaixo, que se almeja a efetivação de convênio, na possibilidade de autorização e liberação de recursos orçamentários necessários.

**Tabela 21. Planejamento de demarcação topográfica para 2015**

Projeto	Município	Área (Hectares)	Capacidade	Famílias Assentadas
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	1.711,9368	100	95
PA Flor do Amazonas 4	Candeias do Jamari	5.811,6960	105	62
PA 13 de Outubro	Ariquemes	508,5875	17	14
PA União I	Parecis	1.975,8403	69	84
PA Campo Novo	Campo Novo de Rondônia	642,4164	33	32
PA São João	Ariquemes	248,7048	10	8
PA Rio Muqui	Nova Brasilândia do Oeste	1.087,3489	72	66
PA Santa Bárbara	Alta Floresta do Oeste	280,0484	20	20
PA Vila Batista	Rio Crespo	496,8403	11	4
PA Lacerda e Almeida I	Novo Horizonte do Oeste	123,4171	13	8
PA Lacerda e Almeida II	Novo Horizonte do Oeste	409,9695	13	9
PA Santa Izabel	Costa Marques	250,7753	11	9
PA Nova Esperança	Costa Marques	675,9328	23	17
PA Rio Azul	Costa Marques	2.497,8272	55	37
PA Rio Azul II	Costa Marques	2.375,4524	59	45
PA Rio Azul III	Costa Marques	671,1967	24	14
PA Águas Claras	Vilhena	1.199,4407	72	71
PA Renato Natan	Corumbiara	290,1730	30	28
PA Dois de Julho	Cujubim	3.550,5956	145	121
PA Albérico Carvalho	Chupinguaia	1.164,5312	85	81
PA Maranatá II	Chupinguaia	888,3516	62	58
PA Alzira Augusto Monteiro	Chupinguaia	1.435,8403	106	85
PA Entre Rios	Alto Paraíso	4.511,6382	102	55
PA Macaco Preto	Costa Marques	1.014,4791	43	23
PA Cristo Rey	Cacaúlândia	251,9358	7	5
PA Rio Tarifa	Vale do Anari	5.443,6698	91	45
<b>Total</b>		<b>39.518,6457</b>	<b>1.378</b>	<b>1.096</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

g) Cronograma executivo de georreferenciamento do passivo de imóveis:

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não possui cronograma executivo de georreferenciamento do passivo de imóveis rurais, pois a competência de realizar a atividade passou a ser do Programa Terra Legal com o advento da Medida Provisória nº 458 de 20/02/2010 e convertida na Lei nº 11.952 de 25/06/2010.

E, para a demarcação topográfica, na forma da Lei nº 10.267 de 28/08/2001, em área de projetos de assentamento somente será realizado cronograma de execução quando da efetivação do convênio almejado.

### 3.1.3. Reconhecimento, Delimitação, Desinrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

*Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos territórios Quilombolas empreendidas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.*

**Tabela 22. Informações Gerais de Reconhecimento, Delimitação, Desinrusão e Titulação de Territórios Quilombolas**

Identificação						
Ação	210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas					
Plano Orçamentário	04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desinrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Metas do Exercício						
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014	
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada
Área reconhecida	hectares	7.221,4200	0	0	62.415	29.117,22
Área reconhecida		7.221,4200		0		46,65
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
62.415	33.603,30	32.472,90	32.472,90	0,00	3.355,68	29.117,22

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 23. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Valores em R\$ 1,00
					Restos a Pagar
F210Z000440	33.90.14	16.641,00	16.007,10	16.007,10	0,00
	33.90.30	5.035,80	5.035,80	5.035,80	0,00
	33.90.33	8.185,00	8.185,00	4.829,32	3.355,68
	33.90.36	1.647,00	1.150,50	1.150,50	0,00
	33.90.39	2.094,50	2.094,50	2.094,50	0,00
<b>Total</b>		<b>33.603,30</b>	<b>32.472,90</b>	<b>29.117,22</b>	<b>3.355,68</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 62.415 (sessenta e dois mil e quatrocentos e quinze reais), sendo disponibilizado R\$ 33.603,30 (trinta e três mil seiscentos e três reais, trinta centavos), que representa 53,84% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 32.472,90 (trinta e dois mil quatrocentos e setenta e dois reais, noventa centavos), sendo pago o total de R\$ 29.117,22 (vinte e nove mil cento e dezessete reais, vinte e dois centavos), perfazendo a execução de 86,65% do valor disponibilizado, ficando inscrito em restos a pagar R\$ 3.355,68 (três mil trezentos e cinqüenta e cinco reais, sessenta e oito centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de reconhecer 7.221,4200 (sete mil duzentos e vinte um hectares, quarenta e dois centiares) de área não sendo reconhecido nenhuma área ou nenhum hectare, representando a execução física de 0%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

#### **Das atividades desenvolvidas**

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Ao longo do exercício de 2014 foram realizadas diversas atividades no âmbito da ação de Reconhecimento, Delimitação, Desinrusão e Titulação de Territórios Quilombolas, que se destacaram as apresentadas a seguir:

a) Entrega da cópia do Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Santa Fé, em Costa Marques-RO;

b) Trabalho de campo visando produção do estudo antropológico da Comunidade Quilombola Laranjeiras, em Pimenteiras do Oeste-RO;

c) Conclusão do Plano de Utilização da Comunidade Quilombola Santa Antonio do Guaporé, em São Francisco do Guaporé-RO, trabalho esse realizado em conjunto com técnicos do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica - ICMBio de Costa Marques, técnicos da Fundação Cultura Palmares de Brasília e representantes do Ministério Público Federal - MPF de Ji-Paraná-RO;

d) Também em conjunto com equipe do Ministério Público Federal - MPF de Ji-Paraná-RO foi realizado levantamento das políticas públicas sociais implantadas nas Comunidades Quilombolas denominadas Porto Rolim, em Alta Floresta do Oeste-RO, e Pedras Negras, em São Francisco do Guaporé-RO; e

e) Instrução em processos de regularização quilombolas de Rondônia, em conjunto com antropólogos de Brasília e do Rio de Janeiro, com coordenação do Setor de Regularização Quilombola da Superintendência Regional no Estado de Sergipe - SR-23/SE, que ocorreu na cidade de Aracajú-SE.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A meta física não foi alcançada, o que se deve principalmente de entraves administrativos, que mesmo efetivando ações com utilização de recursos financeiros, muitos resultados ficaram pendentes.

E, pela não conclusão de etapas dos processos administrativos, como levantamento fundiário e de sobreposição de áreas nos territórios da Comunidade Santa Fé, em Costa Marques-RO, não foi possível a publicação da portaria de reconhecimento.

Como também, não foi possível a publicação da portaria de reconhecimento da Comunidade Santo Antonio do Guaporé, em São Francisco do Guaporé-RO, por ter sido o processo tramitado para órgãos externos e não ter retornado com a assinatura requerida no Plano de Utilização do Território.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

O principal problema identificado, na execução dos trabalhos da ação de Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas, foi a insuficiência de força de trabalho frente às diversas demandas e muitas etapas a serem cumpridas até a efetiva titulação da Comunidade.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Dos resultados alcançados, foram relevantes:

a) A elaboração do Plano de Utilização do Território da Comunidade Santo Antonio do Guaporé, em São Francisco do Guaporé-RO;

b) A retomada dos trabalhos de campo da Comunidade Quilombola de Laranjeiras, em Pimenteiras do Oeste-RO, que busca a produção do estudo antropológico; e

c) O levantamento das políticas públicas e sociais nas comunidades do Estado de Rondônia, realizado em conjunto com o Ministério Público Federal de Ji-Paraná-RO.

Trabalhos esses que demonstram etapas preliminares ao alcance do documento titulatório das Comunidades Quilombolas.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O principal contingenciamento é a insuficiência de força de trabalho, uma vez que no Setor de Regularização de Territórios Quilombolas composto por 01 (um) servidor, que enfrenta o excesso de burocracia na instrução processual, dificuldades de acesso em algumas comunidades e morosidade no andamento dos processos.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas não observou reflexos de restos a pagar na execução dos trabalhos desenvolvidos ao longo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A principal estratégia de intervenção para melhorar os resultados será fomentar reuniões que visem desburocratizar as instruções processuais.

### **3.1.4. Atividades de controle do gestor**

*Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO no ordenamento da estrutura fundiária, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional com as estratégias definidas pela Direção e a regularidade normativa dos processos.*

Visando assegurar fidedignidade das informações referentes à atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO no ordenamento da estrutura fundiária, bem como para garantir o alinhamento da estrutura operacional, com as estratégias definidas pela Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e a regularidade normativa dos processos são utilizadas como forma de controle as conferências e revisões das informações e atendidas recomendações, orientações e regulamentações instituídas pela Sede no gerenciamento do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.

### 3.1.5. Indicadores

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício, abrangendo no mínimo os seguintes indicadores:

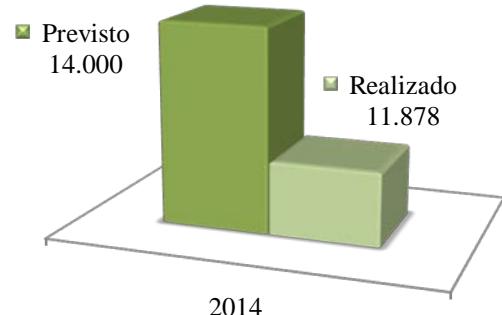
- a) Índice de Cadastramento de imóveis rurais:
- b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis:
- c) Índice de Regularização Fundiária:

Índice de cadastramento de imóveis rurais		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
14.000	11.878	14.000

Memória de cálculo:  
2014: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100.

\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.

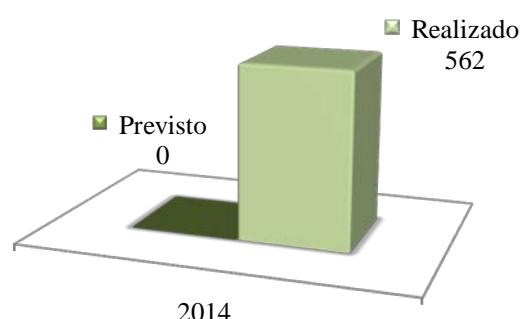


Índice de análise de processos de certificação de imóveis		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
0	562	0

Memória de cálculo:  
2014: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação, multiplicado por 100

\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.

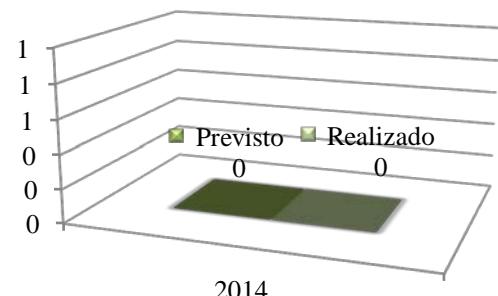


Índice de regularização fundiária		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
0	0	0

Memória de cálculo:  
2014: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação, multiplicado por 100

\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.



**Tabela 24. Indicadores do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária**

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5.868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação (ha)), multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados - Disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) - Conforme disponível em <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a> .	= <b>(29.893.045,51 / 23.759.054,70) * 100 = 125,82</b>
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN- INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício - conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais.	= <b>(562 / 776) * 100 = 72,42</b>
				Número de processos de certificação protocolados no exercício - Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6.992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados - Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado - Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	<b>0</b>

## **Da análise crítica dos indicadores**

Meta de cadastramento rural não foi alcançada, principalmente por que as atividades dependem da demanda, ou seja, se aguarda que o beneficiário procure o Setor para os procedimentos, como também é complementado pelas atualizações em parcelas de projetos de assentamentos que estão passíveis da emissão de título definitivo, contudo, essa atividade não foi realizada ao longo do exercício de 2014, tendo em vista as análises e reformulações promovidas.

O resultado da certificação representa a análise e conclusão daqueles processos que foram formalizados através do Sistema Integrado de Informações Fundiárias - SIGEF, e fisicamente para certificação, validação e mandados judiciais. Para o qual foi realizada força de trabalho com servidores de outras Superintendências Regionais, sendo possível alcançar a execução de 72,42% dos processos formalizados, contudo, não estando contabilizado, mas que tem grande representatividade o passivo, assim, o resultado representa análise do passivo e parcialmente das demandas que ingressaram ao longo do exercício de 2014.

O indicador referente à regularização fundiária não foi apresentado, uma vez que a partir do advento da Medida Provisória nº 458 de 20/02/2010 e posteriormente convertida na Lei nº 11.952 de 25/05/2010, essa atividade passou a ser planejada e executada diretamente pela Divisão de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - Terra Legal, não passando assim, as informações pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

### **3.1.6. Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional**

*Demonstração da atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal, destacando:*

a) Montante de processos protocolados (passivo), processos analisados no exercício e o planejamento para atuação nos exercícios seguintes:

A partir da edição da Medida Provisória nº 458 de 20/02/2010 e posteriormente convertida na Lei nº 11.952 de 25/06/2010 todos os imóveis rurais localizados no Estado de Rondônia, e região da Amazônia Legal, que não estejam em projetos de assentamentos, passaram a ser gerenciados pelo Programa Terra Legal, assim a atuação no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO se restringe as áreas destinadas ou a serem autorizadas destinação para a reforma agrária, com isso, não se observa passivo de processos protocolados, ou analisados no exercício ou mesmo planejamento para que ocorra atuação em áreas de imóveis rurais em faixa de fronteira internacional, o que somente ocorreria com a criação de projetos de assentamentos.

b) Estratégias para utilização ou destinação de terras públicas com análise crítica dos resultados obtidos no exercício (incluindo diagnóstico de terras públicas disponíveis na jurisdição da Superintendência Regional do Estado de Rondônia - SR-17/RO):

A estratégia de atuação que tem como objetivo a utilização ou destinação de terras públicas no Estado de Rondônia é a realização e elaboração do trabalho denominado Diagnóstico Regional, executado diretamente por servidores lotados na Divisão de Obtenção, onde são identificados os imóveis disponíveis e destacadas as áreas com maior índice de risco social e insegurança alimentar.

A utilização e consequente destinação de terra pública, para assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra, no Estado de Rondônia apresentam fator diferencial, e encontram óbice por se tratar de terras florestadas com impedimento legal de uso, tendo em vista as restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 233 de 06/06/2000, que originou a segunda aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico - ZSEE, que apresenta peculiaridades de cada zona auxiliando na convergência técnica institucional.

Contudo, ao longo do exercício de 2014 se observou resultado alcançado através da criação de projeto de assentamento, em área vistoriada e com tramitações diversas ocorridas em exercícios

anteriores, e assim o Diagnóstico Regional, realizado anualmente, servirá de subsídio para os próximos planejamentos, pois facilita o estudo e definição de regiões com potencial de viabilidade para obtenção de áreas passíveis de serem incorporadas ao Plano Regional de Reforma Agrária.

c) Ações implementadas no combate à grilagem de terras públicas da União e os resultados alcançados no exercício para recuperação do patrimônio grilado:

A Lei Complementar nº 233 de 06/06/2000 que originou a segunda aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico - ZSEE do Estado de Rondônia, pela própria natureza, vem protegendo sobremaneira as terras públicas, com suas florestas, das ações de grilagens.

Assim, as situações de grilagem de terras públicas da União no Estado de Rondônia, ocorreram em exercícios anteriores, e a cada ano vêm sendo corrigidas através de ações Discriminatórias Administrativas e Judiciais, existindo ainda processos que percorrem por Tribunais em Instâncias Superiores, e aquelas situações para o qual houve decisão com mérito a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO criou projetos de assentamentos.

Com isso, ao longo do exercício de 2014, não houve recuperação de patrimônio grilado ou ação efetiva visando ao combate, pois as poucas situações que perduram, necessariamente, resultarão de decisão judicial.

### **3.1.7. Para Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal**

*Demonstração da atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal, destacando:*

- a) Montante planejado e o obtido no exercício e o planejado para o próximo exercício;
- b) Estratégias para utilização ou destinação de terras públicas com análise crítica dos resultados obtidos no exercício (incluindo diagnóstico de terras públicas disponíveis na jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO);
- c) Estratégias, metas e resultados do exercício para os serviços cadastramento de posseiros, georreferenciamento e cadastramento de áreas, processos de regularização iniciados, titulação de áreas e arrecadação; e
- d) Análise de preços praticados no âmbito do Programa Terra Legal para regularização de áreas acima de 04 (quatro) módulos fiscais.

As atividades, informações e demonstrações acima apontadas são de responsabilidade direta da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal ou da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA, situada em Brasília-DF, assim essas foram desenvolvidas pelos seguimentos acima identificados, e seus resultados refletem atuação do Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal instituído pela Medida Provisória nº 458 de 20/02/2010 e convertida na Lei nº 11.952 de 25/06/2010, que criou o Programa Terra Legal.

Contudo, mesmo na realização de atividades em parceria, suporte com acervo fundiário, e apoio logístico administrativo, e outras relacionadas ao apoio operacional, não possuem subordinação alguma à Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, portanto, todas as informações referentes ao Programa Terra Legal, serão disponibilizadas, de forma consolidada, em capítulo especial do Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Sede/Brasília.

### 3.1.8. Outras atividades realizadas de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Neste item se apresentam atividades que foram realizadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO no âmbito da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária que a ocorrência foi possível através da disponibilização de recursos orçamentários, contudo, não foram apresentadas acima juntamente com as demais Ações tendo em vista serem atividades pontuais ou mesmo ocorreram ao longo do exercício de 2014 em atendimento a demanda identificada para a realização dos trabalhos, conforme detalhados abaixo.

#### 3.1.8.1. Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

**Tabela 25. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
F210U000A40	33.90.14	16.723,75	14.693,10	14.693,10	0,00
	33.90.33	14.000,00	14.000,00	14.000,00	0,00
	<b>Total</b>	<b>30.723,75</b>	<b>28.693,10</b>	<b>28.693,10</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

#### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Mesmo tendo sido estabelecida meta inicial para o georreferenciamento de 20 (vinte) imóveis no Estado de Rondônia, as atividades realizadas não foram voltadas para o seu alcance, por se tratar de ação repassada para competência do Programa Terra Legal, assim, as despesas apresentadas na tabela acima representam os custos demandados pelo deslocamento de servidores de outras Superintendências Regionais, que compuseram equipe, instituída através da Ordem de Serviço nº 70/2014.

A equipe procedeu à análise e encaminhamento de todos os 104 (cento e quatro) processos físicos existentes e formalizados para validação ou certificação no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Estratégia que apresentou resultados positivos e representa o saneamento de passivos e início efetivo das análises demandadas pelo Sistema Integrado de Gestão Fundiária - SIGEF.

Não existindo sobreposições de áreas o Sistema Integrado de Gestão Fundiária - SIGEF certifica as peças técnicas automaticamente, e o resultado dessa automação se apresenta através da tabela abaixo.

**Tabela 26. Certificações automáticas**

Município	Quantidade de imóveis certificados	Área em hectares
Alta Floresta D'Oeste	33	1.063.570,5282
Alto Paraíso	11	2.374.7894
Alvorada D'Oeste	1	302,2163
Ariquemes	48	20.945,9546
Buritis	5	3.095,2952
Cabixi	10	5.705,5581
Cacaúlândia	18	3.921,1964
Cacoal	3	1.935,3286
Campo Novo de Rondônia	8	6.853,7206
Candeias do Jamari	10	4.544,9529
Castanheiras	9	39.729,8463
Cerejeiras	5	2.556,5497
Chupinguaia	38	21.603,2135

Município	Quantidade de imóveis certificados	Área em hectares
Colorado	6	873,8651
Corumbiara	2	1.393,2629
Cujubim	1	735,2117
Espigão do Oeste	17	5.409,6457
Governador Jorge Teixeira	6	514.198,3519
Guajará-Mirim	3	172.077,0663
Jaru	5	2.297,6847
Ji-Paraná	7	1.776,2083
Machadinho do Oeste	14	14.199,5876
Ministro Andreazza	1	290,4648
Mirante da Serra	2	169,0810
Monte Negro	1	969,0828
Nova Brasilândia D'Oeste	5	3.368,6416
Nova União	1	113,4815
Ouro Preto do Oeste	3	5.738,8430
Parecis	13	11.166,1529
Pimenta Bueno	34	24.935,0077
Pimenteira do Oeste	7	5.863,4467
Porto Velho	81	41.558,7212
Presidente Médici	5	162,1001
Primavera de Rondônia	4	4.932,9299
Rio Crespo	21	10.795,3678
Rolim de Moura	4	684,4015
Santa Luzia do Oeste	4	2.638,6924
São Felipe D'Oeste	5	5.511,7482
São Francisco do Guaporé	6	3.721,0301
São Miguel do Guaporé	24	5.240,5953
Theobroma	22	17.776,6320
Vale do Anari	1	9.313,5782
Vilhena	58	32.834,1887
<b>Total</b>	<b>562</b>	<b>2.077.884,2214</b>

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Fundiária - SIGEF.

### 3.1.8.2. Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

**Tabela 27. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
F210U000940	33.90.14	12.158,55	11.441,90	11.441,90	0,00
	33.90.33	20.512,40	20.512,40	17.512,40	3.000,00
<b>Total</b>		<b>32.670,95</b>	<b>31.954,30</b>	<b>28.954,30</b>	<b>3.000,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

#### Das atividades desenvolvidas:

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Os valores acima detalhados representam os custos decorrentes dos deslocamentos de servidores que representou a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO em reuniões na Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em atenção às atividades demandas pela Portaria nº 356 de 10/07/2014 que criou grupo de trabalho com o escopo de elaborar proposta para regulamentação da Lei nº 13.001 de 20/06/2014, como promover a análise e revisão de atos normativos internos relacionados a consolidação de projetos de assentamento, destinação de terras públicas da União, transferência de imóveis rurais em projetos de

assentamentos, emissão de títulos de concessão de uso e título de domínio, medidas a serem adotadas nos casos de constatação de irregularidades em projetos de reforma agrária e entre outros.

A metodologia dos trabalhos se iniciou através da indicação dos servidores colaboradores do grupo de trabalho, que ocorreu através da indicação do Superintendente Regional, seguindo o critério de servidores que trabalham na aplicabilidade dos atos normativos sujeitos a alterações e revogações, com a regulamentação da Lei nº 13.001 de 20/06/2014.

Foram feitas análises e revisões de soluções e redefinição de conceitos, processos e procedimentos visando promoção adequada na condução das ações de consolidação, titulação e destinação de bens imóveis em projetos de assentamento, visando assegurar aos beneficiários da reforma agrária padrão de produção agrícola social e ambientalmente sustentáveis.

O grupo de trabalho teve o objetivo alcançado com a conclusão da minuta de Decreto e da Instrução Normativa que compilará os atos normativos em transição para a regulamentação da Lei nº 13.001 de 20/06/2014.

As atividades do grupo de trabalho constituído através da Portaria nº 356 de 10/07/2014 transcorreram conforme cronograma de trabalho apresentado abaixo.

**Tabela 28. Cronograma de trabalho à regulamentação da Lei nº 13.001**

Atividades	2014											
	Julho				Agosto				Setembro			
	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>
Criação do grupo de trabalho.		X										
Indicação de integrantes.			X									
Primeira reunião.					X							
Entrega do plano de trabalho.					X							
Segunda reunião.						X						
Consulta sobre os novos conceitos trazidos pela Lei nº 13.001 de 20/06/2014 (aplicação de questionários).							X					
Terceira reunião (criação de subgrupos).								X				
Sistematização de formulação de regulamentação da Lei nº 13.001 de 20/06/2014.									X			
Apresentação das propostas dos subgrupos.										X	X	
Sistematização e redação final dos normativos.												X

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

### **3.2. Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamentos**

*Demonstração da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual - LOA ligadas à obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamentos de responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas:*

A problemática que envolve a questão agrária brasileira tem sua origem no período da colonização, quando foi instituído o regime de capitâncias hereditárias, dando início à concessão de grandes porções de terras, na forma de sesmarias, dessa forma, a terra foi distribuída para poucos, concentrando nos ricos.

Quando instituída a propriedade privada da terra e a sua compra como único meio de obtenção, o acesso a terra é dificultado aos pobres - primeiro aos escravos libertos, depois aos colonos europeus, e durante toda república velha e o estado novo, aos descendentes destes.

*O acesso à terra sempre significou uma ameaça política e a escassez de mão de obra para a classe rural agroexportadora.*

Com o crescimento dos conflitos rurais o problema se tornou prioridade, entrando a questão para a agenda da política nacional. Foi quando arranjos institucionais e políticas públicas direcionadas ao acesso a terra, às relações de trabalho no campo e a miséria rural, começaram a surgir.

Assim, ao longo de todos esses anos foram observadas diversas intervenções governamentais, por meio das políticas fundiárias e agrárias voltadas ao assentamento de trabalhadores rurais que se constituiu em ferramenta essencial para mudança do modelo de desenvolvimento do país, na medida em que vem distribuindo a terra de forma justa e digna, buscando contribuir com a sustentabilidade agropecuária, visando ao equilíbrio da segurança alimentar e da sociedade, e considerando as diretrizes que promovem a conservação do meio ambiente.

E, nesse sentido, as ações voltadas à obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, que serão objeto dos temas abordados a seguir apresentam os aspectos econômicos, contribuindo para a geração de emprego e renda, constituindo em importantes mecanismos para criação direta e indireta de empregos a baixo custo. Apresentando fundamental importância para a segurança alimentar, através do aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno e para a gestão ambiental das áreas destinadas à reforma agrária.

No aspecto social os temas a seguir abordados podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e dos indicadores sociais (moradia, educação, saúde, mortalidade infantil, entre outros), garantindo a estabilidade familiar, além de propiciar a redução da migração rural-urbana e da mão-de-obra de reserva nas cidades.

Sob o aspecto político, apresenta impacto sobre os trabalhadores rurais e suas famílias, que sempre tiveram uma posição de subordinação em relação aos donos das terras e, quando passam a ter acesso a esse meio de produção, iniciam rápido processo de mudança de postura em relação ao mundo, pela tomada de consciência de cidadania, de direitos e de deveres.

A despeito de ser executado no campo, produz efeitos positivos sobre a população urbana, promovendo o fortalecimento das economias locais e atingindo o país como um todo.

Assim, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou ao longo do exercício de 2014 realizar atividades visando o acesso a terra mediante a obtenção de áreas, criação de projetos, seleção e assentamento das famílias trabalhadoras rurais sem terra, regularização e gestão ambiental.

### 3.2.1. Demonstração da execução física e financeira

*Demonstração da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual - LOA ligadas à obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento de responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.*

**Tabela 29. Ações do Macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária**

Ação	Plano Orçamentário	(Produto / Unidade)	Meta Prevista 2014		Execução					
			Meta física	Limite Orçamentário	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área obtida (hectares)	1.686,6943	8.849.348	0	237,16	237,16	237,16	0,00	237,16
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada (hectares)	61.100,0000	231.488,43	243.482,41	336.404,43	334.176,02	334.176,02	306.798,00	27.378,02
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (unidade)	970	96.757	802	96.757,10	96.577,42	96.577,42	73.128,06	24.949,36
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental Requerida (unidade)	1	13.004	0	13.004	12.661,35	12.661,35	12.661,35	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado (unidade)	8	268.500	4	353.500,00	348.554,83	348.554,83	204.679,81	143.875,02

**Tabela 30. Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área obtida (hectares)	1.686,6943	0	176,74	84,49	0,00	92,25
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada (hectares)	61.100,0000	243.482,41	20.453,95	2.547,82	17.906,13	0,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (unidade)	970	802	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental Requerida (unidade)	1	0	3.337,00	1.082,42	2.254,58	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado (unidade)	8	4	8.415,00	0,00	8.415,00	0,00

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

### 3.2.1.1. Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária

**Tabela 31. Informações Gerais do Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária**

Identificação							
Ação	211B - Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária						
Plano Orçamentário	02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Área obtida	hectares	1.686,6943	0	0	8.849.348	0,00	
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
8.849.348	237,16	237,16	236,91	0,00	236,91	0,00	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 32. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Valores em R\$ 1,00
					Restos a Pagar
T211B000250	45.90.61	237,16	237,16	0,00	237,16
<b>Total</b>		<b>237,16</b>	<b>237,16</b>	<b>0,00</b>	<b>237,16</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 8.849.348 (oito milhões oitocentos e quarenta e nove mil trezentos e quarenta e oito reais), sendo disponibilizado R\$ 237,16 (duzentos e trinta e sete reais, dezesseis centavos), que representa 0% do valor inicialmente previsto; que foram integralmente empenhados e não pagos, perfazendo a execução de 0% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar os R\$ 237,16 (duzentos e trinta e sete reais, dezesseis centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de emitir Títulos da Dívida Agrária - TDA para 1.686,6943 has (hum mil seiscentos e oitenta e seis hectares, sessenta e nove ares, quarenta e três centiares), referente a 01 (um) imóvel não sendo emitido nenhum Títulos da Dívida Agrária - TDA, representando a execução física de 0%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

#### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Com o objetivo de identificar e viabilizar imóveis para obtenção de imóveis rurais foram realizadas vistorias, contudo o trabalho é realizado a médio e longo prazo, envolvendo muitas circunstâncias que demandam maior lapso temporal, assim não foram concluídas atividades que representassem a aquisição de imóveis rurais através da ação Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária.

Sendo, contudo, o imóvel denominado Fazenda Rio Branco II, com área de 1.686,6943 has (um mil seiscentos e oitenta e seis hectares, sessenta e nove ares, quarenta e três centiares), localizado no município de Ariquemes-RO, declarado de interesse social, para fins de reforma

agrária, através do Decreto s/nº de 30/12/2014, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 31/12/2014. Onde os trabalhos prévios a esse ato vêm sendo realizado em diversos exercícios, que culminará na promoção e execução da desapropriação pela forma regulada na Lei Complementar nº 76 de 06/07/1993.

Os valores disponibilizados visaram ao pagamento de sobra de Título da Dívida Agrária - TDA dos imóveis apresentados através da tabela abaixo, contudo não foi realizado o efetivo pagamento, por não terem sido apresentadas as contas judiciais pela Advocacia Geral da União.

**Tabela 33. Pagamento de sobra de Título da Dívida Agrária**

Valores em R\$ 1,00			
Imóvel	Município	Área	Valor da sobra de TDA
Lote São Sebastião Parte Sul	Porto Velho	41.610,6800	59,35
Gleba Corumbiara	Espigão do Oeste e Pimenta Bueno	14.120,9048	177,56
<b>Total</b>		<b>55.731,5848</b>	<b>236,91</b>

Fonte: Procuradoria Federal Especializada.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

Os recursos orçamentários não foram efetivamente pagos ao longo do exercício de 2014, por ocorrências adversas aos trabalhos executados diretamente pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Assim, como não foram alcançados melhores resultados por não se alcançar a proximidade dos atos a pagamento dos imóveis a serem desapropriados ou adquiridos, assim a meta não foi atingida e não houve execução orçamentária.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

O principal problema identificado na execução da ação Pagamento de Indenização nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária foi o quadro reduzido de servidores, implicando na sobrecarga de atividades.

Decorrente também do número insuficientes de servidores se observou dificuldade e morosidade no trâmite processual.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

O principal resultado observado é produto de trabalhos realizado em exercícios anteriores, através da publicação de Decreto s/nº de 30/12/2014, que declarou o imóvel denominado Fazenda Rio Branco II, Gleba Burareiro, localizado no município de Ariquemes-RO como de interesse social para fins da reforma agrária, onde será criado Projeto Casulo de Assentamento - PCA.

### **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

A maior limitação que não permitiu maiores avanços foi a insuficiência de servidores, em número e em qualificação, o que se tornou no principal problema para a operacionalização da ação Pagamento de Indenização nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária.

### **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação Pagamento de Indenização nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária não observou influência de restos a pagar ao longo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A estratégia de intervenção para melhorar os resultados será a busca de meios efetivos e enérgicos para promover retomada ou reversão de terras da União irregularmente ocupadas, para que essas possam ser destinadas ao contingente de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Contudo, não se tem como registrar mais e/ou melhores estratégias visando resultados positivos sem a existência de servidores, nem em quantidade suficiente e nem capacitados, para a operacionalização dos trabalhos.

### **3.2.1.2. Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais**

**Tabela 34. Informações Gerais da Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais**

<b>Identificação</b>						
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais					
Plano Orçamentário	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
<b>Metas do Exercício</b>						
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014	
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada
Área vistoriada	hectares	61.100,0000	243.482,4179	398,49	231.488	306.798,00
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>		<b>Restos a Pagar</b>		<b>Valores Pagos</b>
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
231.488	336.404,43	334.176,02	334.176,02	0,00	27.378,02	306.798,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 35. Execução orçamentária por natureza de despesa**

<b>Plano Interno</b>	<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>	<b>Pago</b>	<b>Valores em R\$ 1,00</b>
					<b>Restos a Pagar</b>
J211A000725	33.90.39	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00
T211A000726	33.90.14	160.148,00	158.012,57	158.012,57	0,00
	33.90.30	101.519,20	101.482,72	80.134,70	21.348,02
	33.90.33	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
	33.90.39	53.015,80	53.015,80	49.495,80	3.520,00
T211A000740	33.90.30	3.336,45	3.279,95	769,95	2.510,00
	33.90.39	384,98	384,98	384,98	0,00
<b>Total</b>		<b>336.404,43</b>	<b>334.176,02</b>	<b>306.798,00</b>	<b>27.378,02</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 231.488 (duzentos e trinta e um mil quatrocentos e oitenta e oito reais), sendo disponibilizado R\$ 336.404,43 (trezentos e trinta e seis mil quatrocentos e quatro reais, quarenta e três centavos), que representa 145,32% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 334.176,02 (trezentos e trinta e quatro mil cento e setenta e seis reais, dois centavos), sendo pagos R\$ 306.798,00 (trezentos e seis mil setecentos e noventa e oito reais), perfazendo a execução de 91,19% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 27.378,02 (vinte e sete mil trezentos e setenta e oito reais, dois centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de vistorias 61.100,00 has (sessenta e um mil e cem hectares) sendo vistoriado o total de 243.482,4179 has (duzentos e quarenta e três mil quatrocentos e oitenta e dois hectares, quarenta e um ares, setenta e nove centiares), representando a execução física de 398,49%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

### **Das atividades desenvolvidas**

#### *Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Ao longo do exercício de 2014 se buscou promover vistorias e avaliações de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por meio do Decreto nº 433 de 24/01/1992 ou outras formas de obtenção de áreas rurais para a implantação de projetos de assentamento, objetivando atender a demanda de trabalhadores rurais sem terra.

Foram realizadas vistorias visando ao levantamento de dados e informações, elaborados Laudos Agronômicos de Fiscalização - LAF (preliminar) e/ou Laudo de Vistoria e Avaliação - LVA (avaliação) em 16 (dezesseis) imóveis rurais representando o total de 175.831,0252 has (cento e setenta e cinco mil oitocentos e trinta e um hectares, dois ares cinqüenta dois centiares), conforme detalhamento apresentado através da tabela abaixo.

**Tabela 36. Vistorias realizadas em 2014**

<b>Imóvel</b>	<b>Município</b>	<b>Tipo de Vistoria</b>	<b>Área Registrada (hectares)</b>
Lote A-2, Gleba Rio Alto	Monte Negro	Avaliação/LVA	3.684,2677
Fazendas Castilho, Rio Branco, Santo Antônio e Sol Nascente	Alto Alegre dos Parecis	Avaliação/LVA	3.950,5770
Fazenda Majaru 2-A, 3, 4 e 5	Theobroma	Preliminar/LAF Avaliação/LVA	1.619,9073
Seringal Campo Novo	Campo Novo de Rondônia	Preliminar/LAF	16.074,3699
Lote ao Sebastião II	Buritis e Alto Paraíso	Preliminar/LAF Avaliação/LVA	21.610,6000
Seringais São Francisco, Janaíaco, Bom Futuro (Fazenda do Contí)	Porto Velho (Distrito de União Bandeirante)	Preliminar/LAF	27.511,6657
Fazenda San Mar I, II, III, IV, V e VI (Jarucred)	Machadinho do Oeste	Preliminar/LAF Avaliação/LVA	3.054,9900
Fazenda Norbrasil (Arco-Íris)	Porto Velho	Avaliação/LVA	26.586,8953
Seringais Urupá	Machadinho do Oeste e Cujubim	Preliminar/LAF Avaliação/LVA	19.024,4929
Fazendas Reunidas Guaporé	Machadinho do Oeste	Avaliação/LVA	6.386,3626
Sítio Progresso	Castanheiras	Avaliação/LVA	939,4950
Lote 88, Setor 05, Gleba Corumbiara	Pimenta Bueno e Parecis	Preliminar/LAF	2.000,0000
Lote 96, Setor 05, Gleba Baixo Candeias e Igarapé Três Casas	Candeias do Jamari	Preliminar/LAF	388,3734
Seringais Novo Mundo	Ariquemes, Machadinho do Oeste e Cujubim	Preliminar/LAF	40.000,0000
Fazenda Castanhal	Alta Floresta D'Oeste	Preliminar/LAF	996,2965
Fazenda Muralha	Campo Novo de Rondônia	Preliminar/LAF	2.002,7319
<b>Total</b>			<b>175.831,0252</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Foram realizadas vistorias com outras finalidades, que não contemplam diretamente as ações de desapropriação ou aquisição, tais como levantamento ocupacional em terras da União, vistoria para elaboração de projetos de viabilidade econômica e ambiental, bem como levantamento de informações para elaboração de planta cadastral. Vistorias essas que complementam os resultados e que ocorreram em 03 (três) imóveis no total de 67.651,3927 has (sessenta e sete mil seiscentos e cinqüenta e um hectares, trinta e nove ares, vinte e sete centiares), conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 37. Outras vistorias realizadas em 2014**

Imóvel	Município	Descrição da Vistoria	Área Registrada (hectares)
Lote São Sebastião, Parte Sul	Alto Paraíso e Buritis	Levantamento ocupacional	41.610,6800
Lotes 208 e 209, Gleba Burareiro	Ariquemes	Definir limites entre os lotes	1.573,8600
Gleba Capitão Silvio e Gleba Jorge Teixeira	Porto Velho (Distrito de Jaci Paraná)	Levantamento ocupacional	24.466,8527
<b>Total</b>			<b>67.651,3927</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

As vistorias acima identificadas com o objetivo de proceder ao levantamento ocupacional visaram subsidiar informações para a promoção ou ação judicial de reintegração de posse das áreas da União e estão irregularmente ocupadas.

Outra atividade que onera o orçamento da ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais é a participação em pericia judicial, que representa o acompanhamento em vistorias, por servidores habilitados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, atuando como assistentes técnicos na emissão de pareceres, junto aos trabalhos apresentados por peritos indicados pela Justiça na produção de provas periciais em processos judiciais.

Observa-se que a referida atividade utiliza força de trabalho e demanda recursos orçamentários, contudo, os resultados não contabilizam no alcance das metas, e conforme demonstrado na tabela abaixo foi realizado perícia judicial em 03 (três) imóveis, no total de 9.653,3091 has (nove mil seiscentos e cinqüenta e três hectares, trinta ares, noventa e um centiares).

**Tabela 38. Perícia judicial**

Imóvel	Município	Área Registrada (hectares)
Seringal Providência	Itapuã do Oeste	6.088,5000
Lote 41, Setor 05	Parecis	1.990,9491
Seringal Urupá	Parecis	1.573,8600
<b>Total</b>		<b>9.653,3091</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

### Da análise da execução física e financeira

*Análise crítica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A meta física inicialmente foi superada, situação essa tanto em decorrência de serem disponibilizados valores também acima do planejado, como a realização em vistorias de áreas de grandes dimensões.

### Dos principais problemas

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

Ao longo do exercício de 2014 foram identificadas dificuldades para a realização da ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais em especial a proibição de realizar vistorias em áreas invadidas, conforme estabelecido através da Lei nº 8.629 de 25/02/1993, uma vez que foram, na maioria, essas as áreas ocupadas que demandaram realização de vistorias.

Também foi observado problemas no trâmite processual, em decorrência do quadro reduzido de servidores, que não foram suficientes para atender todas as demandas atribuídas e implicando em sobrecarga de atividades.

### Dos principais resultados

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

O principal resultado observado através da realização das vistorias em imóveis rurais, ao longo do exercício de 2014, foi à possibilidade de proporcionar trabalho de campo e relatórios que instruirão processos de áreas passíveis de desapropriação ou aquisição.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

A maior limitação que não permitiu maiores avanços foi a insuficiência de servidores, em quantidade e qualificados, para a operacionalização dos trabalhos demandados, que resultou no principal problema para a realização da ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais não observou influência de restos a pagar ao longo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A principal estratégia de intervenção para melhorar resultados da ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais é realizar estudos acurados junto aos sistemas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em especial ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR buscando grandes áreas irregularmente ocupadas, e que estejam registradas em nome da União, para incluir no planejamento anual a realização de vistorias em áreas passíveis de desapropriação, retomadas ou reversão.

### **3.2.1.3. Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA**

**Tabela 39. Informações Gerais do Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA**

<b>Identificação</b>							
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais						
Plano Orçamentário	06 - Cadastro, Seleção e Homologação de famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
<b>Metas do Exercício</b>							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Família assentada	unidade	970	802	82,68	96.757	73.128,06	75,58
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>		<b>Restos a Pagar</b>		<b>Valores Pagos</b>	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
96.757	96.757,10	96.577,42	96.577,42	0,00	24.949,36	73.128,06	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 40. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
T211A000624	33.90.14	29.018,79	29.018,79	29.018,79	0,00
	33.90.30	29.171,31	29.067,36	9.708,00	19.359,36
	33.90.33	10.100,00	10.100,00	10.100,00	0,00
	33.90.39	4.467,00	4.467,00	4.467,00	0,00
T211A00640	33.90.14	10.834,27	10.834,27	10.834,27	0,00
	33.90.30	11.665,73	11.590,00	7.500,00	4.090,00
	33.90.39	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
<b>Total</b>		<b>96.757,10</b>	<b>96.577,42</b>	<b>73.128,06</b>	<b>24.949,36</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 96.757 (noventa e seis mil setecentos e cinqüenta e sete reais), sendo este integralmente disponibilizado, o que representa 100% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 96.577,42 (noventa e seis mil quinhentos e setenta e sete reais, quarenta e dois centavos), sendo pagos R\$ 73.128,06 (setenta e três mil cento e vinte e oito reais, seis centavos), perfazendo a execução de 75,58% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 24.949,36 (vinte e quatro mil novecentos e quarenta e nove reais, trinta e seis centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de assentar 970 (novecentas e setenta) famílias sendo assentado o total de 802 (oitocentos e duas) famílias, representando a execução física de 82,68%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

## **Das atividades desenvolvidas**

### *Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

O trabalho de cadastro de famílias atua diretamente no gerenciamento dos acampados, na condição de candidatos, as quais devem ser identificadas e cadastradas para que possam receber suporte de políticas de segurança social, tais como a alimentação, o Programa Bolsa Família e serviços básicos, quando disponíveis, especialmente saúde e educação para as crianças.

A realização do trabalho de seleção e homologação das famílias ocorre após a obtenção da área para a criação do projeto de assentamento, e segue critérios de elegibilidade definidos em lei e em normas internas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Também representa a fase de legitimação, quando a condição civil das famílias cadastradas é checada, para assegurar que não haja impedimento legal ao assentamento, com critérios de legibilidade cumpridos e condição civil normal; e a etapa de homologação encerra o processo de assentamento das famílias, ao reduzir o número de candidatos legitimados ao número exato de vagas disponíveis no projeto de assentamento.

A priorização, quando o número de candidatos é superior às vagas disponíveis, ocorre por critérios normatizados que utilizam informações como moradia no imóvel que vai se transformar em projeto de assentamento, número de filhos, idade, sexo e outros.

A lista de candidatos homologados constitui o rol das famílias assentadas no determinado projeto de assentamento e é mantida atualizada no Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, onde também são guardadas as informações das famílias assentadas, dos projetos de assentamento criados e a quantidade de hectares incorporados a reforma agrária.

A atividade de cadastramento além da homologação, na base operacional, mantém atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, acompanhando a movimentação dos beneficiários no tocante ao projeto de assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação, atualizando especialmente no que se refere aos dados da situação econômica, social e ambiental, através das informações sobre créditos recebidos, habitação rural, infraestrutura

e produção, emissão de relação de beneficiários; de outros tipos de documentos com vistas a atender a legislação vigente; emissão de Contrato de Concessão de Uso - CCU, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP e Título de Propriedade da Terra.

As tabelas abaixo apresentam os resultados alcançados dos esforços desprendidos, na realização dos trabalhos, atividades e objetivos apontados acima, ao longo do exercício de 2014.

**Tabela 41. Projeto criado**

Projeto	Município	Forma de Obtenção	Área (hectares)	Capacidade de assentamento	Famílias assentadas
PA Rio Tarifa	Vale do Anari	Desapropriação	5.443,6698	91	45

Fonte: Divisão de Obtenção.

Conforme demonstrado na tabela acima, ao longo do exercício de 2014, foi criado 01 (um) projeto de assentamento, com área de 5.443,6698 has (cinco mil quatrocentos e quarenta e três hectares, sessenta e seis ares, noventa e oito centiares), com a capacidade de assentar 91 (noventa e uma) famílias, e sendo efetivamente assentado o total de 45 (quarenta e cinco) famílias.

**Tabela 42. Famílias assentadas em projetos de assentamento criados em exercícios anteriores**

Projeto	Município	Forma de obtenção	Ano de criação	Área (hectares)	Famílias assentadas
PA Capitão Silvio	Ariquemes	Arrecadação	2012	1.803,5634	7
PA Dois de Julho	Cujubim	Desapropriação	2013	3.552,3448	10
PA Urupá	Urupá	Arrecadação	1981	60.960,5115	20
PA Machadinho	Machadinho do Oeste	Arrecadação	1982	213.911,1020	14
PA Bom Princípio	Seringueiras	Arrecadação	1983	85.754,7035	29
PA São Felipe	São Felipe D'Oeste	Desapropriação	1986	21.100,1025	2
PA Tancredo Neves	Urupá	Arrecadação	1987	29.584,1920	13
PA Jatuarana	Ariquemes	Arrecadação	1988	40.157,9704	1
PA Buriti	Buriti	Arrecadação	1988	25.250,5178	5
PA Tarumã	Vale do Paraíso	Desapropriação	1989	3.150,9439	1
PA Ribeirão Grande	Pimenta Bueno	Desapropriação	1990	7.379,6209	3
PA Cachoeira	Espigão do Oeste	Desapropriação	1990	9.160,2214	12
PA Colina Verde	Governador Jorge Teixeira	Desapropriação	1990	25.677,0941	7
PA Massangana	Ariquemes	Desapropriação	1990	29.641,8227	2
PA Santa Catarina	Theobroma	Aquisição	1995	2.549,4386	2
PA Rio Branco	Theobroma	Aquisição	1995	4.725,3193	9
PA Lagoa Nova	Theobroma	Aquisição	1996	2.792,9392	1
PA Primavera	Theobroma	Desapropriação	1997	6.023,7263	1
PA Manoel Souza Cardoso	Primavera de Rondônia	Desapropriação	1998	993,7636	3
PA Oziel dos Carajás	Brasilândia D'Oeste	Desapropriação	1998	1.795,1690	12
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	Desapropriação	1998	2.978,1158	10
PA Aguiné Divino	Alta Floresta do Oeste	Arrecadação	1998	6.240,5676	3
PA Rio Madeira	Porto Velho	Arrecadação	1998	8.265,4990	5
PA Aliança	Porto Velho	Arrecadação	1998	22.109,8752	2
PA Antonio Pereira Neri	Vale do Paraíso	Arrecadação	1998	2.184,0975	5
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	Arrecadação	2000	21.837,9795	8
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	Arrecadação	2000	14.733,4040	2
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	Arrecadação	2000	24.143,5197	13
PA Joana D'Arc III ParteII	Porto Velho	Arrecadação	2009	6.634,5052	16
PA Paraíso das Acáias	Candeias do Jamari	Reversão	2001	583,3900	16
PA São F. do Guaporé	São Francisco do Guaporé	Arrecadação	2001	4.351,7576	9
PA Martim Pescador	Urupá	Arrecadação	2002	20.536,3558	20
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	Arrecadação	2002	23.944,3285	24
PA Cautarinho	São Francisco do Guaporé	Arrecadação	2002	16.346,8395	13

Projeto	Município	Forma de obtenção	Ano de criação	Área (hectares)	Famílias assentadas
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	Desapropriação	2002	10.616,0000	2
PA Sagrada Família	São Francisco do Guaporé	Desapropriação	2002	5.063,5610	5
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	Desapropriação	2002	14.825,0000	1
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	Desapropriação	2002	16.156,9575	2
PA Ribeirão	Nova Mamoré	Desapropriação	2002	12.900,0000	1
PA Antonio Conselheiro	Theobroma	Reversão	2006	970,4507	1
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	Arrecadação	2007	137.087,0000	58
PDS Rolim de Moura	Alta Floresta do Oeste	Arrecadação	2006	4.087,0000	2
PA Flor do Amazonas 1	Candeias do Jamari	Reversão	2008	10.789,0459	2
PA Flor do Amazonas 2	Candeias do Jamari	Reversão	2008	5.160,7928	3
PA Flor do Amazonas 3	Candeias do Jamari	Reversão	2008	7.095,6776	9
PA Flor do Amazonas 4	Candeias do Jamari	Reversão	2008	5.811,6960	6
PA União I	Parecis	Arrecadação	2008	1.975,8403	3
PA União da Vitória	Porto Velho	Reversão	2009	4.022,3000	3
PA Nova Esperança	Costa Marques	Arrecadação	2011	675,9328	1
PA Maranatá	Chupinguaia	Desapropriação	2011	7.495,9058	1
PA Rio Azul III	Costa Marques	Arrecadação	2012	671,1967	1
PA Águas Claras	Vilhena	Reversão	2012	1.199,9867	11
PA Renato Natan	Corumbiara	Arrecadação	2012	290,1736	3
PA Belo Horizonte	Machadinho do Oeste	Desapropriação	2012	18.062,7305	30
PA Macaco Preto	Costa Marques	Arrecadação	2013	1.598,4225	5
PA Entre Rios	Costa Marques	Arrecadação	2013	4.511,6382	10
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	Arrecadação	1996	22.473,8163	51
PA Palmares	Nova União	Aquisição	1996	9.796,3833	7
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	Arrecadação	1996	38.400,7054	1
PA Chico Mendes	Presidente Médici	Desapropriação	1997	2.167,3587	7
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	Desapropriação	1997	1.995,1952	2
PA Lagoa Azul	Campo Novo de Rondônia	Desapropriação	1999	8.350,8665	2
PA Ceará	Parecis	Desapropriação	1998	4.050,7635	11
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	Aquisição	2001	6.020,8357	2
PDS Porto Seguro	Porto Velho	Arrecadação	2003	1.987,0000	1
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	Reversão	2008	1.711,9368	5
PA Bom Jesus	Costa Marques	Arrecadação	2010	894,1396	2
PA Zeferino	Nova Brasilândia D'Oeste	Desapropriação	1987	7.542,3785	6
PA Marcos Freire	Pimenta Bueno	Desapropriação	1988	10.688,7709	3
PA Lajes	Machadinho do Oeste	Arrecadação	1996	62.365,8002	55
PA Maria José Rique	Ariquemes	Desapropriação	1998	3.511,2393	6
PA Renascer	Cujubim	Arrecadação	1999	12.841,8371	1
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	Desapropriação	1999	7.512,4304	4
PA São José do Buritis	Buritis	Arrecadação	2000	9.143,0898	5
PA Rio São Pedro	Parecis	Reversão	2006	1.991,4456	1
PA Norte Sul I	Buritis	Arrecadação	2008	1.328,2783	1
PA Primavera Rondônia	Primavera de Rondônia	Desapropriação	2013	424,4809	2
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	Reversão	1995	2.599,3149	3
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	Desapropriação	1995	12.224,4218	5
PA Serra Grande	Costa Marques	Arrecadação	2001	7.530,5028	1
PA Maranatá II	Chupinguaia	Desapropriação	2013	888,3516	5
PA Alzira A. Monteiro	Chupinguaia	Desapropriação	2013	1.435,8403	22
PA Menezes Filho	Buritis	Arrecadação	1997	32.727,1293	1
PA Rio Consuelo	Alta Floresta do Oeste	Arrecadação	1999	3.541,0057	3
PA Santa Helena	Buritis	Arrecadação	1999	12.066,7825	1
PA Santa Izabel	Costa Marques	Arrecadação	2011	250,7753	1
PA Tabajara	Machadinho do Oeste	Arrecadação	1995	13.942,5575	1
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	Desapropriação	1998	6.218,5300	3
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	Desapropriação	2002	19.634,000	1

Projeto	Município	Forma de obtenção	Ano de criação	Área (hectares)	Famílias assentadas
PA Alberico Carvalho	Chupinguaia	Desapropriação	1995	1.164,5312	4
PA Santa Cruz	Ariquemes	Arrecadação	1998	6.648,9161	1
PA Conceição	Costa Marques	Arrecadação	1998	6.648,9161	1
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	Desapropriação	2000	16.463,2973	1
PA Verde Seringal	Chupinguaia	Desapropriação	1988	14.399,1794	12
PA José Carlos	Vale do Anari	Desapropriação	1998	1.597,0372	2
PA Nova Conquista	Vilhena	Desapropriação	1989	20.958,2637	9
PA Zé Bentão	Chupinguaia	Desapropriação	2011	7.056,3901	2
PIC Ouro Preto	Ouro Preto do Oeste	Arrecadação	1970	512.585,5760	1
PAD Marechal Dutra	Ariquemes	Arrecadação	1978	501.314,5760	1
PA União	Machadinho do Oeste	Desapropriação	1998	24.757,0362	16
PA Margarida Alves	Nova União	Aquisição	1997	11.892,1937	24
PA Agostinho Becker	Cujubim	Arrecadação	1999	15.360,6920	1
<b>Total</b>				<b>2.694.988</b>	<b>757</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

**Tabela 43. Famílias assentadas por forma de obtenção**

Formas	Famílias assentadas
Em áreas desapropriadas	275
Em áreas adquiridas - compra e venda	45
Em áreas arrecadadas	422
Em áreas de reversão de domínio	60
<b>Total</b>	<b>802</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Conforme demonstrado acima, ao longo do exercício de 2014, foram assentadas 802 (oitocentos e duas) famílias, sendo 757 (setecentos e cinqüenta e sete) famílias em 102 (cento e dois) projetos de assentamentos criados em exercícios anteriores e 45 (quarenta e cinco) famílias no projeto de assentamento criado em 2014.

A capacidade de assentamento de alguns projetos, criados em exercícios anteriores, como também o que foi criado em 2014, não foi preenchida totalmente, em razão de existirem famílias cadastradas que não apresentaram o perfil exigido para ser contemplado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, existindo ainda aqueles cadastrados que não apresentaram todos os documentos exigidos, ficando para providências posteriores.

Acrescenta-se que a seleção das famílias para os projetos de assentamento é processo constituído pelas etapas de cadastramento, triagem, seleção e homologação. Os critérios de seleção determinam o grau de prioridade das famílias no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Para o cadastramento das famílias se utiliza formulário específico para todo o território nacional de forma a identificar e aplicar os critérios de elegibilidade, pré-estabelecidos, na legislação que identificam o perfil dos candidatos. São as equipes técnicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA que realizam o cadastramento coletando as informações socioeconômicas necessárias, diretamente com as famílias, que apresentam documentação pessoal exigidas conforme a Norma de Execução nº 45/2005 e, posteriormente, as inserem no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, responsável pelo processamento das informações e triagem. A lista final, entretanto, é produzida após conferência em diversas bases de dados pública, visando a verificação de pendências judiciárias, trabalhistas e de renda.

As famílias selecionadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária são essencialmente trabalhadoras rurais acampadas, ocupantes de parcelas de terra em projetos de assentamento reconhecidos, populações tradicionais (ribeirinhos, faxinalenses e extrativistas em geral), minifundiárias com área menor que um módulo rural, parceleiros, arrendatários, posseiros e

trabalhadores rurais assalariados temporários ou permanentes. Existe também importante contingente de candidatos gerado por outras políticas públicas e precisam ser atendidos, como os atendidos por barragem, ocupantes não índios em terras indígenas, ocupantes de unidades de conservação.

Outra importante atividade correu em atendimento a Norma de Execução nº 70 de 12/05/2008 que versa sobre as inconsistências de elegibilidade de seleção no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, para a qual o prazo legal de conclusão dos trabalhos se encerrou, contudo, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO mantém equipe atuante tendo em vista de que as irregularidades ainda não foram completamente sanadas.

Ao longo do exercício de 2014 foram realizados procedimentos operacionais e administrativos, visando identificar e corrigir as inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção dos beneficiários, conforme demonstrado através da tabela abaixo.

**Tabela 44. Resultados da NE 70/2008**

Inconsistências identificadas	Notificações	Defesas	Falta Defesa	Análises	Indeferidos	Deferidos
1.830	1.658	792	866	1.366	1.064	93

Fonte: Divisão de Obtenção.

Resultado da diminuição do quadro de pessoal da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, somente 01 (uma) servidora vem desenvolvendo os trabalhos pertinentes à Norma de Execução nº 70 de 12/05/2008, consubstanciados, prioritariamente na instrução processual e análises das defesas apresentadas, cujo trabalho minucioso e complexo abrange a fiscalização e a correção dos atos ilegais que prescinde de inúmeros desdobramentos, tais como, vistoria da situação ocupacional, re-notificação para apresentação de documentos complementares, notificação de deferimento, notificação de lançamento do nome excluído do Programa Nacional da Reforma Agrária - PNRA, despachos, além do atendimento ao público alvo. E, por fim, tramitação dos processos no Sistema de Protocolo - SISPROT.

Com isso, se continua recebendo regularmente as justificativas apresentadas, tanto no prazo como as intempestivas, como também os documentos complementares às defesas em análise.

No exercício de 2014 foram realizados os cadastros de acampamentos no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA visando ao registro desses, como também a possibilidade das famílias participarem da distribuição de cestas de alimentos.

**Tabela 45. Acampamentos cadastrados**

Município	Quantidade de acampamentos	Quantidade de famílias
Cujubim	2	409
Ariquemes	1	218
Machadinho do Oeste	1	113
Rio Crespo	2	40
Chupinguaia	1	37
Theobroma	1	37
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>854</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Conforme demonstrado acima, foram cadastrados 08 (oito) novos acampamentos localizados em 06 (seis) municípios, com 854 (oitocentos e cinqüenta e quatro) famílias acampadas.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise crítica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

Não houve alcance da meta física, no exercício de 2014, contudo foi utilizado todo o recurso previsto e disponibilizado, situação essa decorrente principalmente pelo perfil das famílias, e da realização e cumprimento de todos os trabalhos e etapas ao assentamento dessas.

## **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

Foram identificados diversos problemas na realização dos trabalhos da ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, se destacando o acúmulo de funções no Serviço de Implantação de Projetos de Assentamento, onde uma única servidora acumula funções do citado setor com as atividades da Norma de Execução nº 70 de 12/05/2008, o que provocou morosidade nos trâmites processuais, dificultando a organização e controle das atividades desenvolvidas. A situação apresentada ocorre devido ao quadro insuficiente de servidores lotados na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Considera-se também como fator negativo a inscrição de famílias para se habilitarem ao projeto de assentamento e não preencherem os requisitos legais, conforme determina os dispositivos legais. Desta forma, são realizadas todas as consultas e etapas visando ao assentamento das famílias, trabalho esse que demanda tempo e recursos orçamentários, sem que se possa concluir e assentar efetivamente as famílias e preencher as vagas criadas.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Como principal resultado se destaca o trabalho desenvolvido nos projetos de assentamentos criados em exercícios anteriores, onde foram assentadas famílias visando ao alcance da meta e proporcionar a situação de regularidade às famílias ocupantes dos lotes.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

A maior limitação que não permitiu maiores avanços, ao longo do exercício de 2014, foi a insuficiência de servidores, tanto em quantidade como em qualificados, que se tornou no principal problema na execução dos trabalhos da ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA não observou reflexos de restos a pagar no desenvolvimento dos trabalhos ao longo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

O alcance das metas da ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA é resultado do conjunto de outras atividades, e nesse sentido, a estratégia visando melhorias será a articulação nos diversos níveis visando criação de novos projetos para o assentamento de agricultores rurais sem terra demandantes, em especial aqueles que ainda estão debaixo de lonas em acampamentos. E, a regularidade dos ocupantes dos lotes em projetos de assentamento criados em exercícios anteriores. Uma vez que sem a união de esforços, sem quantitativo e com pouca qualificação e/ou experiência nos trabalhos não se vislumbrará alcance de quaisquer resultados.

### 3.2.1.4. Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária

**Tabela 46. Informações Gerais da Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária**

Identificação							
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais						
Plano Orçamentário	05 - Regularização Ambiental de assentamentos da Reforma Agrária						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Regularização ambiental requerida	unidade	1	0	0	13.004	12.661,35	97,36
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
13.004	13.004,00	12.661,35	12.661,35	0,00	0,00	12.661,35	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 47. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Valores em R\$ 1,00	
				Pago	Restos a Pagar
T221A000540	33.90.14	4.513,00	4.170,35	4.170,35	0,00
	33.90.33	8.491,00	8.491,00	8.491,00	0,00
<b>Total</b>		<b>13.004,00</b>	<b>12.661,35</b>	<b>12.661,35</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 13.004 (treze mil e quatro reais), sendo este integralmente disponibilizado, que representa 100% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 12.661,35 (doze mil seiscentos e sessenta e um reais, trinta e cinco centavos), sendo integralmente pagos, perfazendo a execução de 97,36% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de protocolar 01 (uma) licença ambiental sendo protocolada nenhuma licença, representando a execução física de 0%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Ao longo do exercício de 2014 não foram realizados trabalhos visando o protocolo de Licença Prévia - LP ou de Licença de Instalação e Operação - LIO, respectivamente de imóveis a serem obtidos e de projetos de assentamento, em decorrência do estabelecido na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 458 de 458 de 16/07/2013, que busca praticidade, uma vez que não mais se licencia o assentamento e sim as atividades implantadas, tanto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA como pelo assentado beneficiário.

A citada Resolução compartilha a ação degradadora do meio ambiente, entre o órgão gestor e seus beneficiários. Assim, o assentado passa a ter o conhecimento direto sobre o que é exigido

pelo órgão de meio ambiente, responsabilizando-o através de prática corretiva e conservacionista sobre o mesmo.

No Plano de Trabalho elaborado pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, em atenção ao Termo de Compromisso - TC firmado com o Ministério Público Federal - MPF em 08/08/2013, foi programada a solicitação de licenças ambientais das atividades implantadas à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM dos 139 (cento e trinta e nove) Projetos de Assentamentos não consolidados, em 07 (sete) anos, sendo 15% (quinze por cento) ao ano, o equivalente a 20 (vinte) assentamentos, com previsão para se iniciar em 2014.

Contudo, as não se iniciaram os protocolos das atividades, pois ainda persiste a indefinição de quais atividades serão passíveis de licenciamento.

Entretanto, visando iniciar atividades em cumprimento ao estabelecido no Termo de Compromisso citado acima, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO se adiantou ao estabelecimento das atividades, e realizou trabalhos de campo, de forma experimental, para levantar atividades realizadas pelas famílias assentadas que pudesse requerer regularidade ambiental através de licenças, os resultados se observam através da tabela abaixo.

**Tabela 48. Levantamento de atividades passíveis de licenciamento**

Projeto	Município	Lotes	Atividades
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	59	9
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	22	5
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	81	28
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	25	15
PA Ribeirão	Nova Mamoré	25	13
<b>Total</b>		<b>212</b>	<b>70</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Conforme demonstrado acima, foram realizados levantamentos em 212 (duzentos e doze) lotes, resultando em 70 (setenta) atividades a serem licenciadas em 05 (cinco) projetos de assentamentos.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

Ao longo do exercício de 2014 não foram realizadas atividades que resultassem no alcance da meta física inicialmente estabelecida, e a execução orçamentária representa o deslocamento de representantes da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO em oficinas de planejamento e readequações desse referente ao Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia - PPCADI - Amazônia, também denominado "Programa Assentamentos Verdes".

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

O principal problema e fator determinante para a não conclusão da ação de Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária, ao longo do exercício de 2014, foram a indefinição quanto as atividades seriam passíveis de serem licenciadas.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Na execução dos trabalhos se destacou a elaboração de formulário de coleta de dados e a iniciativa de levantar, de forma experimental, atividades que indicassem apresentar atributos físicos, como hidrografia e relevo, necessitando assim do licenciamento para regularização ambiental das famílias assentadas, como principal resultado alcançado ao longo do exercício de 2014.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

Como a meta da ação de Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária é protocolar licença o contingenciamento identificado, ao longo do exercício de 2014, a indefinição que estabeleça os procedimentos, valores e principalmente as atividades que poderão e/ou requererão serem licenciadas.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária não observou influência de registros de valores inscritos em restos a pagar, ao longo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

Entende-se ser urgente a efetiva implementação das licenças e que essa tenha abrangência ao maior número possível de famílias assentadas, e na maior brevidade possível. Faz-se com isso, necessário o imediato desencadeamento de ação conjunta entre Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com os órgãos ambientais, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, primando por ações educativas e preventivas nos projetos de assentamento.

A partir de então, a multiplicação do licenciamento das atividades implantadas e a facilitação para o licenciamento das atividades que se pretenderem implantar.

Visualiza-se momento de união de esforços multi-institucional, com o desafio de regularizar a situação ambiental dos projetos de assentamentos, cumprindo assim o que estabelece a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 458 de 458 de 16/07/2013.

A pretensão do trabalho não se limita à regularidade ambiental, mas também, na promoção da qualidade de vida e de forma sustentável das famílias assentadas, em sintonia com a legislação ambiental e com os recursos naturais da propriedade.

### **3.2.1.5. Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária**

**Tabela 49. Informações Gerais da Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária**

<b>Identificação</b>							
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais						
Plano Orçamentário	02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
<b>Metas do Exercício</b>							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Assentamento beneficiado	unidade	8	4	50	268.500	204.679,81	76,23
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>		<b>Restos a Pagar</b>		<b>Valores Pagos</b>	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
268.500	353.500,00	348.554,83	348.554,83	0,00	143.875,02	204.679,81	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 50. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
C211A000213	33.90.14	25.000,00	20.891,50	20.891,50	0,00
	33.90.30	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
	33.90.39	152.500,00	152.500,00	55.600,00	96.900,00
T211A000240	33.90.14	44.500,00	43.670,73	43.670,73	0,00
	33.90.30	65.000,00	64.992,60	49.092,60	15.900,00
	33.90.33	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
	33.90.39	51.500,00	51.500,00	20.424,98	31.075,02
<b>Total</b>		<b>353.500,00</b>	<b>348.554,83</b>	<b>204.679,81</b>	<b>143.875,02</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 268.500 (duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais), sendo disponibilizados R\$ 353.500,00 (trezentos e cinqüenta e três mil e quinhentos reais), que representa 131,65% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 348.554,83 (trezentos e quarenta e oito mil quinhentos e cinqüenta e quatro reais, oitenta e três centavos), sendo pagos R\$ 204.679,81 (duzentos e quatro mil seiscentos e setenta e nove reais, oitenta e um centavos), perfazendo a execução de 57,90% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 143.875,02 (cento e quarenta e três mil oitocentos e setenta e cinco reais, dois centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de beneficiar 08 (oito) Projetos de Assentamento sendo beneficiado o total de 04 (quatro) assentamentos, representando a execução física de 500%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

### **Das atividades desenvolvidas**

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Ao longo do exercício de 2014 foram realizadas diversas atividades no âmbito da ação de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, se destacando:

- Participação em capacitações em Quantum Gis - Sistema de informações geográficas, para a extração de mapas e conexão com diversos bancos de dados, de forma gratuita, em módulo específico para questões ambientais, realizado em Brasília-DF; e no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, em Ouro Preto do Oeste-RO e posteriormente em Brasília-DF.

- Início dos trabalhos de realização do Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS comunitário dos projetos de assentamento Vale Encantado e Madre Cristina, através da realização de instrução e encaminhamentos nos processos administrativos, e participação em reuniões com representantes para apresentação do plano.

- No projeto de assentamento Belo Horizonte, localizado no município de Machadinho do Oeste-RO foi realizado diagnóstico ambiental de ocorrência e abrangência de antropização com de derrubadas ilegais, que resultaram na delimitação das áreas legalmente protegidas, apontamento dos pontos de ocorrência e abrangência da citada antropização.

- No PAF Jequitibá, município de Candeias do Jamari-RO foram iniciados os trabalhos de implementação do Plano de Manejo Florestal Sustentado de Uso Múltiplo - PMFS, através da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, aquisição de plaquetas para identificação, aquisição de ferramentas de trabalho para as equipes de campo, contratação da empresa para a execução do inventário florestal, que ocorreu através de pregão eletrônico, participação em reuniões com representantes para apresentar a empresa contratada, e participação em audiência pública para tratativas do desenvolvimento do plano.

O PAF Jequitibá, criado em 18/07/2007, com área de 133.318,1741 has (cento e trinta e três mil trezentos e dezoito hectares, dezessete ares, quarenta e um centiares), com capacidade de

assentar 597 (quinhentos e noventa e sete) famílias, tem como característica específica estar localizado, conforme a Lei Estadual nº 233/2001, em área zona 02, no Zoneamento Sócio Econômico Ecológico - ZSEE, implicando em esclarecer que a ocupação do espaço somente pode ocorrer de forma coletiva, tendo como atividade principal o manejo florestal sustentável de uso múltiplo da floresta nativa, por isso mesmo a criação do projeto na modalidade assentamento florestal.

Quando da criação do projeto, decorrente em especial pela pressão social, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e outros órgãos assinaram Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, onde em especial, permitia o desmatamento e corte raso de 10 has (dez hectares) por família, semelhante ao que é permitido nas Reservas Extrativistas.

O Plano de Manejo Florestal Sustentado de Uso Múltiplo - PMFS no PAF Jequitibá, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 65 de 31/05/2010 deve ser desenvolvido de forma comunitária entre os assentados, elaborado para o manejo em 3.300,0000 has (três mil e trezentos hectares), divididos em 02 (dois) blocos, com 1.800,0000 has (um mil e oitocentos hectares) e 1.500,0000 (um mil e quinhentos hectares), respectivamente, e beneficiará 155 (cento e cinqüenta e cinco) famílias, que estão em situação regular junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Contudo, no momento em que os servidores e a empresa contratada foram em campo, dentro do perímetro previamente demarcado pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, para iniciar o inventário florestal, se depararam com equipe realizando picadas de forma individual.

Como alternativa se buscou outro local para os trabalhos, contudo, nesse outro local foram surgindo pessoas com liminares concedidas judicialmente, criando obstáculos à realização do levantamento das essências florestais. Assim, para salvaguardar a integridade dos servidores e da empresa contratada, se suspendeu os trabalhos até que as citadas liminares sejam suspensas.

- Em atenção ao Termo de Cooperação nº 7.000 de 25/01/2013 com a CESRIO Terra foi realizado transporte e distribuição de mudas de espécies florestais e frutíferas, para famílias assentadas nos municípios de Cujubim e Machadinho do Oeste.

- Foram organizadas e preenchidas planilhas com informações de 104 (cento e quatro) projetos de assentamento para alimentação do bando de dados da Universidade Federal de Lavras-MG, objeto de parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que resultará na expedição de Cadastramento Ambiental Rural - CAR perimetral dos projetos de assentamentos da Amazônia Legal.

- Participação em reuniões em Brasília-DF visando tratativas relacionadas à chamada pública extrativista, para prestação de assistência técnica especializada as famílias assentadas.

- Realização do I Seminário “Sistemas Agroflorestais em parcelas de assentamentos rurais: um desafio a ser enfrentado no Estado de Rondônia”, no município de Machadinho do Oeste, em decorrência do Termo de Cooperação com a Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC.

A citada parceria tem com objetivo implantar Sistemas Agroflorestais - SAF visando a recuperação de áreas desmatadas, especialmente em reserva legal e de preservação permanente, nos projetos de assentamentos do Estado de Rondônia.

O Seminário buscou possibilitar conhecimentos sobre questões relacionadas ao meio ambiente, sistemas agroflorestais, assistência técnica, extensão e crédito rural, visando ao combate do desmatamento ilegal nos projetos de assentamentos. Com a possibilidade de se verificar a aceitação de se implantar Sistemas Agroflorestais - SAF, enquanto alternativa ao desmatamento, recuperação das áreas, com possibilidade de geração de renda e segurança alimentar.

Tanto implantar Sistemas Agroflorestais - SAF, quanto realizar o seminário foram atividades previstas no planejamento anual do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia Legal - PPCADI, também denominado Programa Assentamentos Verdes - PAV.

O Seminário proporcionou palestras sobre o papel da assistência técnica nos projetos de assentamentos; Sistemas agroflorestais com cacaueiros e agricultura familiar; Quintais amazônicos; Desmatamento legal e ilegal; Cadastramento Ambiental Rural - CAR; Programa Assentamento Verdes - PAV; Manejo em solos alternativos de uso da terra; Educação ambiental; Créditos bancários para a agricultura familiar.

Assim, em 02 (dias) foram realizadas explanações, esclarecimentos e debates, que resultou em avaliação positiva, e aceitação de 84% das famílias assentadas que participaram do Seminário, em implantar Sistemas Agroflorestais - SAF, 11% não sabiam ou não quis opinar, e 5% disse não querer aderir à implantação.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise crítica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A meta física foi superada através da realização de atividades de gestão ambiental que beneficiaram os projetos de assentamento Vale Encantado, Madre Cristina, PAF Jequitibá e Belo Horizonte. Superação essa decorrente tanto pela disponibilidade orçamentária também ter ocorrido acima do inicialmente estabelecido, como pela ação conjunto dos Setores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, efetivação de contratos, pelas contribuições de diversos órgãos, e em especial pelas parcerias celebradas.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

A atividade ambiental tem caráter transversal, perpassando praticamente por todos os setores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e a vinculação do setor a Divisão que cuida especificamente das etapas que precedem a criação do projeto de assentamento, tem apresentado dificuldades na operacionalização dos trabalhos, em especial aquelas voltadas para a gestão dos projetos de assentamentos criados.

Contudo, o principal problema identificado foi o entendimento jurídico equivocado, com a emissão de diversas liminares concedendo aos invasores do PAF Jequitibá a realização de plano de manejo individual, o que ocasionou na paralisação dos trabalhos que se encontravam em estágio avançado de desenvolvimento.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Os principais resultados identificados ao longo de 2014 foram:

- Servidores capacitados em ferramentas que serão largamente utilizados nos trabalhos de gestão ambiental dos projetos de assentamentos;

- Experiência ímpar na contratação especializada em inventário florestal, servindo de projeto piloto para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

- Delimitação em carta imagem da Área de Preservação Permanente do PA Belo Horizonte, município de Machadinho do Oeste, que identificou áreas antropizadas, o que facilitará trabalhos de recomposição dessas áreas; e

- Início de trabalhos que resultarão no combate ao desmatamento ilegal, recuperação das áreas, com possibilidade de geração de renda e segurança alimentar.

Entende-se que os trabalhos ainda são tímidos frente à grande demanda e diversidade de ações a serem realizadas, contudo, se demonstra a disposição nas tratativas ambientais, como prioridade singular nos projetos de assentamentos do Estado de Rondônia.

### **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O principal contingenciamento foi o judicial, através de liminares que autorizou a realização de manejo florestal individual no PAF Jequitibá, sendo esse o fator preponderante para a não

apresentação de melhores resultados na ação de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

### **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

Registros de valores em restos a pagar não influenciaram na execução da ação de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária ao longo do exercício de 2014.

### **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A principal estratégia visando melhorar resultados será transformar o Setor de Meio Ambiente em Assessoria do Gabinete, ou alocar a equipe na Divisão de Desenvolvimento, uma vez que as atividades estão voltadas aos trabalhos em projetos de assentamentos criados.

Também se buscará parceiros para conscientização ambiental.

### **3.2.2. Prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária**

*Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, incluindo:*

a) Análise crítica do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, destacando os números obtidos e o planejamento para o próximo exercício:

Para o exercício de 2014 se planejou vistoriar área total de 61.100,0000 has (sessenta e um mil e cem hectares) em 16 (dezesseis) imóveis que de posse do Diagnóstico Regional se elencou imóveis com a possibilidade de assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra e, também através da demanda apresentada por famílias pertencentes aos movimentos sociais e/ou grupos independentes, oriundos de áreas de conflitos e de tensão social, se elaborou plano de trabalho acompanhado de cronograma, período e força de trabalho necessária à sua operacionalização.

Com isso, se alcançou como resultado a realização de vistorias visando ao levantamento de dados e informações, em 16 (dezesseis) imóveis e área total de 175.831,0252 has (cento e setenta e cinco mil oitocentos e trinta e um hectares, dois ares e cinqüenta e dois centiares). Como também foram realizados outros tipos de vistorias em 03 (três) imóveis com área total de 67.651,3927 has (sessenta e sete mil seiscentos e cinqüenta e um hectares, trinta e nove ares, vinte e sete centiares).

Superação no alcance das metas decorrente tanto pela realização efetiva em áreas com tamanho maior ao inicialmente estabelecido, como pela disponibilização de recursos complementares o que proporcionou a realização de vistorias em maior quantidade de imóveis.

E, se planeja para o exercício de 2015 a realização de vistorias em 17 (dezessete) imóveis com a área total de 90.000,0000 has (noventa mil hectares), planejamento esse passível de ajustes no momento do estabelecimento das metas e limites orçamentários, que ocorre depois de definidos os créditos orçamentários disponíveis para o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

b) Demonstração do planejamento e resultados obtidos para elaboração de Estudos de Capacidade de Geração de Renda - ECGR:

O planejamento para elaboração de Estudos de Capacidade de Geração de Renda - ECGR é realizado considerando todos os parâmetros das normas vigentes, porém, na seqüência ocorrem intervenções de situações pontuais, em especial conflituosas e pontuais que precisam ser atendidas emergencialmente, com isso, são realizados readequações do que foi estabelecido inicialmente.

O citado estudo é ferramenta de primordial importância na avaliação do imóvel rural, que serve de parâmetro e subsídio para deferir ou indeferir, através de análises das informações contidas no laudo de avaliação, se determinado imóvel é viável de obtenção.

Como principal resultado alcançado, ao longo do exercício de 2014, na elaboração de Estudos de Capacidade de Geração de Renda - ECGR foi a elaboração de subsídios para instrução processual e elementos técnicos necessários e suficientes para definição de imóveis à obtenção.

c) Resultados de obtenção de terras por região de interesse da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO (conforme resultados dos estudos empreendidos e enviados à Diretoria de Obtenção), destacando as modalidades de obtenção utilizadas, os custos médios aplicados por hectare e as justificativas do gestor:

Ao longo do exercício de 2014, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não obteve nenhum imóvel rural, assim não existiram resultados efetivos que pudessem ser enviados à Diretoria de Obtenção.

d) Análise crítica e orçamento projetado para providências de implantação e manutenção dos Projetos de Assentamento criados no exercício, incluindo serviços de topografia, elaboração de PDA/PRA:

Com a criação do projeto de assentamento Rio Tarifa, localizado no município de Vale do Anari, foi proporcionado conhecimento dos atos a todos os Setores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, para que, dentro das competências legais, adotem as medidas pertinentes à topografia, elaboração de Plano de Desenvolvimento de Assentamento - PDA, concessão de crédito, assistência técnica e outras ações, contudo, os orçamentários para a operacionalização das ações serão projetados no momento de elaboração do planejamento anual, que não ocorreu até a data e encerramento da elaboração do presente relatório de gestão, pela indefinição do orçamento geral da União.

### **3.2.3. Atuação na gestão dos valores descontados referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas**

*Demonstração da atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO na gestão dos valores descontados no exercício de 2014 referentes às áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas nas áreas adquiridas para inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, incluindo montante que deixou de ser pago e valores destinados à recomposição dessas áreas:*

Ao longo do exercício de 2014 não foi desapropriado nenhum imóvel para fins da reforma agrária no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Assim, para demonstrar a gestão dos valores descontados referentes às áreas de Reserva Legal - RL e Preservação Permanente - APP desmatadas em áreas inclusas no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA se utilizará a memória de cálculo os valores para recuperação dos danos ambientais da Fazenda Rio Branco II, município de Ariquemes-RO, que foi declarado de interesse social para fins da reforma agrária em 31/12/2014, para o qual foi identificado o passivo.

**Tabela 51. Cálculo para recuperação de dano ambiental**

Valores em R\$ 1,00

Imóvel	Município	Valor por hectare recuperado	Tipo da Área	Área a ser recuperada	Valor
Fazenda Rio Branco II	Ariquemes	1.758,12	RL	12.6417	22.225,62
			APP	73.9638	130.037,23
<b>Total</b>				<b>86,6055</b>	<b>152.262,85</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

Conforme demonstrado acima, se multiplica o tamanho da área a ser recuperada pelo valor de cada hectare recuperado, assim, sendo 86,6055 has (oitenta e seis hectares, sessenta e cinco ares, cinqüenta e cinco centiares) serem recuperados, multiplicado por R\$ 1.758,12 (um mil setecentos e cinqüenta e oito reais, doze centavos) que é o valor de cada hectare recuperado, resulta no total de R\$ 152.262,85 (cento e cinqüenta e dois mil duzentos e sessenta e dois reais, oitenta e cinco centavos) para ser descontado do valor a ser indenizado.

### **3.2.4. Estratégias para licenciamento ambiental**

*Estratégia para licenciamento ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO:*

a) Situação do déficit de licenciamento em assentamentos da reforma agrária:

A partir de 2013 através da Resolução CONAMA nº 458 de 16/07/2013 se passou a ser exigida licença das atividades, contudo, não foi licenciada nenhuma atividade ao longo de 2014, representando no passivo de 100% das atividades implantadas, visando a regularidade ambiental das famílias.

b) Licenciamento das áreas em processo de obtenção para fins de reforma agrária e dos projetos de assentamentos criados:

O licenciamento das áreas em processo de obtenção para fins da reforma agrária se tornou não mais necessário com o advento da Resolução CONAMA nº 458 de 16/07/2013.

Como também, o licenciamento dos projetos de assentamento passou a ser realizado das atividades agrossilvipastoris e de empreendimentos de infraestrutura.

Para este último a estratégia foi o levantamento prévio das atividades passíveis de licenciamento e se buscou definição de quais delas poderão e/ou demandarão serem licenciadas.

c) Recuperação ambiental de assentamentos:

Ao longo do exercício de 2014 foram iniciadas atividades, conforme previsto no Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Reforma Agrária - PPCADI, ou Programa Assentamentos Verdes - PAV, incluindo realização de parceria que visaram a recuperação ambiental de assentamentos, contudo, não culminaram na conclusão dos trabalhos, uma vez que perpassam por diversas etapas.

Não conclusão, também decorrente do número reduzido de servidores frente à demanda e capilaridade das atividades a serem empreendidas.

d) Ações de educação ambiental e gestão ambiental dos assentamentos:

Foi promovida ação de educação ambiental, através da realização do I Seminário “Sistemas Agroflorestais de Parcelas de assentamento rural: *um desafio a ser enfrentado no Estado de Rondônia*” com a realização de palestra sobre o tema ministrado por professor do Instituto Federal de Rondônia - IFRO.

Compreende-se a importância na educação ambiental das famílias assentadas, assim, o exercício de 2014 representou início da abordagem sobre o assunto, a serem impregnados também nos trabalhos das empresas prestadoras de assistência técnica, em seus trabalhos cotidianos.

E, a gestão ambiental teve início através dos trabalhos do Plano de Manejo Florestal Sustentável do PAF Jequitibá e do Plano de Manejo Sustentável - PMS nos projetos de assentamento Vale Encantado e Madre Cristina.

### **3.2.5. Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia**

*Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia - PPCADI, denominado Programa Assentamentos Verdes - PAV, e resultados no exercício, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO:*

a) Situação do desmatamento em assentamentos da reforma agrária na Amazônia Legal:

Visando tratativas quanto ao desmatamento em projetos de assentamentos foi feita a extração de carta imagem do Estado de Rondônia, atualizada para o exercício de 2014, contudo, pela inexistência de servidor capacitado, para análise e retirada de informações acuradas e até específicas, não foi possível avançar nos estudos e demais atividades para identificação e implementação de ações efetivas ao combate ou regularização do desmatamento em projetos de assentamento.

b) Valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas:

Atividades voltadas a valorização de ativos ambientais foi realizada instrução, análise processual e trâmites visando a realização do Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS do PAF Jequitibá, que culminou na contratação de empresa especializada em inventário florestal, contudo, devido especialmente a existência de liminares concedendo autorização para realização de manejo individual na mesma área onde seriam realizados os trabalhos coletivos, esses foram paralisados.

Como também, com atividades nos processos de regularização para exploração florestal, através de Plano de Manejo Sustentável - PMS dos projetos de assentamentos Vale Encantado e Madre Cristina.

A valorização de atividades produtivas é realizada através das empresas contratadas para prestação de assistência técnica em projetos de assentamento, realizados sistematicamente conforme estabelecido nos planos de trabalhos, e se alcançando resultados positivos, principalmente pelos conhecimentos ofertados para assistência produtiva que vêm fixando as famílias ao campo.

c) Recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias:

Ao longo do exercício de 2014, foram realizadas tratativas que culminaram na celebração de Termo de Cooperação com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC para a implantação de Sistemas Agroflorestais - SAF cacaueiros, visando a recuperação dos passivos ambientais em projetos de assentamentos, com geração de renda e segurança alimentar para as famílias.

d) Regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural - CAR, por unidade familiar:

As atividades de regularização ambiental e ambiental através do Cadastro Ambiental Rural - CAR dos projetos de assentamentos de Rondônia, ao longo do exercício de 2014, foram realizadas pela Universidade Federal de Lavras-MG, decorrente de parceria, ficando sob a responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO o preenchimento de tabelas e apresentação de informações detalhadas sobre os projetos de assentamento, para compor banco de dados, que alimentará o Sistema de Informações do Cadastro Ambiental Rural - SICAR.

O planejamento do Programa Assentamentos Verdes - PAV previu o Cadastramento Ambiental Rural - CAR perimetral de 113 (cento e treze) projetos de assentamentos, contudo, e principalmente pela insuficiência de servidores, esse trabalho não foi realizado.

E, após 03 (três) servidores realizarem capacitação no sistema, se contatou complexidade que se somada à capilaridade das atividades previstas no planejamento anual, em especial do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da

Amazônia - PPCADI houve o ajuste da estratégia de atuação, se buscando assim parcerias para a realização do Cadastro Ambiental Rural - CAR dos projetos de assentamentos.

e) Monitoramento e controle ambiental:

Visando ao monitoramento, controle ambiental e gestão do plano do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia - PPCADI foi prevista a realização de atividades, e conforme a tabela abaixo de apresenta o citado planejamento, valor estimado e a fase em que se encontra, atualizado até 31/12/2014.

**Tabela 52. Monitoramento e controle ambiental**

Procedimento	Valor Estimado	Fase
<b>Operação 1: Monitoramento das áreas legalmente protegidas dos projetos de assentamento.</b>		
Realizar análises espaciais	0,00	A iniciar
Analisa a dinâmica e tendências do desmatamento relacionadas com os assentamentos	30.000,00	A iniciar
Implementar SIG	0,00	A iniciar
Realizar parceria com o IBAMA visando o estabelecimento e a difusão de mecanismos de alerta de desmatamento	0,00	A iniciar
<b>Operação 2: Controle de atividades degradantes em áreas ambientais legalmente protegidas dos projetos de assentamento.</b>		
Realizar visitas técnicas para prevenir ilícitos ambientais nos projetos de assentamento	0,00	A iniciar
Registrar no processo individual do beneficiário o cometimento de ilícito ambiental	0,00	A iniciar
Divulgar as atividades de controle por meio dos veículos de comunicação local	20.000,00	A iniciar
<b>Operação 3: Gestão do plano.</b>		
Apresentar informações sobre o cumprimento dos critérios para criação de novos projetos de assentamento	0,00	Executada
Apresentar informações sobre celebração de Termo de Parceria com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável dos entes municipais.	0,00	A iniciar
Elaborar modelo de gestão do PPCADI ( <i>apresentado através do Plano de Trabalho TC-MPF/INCRA</i> ).	0,00	Executada
Elaborar proposta de Controle Social do PPCADI: “propor a criação de comissão de controle social do PAV composto por atores de movimentos sociais, como FETAGRO, MAB, CPT, MST e outros”.	0,00	Executada
Realizar seminário sobre o PPCADI para instituições e movimentos sociais locais.	55.000,00	Executada
Apresentar relatório do status de desflorestamento dos projetos de assentamento (trimestral).	10.000,00	A iniciar
Constituir formulário-padrão para diagnosticar e identificar atividades necessárias por Eixo para cada projeto de assentamento.	0,00	A iniciar
Realizar diagnóstico e a identificação de atividades por Eixo para os projetos de assentamento que compõem o PPCADI.	0,00	A iniciar
Registrar informações sobre a execução do PPCADI.	0,00	Executada
Constituir metodologia de monitoramento ambiental.	0,00	A iniciar
Estabelecer fluxograma para inserção de assentamento no CAR.	0,00	A iniciar
Padronizar relatório para controle ambiental.	0,00	A iniciar
Regulamentar a relação comunidade / empresa no manejo florestal.	5.000,00	Iniciada
Avaliar a possibilidade de comercialização do crédito carbono.	6.000,00	A iniciar
Proporcionar a captação de recursos não-reembolsáveis (Fundo Amazônia).	3.000,00	Executada
Realizar reuniões trimestrais para avaliação da execução e consolidação das informações.	0,00	Iniciada

Procedimento	Valor Estimado	Fase
Fornecer relatórios dos indicadores de esforços, resultados e situação ambiental por projeto de assentamento e por Superintendência Regional.	0,00	A iniciar
Enviar mensalmente informações consolidadas para o INCRA-SEDE (DTM).	0,00	Executada
Realizar reunião anual para avaliação e revisão do programa	0,00	A iniciar
Elaborar relatório de avaliação anual do plano.	0,00	Iniciada
Divulgar as atividades executadas do PPCADI por meio dos veículos de comunicação local.	6.000,00	A iniciar
Produzir material de divulgação do PPCADI.	20.000,00	A iniciar.
<b>Operação 4: Capacitação dos servidores.</b>		
Levantar demanda de capacitação de acordo com o PPCADI.	0,00	Executado
Realizar parceira com a CEPLAC para proporcionar capacitação.	0,00	Executado
Programar capacitação	0,00	Executado
Executar capacitação dos servidores de acordo com a programação do PPCADI.	110.000,00	Iniciado
<b>Operação 5: Capacitação de agentes e técnicos prestadores de serviços aos projetos de assentamentos.</b>		
Levantar demanda de acordo com o PPCADI.	0,00	Executado
Programar capacitação.	3.000,00	Iniciado
Realizar curso de implantação de SAF's.	15.000,00	A iniciar
Realizar curso do uso correto de agrotóxicos e afins.	15.000,00	A iniciar
Realizar curso de exploração de manejo com impacto reduzido.	15.000,00	A iniciar
<b>Operação 6: Capacitação de assentados.</b>		
Levantar demandas por capacitação com recursos do TERRA SOL de acordo com o PPCADI.	0,00	A iniciar
Programar capacitação conforme demanda levantada.	0,00	A iniciar
Executar a capacitação conforme demanda levantada.	30.000,00	A iniciar
Realizar Curso Modular de Agroecologia.	0,00	A iniciar
Realizar Curso de Prevenção e Combate a Queimada.	0,00	A iniciar
<b>Total</b>	<b>343.000,00</b>	

Fonte: Planejamento e Controle.

As atividades planejadas e indicadas na tabela acima, que se encontram na fase “A iniciar”, tem como fatos motivadores: a insuficiência no quantitativo de servidores para operacionalizar o plano do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia - PPCADI em sua integralidade, tanto pela complexidade como pela dimensão e abrangência; não descentralização orçamentária na totalidade planejada; ou insuficiência de orientação de como executar, onde se aguardou o mínimo de padronização para todas as Superintendências Regionais afetadas pelo Termo de Compromisso firmado entre o Ministério Público Federal - MPF e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

### 3.2.6. Levantamento das informações sobre imóveis desapropriados

*Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados, no exercício de referência do presente relatório de gestão e nos anteriores, para fins de registro, pela Contabilidade, em contas contábeis específicas, conforme determina o item 9.2.6. do Acórdão TCU nº 557/2004 - Plenário.*

De acordo com o estabelecido na Decisão Normativa TCU nº 127 de 15/05/2013, se elaborou através da Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA cronograma de registro dos imóveis desapropriados, se levando em consideração o estabelecido no Acórdão TCU nº 557 - Plenário de 17/05/2004, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 53. Cronograma de levantamento das informações sobre imóveis desapropriados**

Deliberação constante no Acórdão TCU nº 557/2004 - Plenário (Processo: 005.888/2003-0)	Ações	Prazo	Responsável
9.2.6. Adote, para fins de aplicação do princípio da oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750 de 29/12/1993, e dos artigos 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320 de 17/03/1964, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que: 9.2.6.1. Os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.); 9.2.6.2. Os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários; 9.2.6.3. Os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis.	<p>Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda (Decreto nº 433 de 24/01/1992)</p> <p>Total de Imóveis: 518.</p> <p>Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do INCRA.</p> <p>Total de imóveis: 5.464.</p> <p>Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros.</p> <p>Total de imóveis: 2.478.</p>	<p>03/03/2014 a 31/12/2015</p> <p>03/05/2014 a 31/12/2017</p> <p>03/05/2014 a 31/12/2018</p>	<p>DT/DD/DA</p> <p>DT/DD/DA/PFE</p> <p>DT/DD/DA</p>

Fonte: Relatório de Gestão 2013 - INCRA Sede.

As ações de transcrição e registro patrimonial tem trâmite, procedimentos e inclusão das contas contábeis no âmbito da Diretoria de Gestão Administrativa - DA, em Brasília-DF.

Alguns projetos de assentamento são criados com o ato de imissão na posse, enquanto o processo de desapropriação se estende na esfera judicial, e assim, a transcrição do imóvel em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ocorrerá quando finalizado o processo judicial.

### 3.2.7. Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

*Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária, destacando:*

a) Número de pessoas inscritas no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA ainda não atendidas (passivo) na jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e os custos projetados para o assentamento deste contingente:

No âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO existem 9.223 (nove mil duzentos e vinte e três) famílias acampadas e inscritas no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, conforme consta registrado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA e se estima R\$ 919.994,25 (novecentos e dezenove mil novecentos e noventa e quatro reais, vinte e cinco centavos) de recurso necessário para o assentamento desse contingente.

b) Principais resultados obtidos na criação de projetos de assentamento, na seleção e no assentamento de famílias contempladas no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA no exercício e planejamento para o próximo exercício:

No exercício de 2014 a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO criou o projeto de assentamento Rio Tarifa, localizado no município de Vale do Anari, com área de 5.443,5598 has (cinco mil quatrocentos e quarenta e três hectares, cinqüenta e cinco ares, noventa e oito centiares), capacidade de assentar 91 (noventa e uma) famílias, sendo efetivamente assentadas 45 (quarenta e cinco) famílias.

Tendo como principal resultado a possibilidade de proporcionar situação de regularidade às famílias ocupantes dos lotes.

Planeja-se para o exercício de 2015 criar 14 (catorze) projetos de assentamentos em áreas onerosas e não onerosas, abrindo novas vagas para o assentamento de 960 (novecentas e sessenta) famílias, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 54. Planejamento de criação de projetos de assentamentos para 2015**

Tipo de área	Tipo de projeto	Quantidade de projeto	Quantidade de famílias
Área não onerosa	Casulo	1	10
	Em Terras Públicas	3	100
Área onerosa	Compra e Venda ou Desapropriação	10	850
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>960</b>

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015.

c) Resultados obtidos na exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária e ainda atendidos pelo Programa:

Os candidatos que não se enquadram no perfil de beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA são notificados com a possibilidade assegurada de fazerem a defesa, o que é constitucionalmente previsto, e posterior a defesa que se analisa os comprovantes apresentados, e então emitido parecer deferindo ou indeferindo.

Ao longo do exercício de 2014 se observou procedimentos visando à eliminação de beneficiários que não se enquadram no perfil da reforma agrária, que inclusive culminaram na eliminação de beneficiários, o que resultou positivamente na manutenção no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA com beneficiários aptos e regulares no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, contudo o citado sistema não disponibiliza ou agrega o quantitativo por exercício, não se apresentando assim, o quantitativo efetivo de exclusões.

d) Resultado das ações empreendidas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para dar publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objetos de reforma agrária pelos assentamentos, conforme determina o item 2.8 do Acórdão nº 75/2008 - Plenário:

Cada família selecionada possui processo administrativo, o qual após a homologação é encaminhado para a Divisão de Desenvolvimento visando a emissão do primeiro documento provisório da terra, denominado Contrato de Concessão de Uso - CCU, que tem publicidade no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

Contudo, mesmo considerando que através da metodologia acima empreendida se proporciona ampla publicidade e na integralidade das informações, ainda assim, dessa não se observa muitos reflexos. Pois, a informatização muitas vezes não alcança o meio rural no Estado de Rondônia, são poucos os agricultores que têm acesso à internet, com isso, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO adota estratégia de apresentar listas dos documentos emitidos, como também afixação dessas em murais, na Sede e Unidades Avançadas, e dessas ações sim se tem notícia de que as famílias alcançam o conhecimento sobre as emissões dos documentos titulatórios emitidos.

### **3.2.8. Atividades de controle do gestor**

*Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO na obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento a atuação na área, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional com as estratégias definidas pela Direção e a regularidade normativa dos processos:*

As principais atividades de controle para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações na obtenção de imóveis rurais, como também para garantir o alinhamento da estrutura operacional com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos são baseadas em documentos e programas de informática, que são alimentados conforme a realização de cada atividade. Os dados são extraídos de diversas fontes que passam constantemente por conferências e revisões.

### 3.2.9. Indicadores

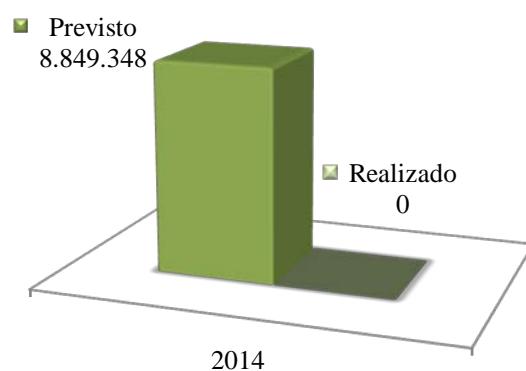
*Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício, abrangendo no mínimo os seguintes indicadores:*

- a) Índice de gastos com obtenção de terras:
- b) Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamentos:
- c) Índice de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor:

Os indicadores detalham metas estabelecidas para o exercício de 2014, como também as metas estabelecidas para o próximo exercício.

<b>Índice de gastos com obtenção de terras</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
8.849.348	0	80.000.000

Memória de cálculo:  
2014: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício, no nível de agregação.

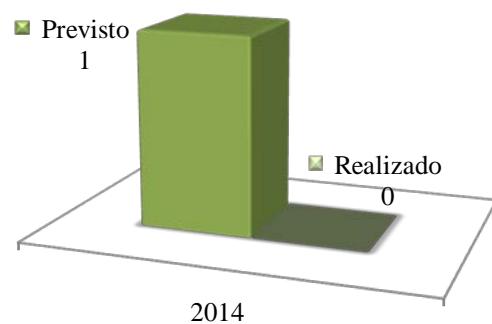


\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.

<b>Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
1	0	20

Memória de cálculo:  
2014: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, multiplicado por 100.

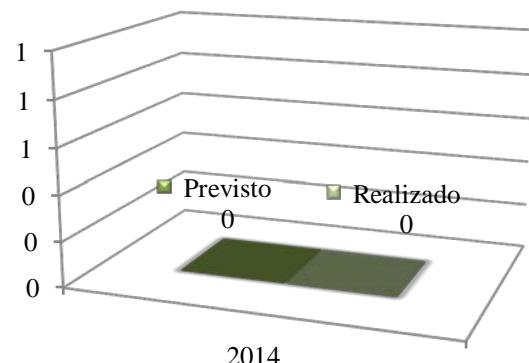


\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.

<b>Índice de projetos de assentamento com licença ambiental em vigor</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
1	0	20

Memória de cálculo:  
2014: número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, multiplicado por 100.



\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.

**Tabela 55. Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos**

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras - Gastos no Programa 135/ação 4460 - Pagamento de TDA.	0
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação - Áreas com pagamento de TDA - Fonte DT -	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada - SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida - SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambiental em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor - SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0

### Da análise crítica dos indicadores

Os indicadores apresentados acima evidenciam que, ao longo do exercício de 2014, não foram descentralizados valores ou mesmo se alcançou patamar administrativo para o pagamento de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária.

Que, não foi realizado nenhum protocolo de licença, ou mesmo que o Órgão Ambiental não expediu nenhuma licença, e chegando ao final do exercício com nenhuma licença em vigor, situação essa decorrente principalmente pela indefinição de como será operacionalizada a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 458 de 458 de 16/07/2013, para a qual as licenças serão expedidas para as atividades desenvolvidas.

### **3.2.10. Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal**

*Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício, destacando a quantidade de assentamentos com áreas de Reserva Legal - RL e Área de Preservação Permanente - APP preservada e não preservada, incluindo estimativas de custo para recuperação dessas áreas conforme o disposto no “Manual para Elaboração e Implantação de Projetos e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária”.*

O único projeto de assentamento criado ao longo do exercício de 2014 foi o PA Rio Tarifa, localizado no município de Vale do Anari, com área de 5.443,6698 has (cinco mil quatrocentos e quarenta e três hectares, sessenta e seis ares, noventa e oito centiares), com capacidade para 91 (noventa e uma) famílias, criado na aera de Reserva em bloco do PA Palma Arruda, área esta compensada a partir da desoneração de igual área dentro do Parque Nacional Serra da Cutia, Reserva Extrativista Barreiro das Antas e RESEX Rio Cautário, através da Licença de Instalação e Operação - LIO nº 121211/COLMAM/SEDAM.

A área de Preservação Permanente - APP, na modalidade ciliar a ser recuperação está estimada em 60,4729 has (sessenta hectares, quarenta e sete ares, vinte e nove centiares) o que corresponde linearmente a 18,7 km (dezoito quilômetros e setenta metros), sendo 2,0 km (dois quilômetros) de mata ciliar do rio Machado, e 16,7 km (dezesseis quilômetros e setenta metros) referente às Áreas de Preservação Permanente - APP dos cursos d’água menores, com custo estimado de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), custo esse decorrente da aquisição e instalação de cerca.

A tabela abaixo representa as características do isolamento da Área de Preservação Permanente - APP de compensação do PA Rio Tarifa.

**Tabela 56. Isolamento da área de preservação permanente do PA Rio Tarifa**

Características	Km
Extensão linear do PRAD	18,70
Isolamento unilateral da APP do Rio Machado	2,00
Isolamento bilateral dos demais curós d’água	33,40
<b>Total</b>	<b>54,10</b>

Fonte: Divisão de Obtenção.

### **3.3. Desenvolvimento de Projetos de Assentamento**

*Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.*

A Lei nº. 4.504 de 30/11/1964 (Estatuto da Terra) aponta noções de justiça social, entre elas o de conteúdo econômico, voltado para os objetivos da produção de alimentos, do aumento da produtividade e para a ocupação da força de trabalho disponível no campo.

Para cumprir esse apontamento o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA busca formas potentes para atender alguns dos mais básicos direitos humanos: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nesse sentido, a qualificação dos projetos de assentamento, essencial para colocar em prática o ciclo de desenvolvimento, será alcançada com ações que promovam avanços concretos nas dimensões econômica, produtiva, ambiental e social, entretanto, para alcançar patamares suficientes nestas dimensões, os projetos de assentamento precisam alcançar níveis significativos de prosperidade, que permitam a percepção de melhorias concretas e acumulativas na comparação entre a condição atual e a que estavam em diversos momentos anteriores.

O desenvolvimento do capital social nas comunidades dos projetos de assentamento deve ser percebido na organização social formal de suas representações, na demonstração clara do desenvolvimento de capacidades para absorver tecnologias e gerir a produção familiar, assim como nos empreendimentos coletivos, voltados para agregação de valores e/ou ganhos de escalas.

Ainda se observa a necessidade de estratégias de desenvolvimento local e regional que fundamente o estabelecimento de ações visando a inserção de famílias assentadas no contexto de sustentabilidade sócio-econômica por meio da mobilização e articulação dos atores sociais, governamentais e não governamentais, reafirmando a importância das ações de reforma agrária como indutoras do desenvolvimento e elevando a qualidade de vida no campo.

Portanto, a não implementação dessas ações nos projetos de assentamento poderá resultar no abandono dessas famílias à sua própria sorte, possibilitando novo êxodo rural e o aumento desordenado da população urbana, pois o apoio ao desenvolvimento dos assentados se constitui na condição essencial para a efetividade da política de reforma agrária e fixação das famílias ao campo.

As ações a seguir descritas têm escopo importante no desenvolvimento, recuperação e consolidação dos projetos de assentamentos da reforma agrária de forma a permitir atendimento adequado da demanda social, através da utilização de recursos orçamentários e financeiros para implantar e recuperação a infraestrutura básica; custear contratos de assistência técnica rural; aplicar, orientar e supervisionar a concessão de créditos; fomentar a agroindustrialização e a comercialização; supervisionar e acompanhar a situação ocupacional das parcelas; expedir documentos de titulação; estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos educacionais; executar as demarcações do lotes e dos perímetros; e buscar a regularidade ambiental.

#### **3.3.1. Demonstração da execução física e financeira**

*Demonstração da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual - LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.*

**Tabela 57. Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária**

Ação	Plano Orçamentário	(Produto / Unidade)	Meta Prevista 2014		Execução					
			Meta física	Limite Orçamentário	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família atendida (unidade)	924	8.811.279	0	8.842.837	8.838.623,90	8.838.623,90	116.823,90	8.721.800,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família atendida (unidade)	3.920	11.368.200	480	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito supervisionado (unidade)	197	65.689	933	108.189,00	93.242,75	93.242,75	93.242,75	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família atendida (unidade)	156	93.836	631	93.835,87	93.121,033	93.121,033	93.121,033	0,00
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família assistida (unidade)	11.344	11.862.773	8.935	10.114.609	10.113.708	10.113.708	520.939,16	9.592.769,39
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada (unidade)	50	31.200	20	74.060,78	74.060,78	74.060,78	57.930,98	16.129,80
211A	Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamento	Parcela supervisionada (unidade)	415	72.667	4.639	464.994,78	460.786,70	460.786,70	433.186,70	27.600,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (unidade)	1.717	100.894	735	100.894,51	100.605,18	100.605,18	100.605,18	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional formado (unidade)	125	250.000	0	58.497,20	57.461,71	57.461,71	57.461,71	0,00

**Tabela 58. Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de restos a pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família atendida (unidade)	924	0	18.792.591,61	0,01	18.792.591,60	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família atendida (unidade)	3.920	0	15.381.800,00	15.381.800,00	0,00	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito supervisionado (unidade)	197	933	10.156,19	7.651,74	2.504,45	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família atendida (unidade)	156	631	0,00	0,00	0,00	0,00
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família assistida (unidade)	11.344	8.935	13.434.257,83	2.651.688,93	1.080.791,82	9.701.777,08
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada (unidade)	50	20	91.600,00	91.600,00	0,00	0,00
211A	Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamento	Parcela supervisionada (unidade)	415	4.639	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (unidade)	1.717	735	21.006,24	4.566,24	16.440,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional formado (unidade)	125	0	1.049.736,00	0,00	1.049.736,00	0,00

\*Incluem RAP processado e não-processado.

\*\*A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

### 3.3.1.1. Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

**Tabela 59. Informações Gerais de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento**

Identificação							
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais						
Plano Orçamentário	08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Família atendida	unidade	924	0	0	8.717.800	116.823,90	1,34
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
8.811.279	8.842.837,30	8.838.623,90	8.838.623,90	0,00	8.721.800,00	116.823,90	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 60. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Valores em R\$ 1,00
					Restos a Pagar
D211A000810	44.30.41	8.717.800,00	8.717.800,00	0,00	8.717.800,00
D211A00840	33.90.14	64.390,50	60.177,10	60.177,10	0,00
	33.90.30	26.997,40	26.997,40	26.997,40	0,00
	33.90.33	21.419,00	21.419,00	17.419,00	4.000,00
	33.90.39	12.230,40	12.230,40	12.230,40	0,00
	<b>Total</b>	<b>8.842.837,30</b>	<b>8.838.623,90</b>	<b>116.823,90</b>	<b>8.721.800,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 8.811.279 (oito milhões oitocentos e onze mil duzentos e setenta e nove reais), sendo disponibilizado R\$ 8.842.837,30 (oito milhões oitocentos e quarenta e dois mil oitocentos e trinta e sete reais, trinta centavos), que representa 100,35% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 8.838.623,90 (oito milhões oitocentos e trinta e oito mil seiscentos e vinte e três reais, noventa centavos), sendo pagos R\$ 116.823,90 (cento e dezesseis mil oitocentos e vinte e três reais, noventa centavos), perfazendo a execução de 1,32% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 8.721.800,00 (oito milhões setecentos e vinte e um mil oitocentos reais), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de atender a 924 (novecentos e vinte e quatro) famílias com obras de infraestrutura concluídas não sendo atendida efetivamente nenhuma, representando a execução física de 0%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

#### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Ao longo do exercício de 2014 não foram efetivados novos contratos ou novos convênios, restringindo os trabalhos executados através da ação Implementação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento no acompanhamento e fiscalização dos 14 (catorze) convênios, sendo 13 (treze) com municípios e 01 (um) com o Governo do Estado, e dos 02 (dois) Termos de Compromisso com municípios, firmados ao final do exercício de 2013, vigentes a partir de 2014, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 61. Convênios celebrados com Prefeituras Municipais**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Convênio	Vigência		Objeto	Valor Global	Repasso	Contrapartida	Km	Família
			Início	Término						
PA Madre Cristina	Ariquemes	792166	23/12/2013	20/06/2015	Complementação.	314.630,73	302.000,00	12.630,73	5,80	35
PA Rabo do Tamanduá	Buritis	792168	23/12/2013	20/06/2015	Complementação.	1.071.075,62	1.049.645,62	21.430,00	42,87	124
PA Norte Sul I	Buritis	792171	23/12/2013	20/06/2015	Construção de ponte de madeira e serviços complementação no aterro sob o rio branco, na Linha União, via de acesso e interior.	518.188,00	507.612,00	10.576,00	4,60	46
PA Norte Sul	Campo Novo de Rondônia	792185	23/12/2013	20/06/2015	Complementação.	959.866,79	931.070,79	28.796,00	22,20	146
PA Campo Novo	Campo Novo de Rondônia	792188	23/12/2013	20/06/2015	Construção e complementação.	336.003,03	325.922,94	10.080,09	7,77	43
PA Santa Elisa	Campo Novo de Rondônia	792194	23/12/2013	20/06/2015	Complementação.	650.265,00	630.757,05	19.507,95	9,65	60
PA União I	Parecis	792199	30/12/2013	28/06/2015	Complementação.	770.048,69	754.647,72	15.400,97	9,50	83
PA Belo Horizonte	Machadinho do Oeste	792169	23/12/2013	20/06/2015	Complementação e construção.	2.479.319,71	2.429.733,32	49.586,39	50,00	83
PA Vale Encantado	Theobroma	792196	23/12/2013	20/06/2015	Complementação.	554.915,33	538.267,87	16.647,46	11,84	97
PA Lamarca	Theobroma	792201	23/12/2013	20/06/2015	Complementação.	338.366,62	328.215,62	10.151,00	8,90	33
PA Igarapé Araras	Nova Mamoré	793518	23/12/2013	20/06/2015	Construção e complementação.	1.056.067,74	1.030.000,00	26.067,74	20,04	62
PA Ribeirão	Nova Mamoré	793517	23/12/2013	20/06/2015	Construção de obras de artes (bueiros, pontilhões e ponte), em estradas vicinais.	381.076,70	373.000,00	8.076,70	15,00	219
PA Joana D'Arc I, II e III	Porto Velho	799551	31/12/2013	28/06/2015	Recuperação.	2.449.324,33	2.304.324,33	145.000,00	135,92	973
<b>Total</b>						<b>11.879.148,29</b>	<b>11.505.197,26</b>	<b>373.951,03</b>	<b>344,09</b>	<b>2.004</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela 62. Termos de Compromissos firmados com Prefeituras Municipais**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Termo de Compromisso	Vigência		Objeto	Valor Global	Repasso	Contrapartida	Km	Família
			Início	Término						
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	1.000	30/12/2013	30/12/2014	Recuperação e complementação de estradas vicinais.	743.801,03	728.925,31	14.876,03	25,22	200
PA's Flor do Amazonas I, II e III	Candeias do Jamari	2.000	30/12/2013	30/07/2015	Recuperação e construção de estradas vicinais.	2.346.299,03	2.295.299,03	51.000,00	78,47	325
<b>Total</b>									<b>103,69</b>	<b>525</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela 63. Termos de Compromissos firmados com Prefeituras Municipais**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Convênio	Vigência		Objeto	Valor Global	Repasso	Contrapartida	Km	Família
			Início	Término						
PA Igarapé Taquara	Nova Mamoré	795040	06/01/2014		Complementação e construção estradas vicinais.	14.423.297,84	12.980.968,20	1.442.329,64	335,32	1.275
PA Pau D' Arco	Porto Velho									
PA São Francisco	Porto Velho									
PA União da Vitória	Porto Velho									
PA Nilson Campos	Porto Velho									
PA Rio Madeira	Porto Velho									
PA Maranatá	Chupinguaia									
PA Zé Bentão	Chupinguaia									
<b>Total</b>					<b>14.423.297,84</b>	<b>12.980.968,20</b>	<b>1.442.329,64</b>	<b>335,32</b>	<b>1.275</b>	

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Foram despendidos diversos esforços no sentido de realizar novos convênios, através do lançamento de chamadas públicas, onde seriam coletas e analisadas as propostas registradas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, contudo não foi identificada nenhuma proposta que atendesse aos critérios estabelecidos, mesmo com as diversas intervenções realizadas junto às prefeituras municipais, passíveis de celebração de parceiras, o que ocorreu através de orientações presenciais e oficiais.

O resultado, ou seja, o atendimento as famílias objeto dos citados termos serão contabilizados ao final da vigência desses instrumentos, previsto para ocorrer no segundo semestre do exercício de 2015.

O acompanhamento dos trabalhos como a fiscalização das obras, ocorreu técnica e administrativamente em campo, tanto nos trechos em execução como junto as Prefeituras municipais, sendo elaborados relatórios e registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV.

As atividades foram voltadas a orientar, analisar e emitir pareceres técnicos em projetos apresentados em forma de propostas nas fases preliminares; acompanhar, fiscalizar e supervisionar execuções físicas das obras e avaliações para emissões das medições e de seus recebimentos; promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com as diversas organizações atuantes nas áreas rurais onde localizam os projetos de assentamento; além das atividades de análises e instruções de expedientes e de processos administrativos demandados ao Setor de Engenharia; atendimento ao público e ainda suporte de apoio de demandas de outros órgãos divisionais da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO atuantes nas áreas rurais.

Os trabalhos em campo, visando a execução física das obras, tiveram atraso no início tanto pela indisponibilidade financeira, que dilatou o prazo de vigência das parcerias, como pelas atividades preliminares de contratação, e pelo período chuvoso.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise crítica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

Os valores descentralizados ao longo do exercício de 2014 representam a complementação dos valores acordados no convênio com o Governo do Estado, ficando esses inscritos em restos a pagar.

Contudo, os valores que foram disponibilizados e executados representam as despesas decorrentes dos deslocamentos visando o acompanhamento e fiscalização dos convênios em vigência.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

As principais dificuldades identificadas na execução da ação Implementação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento foram:

O quadro insuficiente de servidores o que ocasionou sobrecarga de trabalho, dificultando a fiscalização, capacitação e atualização técnica de reais necessidades perante a evolução tecnológica e o dinamismo da legislação, das normas adotadas pela administração pública. E, inclusive restringiu a interação interdisciplinar.

Identificou-se dificuldades de adequação na operacionalização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, que ainda é considerada ferramenta nova e pouco conhecida no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

O curto e sempre limitado período climático favorável de 05 (cinco) meses do ano para execução física das metas compromissadas que ocasionou a paralisação de quase todos os trabalhos de execução de infraestrutura básica nos projetos de assentamento.

E, em diversos momentos se observou que o quantitativo de viaturas era insuficiente para proporcionar apoio aos deslocamentos dos técnicos às áreas de inspeções, levantamentos e de

execução das obras, viaturas essas que atendem as demandas de toda a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Estima-se grande alcance social com a execução das obras executadas através da ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos, nos moldes da estratégia adotada, através de parcerias, em especial pelo maior número de projetos de assentamentos envolvidos, o que também trará benefícios indiretos como o atendimento as áreas circunvizinhas.

Considera-se que as atividades executadas ao longo do exercício de 2014 representam resultado significativo e marco indelével no processo de aprimoramento de parceria entre Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Prefeituras Municipais e Governo do Estado.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

Pela dimensão da área de atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e por estar situada em uma das unidades federativas de criação mais recente e que ainda passa por período de desenvolvimento, apresenta no universo dos projetos de assentamento considerável demanda de obras de infraestrutura básica para serem realizadas

Destacando-se às relacionadas às estradas vicinais, por serem estas de vital importância à locomoção e de acessos aos demais benefícios sociais coletivos. Este destaque advém em primeiro lugar da necessidade de construção nos interior dos projetos de assentamento, e por seguiante por se tratar de tipo diferenciado das demais obras de infraestrutura, uma vez que são as mais expostas as ações do intemperismo de que as deixam sujeitas aos efeitos diretos dos fatores climatológicos, pluviométricos, pedológicos, entre outros fenômenos naturais e da ausência de manutenções sistêmicas, além dos desgastes provocados pelo uso.

Tudo contribuindo para provocar a redução da vida útil dos trechos, realidade que leva os usuários reivindicarem constantemente por recuperações, para suprir direitos de ir e vir, para locomoção, escoamento dos excedentes das produções e de acesso a transportes coletivos e escolares, ações sociais públicas de assistência técnica, saúde, educação e comercialização.

O início das parcerias coincidiu com o inverno amazônico, sendo submetidas, assim, as análises prévias, que na seqüência dos trâmites administrativos, que culminou na paralisação da maioria das obras.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação Implementação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento tem reflexo direto de valores inscritos em restos a pagar, uma vez que todos os procedimentos visando a efetivação das parcerias, inclusive disponibilização orçamentária e empenho, ocorreram em 2013, assim, os valores ficaram inscritos em restos a pagar visando operacionalização ao longo do exercício de 2014.

Contudo, observou-se atraso na disponibilidade financeira, ocasionando atrasos nos primeiros repasses culminando na prorrogação da vigência dos convênios e termos de compromisso. Os valores foram disponibilizados em coincidência com o inverno amazônico, acarretando a paralisação da maioria das obras.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A principal estratégia visando melhorar os resultados é promover a ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos através de convênios com prefeituras municipais e governo do Estado, reconhecendo que o corpo técnico habilitado responsável por exercer as diversas atividades de acompanhamento, fiscalização e controle das obras e serviços de engenharia se encontra prejudicada e limitada.

### **3.3.1.2. Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas**

**Tabela 64. Informações Gerais da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas**

<b>Identificação</b>						
Ação	0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas					
Plano Orçamentário	0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
<b>Metas do Exercício</b>						
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014	
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada
Família atendida	unidade	3.920	480	12,24	11.368.200	0,00
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>		<b>Restos a Pagar</b>		<b>Valores Pagos</b>
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.368.200	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 11.368.200 (onze milhões trezentos e sessenta e oito mil e duzentos reais), não sendo disponibilizados valores, o que representa 0% de execução orçamentária, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de disponibilizar créditos a 3.920 (três mil novecentos e vinte) famílias não sendo disponibilizados créditos diretamente pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, contudo foram atendidas 480 (quatrocentos e oitenta) famílias representando a execução física de 12,24%, conforme descrito e detalhado a seguir.

O artigo 1º da Portaria nº 352 de 18/06/2013 determinou as unidades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ad-referendum do Conselho Diretor, a imediata suspensão das operações de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.

Não sendo disponibilizados valores para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2014, ficando as atividades voltadas às capacitações e atividades preparatórias ao cumprimento do que dispõe a Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, convertida na Lei nº 13.001 de 20/06/2014.

Os dispositivos prevêem que os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10/10/1985 até 27/12/2013, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação - PNHR.

Concedem remissão, rebates, descontos e possibilidade de renegociação para as dívidas provenientes de crédito instalação, originalmente contratadas pelas famílias com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Entre outras abordagens, os instrumentos pretendem, em suma: a) separar e conferir tratamento diferenciado para as modalidades de crédito concedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA voltadas à construção ou reforma de unidades habitacionais rurais, aplicando formas de quitação semelhantes à atuais regras instituídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida / Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR; b) conceder remissão de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para as dívidas originalmente contratadas pelos beneficiários no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA; e c) promover repactuação do valor excedente ao remitido, na forma regulamentada.

Objetivam enfrentar o passivo dos programas de crédito e garantir a fixação da família na parcela rural, por meio da concessão de tratamento especial às dívidas do agricultor familiar assentado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA contratadas desde 1985, quando da criação das modalidades de concessão de crédito visando financiamento das construções e recuperação de habitações rurais.

Diante da necessidade de se buscar medidas e instrumentos aptos a viabilizar de forma sustentável os assentados da reforma agrária, os instrumentos legais citados acima, representam tentativa de solução definitiva para o endividamento dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Nas tratativas visando ao alcance dos objetivos avençados foi emitido o Memorando nº 381/DD de 05/08/2014 que determinou a anulação dos empenhos inscritos em restos a pagar, relativos as modalidades de concessão de crédito, que para na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO representou na anulação de R\$ 2.336.000,00 (dois milhões trezentos e trinta e seis mil reais) em valores anulados.

Assim, as regulamentações, capacitações, atividades preliminares e estabelecimento de novas modalidades de concessão de crédito não alcançaram o período do exercício de 2014 que pudessem ser realizadas atividades que representassem o alcance de metas físicas estabelecidas.

A fonte da informação de que 480 (quatrocentos e oitenta) famílias foram atendidas com o novo crédito é consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI Gerencial de ordens bancárias publicada na [wiki.infra.gov.br](http://wiki.infra.gov.br). Correspondendo ao momento de disponibilização do recurso no cartão do beneficiário do novo crédito. Após o repasse pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para o agente financeiro, havendo a confirmação da disponibilização no cartão do assentado, sendo a informação registrada no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos - SNCCI e extraída mediante relatório do sistema, disponibilizado na [wiki](http://wiki.infra.gov.br).

### 3.3.1.3. Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

**Tabela 65. Informações Gerais da Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária**

Identificação							
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais						
Plano Orçamentário	01 - Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Crédito supervisionado	unidade	197	933	473,60	65.689	107.853,75	164,18
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
65.689	108.189,00	107.853,75	107.853,75	0,00	0,00	107.853,75	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 66. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Valores em R\$ 1,00
					Restos a Pagar
D211A000140	33.90.14	7.149,80	7.149,80	7.149,80	0,00
	33.90.30	1.948,00	1.945,90	1.945,90	0,00
	33.90.33	14.591,20	14.591,20	14.591,20	0,00
D211A000164	33.90.14	60.000,00	59.647,05	59.647,05	0,00
	33.90.30	13.500,00	13.500,00	13.500,00	0,00
	33.90.33	8.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00
	33.90.39	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>108.189,00</b>	<b>107.853,75</b>	<b>107.853,75</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 65.689 (sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e nove reais), sendo disponibilizado R\$ 108.189,00 (cento e oito mil cento e oitenta e nove reais), que representa 164,69% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 107.853,75 (cento e sete mil oitocentos e cinqüenta e três reais, setenta e cinco centavos), sendo este integralmente pago, perfazendo a execução de 99,69% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de supervisionar 197 (cento e noventa e sete) créditos sendo supervisionado o total de 933 (novecentos e trinta e três) créditos, representando a execução física de 473,60%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

#### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Amparados nos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.001 de 20/06/2014 e pelo Decreto nº 8.256 de 26/05/2014 se desenvolveu atividades relacionadas à operacionalização do novo crédito, quais sejam: realização de reuniões de nivelamento com as famílias beneficiárias; coleta de

assinaturas dos Contratos de Concessão de Crédito Instalação; inserção de dados no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos - SNCCI para liberação dos recursos aos beneficiários da reforma agrária.

Com a publicação da Portaria Interministerial nº 78 de 08/02/2013, que estabeleceu o acesso dos beneficiários da reforma agrária ao Programa Minha Casa Minha Vida Rural - MCMV foram realizadas reuniões para orientação acerca dos procedimentos de acesso ao citado programa, apresentação das organizações credenciadas pela Caixa Econômica Federal - CEF visando ao inicio dos procedimentos operacionais.

A Lei nº 13.001 de 20/06/2014 também estabeleceu regras e procedimentos que exigiu a capacitação dos servidores para saneamento dos processos individuais e manuseio do Sistema Nacional de Cobrança de Créditos - SNCCI objetivando a remissão e cobrança dos créditos concedidos.

Nesse sentido, servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO participaram de capacitações proporcionadas nacionalmente, e esses difundiram os conhecimentos aos demais servidores que estarão envolvidos nos trabalhos na Sede em Porto Velho e nas Unidades Avançadas, que resultou em no treinamento em saneamento dos processos com os servidores aplicadores de créditos. A capacitação foi realizada na prática através do treinamento no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos - SNCCI, nas etapas de saneamento de processos individuais, procedimentos de mala direta e geração de formulário para coleta de assinatura.

Os valores disponibilizados foram utilizados tanto na realização das atividades acima apontadas, como visaram às últimas fiscalizações nos créditos concedidos, resultando nas supervisões detalhadas através da tabela abaixo.

**Tabela 67. Crédito supervisionado**

Projeto	Município	Tipo de Crédito	Quantidade
PA 13 de Outubro	Ariquemes	Fomento	3
PA Águas Claras	Vilhena	Apoio Inicial II	82
PA Belo Horizonte	Machadinho do Oeste	Fomento I	44
PA Boa Esperança	Parecis	Fomento	3
PA Campo Novo	Campo Novo de Rondônia	Fomento	3
PA Capitão Silvio	Ariquemes	Fomento / Apoio Inicial / Fomento I	105
PA Dois de Julho	Cujubim	Fomento / Apoio Inicial I / Fomento I	134
PA Entre Rios	Alto Paraíso	Fomento / Fomento I	64
PA Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari	Fomento	3
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	Fomento I	109
PA Igarapé Taquara	Nova Mamoré	Fomento I	32
PA Macaco Preto	Costa Marques	Fomento I	28
PA Migrantes	Ariquemes	Fomento	3
PA Novo Progresso	Ariquemes	Fomento	3
PA Primavera	Primavera de Rondônia	Apoio Inicial II	25
PA Rabo do Tamanduá	Ariquemes	Fomento	3
PA Renascer	Cujubim	Fomento	3
PA Renato Natan	Corumbiara	Apoio Inicial II	28
PA Ribeirão	Nova Mamoré	Fomento I	126
PA Rio Azul II	Costa Marques	Fomento I	45
PA Rio Azul III	Costa Marques	Fomento I	15
PA Rio Muqui	Nova Brasilândia do Oeste	Fomento	3
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	Fomento I	8
PA São Carlos	Campo Novo de Rondônia	Fomento	3
PA São Domingos	Buritis	Apoio Inicial	3
RESEX Aquariuara	Machadinho do Oeste	Fomento I	13

Projeto	Município	Tipo de Crédito	Quantidade
RESEX Castanheira	Machadinho do Oeste	Fomento I	25
RESEX Maracatiara	Machadinho do Oeste	Fomento I	13
RESEX Rio Cautário	Guajará-Mirim	Fomento	3
RESEX Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim	Apoio Inicial	1
<b>Total</b>			<b>933</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Conforme demonstrado acima, foram supervisionados e/ou acompanhados 933 (novecentos e trinta e três) créditos, nas modalidades Fomento (crédito antigo) e Apoio Inicial I e II e Fomento Operação I (novas modalidades de crédito).

As modalidades de créditos aquisição de material de construção e recuperação de material de construção, que disponibilizam recursos para construção e reforma de residências rurais passou a ser operacionalizado pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida Rural - MCMV, ficando sob a responsabilidade da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO a indicação de demanda através do envio de Relação de Beneficiários - RB, que ao longo do exercício de 2014, foram indicadas 98 (noventa e oito) famílias, conforme detalhado na tabela abaixo.

**Tabela 68. Relação de beneficiários encaminhada as instituições bancárias**

Projeto	Município	Banco	RB encaminhada Construção (família)
PA Paulo Freire II	Nova Brasilândia do Oeste	Caixa Econômica Federal	12
PA Bom Jesus	Costa Marques	Caixa Econômica Federal	8
PA Nova Esperança	Costa Marques	Caixa Econômica Federal	10
PA União I	Parecis	Caixa Econômica Federal	9
PA Boa Esperança	Parecis	Caixa Econômica Federal	4
PA Rabo do Tamanduá	Buritis	Caixa Econômica Federal	16
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	Banco do Brasil	39
<b>Total</b>			<b>98</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

O primeiro semestre do exercício de 2014 foi marcado pela baixa disponibilidade orçamentária e financeira, com isso, as atividades realizadas se concentraram no segundo semestre, quando se tinha novos marcos legal para a operacionalização da concessão de crédito.

Houve a superação no alcance da meta física em decorrência das regulamentações como pela disponibilidade de valores também acima do inicialmente planejado.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

O Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação - SNCCI, ao longo do exercício de 2014, esteve em construção e aperfeiçoamento, com isso, alguns módulos ainda não estiveram em pleno funcionamento, surgindo problemas relacionados à compatibilidade com outros sistemas, como Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, do Banco do Brasil e da Receita Federal, o que acabou gerando inconsistências na relação final dos beneficiários aptos a acessarem o crédito.

Do ponto de vista da relação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com os beneficiários da reforma agrária, toda a mudança ocorrida, como também, as adaptações necessárias a incorporação dos novos procedimentos para operacionalizar o novo formato de crédito e até mesmo para liquidação desses, que foram suspensos por força da Portaria nº 352 de 18/06/2013, foi envolvida de grande animosidade.

Foi muito difícil para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO explicar, às famílias assentadas, a abrupta suspensão da concessão de crédito nas modalidades de construção e reforma de unidades habitacionais rurais, que estava sendo aplicado, sem prévia análise de cada caso. Os problemas advindos dessa tomada de decisão foram os mais diversos.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

As famílias atingidas pela Portaria nº 352 de 18/06/2013 tiveram os créditos restabelecidos o que permitiu a conclusão das aplicações nos termos da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, que antecedeu a Lei nº 13.001 de 20/06/2014 e o Decreto nº 8.256 de 26/05/2014.

Tendo como principal resultado também a possibilidade de todos os servidores envolvidos nas atividades serem capacitados e estarem minimamente aptos nos moldes estabelecidos pelos novos normativos.

### **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O principal contingenciamento identificado não chegou a ser problema, mas sim a readequação nas metodologias empreendidas na operacionalização da concessão de crédito e como esse será supervisionado e fiscalizado. Assim, alguma instabilidade, insegurança e indefinição inicial foram se ajustando conforme as regulamentações foram sendo alinhavadas.

### **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Supervisão e Fiscalização da Concessão de Crédito Instalação à Famílias Assentadas da Reforma Agrária não observou reflexos de registros de valores em restos a pagar o desenvolvimento das ações executadas ao longo do exercício de 2014.

### **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

O aperfeiçoamento das funcionalidades do Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação - SNCCI, principalmente no que se refere à boa comunicação com outros sistemas possibilitará a realização de atividades eficientes na operacionalização do novo crédito, sua consequente supervisão e fiscalização.

### 3.3.1.4. Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

**Tabela 69. Informações Gerais de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento**

Identificação							
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais						
Plano Orçamentário	09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Família atendida	unidade	156	631	404,48	93.836	93.121,03	99,24
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
93.836	93.835,87	93.121,03	93.121,03	0,00	0,00	93.121,03	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 70. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Valores em R\$ 1,00
					Restos a Pagar
D211A000920	33.90.92	51.835,87	51.835,87	51.835,87	0,00
	33.90.14	30.000,00	29.285,16	29.285,16	0,00
	33.90.30	9.000,00	9.000,00	9.000,00	0,00
	33.90.39	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>93.835,87</b>	<b>93.121,03</b>	<b>93.121,03</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 93.836 (noventa e três mil oitocentos e trinta e seis reais), sendo este integralmente disponibilizado, representando 100% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 93.121,03 (noventa e três mil cento e vinte e um reais, três centavos), sendo totalmente pagos, perfazendo a execução de 100% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de atender 156 (cento e cinquenta e seis) famílias com serviços topográficos prestados sendo atendido o total de 631 (seiscentos e trinta e uma) famílias, representando a execução física de 404,48%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

#### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

As atividades desenvolvidas ao longo do exercício de 2014 para ação de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento se restringiram as fiscalizações junto aos trabalhos executados pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária - SEAGRI, em decorrência do Termo de Cooperação Técnica, conforme relacionado na tabela abaixo.

**Tabela 71. Demarcação topográfica**

Projeto	Município	Quantidade lotes demarcados
PA Primavera e Manoel Souza Cardoso	Primavera de Rondônia	54
PA Lamarquinha	Rio Crespo	15
PA Capitão Silvio	Ariquemes	117
PA Paulo Freire I e II	Nova Brasilândia do Oeste	63
PA Bom Jesus	Costa Marques	19
PA Vale Encantado	Theobroma	101
PA São João	Ariquemes	11
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	115
PA União	Parecis	92
PA 13 de Outubro	Ariquemes	22
PA Novo Progresso	Ariquemes	22
<b>Total</b>		<b>631</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Conforme demonstrado acima, foram demarcados, em campo, 631 (seiscentos e trinta e um) lotes em 13 (treze) projetos de assentamentos, estando esses em fase de análise, conferência e certificação das peças técnicas produzidas.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A meta física estabelecida foi alcançada através das fiscalizações em campo, essas realizadas com sucesso junto a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária - SEAGRI.

Sendo ainda realizado pagamento de valores decorrentes de reconhecimento de dívida a contratos de demarcação topográfica, encerrados em exercícios anteriores. E desses contratos ainda existem peças técnicas em análises e com valores a serem pagos através de reconhecimento de dívida, quando os relatórios técnicos forem encerrados, esses com previsão para continuarem no exercício de 2015.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

O principal problema identificado foi a insuficiência de servidores em quantidade e aptos para efetivar os trabalhos de análises das peças técnicas, instrução e análise processual, fiscalizações e medições em campo.

Essa insuficiência de servidores prejudicou sobremaneira a execução da ação de forma direta ou mesmo através de possíveis contratações de empresas especializadas, tendo em vista a imprescindibilidade em quantidade e capacitados para a elaboração de todos os procedimentos inerentes ao tema.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

O principal resultado alcançado é reflexo de tratativas que vêm sendo realizadas desde os exercícios anteriores, sendo efetivados ao longo do exercício de 2014, através da celebração do Termo de Cooperação Técnica que efetivou a demarcação topográfica nos moldes da Lei nº 10.267 de 28/08/2001 alcançando famílias que ansiam por esse trabalho, que resultará na possibilidade e emissão dos documentos de titularidade definitiva.

### **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O principal contingenciamento foi a insuficiência de servidores que resultou no principal problema na execução da ação de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento não observou, ao longo do exercício de 2014, reflexos de valores registrados em restos a pagar.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

Como estratégia para melhorar os resultados é continuar a parceria com o Governo do Estado.

Contudo, sem servidores, não se tem como apresentar alternativas ou estratégias para alcançar quaisquer resultados.

### **3.3.1.5. Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária**

**Tabela 72. Informações Gerais de Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária**

Identificação						
Ação	210S - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária					
Plano Orçamentário	03 - Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Metas do Exercício						
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014	
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada
Família assistida	unidade	11.344	8.935	78,76	11.862.773	520.939,16
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.862.773	10.114.708,55	10.113.708,55	10.113.708,55	0,00	9.592.769,39	520.939,16

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 73. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Valores em R\$ 1,00
					Restos a Pagar
D210S000140	33.90.30	2.400,00	2.397,80	2.397,80	0,00
	33.90.33	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00
B210S000248	33.90.39	9.110.537,00	9.110.537,00	134.412,69	8.976.124,31
D210S000340	33.90.14	205.241,30	204.847,50	204.847,50	0,00
	33.90.30	125.448,50	125.432,12	121.759,50	3.672,62
	33.90.33	34.862,93	34.862,93	34.862,93	0,00
	33.90.36	2.000,00	1.511,00	1.511,00	0,00
	33.90.39	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
D210S000348	33.90.33	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
	33.90.39	619.120,20	619.120,20	6.147,74	612.972,46
<b>Total</b>		<b>10.114.609,93</b>	<b>10.113.708,55</b>	<b>520.939,16</b>	<b>9.592.769,39</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 11.862.773 (onze milhões oitocentos e sessenta e dois mil setecentos e setenta e três reais), sendo disponibilizado R\$ 10.114.609,93 (dez milhões cento e catorze mil seiscentos e nove reais, noventa e três centavos), que representa 85,26% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 10.113.708,55 (dez milhões cento e treze mil setecentos e oito reais, cinqüenta e cinco centavos), sendo pagos R\$ 520.939,16 (quinhentos e vinte mil novecentos e trinta e nove reais, dezesseis centavos), perfazendo a execução de 5,15% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 9.592.769,39 (nove milhões quinhentos e noventa e dois mil setecentos e sessenta e nove reais, trinta e nove centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de atender 11.344 (onze mil trezentos e quarenta e quatro) famílias com assistência técnica sendo atendido o total de 8.935 (oito mil novecentos e trinta e cinco) famílias, representando a execução física de 78,76%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

### **Das atividades desenvolvidas**

#### *Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

A ação de Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável, melhorando a qualidade de vida dos agricultores, levando conhecimento para que possam desenvolver as parcelas com ações voltadas ao uso de manejo, proteção, conservação e recuperação de recursos naturais dos agroecossistemas e da biodiversidade, orientando por meio de visitas técnicas, cursos oficinas, palestras, dias de campo e demonstração de métodos.

Nesse sentido, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO vem prestando serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, aos projetos de assentamento do estado de Rondônia através de contratos firmados com prestadoras de serviços aptas a desenvolverem as referidas assistências.

Buscando atendimento a 100% dos Projetos de Assentamento com serviços de assistência técnica, se iniciou o exercício com 04 (quatro) contratos firmados com a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Rondônia - EMATER, para atender 5.124 (cinco mil cento e vinte e quatro) famílias, distribuídas em 81 (oitenta e um) projetos de assentamentos, conforme detalhados através das tabelas abaixo.

**Tabela 74. Contrato de ATER nº 11.000/2012**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Vigência		Técnicos	Valor do Contrato	Famílias
		Início	Término			
PA 13 de Outubro	Ariquemes					13
PA 14 de Agosto Coletivo	Ariquemes					10
PA 14 de Agosto Fase II	Ariquemes					22
PA Altamira	Campo Novo					58
PA Antonio Conselheiro	Theobroma					20
PA Campo Novo	Campo Novo					15
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari					61
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari					45
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari					54
PA Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari					27
PA Lagoa Azul	Campo Novo					63
PA Lamarca	Theobroma					23
PA Lamarquinha	Rio Crespo					7
PA Madre Cristina	Ariquemes					29
PA Martim Pescador	Urupá					290
PA Migrantes	Ariquemes					52
PA Norte Sul	Campo Novo					49
PA Norte Sul I	Buritis					30
PA Nova Vida	Campo Novo					30
PA Novo Progresso	Ariquemes					14
PA Paraíso das Acácas	Candeias do Jamari					55
PA Primavera	Theobroma					106
PA Rabo do Tamanduá	Buritis					38
PA Santa Elisa	Campo Novo					22
PA São Carlos	Campo Novo					40
PA São João	Ariquemes					6
PA União da Vitória	Porto Velho					57
PA Vale Encantado	Theobroma					85
PA Zenon	Monte Negro					48
PDS Dom Xavier Rey	Guajará-Mirim					48
RESEX Barreiro das Antas	Guajará-Mirim					10
RESEX Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim					191
<b>Total</b>		<b>02/01/2014</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>23</b>	<b>3.579.737,52</b>	<b>1.618</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

O Contrato acima sob nº 11.000/2012 foi resultado da Chamada Pública nº 001/2011, sendo aditivado no período de 02/01 a 31/12/2014, e encerrado conforme previsto no Termo.

**Tabela 75. Contrato de ATER nº 1.000/2014**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Vigência		Técnicos	Valor do Contrato	Famílias
		Início	Término			
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	10/02/2014	31/04/2015	15	1.572.809,14	64
PA Floriano Magno	Nova Mamoré					90
PA Francisco João	Nova Mamoré					51
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré					28
PA Igarapé das Araras	Porto Velho					59
PA Igarapé Taquara	Porto Velho					118
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré					53
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré					34
PA Pau Brasil	Nova Mamoré					86
PA Pau D'Arco	Porto Velho					96
PA Ribeirão	Nova Mamoré					58
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré					33
<b>Total</b>				<b>15</b>	<b>1.572.809,14</b>	<b>770</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela 76. Contrato de ATER nº 2.000/2014**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Vigência		Técnicos	Valor do Contrato	Famílias
		Início	Término			
PA Amigos do Campo	Machadinho	17/02/2014	31/04/2015	17	2.495.511,89	59
PA Asa do Avião	Machadinho					18
PA Belo Horizonte	Cujubim					279
PA Cedro Jequitibá	Machadinho					88
PA José Carlos	Vale do Anari					20
PA Lajes	Machadinho					332
PA Maria Mendes	Rio Crespo					13
PA Palma Arruda	Vale do Anari					91
PA Pedra Redonda	Machadinho					29
PA Santa Maria I	Machadinho					76
PA Santa Maria II	Machadinho					106
PA Tabajara II	Machadinho					152
PA União	Machadinho					166
<b>Total</b>				<b>17</b>	<b>2.495.511,89</b>	<b>1.429</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela 77. Contrato de ATER nº 3.000/2014**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Vigência		Técnicos	Valor do Contrato	Famílias
		Início	Término			
PA Águas Claras	Vilhena					71
PA Boa Esperança	Parecis					10
PA Caladinho	Pimenta Bueno					13
PA Ceará	Parecis					62
PA Edmilson Pastor	Espigão do Oeste					58
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno					43
PA Filadélfia	Alta Floresta do Oeste					19
PA Guarajus	Corumbiara					64
PA Lacerda e Almeida I	Novo Horizonte					8
PA Lacerda e Almeida II	Novo Horizonte					9
PA Maranatá	Chupinguaia					215
PA Nelson Alves	Nova Brasilândia					26
PA Renato Natan	Chupinguaia					27
PA Rio Consuelo	Alta Floresta do Oeste					41
PA Rio Muqui	Nova Brasilândia					55
PA Rio São Pedro	Parecis					17
PA Roncauto	Corumbiara					14
PA Santa Bárbara	Alta Floresta do Oeste					20
PA Santa Bárbara	Alto Alegre dos Parecis					17
PA União I	Parecis					62
PA Verde Seringal	Chupinguaia					204
PA Zé Bentão	Chupinguaia					156
PCA Formiguinha	Pimenta Bueno					56
PDS Rolim de Moura	Alta Floresta do Oeste					40
<b>Total</b>				<b>28</b>	<b>2.852.967,27</b>	<b>1.307</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Os Contratos nº 1.000, 2.000 e 3.000/2014, demonstrados através das tabelas acima, representam os resultados da Chamada Pública nº 001/2013, com término de vigência inicialmente previsto para ocorrer até 10/04/2014, foram prorrogados até 31/04/2015, através de Termo Aditivo, uma vez que iniciaram as atividades tardivamente em decorrência da enchente histórica do Rio Madeira que afetou diretamente Projetos de Assentamentos que a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Rondônia - EMATER, operadora contratada, iniciaria os trabalhos, sendo necessárias readequações.

Realizados os ajustes necessários e restabelecidas condições a operadora realizou os objetivos para os quais fora contratada, ou seja, disponibilizou assistência, técnica, social e ambiental às famílias dos projetos de assentamento, criados ou reconhecidos, garantindo-lhes a segurança alimentar e nutricional, a estrutura dos processos de produção e a inserção competitiva no mercado local e regional.

Ao longo do exercício de 2014, foi lançada chamada pública que resultou na assinatura de mais 03 (três) contratos, com a Empresa de Assessoria de Consultoria Ambiental e Empresarial da Amazônia EIRELI - EKOAR, com o objetivo de prestar assistência técnica a 3.811 (três mil oitocentos e onze) famílias, distribuídas em 53 (cinquenta e três) projetos de assentamentos, conforme demonstrado através das tabelas abaixo.

**Tabela 78. Contrato de ATER nº 7.000/2014**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Vigência		Técnicos	Valor do Contrato	Famílias
		Início	Término			
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	07/11/2014	07/11/2015	12	2.014.471,65	84
PA Joana D'Arc II	Porto Velho					112
PA Joana D'Arc III	Porto Velho					73
PA Joana D'Arc III Parte II	Porto Velho					73
PA Nilson Campos	Porto Velho					41
PA Rio Madeira	Porto Velho					123
PA São Francisco	Porto Velho					62
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari					200
<b>Total</b>				<b>12</b>	<b>2.014.471,65</b>	<b>768</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela 79. Contrato de ATER nº 8.000/2014**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Vigência		Técnicos	Valor do Contrato	Famílias
		Início	Término			
PA Agostinho Becker	Cujubim	07/11/2014	07/11/2015	25	4.003.010,07	34
PA Buriti	Buritis					300
PA Capitão Silvio	Ariquemes					75
PA Dois de Julho	Cujubim					100
PA Entre Rios	Alto Paraíso					55
PA Jandaira	Ariquemes					10
PA Jatobá	Buritis					92
PA Joseodon	Ariquemes					55
PA Lagoa Nova	Theobroma					87
PA Maria José Rique	Ariquemes					64
PA Oriente	Buritis					36
PA Pedra do Abismo	Buritis					104
PA Renascer	Cujubim					8
PA Reviver	Buritis					60
PA Rio Branco	Theobroma					153
PA Santa Catarina	Theobroma					76
PA Santa Catarina Expansão	Theobroma					23
PA São Domingos	Buritis					100
PA São José dos Buritis	Buritis					52
PA São Paulo	Buritis					24
PA São Pedro	Buritis					62
<b>Total</b>				<b>25</b>	<b>4.003.010,07</b>	<b>1.570</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

**Tabela 80. Contrato de ATER nº 9.000/2014**

Valores em R\$ 1,00

Projeto	Município	Vigência		Técnicos	Valor do Contrato	Famílias
		Início	Término			
PA Bela Vista	Nova Brasilândia do Oeste	07/11/2014	07/11/2015	24	3.712.174,88	18
PA Bom Jesus	Costa Marques					12
PA Bom Princípio II	Seringueira					155
PA Cautarinho	São Francisco do Guaporé					117
PA Chico Mendes	Presidente Médici					44
PA Chico Mendes I	Presidente Médici					50
PA Chico Mendes II	Presidente Médici					53
PA Conceição	Costa Marques					69
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé					157
PA Macaco Preto	Costa Marques					23
PA Margarida Alves	Nova União					125
PA Nova Esperança	Costa Marques					19
PA Oziel dos Carajás	Nova Brasilândia do Oeste					18
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra					160
PA Paulo Freire	Nova Brasilândia do Oeste					39
PA Paulo Freire II	Nova Brasilândia do Oeste					13
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé					67
PA Rio Azul	Costa Marques					44
PA Rio Azul II	Costa Marques					48
PA Rio Azul III	Costa Marques					20
PA Sagrada Família	São Francisco do Guaporé					89
PA Santa Izabel	Costa Marques					9
PA São Fco. do Guaporé	São Francisco do Guaporé					82
PA Serra Grande	Costa Marques					35
PCA Zona da Mata	Castanheiras					7
				24	<b>3.712.174,88</b>	<b>1.473</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

As atividades da ação de Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária apóiam as famílias dos projetos de assentamento com assistência técnica descentralizada, assim, torna a presença efetiva de técnicos, o que favorece interação entre as famílias e estimula a busca por soluções criativas aos problemas que surgem cotidianamente.

Implementa ações estruturantes e transversais que possibilitam a articulação entre as diversas políticas públicas destinadas ao público da agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento.

E, experimentando alternativas de produção focadas nas especificidades locais, se considerando o saber popular acumulado ao longo da vivência dos trabalhadores no campo, com também, com o conhecimento produzido nos espaços acadêmicos de formação técnica.

Visando proporcionar melhor visualização a cerca das famílias atendidas, e contratos vigentes ao longo do exercício de 2014, se formulou a tabela abaixo.

**Tabela 81. Informações consolidadas dos contratos de assistência técnica**

Valores em R\$ 1,00

Chamada Pública	Contrato	Contratada	Projetos	Técnicos	Famílias	Valor
01/2011	11.000/2012	EMATER	32	23	1.618	3.579.737,52
01/2013	1.000/2014	EMATER	12	15	770	1.572.809,14
01/2013	2.000/2014	EMATER	13	17	1.429	2.495.511,89
01/2013	3.000/2014	EMATER	24	28	1.307	2.852.967,27
01/2014	7.000/2014	EKOAR	8	12	768	2.014.471,65
01/2014	8.000/2014	EKOAR	21	25	1.570	4.003.010,07
01/2014	9.000/2014	EKOAR	25	24	1.473	3.712.174,88
<b>Total</b>			<b>135</b>	<b>144</b>	<b>8.935</b>	<b>20.230.682,42</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Conforme demonstrado, ao longo do exercício de 2014, foram atendidas 8.935 (oito mil novecentos e trinta e cinco) famílias, distribuídas em 135 (cento e trinta e cinco) projetos de assentamentos, contratados 144 (cento e quarenta e quatro) técnicos, e investidos R\$ 20.230.682,42 (vinte milhões duzentos e trinta mil seiscentos e oitenta e dois reais, quarenta e dois centavos), sendo esse montante resultado tanto de valores inscritos em restos a pagar, como valores disponibilizados no exercício.

Todas as informações sobre os citados contratos se encontram registrados no Sistema Informatizado de ATER - SIATER, que foi criado em atendimento a Lei nº 12.188 de 11/01/2010 que instituí a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, implementado efetivamente, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, no exercício de 2014.

O citado sistema tem como principal objetivo o credenciamento das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e o monitoramento de execução dos contratos, e os técnicos podem acessá-lo em qualquer computador que esteja ligado à rede mundial de computadores (internet).

Outra importante atividade depreendida pela ação de Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária foram àquelas voltadas ao acesso do PRONAF, onde se complementa as ações da reforma agrária que objetivam corrigir distorções do sistema fundiário brasileiro, concentrador de terra e renda. Política do Governo Federal que através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA promove o assentamento de famílias de trabalhadores rurais nas últimas décadas.

Em 1997, com o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF se objetivou atender aos anseios dos trabalhadores rurais, garantindo linhas de créditos exclusivas para esse seguimento de agricultores e a formulação de políticas públicas norteadoras desse significativo setor da economia brasileira.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO participa através do processo de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, documento esse que credencia o beneficiário ao acesso do crédito do PRONAF, contudo, sem estabelecimento de metas.

As linhas A, A/C, B, Jovem e Mais Alimento se observa serem as mais solicitadas.

Ao longo do exercício de 2014 se alcançou os resultados na emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP destacados na tabela abaixo.

**Tabela 82. Declaração de Aptidão ao PRONAF**

Tipo	Quantidade
DAP A	457
DAP B	3
Provisória	54
<b>Total</b>	<b>514</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Para a emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP é fundamental e indispensável a garantia de assistência técnica nos projetos de assentamentos. Necessidade essa que obrigou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a implementar, a partir de 1997, o Projeto Lumiar, que veio resgatar a política nacional de assistência técnica aos agricultores familiares do país.

Compreendendo que sem a assistência técnica não deve existir crédito, pois o objetivo do mesmo é promover o desenvolvimento econômico, social, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológico da localidade.

A tabela abaixo demonstra os recursos financeiros advindos das modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF aplicados nos projetos de assentamentos, ainda não sendo possível quantificar quais desses foram resultantes das Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP emitidas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

**Tabela 83. Recursos financeiros de PRONAF aplicados nos projetos de assentamento**

Valores em R\$ 1,00

Projeto / Município	Tipo	Quantidade	Valor
PA Flor do Amazonas 1, 2 e 3 e PAF Jequitibá <i>Candeias do Jamari</i>	A	122	2.379.000,00
	A/C	6	20.000,00
	B, Mais Alimentos e Custeio Jovem	40	1.165.000,00
PA Asa do Avião, Amigos do Campo, Palma Arruda, Pedra Redonda, Cedro Jequitibá, União e Lajes <i>Machadinho do Oeste</i>	A	30	660.002,60
	A/C	5	32.757,00
	B, Mais Alimentos e Custeio Jovem	40	1.567.121,15
PA 14 de Agosto Fase II e Migrante <i>Ariquemes</i>	A	3	48.000,00
	Custeio Jovem	2	30.000,00
PA Lagoa Azul, Nova Vida, Norte Sul e Rabo do Tamanduá <i>Buritis</i>	Mais Alimentos	79	1.971.809,67
PA Antonio Conselheiro, Lamarca e Vale Encantado <i>Theobroma</i>	A	33	676.070,98
	Mais Alimentos e Custeio Jovem	10	324.003,35
PA Martim Pescador <i>Urupá</i>	A	14	294.000,00
	Mais Alimentos, B e Custeio Jovem	15	500.501,85
	A/C	1	8.000,00
PA Edmilson Pastor <i>Espigão do Oeste</i>	A	2	42.057,94
PA Guarajus e Renato Natan <i>Corumbiara</i>	A	14	304.500,00
PA Maranatá e Zé Bentão <i>Chupinguaia</i>	A	94	1.955.349,99
PA Rio Muqui <i>Nova Brasilândia</i>	A	11	258.500,00

Projeto / Município	Tipo	Quantidade	Valor
PA Filadélfia <i>Alta Floresta do Oeste</i>	Mais Alimentos	3	150.000,00
PA Boa Esperança, Ceará e União I <i>Parecis</i>	A	3	60.000,00
	Mais Alimentos	7	298.227,55
PA Francisco João, Floriano Magno, Ivo Inácio, Esmosina Pinho, Marechal Rondon, Igarapé Azul, Rosana Lecy, Ribeirão e Pau Brasil <i>Nova Mamoré</i>	A	19	444.000,00
	Mais Alimentos	85	3.905.599,90
RESEX Rio Ouro Preto e PDS Dom Xavier Rey <i>Guajará-Mirim</i>	A	17	258.463,66
PA União da Vitória <i>Porto Velho</i>	A	45	889.200,00
<b>Total</b>		<b>700</b>	<b>18.242.165,64</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Conforme demonstrado acima, foram realizados 700 (setecentos) contratos no montante total de 18.242.165,64 (dezesseis milhões duzentos e quarenta e dois mil cento e sessenta e cinco reais, sessenta e quatro centavos) investidos em 43 (quarenta e três) projetos de assentamentos distribuídos em 15 (quinze) municípios.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não alcançou a meta física, situação essa decorrente principalmente pela evasão identificada em campo; contudo os lotes não se encontravam vazios, e sim com novos ocupantes, e com isso, se buscou a regularização das famílias que os estavam ocupando irregularmente.

A legislação vigente diz que a assistência técnica é para as famílias regularmente cadastradas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, para que então as atividades possam ser registradas no Sistema Informatizado do ATER - SIATER.

Os contratos vigentes da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER tiveram atraso na execução dos trabalhos, em razão da enchente histórica do Rio Madeira, que afetou todo o Estado, tendo o início adiado, pois muitas famílias saíram dos lotes e não voltaram a tempo de cumprir o cronograma, como também as estradas que fizeram sem condições de tráfego, ocasionando na baixa execução dos contratos, afetando diretamente na execução financeira.

A Empresa de Assessoria de Consultoria Ambiental e Empresarial da Amazônia EIRELI - EKOAR iniciou os trabalhos em novembro de 2014 através da realização de Seminários de Nivelamento Conceitual e Metodológico, assim os valores correspondentes ao contrato foram totalmente disponibilizados, porém não executado, tanto pelo pagamento que deveria ser parcial e correspondente a atividade executada, quanto pela inexistência de financeiro para o efetivo pagamento.

Assim, a execução financeira, em sua maioria se deve ao acompanhamento da execução dos contratos; participação de servidores em eventos como: Seminário de Nivelamento, Seminário de Avaliação, Oficinas de Planejamento, Oficinas de Avaliação e outros de acordo com a demanda dos agricultores, como reuniões e fiscalização dos escritórios dos Núcleos Operacionais e execução física dos contratos.

Ainda foram realizadas análises dos relatórios dos contratos como a elaboração da Chamada Pública nº 001/2014, tendo como participantes servidores lotados nas Unidades Avançadas.

## **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

As principais dificuldades identificadas na execução da ação de Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária são: insuficiência de servidores e de capacitação, dificuldades na regularização das famílias, para a qual houve mudanças constantes na legislação, demora na liberação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF A, onde muitos projetos de assentamentos ainda não possuírem a demarcação topográfica, situações essas que prejudicam os trabalhos em suas diversas fases.

O exercício de 2014 foi o primeiro ano de utilização do Sistema Informatizado do ATER - SIATER, com isso, foram identificadas diversas dificuldades de adaptação e uso da ferramenta, o que prejudicou a execução financeira, uma vez que o efetivo pagamento ocorre após análise e aprovação dos relatórios no sistema.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Mesmo na ocorrência das dificuldades apontadas foram executadas atividades exitosas como o Seminário de Nivelamento Conceitual Metodológico, o plano de estruturação da unidade familiar, oficinas de planejamento, oficinas de atualização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e Plano de Recuperação de Assentamento - PRA, reuniões para orientações sobre temas como: crédito, Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, Terra Sol, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Foram realizadas reuniões visando articulação entre órgãos estaduais e federais sobre educação, saúde, estrada e outras atividades que envolvem os projetos de assentamento.

A execução dos contratos proporcionou o acompanhamento técnico, acesso as políticas públicas, acesso a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, elaboração de proposta de crédito, início na regularização das parcelas, incentivo ao uso de técnicas agroecológicas, busca ativa por alternativas de renda para mulheres e jovens, incentivo a produção leiteira, seus derivados e frutíferos.

As atividades realizadas proporcionaram ainda o aumento na renda familiar, diversidade de produção, inclusão nos programas sociais, adequação e acesso a regularidade nas leis ambientais, acompanhamento da aplicação dos recursos como: PRONAF reforma agrária A, PRONAF mais alimento, PRONAF jovem, custeio de crédito rural para beneficiamento da pecuária leiteira, avicultura, suinocultura, piscicultura e aquisição de veículos e equipamentos.

Através das palestras, cursos, oficinas e demonstração de métodos as famílias assentadas foram incentivadas na produção e cultivo de mandioca, banana, milho, alternativas de ração para criação de galinha, processamento das matérias primas e produção de bioinseticida.

As mulheres assentadas foram incentivadas a ter renda própria através de cursos de produção de ovos de páscoa e trufas, boas práticas de fabricação, sendo elas acompanhadas no trabalho de construção, organização e execução de agroindústria familiar, processamento de mandioca, fabricação de pães e polpa de frutas.

Com parcerias foram realizadas reuniões sobre o Cadastramento Ambiental Rural - CAR e a legislação ambientação, Sistemas Agroflorestais - SAF com cultivo de cupuaçu carimbo (sem caroço), implantação de viveiros, Programa Aquisição de Alimentos - PAA, e distribuição de sementes.

Sendo esses os principais resultados alcançados ao longo de 2014, contudo muitos objetivos e melhores avanços poderão ser observados em vários anos de assistência técnica prestada e o acompanhamento efetivo das famílias assistidas.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

A insuficiência de servidores lotados na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foi o principal entrave / contingenciamento identificado na execução dos trabalhos onde se tem vários contratos e servidores em número insuficiente para o acompanhamento e fiscalização conforme a legislação prevê o que acarretará na impossibilidade de ampliação dos contratos, e consequentemente, aumento no número de famílias assistidas.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária observa o registro de valores em restos a pagar, uma vez que os recursos orçamentários são disponibilizados ao final de cada exercício, quando da contratação das empresas, sendo, operacionalizado no exercício seguinte quando da execução das atividades constantes no cronograma de trabalho das operadoras.

O registro de valores em restos a pagar apresenta reflexo no pagamento das atividades realizadas no início do exercício, em especial, nos meses de janeiro, fevereiro e março, quando há instabilidade financeira, que segue cronograma de disponibilidade do Tesouro Nacional.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A principal estratégia de intervenção para melhorar os resultados será a requisição de servidores de Brasília ou outras Regionais, como também demandas capacitações em análises de relatórios e acompanhamento de contratos.

E, realizar, a partir das novas chamadas públicas, Diagnóstico da Unidade Familiar, em 100% das parcelas, para coletar todas as informações referentes à ocupação das parcelas o que melhorará resultados em diversos Setores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

### **3.3.1.6. Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol**

**Tabela 84. Informações Gerais do Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol**

<b>Identificação</b>							
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais						
Plano Orçamentário	03 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
<b>Metas do Exercício</b>							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Família beneficiada	unidade	50	20	40	31.200	57.930,98	185,67
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>		<b>Restos a Pagar</b>			<b>Valores Pagos</b>
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
31.200	74.060,78	74.060,78	74.060,78	16.129,80	0,00		57.930,98

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 85. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
B211A000316	33.90.14	486,65	486,65	486,65	0,00
C211A000316	33.90.14	11.326,78	11.326,78	11.326,78	0,00
	33.90.30	15.006,40	15.006,40	4.796,50	10.209,90
D211A000340	33.90.39	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00
	33.90.14	12.969,52	12.969,52	12.969,52	0,00
	33.90.30	3.900,00	3.900,00	3.900,00	0,00
	33.90.39	1.300,00	1.300,00	500,00	800,00
V211A000316	33.90.14	3.711,53	3.711,53	3.711,53	0,00
	44.90.52	23.359,90	23.359,90	18.240,00	5.119,90
<b>Total</b>		<b>74.060,78</b>	<b>74.060,78</b>	<b>57.930,98</b>	<b>16.129,80</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 31.200 (trinta e um mil e duzentos reais), sendo disponibilizado R\$ 74.060,78 (setenta e quatro mil e sessenta reais, setenta e oito centavos), que representa 237,37% do valor inicialmente previsto; que foram integralmente empenhados, sendo pagos R\$ 57.930,98 (cinquenta e sete mil novecentos e trinta reais, noventa e oito centavos), perfazendo a execução de 78,22% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 16.129,80 (dezesseis mil cento e vinte e nove reais, oitenta centavos), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de elaborar, apoiar ou financiar projetos de fomento à agroindustrialização e à comercialização para beneficiar 50 (cinquenta) famílias sendo beneficiado o total de 20 (vinte) famílias, representando a execução física de 40%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

## **Das atividades desenvolvidas**

### *Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Ao longo do exercício de 2014 foram trabalhados 02 (dois) projetos que incentivam o agricultor familiar na comercialização de produtos, o de Feira de Abastecimento Popular da Reforma Agrária e Tanque Resfriador de Leite Comunitário, como também foram realizados trabalhos de campo com a finalidade de fiscalização das ações iniciadas no ano de 2013, conforme se descreve a seguir.

### *Projeto Feira de Abastecimento Popular da Reforma Agrária*

O projeto foi uma iniciativa da Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul, inserida no Programa Terra Sol, quando licitado pela primeira vez através do Pregão Eletrônico nº 06/2012, e publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 124 de 28/06/2012, inserida no Processo Administrativo nº 54220.000697/2012-03, com a particularidade das demais Superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA aderirem ao projeto.

Faz parte do eixo estratégico da Autarquia no exercício de 2014, que tem como meta a ampliação dos projetos das Feiras Populares da Reforma Agrária nos diversos Estados brasileiros. O objetivo também é que as feiras se tornem permanentes, por isso a necessidade do aporte logístico como barracas, equipamentos e utensílio. Tendo como importante a aquisição do denominado Kit Feira para suprir a necessidade logística das famílias assentadas, incentivando-os na permanência nas feiras livres, a inserção mercadológica da produção dos assentamentos e uma forma de obtenção de renda.

O Kit Feira é composto de: 01 (uma) barraca, uniforme (avental e boné), caixas de transporte de mercadorias, caixa de isopor de 120 (cento e vinte) litros, balança, sacolas, placas de preços e placa de identificação do agricultor. Devendo esse kit ser de uso coletivo e destinado às famílias assentadas que comercializam a sua produção em feiras livres. Cada kit beneficiará 02

(duas) unidades familiares, e a sua destinação realizada por meio de Termo de Permissão de Uso, podendo ser celebrado com as entidades representantes dos assentados, como Associações e Cooperativas, ou entes federados como municípios e o Estado.

Para concretizar o Projeto Feira de Abastecimento Popular da Reforma Agrária no Estado de Rondônia, em 2014, foi realizado levantamento de projetos de assentamentos que tinham perfil para o recebimento do Kit Feira, de acordo com tabela abaixo.

**Tabela 86. Levantamento de demanda ao kit feira**

Projeto	Município	Quantidade de Famílias
PA Agostinho Becker	Cujubim	6
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	6
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	2
PA Bom Princípio II	Seringueiras	4
PA Buriti	Buritis	34
PA Cautarinho	São Francisco do Guaporé	4
PA Ceará	Parecis	6
PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	10
PA Chico Mendes	Presidente Médici	6
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	6
PA Chico Mendes III	Presidente Médici	6
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	4
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	6
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	4
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	12
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	8
PA Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari	2
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	6
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	4
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	6
PA Jandaira	Ariquemes	2
PA Jatobá	Buritis	6
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	4
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	16
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	6
PA Joana D'Arc III Parte II	Porto Velho	8
PA José Carlos	Vale do Anari	2
PA Joseodon	Ariquemes	6
PA Lagoa Azul	Campo Novo de Rondônia	8
PA Lagoa Nova	Theobroma	4
PA Lajes	Machadinho do Oeste	16
PA Lamarca	Theobroma	2
PA Madre Cristina	Ariquemes	4
PA Margarida Alves	Nova União	4
PA Maria José Rique	Ariquemes	4
PA Maria Mendes	Rio Crespo	2
PA Martim Pescador	Urupá	10
PA Nilson Campos	Porto Velho	16
PA Norte Sul II	Campo Novo de Rondônia	2
PA Nova Vida	Campo Novo de Rondônia	4
PA Oriente	Buritis	4
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	10
PA Palma Arruda	Vale do Anari	6
PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	6
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	10
PA Pedra do Abismo	Buritis	8

Projeto	Município	Quantidade de Famílias
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	8
PA Primavera	Theobroma	8
PA Renascer	Cujubim	8
PA Reviver	Buritis	6
PA Ribeirão	Nova Mamoré	6
PA Rio Branco	Theobroma	4
PA Rio Madeira	Porto Velho	6
PA Sagrada Família	São Francisco do Guaporé	4
PA Santa Catarina	Theobroma	4
PA Santa Catarina Expansão I	Theobroma	2
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	8
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	8
PA São Carlos	Campo Novo de Rondônia	4
PA São Domingos	Buritis	6
PA São Francisco	Porto Velho	14
PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	6
PA São José dos Buritis	Buritis	8
PA São Paulo	Buritis	6
PA São Pedro	Buritis	8
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	8
PA União	Machadinho do Oeste	10
PA Vale Encantado	Theobroma	6
PA Zenon	Monte Negro	4
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	8
PCA Formiguinha	Pimenta Bueno	6
PDS Dom Xavier Rey	Guajará-Mirim	12
RESEX Jaci Paraná	Porto Velho	2
<b>Total</b>		<b>492</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Conforme demonstrado acima, foi levantada demanda em 73 (setenta e três) Projetos de Assentamentos, 21 (vinte e um) municípios o que resultou em 492 (quatrocentas e noventa e duas) possíveis famílias a serem beneficiadas com a implantação do Projeto Feira de Abastecimento Popular da Reforma Agrária no Estado de Rondônia.

Contudo, apenas 53 (cinquenta e três) Projetos de Assentamento receberam a visita técnica de servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para verificação do potencial das famílias na comercialização em feiras.

Dada a restrição orçamentária, e a qualificação das famílias foram priorizados e selecionados 04 (quatro) Projetos de Assentamentos para receber o Kit Feira, que beneficiou 20 (vinte) famílias, conforme destacado na tabela abaixo.

**Tabela 87. Famílias beneficiadas com kit feira**

Projeto	Município	Quantidade de Famílias
PA Lamarca	Theobroma	2
PA Primavera	Theobroma	8
PA Rio Branco	Theobroma	4
PA Vale Encantado	Theobroma	6
<b>Total</b>		<b>20</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

#### *Projeto Tanque Comunitário*

A pecuária se constitui em importante atividade econômica no Estado de Rondônia, sendo esta também, para os assentamentos rurais.

No que concerne na comercialização do leite é obrigatório a sua refrigeração, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 62 de 29/12/2011, do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento, devendo ocorrer por meio de Tanques tipo a granel, de acordo com a Instrução Normativa nº 53 de 16/08/2002 da Secretaria da Defesa Agropecuária.

Com o objetivo de atender às normas vigentes referentes à comercialização do leite, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2012, adquiriu 46 (quarenta e seis) tanques resfriadores de leite, beneficiando através da entrega que ocorreu em 2013, o total de 266 (duzentas e sessenta e seis) famílias, distribuídas em 20 (vinte) Projetos de Assentamentos.

O resultado dessa aquisição, segundo levantamento de fiscalização realizada ao longo do exercício de 2014, foi o ganho médio mensal por tanque de R\$ 575, 42 (quinhentos e setenta e dois reais, quarenta e dois centavos), na comercialização do leite, com média de entrega de 48,3 (quarenta e oito) litros por família ao dia.

Os tanques resfriadores de leite foram disponibilizados as famílias para uso comunitário, beneficiando as famílias da mesma localidade na refrigeração leite e incentivando-as ao associativismo e ao cooperativismo.

Desse modo, no exercício de 2014, em continuidade ao Projeto Tanque Comunitário, foi realizada licitação para a aquisição de 70 (setenta) tanques resfriadores de leite visando atender demanda reprimida existente nos Projetos de Assentamentos do Estado de Rondônia, que se planeja ocorrer conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 88. Demanda de tanque resfriador de leite**

Projeto	Município	Família	Capacidade em Litros		
			1.000	1.500	2.000
PA 14 de Agosto	Ariquemes	17	3	0	0
PA Maria José Rique	Ariquemes	11	2	0	0
PA Migrantes	Ariquemes	13	2	0	0
PA Norte Sul	Buritis	13	2	0	0
PA Pedra do Abismo	Buritis	7	0	0	1
PA Rabo do Tamanduá	Buritis	13	0	2	0
PA São Domingos	Buritis	15	2	0	0
PA Norte Sul I	Campo Novo de Rondônia	6	1	0	0
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	6	1	0	0
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	6	1	0	0
PA Dois de Julho	Cujubim	12	2	0	0
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	7	1	0	0
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	15	3	0	0
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	14	1	1	0
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	17	1	2	0
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	3	1	0	0
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	32	8	0	0
PA Francisco João	Nova Mamoré	5	1	0	0
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	14	3	0	0
PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	16	4	0	0
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	6	0	1	0
PA Ribeirão	Nova Mamoré	4	1	0	0
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	15	3	0	0
PA Margarida Alves	Nova União	40	1	8	0
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	6	0	0	1
PA União da Vitória	Porto Velho	40	2	1	1
PA José Carlos	Vale do Anari	15	3	0	0
PA Palma Arruda	Vale do Anari	20	2	1	0
<b>Total</b>		<b>388</b>	<b>51</b>	<b>16</b>	<b>3</b>
<b>Total de Tanques</b>			<b>70</b>		

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Pela indisponibilidade orçamentária a aquisição dos tanques resfriadores de leite não foi efetivada conforme planejada, assim, o demonstrado acima será objeto de trabalho no exercício de 2015.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO teve como meta física o atendimento a 50 (cinquenta) famílias e meta orçamentária de R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais), significando no custo de R\$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais) por família.

Ao longo do exercício de 2014 foram descentralizados R\$ 74.060,78 (setenta e quatro mil e sessenta reais, setenta e oito centavos) para a execução da ação, sendo R\$ 39.694,48 (trinta e nove mil seiscentos e noventa e quatro reais, quarenta e oito centavos), ou seja, 54% dos recursos foram gastos diretamente com atividades iniciais, como levantamento de demanda, reuniões com as famílias nos Projetos de Assentamento e outras visitas técnica para o cumprimento do objetivo.

Os demais recursos orçamentários foram gastos com a aquisição do Kit Feira, que somou o montante de R\$ 34.366,40 (trinta e quatro mil trezentos e sessenta e seis reais, quarenta centavos).

Logo, as atividades realizadas viabilizaram a execução de 40% da meta física estabelecida e a ampliação dos recursos orçamentários.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

A ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol visa ao incremento de renda das famílias assentadas por meio do financiamento de atividades socioeconômicas sustentáveis valorizando as características regionais, as experiências e potencialidades locais, com ênfase na agroecologia. Os projetos a serem financiados deverão ser de iniciativa das famílias assentadas, por meio de associações e cooperativas.

Entretanto, a organização social das famílias foi o principal problema identificado para a execução da ação, uma vez que a característica regional é o trabalho individual. Por isso, não foi possível concretizar projetos de beneficiamento da produção, tais como unidades de agroindústria familiar.

Também foram identificados como problema para operacionalização da ação a falta de equipe técnica com especialização em empreendimentos industriais, como engenheiros de alimentos, técnico em agroindústria e administradores rurais; assistência técnica específica para a promoção da agroindustrialização e falta de estudos de cadeias produtivas dos Projetos de Assentamento.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

A execução do Projeto Feira de Abastecimento Popular possibilitou conhecer as necessidades logísticas das famílias para a comercialização da produção sendo, portanto, um projeto que deverá continuar ao longo do exercício de 2015.

A fiscalização do Projeto Tanque Comunitário identificou a relevância da refrigeração do leite em sua comercialização, motivando a realização de nova licitação para aquisição de tanques resfriadores de leite.

E por fim, o levantamento da demanda demonstrou a necessidade de organização social nos Projetos de Assentamentos como cooperativas, estudos de cadeias produtivas e assistência técnica específica para o beneficiamento da produção.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

Os principais contingenciamentos identificados foram a inexistência de servidores capacitados em empreendimentos industriais, e especialmente a insuficiência orçamentária para custear na integralidade os projetos iniciados ao longo do exercício de 2014.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol não observou reflexos de restos a pagar ao longo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

Para melhorar os resultados da ação Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol é necessário estimular a organização social das famílias assentadas por meio de capacitações como associativismo e cooperativismo.

Com essa base social organizada é possível iniciar estratégias de produção, beneficiamento e comercialização da produção.

Além disso, alternativa para promoção da ação é a integração das atividades agroindustriais entre as esferas federais, estadual e municipais.

### **3.3.1.7. Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamento**

**Tabela 89. Informações Gerais da Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamentos**

Identificação							
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais						
Plano Orçamentário	0A - Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamentos						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Parcela supervisionada	unidade	415	4.639	1.117,83	72.667	433.186,70	596,12
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
72.667	464.994,78	460.786,70	460.786,70	27.600,00	0,00	433.186,70	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 90. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D211A000A40	33.90.14	304.385,50	300.181,37	300.181,37	0,00
	33.90.30	136.275,90	136.271,95	108.671,95	27.600,00
	33.90.33	6.500,00	6.500,00	6.500,00	0,00
	33.90.39	17.833,38	17.833,38	17.833,38	0,00
<b>Total</b>		<b>464.994,78</b>	<b>460.786,70</b>	<b>433.186,70</b>	<b>27.600,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 72.667 (setenta e dois mil seiscentos e sessenta e sete reais), sendo disponibilizado R\$ 464.994,78 (quatrocentos e sessenta e quatro mil novecentos e noventa e quatro reais, setenta e oito centavos), que representa 639,89% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 460.786,70 (quatrocentos e sessenta mil setecentos e oitenta e seis mil, setenta centavos), sendo pagos R\$ 433.186,70 (quatrocentos e trinta e três mil cento e oitenta e seis reais, setenta centavos), perfazendo a execução de 93,16% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais), conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de vistoriar / supervisionar 415 (quatrocentos e quinze) lotes em Projetos de Assentamentos sendo vistoriado / supervisionado o total de 4.639 (quatro mil seiscentos e trinta e nove) lotes, representando a execução física de 1.117,83%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

### **Das atividades desenvolvidas**

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

As principais atividades desenvolvidas pela ação de Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamento, ao longo do exercício de 2014, estão detalhadas através da tabela abaixo.

**Tabela 91. Resultados da supervisão ocupacional**

Projeto	Município	Vistorias	Relatórios Entregues	Para Regularização	Para Retomada
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	30	30	16	0
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	26	26	2	0
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	84	84	6	0
PA Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari	32	32	11	0
PA Cachoeira do Samuel	Candeias do Jamari	2	2	2	0
PA Rio Madeira	Porto Velho	4	4	4	0
PA Aliança	Porto Velho	20	20	2	0
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	1	1	0	0
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	5	5	0	0
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	2	2	0	0
PA Aguinel Divino	Alta Floresta do Oeste	50	50	10	0
PA Filadélfia	Alta Floresta do Oeste	30	30	0	0
PA Rio Consuelo	Alta Floresta do Oeste	30	30	10	0
PA Santa Vitória	Alto Alegre dos Parecis	15	15	5	0
PA Maranatá	Chupinguaia	215	215	9	42
PA Maranatá II	Chupinguaia	62	62	3	0
PA Zé Bentão	Chupinguaia	194	194	4	42
PA Renato Natan	Corumbiara	30	30	4	2
PA Alberico Carvalho	Chupinguaia	85	85	6	11
PA Alzira Augusto Monteiro	Chupinguaia	106	106	4	2
PA Cachoeira	Espigão do Oeste	60	60	35	0
PA Emburana	Espigão do Oeste	15	15	0	0
PA Edmilson Pastor	Espigão do Oeste	10	10	6	0
PA Zeferino	Nova Brasilândia do Oeste	100	100	20	0
PA Nelson Alves	Nova Brasilândia do Oeste	30	30	5	0
PA Rio Muqui	Nova Brasilândia do Oeste	20	20	0	0
PA Ceará	Parecis	70	70	25	0
PA Marcos Freire	Pimenta Bueno	100	100	20	0
PA Ribeirão Grande	Pimenta Bueno	50	50	10	0
PA Pirajuí	Pimenta Bueno	15	15	5	0
PA Canaã	Pimenta Bueno	10	10	3	0

Projeto	Município	Vistorias	Relatórios Entregues	Para Regularização	Para Retomada
PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	15	15	4	0
PA Manoel Souza Cardoso	Primavera de Rondônia	25	25	10	0
PA Primavera de Rondônia	Primavera de Rondônia	5	5	2	0
PA São Felipe	São Felipe do Oeste	100	100	5	0
PA Águas Claras	Vilhena	20	20	10	2
PA Margarida Alves	Nova União	263	263	147	0
PA Chico Mendes	Presidente Médici	35	35	7	0
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	31	31	12	0
PA Chico Mendes III	Presidente Médici	38	38	13	0
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	103	103	7	0
PA Cautarinho	São Francisco do Guaporé	25	25	14	0
PA Sagrada Família	São Francisco do Guaporé	5	5	2	0
PA São F. do Guaporé	São Francisco do Guaporé	16	16	19	0
PA Martim Pescador	Urupá	20	20	13	0
PIC Ouro Preto	Ouro Preto do Oeste	2	2	2	0
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	3	3	3	0
PA Palmares	Nova União	16	16	4	0
PA Conceição	Costa Marques	27	27	1	0
PA Bela Vista	Nova Brasilândia do Oeste	40	40	0	0
PA Zumbi	Ouro Preto do Oeste	25	25	0	0
PA Agostinho Becker	Cujubim	70	0	0	0
PA Primavera	Theobroma	60	0	0	0
PA Santa Catarina	Vale do Anari	20	0	0	0
PA Santa Catarina Expansão	Machadinho do Oeste	80	0	0	0
PA Lagoa Nova	Theobroma	25	0	0	0
PA Rio Branco	Theobroma	10	0	0	0
PA Joseodon	Ariquemes	43	0	0	0
PA Américo Ventura	Cujubim	22	0	0	0
PA Zenon	Monte Negro	24	0	0	0
PA Oriente	Buritis	14	0	0	0
PA São Domingos	Buritis	26	0	0	0
PA Pedra do Abismo	Buritis	16	0	0	0
PA Reviver	Buritis	13	0	0	0
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	291	291	249	0
PA Lajes	Machadinho do Oeste	476	476	137	0
PA Pedra Redondas	Machadinho do Oeste	223	223	21	0
PA José Carlos	Vale do Anari	8	8	8	0
PA Palma Arruda	Vale do Anari	3	3	3	0
PA União	Machadinho do Oeste	1	1	1	0
PA Cujubim	Cujubim	1	1	1	0
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	25	25	15	0
PA Belo Horizonte	Machadinho do Oeste	236	236	35	0
PA Machadinho	Machadinho do Oeste	38	38	21	0
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	4	4	4	0
PA Pau D'Arco	Porto Velho	20	6	6	0
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	22	5	5	0
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	25	8	8	0
PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	50	24	24	0
PA Francisco João	Nova Mamoré	38	16	16	0
PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	5	5	5	0
PA Floriano Magno	Nova Mamoré	65	20	20	0
PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	70	42	42	0
PDS Dom Xavier Rey	Guajará-Mirim	1	1	1	0
PA Adriana	Corumbiara	33	33	0	0
PA Guarajus	Corumbiara	35	35	0	0

Projeto	Município	Vistorias	Relatórios Entregues	Para Regularização	Para Retomada
PA Nova Conquista	Vilhena	70	70	17	0
PA Várzea Alegre	Cabixi	20	20	5	0
PA Roncauto	Corumbiara	10	10	6	0
PA Verde Seringal	Chupinguaia	107	107	0	0
PA Vitória da União	Corumbiara	21	21	0	0
PIC Paulo de Assis Ribeiro	Colorado do Oeste	1	1	0	0
<b>Total</b>		<b>4.639</b>	<b>4.047</b>	<b>1.152</b>	<b>101</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Conforme demonstrado acima, foram realizadas 4.639 (quatro mil seiscentos e trinta e nove) vistorias em 98 (noventa e oito) projetos de assentamento, resultando na entrega efetiva de 4.047 (quatro mil e quarenta e sete) relatórios, os quais instruíram e encaminharam 1.152 (um mil cento e cinqüenta e dois) processos administrativos visando à regularização das famílias ocupantes dos lotes, assim como foram encaminhados para retomada 101 (cento e um) processos.

A entrega dos relatórios não equivale ao mesmo total de vistorias realizadas, uma vez que os valores foram disponibilizados ao final do exercício, assim, impossibilitando a realização de todas as etapas ainda em 2014.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A meta física inicialmente estabelecida foi superada especialmente pela disponibilidade orçamentária também ter ocorrido superior ao definido no Plano de Metas e Créditos Orçamentários para o exercício 2014.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

O principal resultado alcançado foi a possibilidade de converter as vistorias em Projetos de Assentamentos realizadas ao longo do exercício de 2014 foi o atraso na chegada dos recursos orçamentários, que impossibilitou que todas as atividades necessárias a regularização ou retomada de lotes irregularmente ocupados fossem realizados ainda em 2014.

Outro fator que dificultou nos trabalhos é a insuficiência de servidores em quantidade e qualificados na instrução e análise processual.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Como principal resultado se destaca a possibilidade de converter as vistorias nos projetos de assentamentos em famílias regularizadas, ou lotes instruídos visando a retomada dos que se encontram irregularmente ocupados.

A ação de Supervisão Ocupacional em Projetos proporciona meios para que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO esteja efetivamente presente nos lotes, atuando e participando da realidade identificada no cotidiano das famílias.

Assim, acompanhando a assustadora rotatividade das famílias nos lotes dos projetos de assentamentos, identificando suas causas e apontando alternativas para combater à especulação imobiliária e para a fixação das famílias no campo.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

Os contingenciamentos identificados foram:

a) Financeiros: com a chegada dos recursos orçamentários no final do exercício, impossibilitando a realização de todas as atividades ainda em 2014;

b) Operacional: a insuficiência de servidores, em quantidade e qualificados, para proceder às instruções e análises processuais, o que causa morosidade no fluxo desses;

c) Climáticos: uma vez que os recursos chegaram ao final do exercício, coincidindo com o inverno amazônico, assim, as chuvas dificultaram os trabalhos de campo.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Supervisão Ocupacional em Projetos não observou reflexos de valores registrados em restos a pagar na realização das atividades ao longo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A principal estratégia de intervenção para melhorar os resultados é continuar elaborando planos de acompanhamento dos projetos de assentamento, apontando a imprescindibilidade da presença efetiva do Governo Federal na vida das famílias assentadas, o que vem tendo respaldo, apresentando assim, ótimos resultados.

### **3.3.1.8. Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**

**Tabela 92. Informações Gerais da Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**

<b>Identificação</b>							
Ação	211A - Desenvolvimento de Assentamentos Rurais						
Plano Orçamentário	04 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
<b>Metas do Exercício</b>							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Documento expedido	unidade	1.717	735	42,81	100.894	100.605,18	99,71
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>		<b>Restos a Pagar</b>		<b>Valores Pagos</b>	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
100.894	100.894,51	100.605,18	100.605,18	0,00	0,00	100.605,18	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 93. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
D211A000440	33.90.14	60.383,00	60.093,67	60.093,67	0,00
	33.90.30	18.114,90	18.114,90	18.114,90	0,00
	33.90.33	18.364,81	18.364,81	18.364,81	0,00
	33.90.39	4.031,80	4.031,80	4.031,80	0,00
<b>Total</b>		<b>100.894,51</b>	<b>100.605,18</b>	<b>100.605,18</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 100.894 (cem mil oitocentos e noventa e quatro reais), sendo esses integralmente disponibilizados, que representa 100% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 100.605,18 (cem mil seiscentos e cinco reais, dezoito centavos), sendo totalmente pagos, perfazendo uma execução de 99,71% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de expedir 1.717 (um mil setecentos e dezessete) documentos titulatórios sendo expedido o total de 735 (setecentos e trinta e cinco) documentos titulatórios, representando a execução física de 42,81%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

### **Das atividades desenvolvidas**

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Ao longo do exercício de 2014 foram expedidos documentos de titulação provisórios, ou seja, Contratos de Concessão de Uso - CCU, uma vez que a expedição de documentos de titulação em caráter definitivo, o denominado Título de Domínio, face à edição da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, que alterou alguns dos incisos do artigo 18 da Lei 8.629 de 25/02/1993 e considerando a necessidade de regulamentação do citado instrumento legal e normatização da matéria no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ficou suspensa para Projetos de Assentamentos, também na forma estabelecida na Instrução Normativa nº 30/2006 e Memorando/Circularº 67 de 13/02/2014.

Para que as famílias assentadas não ficassem sem respaldo ou sem qualquer documento do lote que ocupa, se decidiu pela expedição de Contratos de Concessão de Uso - CCU para os beneficiários que estivessem com seus processos instruídos e aptos, alcançando o total de 735 (setecentos e trinta e cinco) documentos provisórios expedidos em 103 (cento e três) Projetos de Assentamentos e em 33 (trinta e três) municípios, conforme demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 94. Contrato de concessão de uso expedido**

Projeto	Município	Documentação Concedida
PA Águas Claras	Vilhena	12
PA Aguinel Divino	Alta Floresta do Oeste	2
PA Alberico Carvalho	Chupinguaia	10
PA Aliança	Porto Velho	1
PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	1
PA Alzira Augusto Monteiro	Chupinguaia	3
PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	9
PA Antonio Conselheiro	Theobroma	1
PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	1
PA Belo Horizonte	Machadinho do Oeste	12
PA Cachoeira	Espigão do Oeste	3
PA Capitão Silvio	Ariquemes	14

Projeto	Município	Documentação Concedida
PA Ceará	Parecis	12
PA Cedro do Jequitibá	Machadinho do Oeste	19
PA Chico Mendes	Presidente Médici	5
PA Chico Mendes II	Presidente Médici	2
PA Chico Mendes III	Presidente Médici	1
PA Colina Verde	Governador Jorge Teixeira	4
PA Conceição	Costa Marques	1
PA Cristo Rey	Cacaúlândia	3
PA D'Jaru Uaru	Jaru	4
PA Dois de Julho	Cujubim	17
PA Edmilson Pastor	Espigão do Oeste	4
PA Emburana	Espigão do Oeste	1
PA Entre Rios	Alto Paraíso	53
PA Filadélfia	Alta Floresta do Oeste	5
PA Flor do Amazonas I	Candeias do Jamari	3
PA Flor do Amazonas II	Candeias do Jamari	6
PA Flor do Amazonas III	Candeias do Jamari	2
PA Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari	4
PA Francisco João	Nova Mamoré	1
PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	2
PA Guarajus	Corumbiara	21
PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	3
PA Igarapé Taquara	Porto Velho	6
PA Jatobá	Buritis	1
PA Jatuarana	Ariquemes	29
PA Joana D'Arc I	Porto Velho	4
PA Joana D'Arc II	Porto Velho	4
PA Joana D'Arc III	Porto Velho	6
PA Joana D'Arc III Parte II	Porto Velho	5
PA Lagoa Azul	Campo Novo de Rondônia	1
PA Lagoa Nova	Theobroma	1
PA Lajes	Machadinho do Oeste	18
PA Lamarca	Theobroma	2
PA Lamarquinha	Rio Crespo	1
PA Macaco Preto	Costa Marques	23
PA Machadinho	Machadinho do Oeste	21
PA Madre Cristina	Ariquemes	3
PA Manoel Souza Cardoso	Primavera de Rondônia	1
PA Maranatá	Chupinguaia	1
PA Maranatá II	Chupinguaia	7
PA Margarida Alves	Nova União	3
PA Martim Pescador	Urupá	24
PA Menezes Filho	Buritis	11
PA Migrantes	Ariquemes	3
PA Nelson Alves	Nova Brasilândia	2
PA Norte Sul I	Buritis	1
PA Nova Vida	Campo Novo de Rondônia	9
PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	5
PA Paraíso das Acáias	Candeias do Jamari	8
PA Pau Brasil	Nova Mamoré	1
PA Pau D'Arco	Porto Velho	1
PA Pedra do Abismo	Buritis	6
PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	4
PA Pirajuí	Pimenta Bueno	2
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	2
PA Primavera	Theobroma	23

Projeto	Município	Documentação Concedida
PA Primavera de Rondônia	Primavera de Rondônia	1
PA Renato Natan	Corumbiara	1
PA Reviver	Buritis	23
PA Ribeirão	Nova Mamoré	1
PA Ribeirão Grande	Pimenta Bueno	3
PA Rio Alto	Campo Novo de Rondônia	20
PA Rio Branco	Theobroma	8
PA Rio Madeira	Porto Velho	36
PA Rio Preto do Candeias	Candeias do Jamari	1
PA Santa Bárbara	Alta Floresta do Oeste	1
PA Santa Catarina	Theobroma	1
PA Santa Catarina Expansão I	Theobroma	1
PA Santa Cruz	Ariquemes	8
PA Santa Helena	Buritis	10
PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	15
PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	4
PA Santa Vitória	Alto Alegre do Parecis	3
PA São Domingos	Buritis	4
PA São Felipe	São Felipe do Oeste	1
PA São Francisco	Porto Velho	4
PA São João	Ariquemes	1
PA São José dos Buritis	Buritis	34
PA São Pedro	Buritis	28
PA Serra Grande	Costa Marques	8
PA Tabajara	Machadinho do Oeste	1
PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	6
PA União da Vitória	Porto Velho	6
PA União I	Parecis	3
PA Urupá	Urupá	1
PA Vale do Jamari	Candeias do Jamari	1
PA Vale Encantado	Theobroma	4
PA Zeferino	Nova Brasilândia	11
PA Zenon	Monte Negro	2
PA Zumbi	Ouro Preto do Oeste	1
PAD Marechal Dutra	Ariquemes	1
<b>Total</b>		<b>735</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

### Da análise da execução física e financeira

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A execução orçamentária ocorreu em sua integralidade, contudo não houve o alcance da meta física, o que foi ocasionado por alguns fatores, quais sejam:

A realização de atividades em cumprimento da Instrução Normativa nº 47 de 16/09/2009 que estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores, que teve como objetivo principal a identificação das áreas disponíveis ao efetivo assentamento de famílias de trabalhadores rurais e verificação da situação ocupacional das famílias assentadas nos Projetos de Assentamento, para a qual foi solicitado recurso específico para a finalidade e sendo disponibilizado na presente ação, no entanto, não resulta diretamente ou ainda no mesmo exercício em alcance da meta física.

Trabalhos de campo e de escritório voltados para a emissão de Título de Domínio - TD, pois a grande demanda do Estado de Rondônia é pelo documento definitivo, uma vez que a maioria dos Projetos de Assentamentos tem mais de 15 (quinze) anos, no entanto, houve a suspensão da emissão do citado documento, o que resultou na paralisação dos trabalhos, acúmulo de processos e análise

de outra estratégia de atuação. Quando no segundo semestre se optou pela expedição dos Contratos de Concessão de Uso - CCU.

Outro fator que afetou diretamente no não alcance da meta física foi a demora na disponibilização de recursos para a realização de vistorias em projetos de assentamentos, o que ocasionou na realização dessas atividades no final do exercício, ficando assim os processos a serem concluídos no em 2015, quando então os resultados poderão ser observados.

## **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

Ao longo do exercício de 2014 foram identificados diversos problemas na execução da Ação de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, dos quais se destacaram:

- a) A suspensão da emissão de Títulos de Domínio - TD decorrente a aprovação da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, o que ocasionou necessidade de ajuste de tudo o que foi planejado para ação com ajustes de estratégia de atuação, não tendo assim, tempo hábil para efetuar as alterações e emitir o total de documentos estabelecidos como meta;
- b) Demora na disponibilização de recursos orçamentários o que retardou a realização das atividades preparatórias de vistorias para então, instrução processual e emissão do documento que é o objetivo final da presente ação;
- c) Dificuldades operacionais, como o quadro insuficiente de servidores, em todos os Setores que atuam em alguma atividade prévia à emissão do documento titulatório, como a Cartografia e Cadastro Rural e principalmente no Setor de Titulação; e
- d) Não disponibilidade de treinamento aos servidores responsáveis pela instrução processual resultando em retrabalhos e devolução de processos para correções.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

A Constituição Federal estabeleceu que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela Reforma Agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso a terra.

O contrato de concessão de uso transfere o imóvel rural ao beneficiário da Reforma Agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a outros programas do governo federal.

O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da Reforma Agrária em caráter definitivo.

Além da garantia da propriedade da terra para os trabalhadores rurais assentados a titulação efetuada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA contém dispositivos norteadores dos direitos e deveres dos participantes do processo de Reforma Agrária, especialmente do poder público e dos beneficiários.

Na linha das definições apresentadas acima, os destinatários dos documentos titulatórios em imóveis rurais cuja situação proprietária ou possessória se efetivaram em Projetos de Assentamentos no Estado de Rondônia, edificaram ou almejam edificar, suas moradias, sendo que para regularizá-las, trazendo-as para o contexto formal, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou, ao longo do exercício de 2014, a consolidação jurídica através dos documentos emitidos.

Assim, a garantia da subsistência da posse e a sua formalização pela outorga dos mencionados instrumentos de titulação foi e é momento enfrentado, sem hesitações, em demanda cada vez mais crescente, ao exercício e a formalização desse direito fundamental como consequência da moradia permanente.

A garantia da subsistência e da formalização do direito à moradia se vincula ao papel estratégico do espaço público e das intervenções para fins de regularização, portanto, o aspecto mais relevante ao princípio da função social da propriedade determinada pela Constituição Federal é a sua concretude.

Ao imaginar-se a importância da regularização dos Projetos de Assentamento se percebe de perto que a titulação, além de contribuir para a preservação dos princípios básicos e elementares republicanos, consistentes na erradicação da pobreza, na redução das desigualdades sociais e na dignidade do ser humano, ainda possibilita a universalização do acesso das famílias carentes de recursos à moradia formal.

Pode-se afirmar que a regularização dos Projetos de Assentamento, além de afastar a abominável situação de clandestinidade dos moradores, confere às famílias portas abertas ao mercado formal, assim como garante a possibilidade da exibição de documento de aceitação obrigatória para acesso a crédito e de financiamento em linhas oferecidas pelas redes bancárias e pelo poder público.

Com isso, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO trabalhou com afinco, ao longo do exercício de 2014, para efetivar a aplicação prática do acima exposto alcançando a expedição de 735 (setecentos e trinta e cinco) Contratos de Concessão de Uso - CCU.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

Observou-se contingenciamento financeiro o que impossibilitou a conclusão de todas as atividades ainda no exercício de 2014.

Operacionais através da insuficiência de servidores em quantidade e treinados para atuar na instrução processual, o que causou morosidade, uma vez que os processos tramitaram por outros Setores e até Unidades Avançadas para sanar pendências.

Legais com a aprovação da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013 que paralisou a emissão de documentos titulatórios em caráter definitivo que era o principal objetivo do planejamento em 2014, sendo necessários ajustes para a emissão dos documentos provisórios.

E, climáticos, pois em Rondônia se observa chuvas no período de outubro e até abril, quando houve a maior disponibilidade de orçamento, as condições não eram muito favoráveis aos trabalhos de campo, causando na dificuldade de realização dos trabalhos prévios, quais sejam, os levantamentos ocupacionais realizados nos lotes dos Projetos de Assentamentos.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A Ação de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento não observou reflexo de restos a pagar na execução das atividades, ao longo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A principal estratégia de intervenção a ser adotada visando melhoria nos resultados é a realização de concurso público e capacitação desses, logo no início de cada exercício, assim, existirão servidores em quantidade e qualificados para a realização das atividades básicas, e que posteriormente a essa recomposição poderão surgir novas estratégias.

### 3.3.1.9. Promoção da Educação no Campo - PRONERA

**Tabela 95. Informações Gerais de Promoção da Educação no Campo - PRONERA**

Identificação							
Ação	210T - Promoção da Educação no Campo - PRONERA						
Plano Orçamentário	03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Profissional formado	unidade	125	0	0	250.000	57.461,71	22,98
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
250.000	58.497,20	57.461,71	57.461,71	0,00	0,00	57.461,71	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 96. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar	Valores em R\$ 1,00
D210T000240	33.90.14	797,20	0,00	0,00	0,00	
	33.90.30	2.700,00	2.700,00	2.700,00	0,00	
D210T000340	33.90.14	3.611,70	3.373,41	3.373,41	0,00	
	33.90.33	1.388,30	1.388,30	1.388,30	0,00	
D210T000354	33.50.41	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	
<b>Total</b>		<b>58.497,20</b>	<b>57.461,71</b>	<b>57.461,71</b>	<b>0,00</b>	

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo disponibilizado R\$ 58.497,20 (cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e sete reais, vinte centavos), que representa 23,39% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 57.461,71 (cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta e um reais, setenta e um centavos), sendo este integralmente pago, perfazendo uma execução de 98,23% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de formar 125 (cento e vinte e cinco) profissionais não sendo formado nenhum profissional, contudo, existem convênios em vigência e atividades foram realizadas, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

#### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA é uma política pública de Educação do Campo, instituída pelo Decreto nº 7.352 de 04/11/2010, desenvolvida nas áreas de reforma agrária e executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Tem como principal objetivo fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas. E, significa o empenho do governo brasileiro na promoção da justiça social no campo por meio da democratização do acesso á

educação, na alfabetização e escolarização de jovens e adultos, na formação de educadores para as escolas de assentamentos e na formação técnico-profissional de nível médio, superior e especialização / residência agrária.

Através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tem a possibilidade de ampliar a oferta de cursos de ensino médio profissionalizante e de cursos de nível superior. A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalharão na assistência técnica e social aos assentados, aliada ao processo de formação pelo qual estes jovens passarão trabalhando nessas áreas, através da participação em uma especialização *lato sensu*, contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Os números são ainda mais desafiadores aos gestores públicos do campo da Educação e da Reforma Agrária e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA atua como produtivo laboratório de práticas, mas também como estimulador e articulador de outras políticas públicas para a Educação do Campo no âmbito de outros Ministérios.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA se desenvolve por meio de gestão participativa, com responsabilidades assumidas por todos em uma construção coletiva na elaboração, na execução, no acompanhamento e na avaliação dos projetos pedagógicos. A parceria é a condição para a realização das ações do programa, com isso, os principais parceiros são os movimentos sociais e sindicais do campo que assumem papel primordial junto às comunidades, auxiliando na identificação das demandas educacionais das áreas de reforma agrária em conjunto com os demais parceiros e como mecanismos de controle social, acompanhando e avaliando os processos pedagógicos.

Baseia-se na relação indissociável da educação e do desenvolvimento territorial sustentável como condição essencial para qualificação do modo de vida da população envolvida nos projetos. Tem como princípios básicos a inclusão, a participação, a interação e a multiplicação, ampliando não somente o número de pessoas alfabetizadas e formadas em diferentes níveis de ensino, mas também a presença de educadores, agentes mobilizadores e articuladores de políticas públicas.

O trabalho realizado no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA através da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2014 envolveu atividades, como visitas de fiscalização e acompanhamento nas escolas executoras dos convênios vigentes, reuniões com as convenentes para orientações e esclarecimentos, reuniões com pais e alunos para divulgação e esclarecimento sobre o programa, e houve participação no Seminário de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER onde foi proporcionado espaço para apresentações, divulgação e esclarecimentos para o público beneficiário do programa.

A metodologia adotada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e pelas escolas executoras dos convênios é a Pedagogia de Alternância, com períodos de 15 (quinze) dias de atividades e aulas práticas e teóricas nas escolas, em regime de internato, seguidos de 15 (quinze) dias de atividades na Comunidade / família, quando os alunos também desenvolvem atividades práticas e teóricas.

Os convênios efetivados pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO que visam a implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA que se encontraram em vigência, ao longo do exercício de 2014, estão detalhados através da tabela abaixo.

**Tabela 97. Convênios de PRONERA em vigência**

Recursos do convênio						Valores em R\$ 1,00	
Vigência	Início	Término	Valor Global	Repasso total	Contrapartida	Repasso 2014	Profissional formado
<b>1. Convênio 776126/2012 - Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO</b>							
31/12/2012	31/12/2016	3.149.990,40	3.000.000,00	149.990,40	750.000,00		150
<b>Objetivo:</b> Formar ao final de quatro anos 150 (cento e cinqüenta) educandos das áreas de reforma agrária do Estado de Rondônia no ensino médio integrado ao curso de Técnico em Agropecuária, oferecendo educação com princípios filosóficos e pedagógicos de respeito à cultura e valores do campo, e ao mesmo tempo estimulando o desenvolvimento sustentável, respeitando o meio ambiente e utilizando a Pedagogia de Alternância como metodologia específica de educação para o campo.							
<b>2. Convênio 776124/2012 - Associação Escola Família Agrícola Vale do Guaporé - AEFAVAG</b>							
31/12/2012	31/12/2016	1.437.344,00	1.398.944,00	38.400,00	349.736,00		70
<b>Objetivo:</b> Profissionalizar com o Curso Técnico em Agropecuária - Integrado ao Ensino Médio para 70 educandos provenientes de aeras de reforma agrária da região do Vale do Guaporé-RO.							
<b>Total de profissionais em formação</b>							<b>220</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Conforme demonstrado acima, estiveram em vigência 02 (dois) convênios para capacitando 220 (duzentos e vinte) profissionais no nível médio em cursos de Técnico em Agropecuária, e repassados o total de R\$ 1.099.736,00 (um milhão noventa e nove mil setecentos e trinta e seis reais) às convenentes.

No exercício de 2014 foi aberta nova Chamada Pública para ingresso de propostas de convênios ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, onde para o Estado de Rondônia foram 02 (duas) propostas aptas e aprovadas para celebração de convênio.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

Os valores disponibilizados visaram custear deslocamento do fiscal técnico na realização dos trabalhos de campo, como também para complementar os valores inscritos em restos a pagar, para o repasse de parcelas aos convênios em vigência.

Por se tratar de ação contínua, que a execução perpassa o período de um exercício, mesmo os alunos tendo recebido capacitações, e participado integralmente das atividades, os resultados efetivos serão contabilizados quando da formação dos profissionais.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

Pela troca de assegurador do programa se observou dificuldade decorrente da operacionalização do Sistema de Gestão de Convênios - SICONV, pois a capacitação prevista foi cancelada, o que gerou descontinuidade de atendimento as convenentes.

Identificou-se também dificuldade em se alcançar interesse e diálogo com as instituições de ensino na divulgação e disseminação do programa.

A inexistência de levantamento atualizado das demandas do público passível de ser beneficiado com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA gerou dificuldades no planejamento das ações e atividades a serem empreendidas ao longo do exercício de 2014.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Mesmo enfrentando os problemas identificados acima, os convênios e o objeto em questão, que é a formação dos profissionais, ocorreram satisfatoriamente, conforme constatado *in loco* através das fiscalizações e acompanhamento das atividades programadas e executadas pelas convenentes.

O trabalho de divulgação proporcionou diálogo com as instituições de ensino e a sociedade, resultando no estreitamento desse relacionamento.

Assim, se entende como positivos os resultados alcançados, pois os convênios celebrados, em médio prazo, causarão importante impacto na área da reforma agrária, pois os jovens formados nos cursos técnicos sairão capacitados para uma leitura crítica da realidade, tendo a oportunidade de intervir no cotidiano do meio e o transformá-lo.

### **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

As atividades do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA não observou nenhum tipo de contingenciamento, e mesmo sendo designado 01 (um) fiscal técnico, se entende como suficiente esse quantitativo para a fiscalização e acompanhamento dos 02 (dois) convênios vigentes.

### **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA observou a utilização de recursos inscritos em restos a pagar, sendo o financeiro desses disponibilizado imediatamente quando solicitado para os efetivos repasses as convenentes.

### **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

As estratégias a serem adotadas para se atingir melhores resultados passam pela capacitação dos envolvidos na gestão dos convênios, principalmente relacionadas ao portal de convênios do governo federal o Sistema de Gestão de Convênios - SICONV.

E, pela qualificação das demandas que devem ocorrer em conjunto com a equipe de assistência técnica e empresas contratadas para a prestação desse serviço, através de reuniões, seminários e apresentações para as instituições de ensino público e privadas sem fins lucrativos, entidades representativas dos beneficiários, e público alvo do programa todas as questões que envolvem as parceiras e a operacionalização do programa.

Buscando assim, adesão e envolvimento ao respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia.

Incentivando à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.

Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo.

Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, como a flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

Através do controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais e sindicais do campo.

Assim, somente através da união entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, instituições de ensino, comunidade, movimentos sociais e sindicais do campo, em forma de parceria real, que se alcançará nível adequado de qualificação e instrução a todas as famílias do meio rural. Que é o que se almeja, educação de qualidade para todos!

### **3.3.2. Diagnóstico de Déficit de Infraestrutura**

a) Diagnóstico do déficit de infraestrutura (moradia, água, energia, estradas, etc.) necessária para o desenvolvimento e consolidação dos projetos de assentamento:

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, desde 2004, não executa obras de captação, reserva e distribuição de água nos projetos de assentamento, atribuição essa que passou a ser de encargo da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e que atualmente é da competência do Comitê Gestor do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS", instituído pelo Decreto nº 7.535 de 26/07/2011, a exemplo do que foi absolvido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, no que se refere as obras das redes de eletrificações rurais, com a instituição do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", pelo Decreto nº 4.873 de 11/11/2003.

O mesmo ocorreu, a partir de 2013, com os déficits de moradia em projetos de assentamentos, que passou para as instituições bancárias através do gerenciamento de linhas de crédito para construção e reforma pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural - MCMV.

Assim, para esses 03 (três) tipos de infraestruturas o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária levanta e apresenta as demandas, como tem procedido.

As demandas das estradas vicinais, imprescindíveis ao desenvolvimento dos projetos de assentamentos, são atualizadas anualmente e se referem às malhas viárias do interior dos polígonos, pois as vias de acesso são em parte pertencentes aos sistemas viários de outros assentamentos das circunvizinhanças, que vêm ao longo dos exercícios sendo minimamente atendidas, de acordo com as disponibilidades orçamentárias ou possibilidades de execução.

b) Estratégia e ações adotadas no exercício para enfrentar o déficit de infraestrutura:

A estratégia adotada para enfrentar o déficit de infraestrutura, em especial as de estradas vicinais, foi à realização de parcerias.

Contudo, as ações adotadas de análise, pareceres e aprovação das propostas restaram prejudicadas pela qualidade das propostas registradas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, não sendo identificada nenhuma que atendesse as exigências estabelecidas.

c) Demonstração dos objetivos e das ações planejadas para enfrentar o déficit de infraestrutura a serem atingidos nos exercícios seguintes, considerando a vigência do Plano Plurianual - PPA 2012-2015:

Os objetivos e ações planejadas para enfrentar o déficit de infraestrutura, que ocorreu através ações voltadas a formalização de parcerias, sejam através de convênios ou termos de compromisso, ao longo do exercício, como também para os demais exercícios de vigência do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 visaram a ampliação do espaço demográfico, lotes e projetos de assentamentos atendidos com obras de infraestrutura básica, em construção e recuperação de estradas vicinais.

E, diante da grande demanda por infraestrutura nos projetos de assentamento, em especial quanto às estradas, e consideradas prioritárias por estarem acobertadas por políticas públicas como Minha Casa Minha Vida Rural - MCMV, Programa Assentamentos Verdes - PAV e Brasil Sem Miséria - BSM se buscará transferência de, pelo menos, mais 01 (um) engenheiro civil a ser somado no quadro de servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. E, na impossibilidade de se concretizar a citada transferência, se buscará apoio pontual em outras Regionais para atividades de fiscalização.

### **3.3.3. Estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento**

*Demonstração das estratégias e resultados da supervisão de projetos de assentamento:*

a) Cumprimento da função social da terra das parcelas da reforma agrária:

A Lei nº 4.504 de 30/11/1964 que dispõe sobre o Estatuto da Terra regulamenta a questão da função social da terra, em especial nos artigos apontados abaixo:

*Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.*

*1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:*

- a) Favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;*
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;*
- c) assegura a conservação dos recursos naturais.*
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.*

*2º É dever do Poder Público:*

...

*b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.*

Com isso, se comprehende que a concepção da função social nasceu da noção de que, enquanto vivente em sociedade, o homem deve empregar esforços no sentido de dar sua contribuição ao bem estar da coletividade em detrimento dos interesses unicamente individuais. Neste contexto, se fundamenta a teoria da função social, segundo a qual “todo indivíduo tem o dever social de desempenhar determinada atividade, de desenvolver da melhor forma possível sua individualidade física, moral e intelectual, para com isso, cumprir sua função social da melhor maneira”.

Enquanto que para o poder público, os instrumentos legais dispõem a obrigação, entre outros, de zelar para que a propriedade da terra desempenhe a função social, e neste sentido, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO se realiza supervisão ocupacional que também resulta na verificação se a parcela da reforma agrária cumpre a função social ou não, e ao longo do exercício de 2014 foram realizadas vistorias em 4.639 (quatro mil seiscentos e trinta e nove) lotes em projetos de assentamento, dos quais 101 (cento e um) processos foram encaminhados visando a eliminação, que ocorre efetivamente após os trâmites processuais, defesas e análises.

Não se tem, contudo, meios de quantificar os efetivamente eliminados, que não cumprem a função social, pois o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA não apresenta relatórios com informações agregadas do exercício, contudo, o encaminhamento dos 101 (cento e um) processos por si representa indicativo do não cumprimento, situações essas constatadas em campo de que as famílias não moram ou não exploram adequadamente as parcelas.

Para estimular a racional utilização do lotes a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO mantém contratos de assistência técnica, que ao longo do exercício de 2014, alcançou 100% dos projetos de assentamentos, estando assim, esse serviço a disposição das famílias assentadas.

E, preocupados com a questão de que a propriedade se constitui em foco constante de tensão social e econômica, que desestabiliza relações jurídicas, é causa recorrente de acirrados conflitos entre as pessoas e, estas com o Estado, enfim, tem fortes repercussões em todas as esferas sociais, se iniciou elaboração de projeto denominado “volta ao campo” para as famílias que abandonaram os lotes em que foram originalmente assentadas, e que por algum motivo o poder público não tenha alcançado e proporcionado fixação dessas famílias ao campo.

b) Fiscalização ambiental em áreas de reserva legal e preservação permanente: resultado da elaboração de diagnóstico e erradicação da exploração agrícola em Reserva Legal - RL e Áreas de Preservação Permanente - APP no exercício, destacando a meta para o exercício, resultado no exercício e cronograma contendo meta para o próximo exercício:

As vistorias realizadas através da ação de Supervisão de Projetos de Assentamentos no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não resultam na elaboração de diagnóstico quanto a exploração agrícola em Reserva Legal - RL ou em Áreas de Preservação Permanente - APP, resultando sim em lotes regularizados ou encaminhados a retomada, quanto a ocupação desses.

Portanto, não se estabelece metas, não existem resultados e não é possível a realização de cronograma com meta para próximos exercícios.

A questão regularidade ambiental é realizada através da ação de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamentos, contudo, ao longo do exercício de 2014, não foram realizadas atividades ou estabelecidas metas para observação, levantamento ou erradicação da exploração agrícola em áreas ambientalmente protegidas.

c) Combate à ocupação ilegal e venda de lotes: resultado da revisão ocupacional de lotes ocupados irregularmente ou que não estão cumprindo a função social da terra no exercício, bem como as ações de retomada e redestinação de lotes com revisão ocupacional realizada no exercício anterior, destacando a meta das atividades de supervisão de projetos de assentamento para o exercício, resultado no exercício e cronograma contendo meta para o próximo exercício:

O resultado da revisão ocupacional, ainda se encontra tímida frente a demanda e quantidade de famílias assentadas, contudo, dos lotes supervisionados 101 (cento e um) foram instruídos para a retomada dos lotes irregularmente ocupados por famílias que não apresentam o perfil de assentado da reforma agrária.

**Tabela 98. Meta e resultados da ação Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamento**

Meta 2014	Execução 2014	Meta 2015
415	4.639	1.512

Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015;

### **3.3.4. Estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento**

*Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento, incluindo o que se segue:*

#### **a) Crédito Instalação**

*i. Reformulação, planejamento e concessão de créditos instalação e a cobrança desses créditos.*

A concessão do crédito instalação passou por reformulações importantes em todas as esferas dos trabalhos desenvolvidos, como modalidades, valores, operacionalização e cobrança.

As principais reformulações decorrem da Lei nº 13.001 de 20/06/2012 e do Decreto nº 8.256 de 26/05/2014 que, entre outros, dispõem sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária e sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e concede remissão nos casos em que especificam.

Todas as alterações ocorridas representam grande avanço, em especial para a segurança do servidor aplicador de créditos, na aplicação dos valores concedidos e na cobrança desses, contudo a cobrança e efetivo recebimento dos créditos e empréstimos concedidos às famílias assentadas ocorrerão quando da regulamentação e estabelecimento de procedimentos para a operacionalização das remissões e renegociações decorrentes das questões dispostas na Lei nº 13.001 de 20/06/2014.

Ao longo do exercício de 2014 se planejou atender 3.245 (três mil duzentos e quarenta e cinco) famílias com a concessão de créditos, contudo coube a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO a apresentação da demanda para a Diretoria de Desenvolvimento, em Brasília, que disponibilizou 635 (seiscentos e trinta e cinco) créditos na modalidade apoio inicial - operação I, conforme registrado na terceira versão do Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015.

*ii. Planejamento para cobrança do passivo de crédito instalação no exercício, meta estabelecida para o exercício, análise das intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2012-2015.*

Ao longo do exercício de 2014 não ocorreu planejamento ou estabelecimento de metas para a efetiva cobrança do passivo de crédito instalação, pois todas as questões que envolvem a concessão de crédito passaram por reformulações.

Para o final do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 se almeja alcançar regulamentação e estabelecimento de procedimentos para a operacionalização das remissões, renegociações e cobranças dos créditos concedidos o que possibilitará visualização do passivo e as forma como esse será tratado.

## **b) Agroindustrialização**

*i. Planejamento e implementação de agroindústrias nos projetos de assentamento, considerando os diversos atores envolvidos:*

A implantação e a recuperação de agroindústrias nos projetos de assentamentos é uma das linhas apoiadas pela ação Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol, que comporta as seguintes atividades:

- Contratação de serviços de consultoria de engenharia para agroindústrias implantadas ou em implantação;
- Construção e/ou recuperação de edificações e instalações para atividades agroindustriais;
- Alocação de recursos para despesas iniciais para obtenção de licenças necessárias e alvará de funcionamento para agroindústrias implantadas ou recuperadas;
- Aquisição de máquinas e equipamentos para a atividade agroindustrial;
- Contratação de serviços especializados para implantação, recuperação e adequação de agroindústrias;
- Capacitação de assentados e técnicos para a atividade agroindustrial.

Ao longo do exercício de 2014, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO realizou a fiscalização do Projeto Tanque Comunitário, que distribuiu 49 (quarenta e nove) Tanques Resfriadores de Leite, em diversos projetos de assentamentos.

Também em 2014 foi realizada licitação de mais 70 (setenta) tanques para o atendimento de 388 (trezentos e oitenta e oito) famílias, que deverão ser destinados em 2015.

O Projeto Tanque Comunitário é a base inicial para o fomento das agroindústrias nos projetos de assentamentos, pois busca atender as normas sanitárias vigentes e agraga valor ao leite comercializado.

O sucesso da agroindustrialização depende da organização social dos assentados, entretanto, não é uma característica das famílias. Por isso, entende-se como necessário para o planejamento das agroindústrias, a organização de associações e cooperativas nos projetos de assentamentos, tendo como prioridade a verticalização da matéria-prima das unidades familiares.

*ii. Informar a meta estabelecida para o exercício, descrever as intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2012-2015.*

Para o exercício de 2014 a ação Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol teve como meta o atendimento a 50 (cinquenta) famílias, entretanto, foram atendidas 20 (vinte) famílias. O resultado não foi alcançado principalmente devido aos recursos orçamentários e financeiros terem sido utilizados em atividades preliminares, como o levantamento de demanda e vistorias.

No que se refere a execução das metas do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, se houve disponibilidade orçamentária, para a execução dos Projetos Feira de Abastecimento Popular da Reforma Agrária e Tanque Comunitário, a previsão é o atendimento de aproximadamente 500 (quinhentas) famílias.

**c) Assistência Técnica Especializada para agroindustrialização**

*i. Planejamento e implementação de assistência técnica especializada no âmbito da agroindustrialização:*

As demandas por agroindustrialização, identificadas pela equipe de assistência técnica, foram trabalhadas em conjunto com o Governo do Estado e as famílias assentadas, em especial na aquisição de materiais para construção e montagem das agroindústrias, assim, não houve planejamento das atividades passíveis de implementação e a assistência técnica utilizada como intermediária entre as partes.

As atividades de agroindustrialização não representam metas para a ação de Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária, uma vez que a Autarquia tem ação específica no tema, que também não trabalhou na prestação de assistência técnica as famílias trabalhadas ao longo do exercício de 2014.

Como também, os contratos de assistência técnica em vigência não possuem em suas atividades previamente estabelecidas a realização de assistência técnica especializada em agroindustrialização, o que poderá ser incluído em futuras chamadas públicas.

*ii. Informar a meta estabelecida para o exercício, descrever as intervenções efetuadas na gestão e seus resultados para o atingimento da meta do exercício, bem como a previsão para o final do PPA 2012-2015:*

A meta da ação Assistência Técnica em Extensão Rural para a Reforma Agrária para o exercício de 2014 foi de atender 11.344 (onze mil trezentos e quarenta e quatro) famílias.

As intervenções realizadas na gestão e resultados para o alcance da meta do exercício de 2014 foram no sentido de identificar os lotes que haviam sido evadidos e que existiam famílias passíveis de serem regularizadas e a realização de chamada pública visando ampliar o número de famílias que estavam sendo assistidas, contudo, mesmo com todos os esforços despendidos a meta não foi alcançada.

A previsão de atendimento para o final do Plano Plurianual - PPA, ou seja, em 2015, será de assistir 5.624 (cinco mil seiscentos e vinte e quatro) famílias, na possibilidade de realização de nova chamada pública, para atender as Reservas Extrativistas e o PA Rio Tarifa, criado em 2014. Chamada essa que será somada aos contratos que continuam em vigência.

**d) Educação no campo**

*i. Promoção da educação no campo, destacando metas definidas para o exercício, resultados e previsão para o final do PPA 2012-2015.*

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA é uma política pública de educação no campo, desenvolvida nas áreas de reforma agrária com o objetivo de fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas,

culturais e éticas, e significa empenho na busca pela justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação, afirmando compromisso com a educação como instrumento público para viabilizar a implementação de novos padrões de relações sociais no trabalho, na organização do território e nas relações com a natureza nas áreas de reforma agrária.

No âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO a meta definida para o exercício de 2014 foi formar 125 (cento e vinte e cinco) profissionais, contudo esses não foram formados, estando, contudo em formação o total de 220 (duzentos e vinte profissionais), através de 02 (dois) convênios.

Para o final do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 se planeja a manutenção dos convênios vigentes e a ampliação de profissionais em formação através da aprovação de 02 (duas) propostas de convênios registradas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV resultantes de chamada pública realizada nacionalmente, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 99. Proposta de novos convênios ao PRONERA**

Edital	Proposta	Proponente	Alunos
02	050993/2014	Associação de Pais da Escola Família Agrícola de Cacoal - APEFAC	60
02	051004/2014	Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO	140
<b>Total</b>			<b>200</b>

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento.

Também se constitui como meta a continuidade na divulgação do programa e diálogo com instituições de ensino e sociedade.

Assim, como meta física se planeja 300 (trezentos) profissionais em formação com recurso previsto em R\$ 1.350.000,00 (um milhão trezentos e cinqüenta mil reais).

### **3.3.3. Atividades de controle do gestor**

*Principais atividades de controle para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referente à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional com as estratégias definidas pela Direção e a regularidade normativa dos processos.*

Ao longo do exercício de 2014 a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO realizou busca periódica por informações atualizadas, para o qual se alcançou dados atualizados, que passaram por análises, conferências e revisões, atividades essas utilizadas como formas de controle visando assegurar fidedignidade dos registros informatizados das informações referente à atividade de desenvolvimento de projetos, como também para garantir o alinhamento da estrutura operacional com as estratégias definidas pela Direção e a regularidade normativa dos processos

### 3.3.6. Indicadores

*Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizando no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, incluindo metas do exercício e estratégias para cumprimento de metas do próximo exercício, abrangendo no mínimo os seguintes indicadores:*

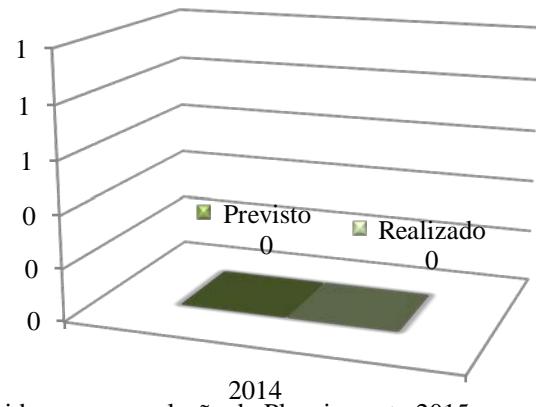
- a) Índice de acesso a água para consumo doméstico;
- b) Índice de provimento de PDA/PRA;
- c) Índice de acesso à moradia nos assentamentos;
- d) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção;
- e) Índice de provimento de assistência técnica;
- f) Renda média das famílias (por amostragem);
- g) Índice de parcelas supervisionadas;
- h) Índice de consolidação de assentamento.

A demonstração dos indicadores contempla, para cada indicador, o confronto das metas estabelecidas para o exercício de 2014 como o desempenho efetivo obtido, assim como as metas estabelecidas para 2015.

<b>Índice de acesso à água para consumo doméstico</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
0	0	0
Memória de cálculo:		
2014: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico - encanado, de poço ou de cisterna no exercício - dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação, multiplicada por 100.		

\* Média dos últimos 03 anos.

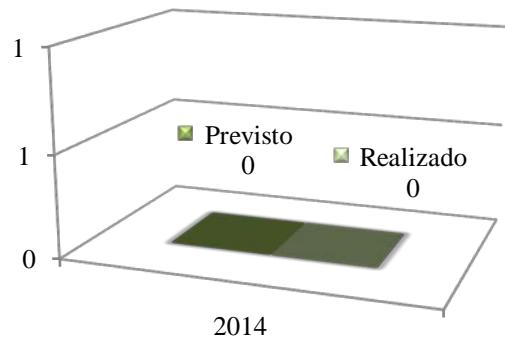
\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.



<b>Índice de provimento de PDA / PRA</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
0	0	0
Memória de cálculo:		
2014: quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação, multiplicado por 100.		

\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.



<b>Índice de acesso à moradia nos assentamentos</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
0	12	0

Memória de cálculo:  
2014: número de famílias com obra de moradia concluída, no exercício, dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação, multiplicada por 100.

\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.



<b>Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
0	700	0

Memória de cálculo:  
2014: número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao PRONAF no exercício no nível de agregação, somado ao número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação, somado ao número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação.

\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.



<b>Índice de provimento de assistência técnica</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
11.344	8.935	11.640

Memória de cálculo:  
2014: número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de assistência técnica, dividida pelo número total de famílias assentadas no nível de agregação, multiplicado por 100.

\* Média dos últimos 03 anos.

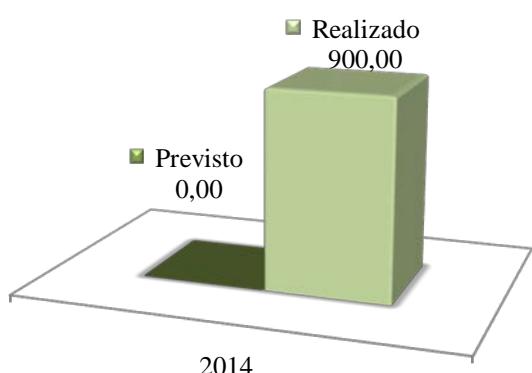
\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.



<b>Renda média das famílias assentadas (R\$)</b>		
2014		2015
Previsto	Realizado	Meta
0	900,00	0

Fonte / Metodologia de amostragem.

Não existe indicador definido para o índice previsto / meta.

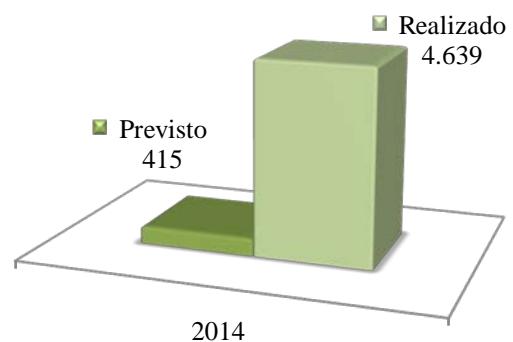


<b>Índice de parcelas supervisionadas</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
415	4.639	1.512

Memória de cálculo:  
2014: quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4 da IN 70/2012 com relatório entregue, dividido pela número total de parcelas por nível de agregação, multiplicada por 100.

\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.

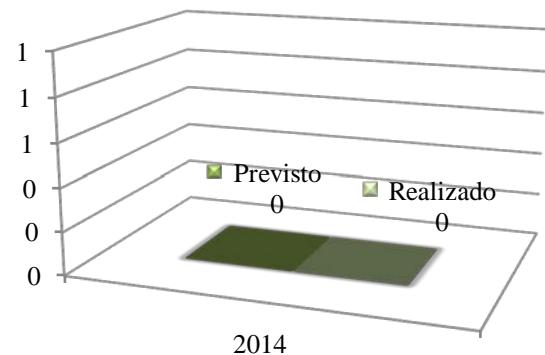


<b>Índice de consolidação de assentamentos</b>		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
0	0	0

Memória de cálculo:  
2014: número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação, multiplicado por 100.

\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.



**Tabela 100. Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento**

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico - encanado, de poço ou de cisterna no exercício - dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação), multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício - Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;;	0
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício - Sipra relatório 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA - Fonte Módulo de monitoramento.	$= (122 / 171) * 100$ $= 71,34$
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados - Sipra - relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias com obra de moradia concluída, no exercício, dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação), multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício - Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR.	$= (12 / 802) * 100$ $= 1,49$
				Número de famílias assentadas no exercício - Conforme constante do Sistema Sipra relatório 233.	

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício - Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	= 700
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de assistência técnica, dividida pelo número total de famílias assentadas no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica - Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	= $(8.935 / 26.303) * 100 = 33,97$
				Número de famílias dos PA(s) - Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4 da IN 70/2012 com relatório entregue, dividido pela número total de parcelas por nível de agregação), multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas - Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação - Sistema SIPRA/SIR.	= $(4.639 / 26.303) * 100 = 17,63$
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 - Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA - Sipra Rel 229.	= $(39.483 / 65.786) * 100 = 60,01$

## **Da análise crítica dos indicadores**

Dos indicadores apresentados através das tabelas e gráficos acima, se destacam as seguintes análises:

*Acesso à água para consumo doméstico:* A partir do advento do Decreto nº 7.535 de 26/07/2011 que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não mais realizam atividades voltadas ao acesso à água para o consumo doméstico para as famílias assentadas, para o qual informa demanda, contudo, não existindo outros compartilhamentos de informações se observa a indisponibilidade de elementos suficientes para a apresentação de dados para subsidiar o cálculo do índice.

*Provimento de Plano de Desenvolvimento e de Recuperação dos Projetos de Assentamentos:* Não existem metas estabelecidas para o indicador, e ao longo do exercício de 2014, não houver aprovações, contudo, estão vigentes 122 (cento e vinte e dois), advindos de exercícios anteriores.

*Acesso à moradia nos projetos de assentamentos:* Indicador sem estabelecimento de metas, e a partir do advento da Portaria nº 352 de 18/06/2013 todas as operações de concessão de crédito instalação às famílias assentadas estão suspensas até a regulamentação e parametrização do que dispõe a Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, convertida na Lei nº 13.001 de 20/06/2014. Com isso, as 12 (doze) moradias concluídas no exercício de 2014, são resultados de operações iniciadas em exercícios anteriores. E, representam 02 (duas) construções e 10 (dez) reformas.

*Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF ou outra linha de crédito voltado à produção:* A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO participa do programa através do da emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, documento esse que credencia o beneficiário ao acesso do crédito do PRONAF, contudo, sem estabelecimento de metas, se alcançou 514 (quinhentos e catorze) declarações como resultadas dos trabalhos empreendidos. E, de acordo com as empresas contratadas para prestação de serviços de assistência técnica, ao longo do exercício de 2014, foram realizados 700 (setecentos) contratos no montante total de 18.242.165,64 (dezoito milhões duzentos e quarenta e dois mil cento e sessenta e cinco reais, sessenta e quatro centavos) investidos em 43 (quarenta e três) projetos de assentamentos distribuídos em 15 (quinze) municípios.

*Provimento de assistência técnica:* A meta estabelecida foi assistir 11.344 (onze mil trezentos e quarenta e quatro) famílias e, para o alcance do índice foram desconsiderados os projetos de assentamentos consolidados, que regularmente não podem ser oferecidos serviços de assistência técnica, entre outras políticas públicas da reforma agrária. Com isso, dos 217 (duzentos e dezessete) projetos de assentamento existentes no Estado de Rondônia 46 (quarenta e seis) estão consolidados, restando o total de 171 (cento e setenta e um) que podem ser trabalhados. Das 65.786 (sessenta e cinco mil setecentos e oitenta seis) famílias homologadas, 39.483 (trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e três) famílias estão assentadas em projetos de assentamentos consolidados, restando o total de 26.303 (vinte e seis mil trezentos e três) famílias que devem ser assistidas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. Assim, o indicador indica que 17,63% das famílias assentadas no Estado de Rondônia estão sendo assistidas com assistência técnica. Contudo, os contratos vigentes abrangem o total de 135 (cento e trinta e cinco) projetos de assentamentos, representando 78,95%.

*Renda média das famílias assentadas:* Os dados acerca da renda média das famílias assentadas foram apresentados pela Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER-RO, no Seminário de avaliação das ações, referente ao Contrato nº 11.000/2012 nos Projetos de Assentamentos Flor do Amazonas I, II, III e IV e Paraíso das Acáias, localizados no município de Candeias do Jamari, e com o total de 445 (quatrocentos e quarenta e cinco famílias) de onde foi possível identificar que através das áreas produtivas houve aumento na renda familiar e na diversidade de produção. Multiplicando-se as rendas alcançadas mensalmente pelos 12 (doze) meses do ano e dividido pelo total de famílias analisadas, resultou na renda média de R\$ 900,00 (novecentos reais) estimados para cada família.

*Parcelas supervisionadas:* Das 26.303 (vinte e seis mil trezentos e três) parcelas que se encontram em projetos de assentamentos nas fases 01 a 06, ou seja, de criado até em consolidação, foram realizadas vistorias e supervisionado o total de 4.639 (quatro mil seiscentos e trinta e nove) parcelas. Contudo, nem todas tiveram o relatório técnico entregue, tendo em vista que os valores necessários a custear os deslocamentos foram descentralizados nos últimos meses do exercício, com prazo insuficiente para realizar trabalhos de campo e escritório de todas as parcelas supervisionadas.

*Consolidação de assentamentos:* Ao longo do exercício de 2014 não foram estabelecidas metas para o indicador, como também não foram efetivados trabalhos que culminaram na consolidação de quaisquer projetos de assentamentos. Os dados resultam de consulta ao Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA e representam a atualização e regularização das famílias homologadas em projetos de assentamentos consolidados em exercícios anteriores, por isso, se observa o aumento no quantitativo de famílias.

### **3.3.7. Para as Superintendências localizadas na Região Norte**

*Detalhamento das ações (implantação de redes de água, formação de parcerias, implantação de poços / cisternas, etc.) destinadas ao provimento de água para consumo doméstico das famílias assentadas sob jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, destacando as áreas com maiores deficiências, o orçamento destinado para esse fim, detalhamento de metas de serviços do exercício, resultado do exercício e meta para o próximo exercício.*

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, desde 2004, não executa obras de captação, reservação e distribuição de água nos projetos de assentamentos, tendo em vista que esta atribuição passou a ser de encargo da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e que atualmente é da competência do Comitê Gestor do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS", instituído pelo Decreto nº 7.535 de 26/07/2011.

Cabendo a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO apresentar as demandas, como tem procedido, as quais são periodicamente atualizadas nas reuniões do Comitê Gestor Local, conforme discriminações feitas no ANEXO I denominado Demandas de Captação e Distribuição de Águas.

Portanto, não existem orçamentos destinados para provimento de água para consumo doméstico das famílias assentadas, com isso, não existe resultado alcançado com esse tipo de trabalho ao longo do exercício de 2014, como também não são estabelecidas metas para os próximos exercícios.

### **3.3.8. Para Superintendências com jurisdição na Amazônia Legal**

*Relatório consolidado do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento em vigor.*

As Condicionantes impostas às licenças ambientais em vigor são:

- a) Apresentar no prazo de 120 (cento e vinte) dias Plano de Recuperação de Área Degrada - PRAD para as Áreas de Preservação Permanente - APP a serem recuperadas, conforme identificadas no mapa no verso da respectiva licença;
- b) Todos os lotes do assentamento deverão ter suas propriedades cadastradas no Programa Mais Ambiente e as Licenças Ambientais de suas propriedades regularizadas mediante o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

Diante do exposto, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2014, não protocolou nenhuma licença, como também não observou nenhum licenciamento ambiental em vigor, assim, não foram realizadas atividades com vistas ao acompanhamento e verificação quanto ao cumprimento das condicionantes apresentados acima.

## 4. PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO

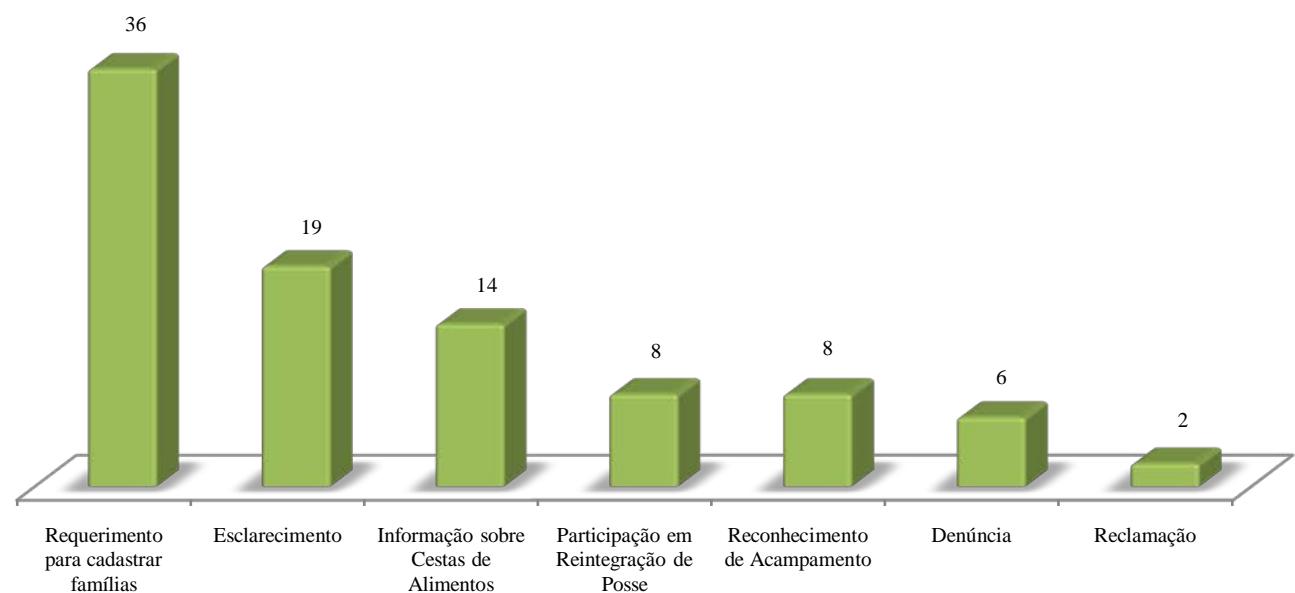
### 4.1. Registros feitos pela Ouvidoria Agrária Regional

Neste item se inclui a demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria Agrária Regional que se referem à atuação da Superintendência da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, contemplando a quantidade de cada tipo de registro, prazos de atendimento, proporção de registros não atendidos, dando destaque para os resultados dos registros relacionados a invasões de terras e conflitos no campo.

**Tabela 101. Demanda e atendimento**

Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Requerimento para cadastrar famílias	36	36	36
Esclarecimento	19	19	19
Informação sobre Cestas de Alimentos	14	14	14
Participação em Reintegração de Posse	8	8	8
Reconhecimento de Acampamento	8	4	4
Denúncia	6	6	6
Reclamação	2	2	2
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>89</b>	<b>89</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.



### Da análise dos atendimentos

Todas as demandas apresentadas a Ouvidoria Agrária Regional foram analisadas e encaminhadas, e as que precisavam de tratativas como cadastrar famílias e reconhecer acampamentos foram atendidas ao longo do exercício de 2014, exceto a última, que devido à insuficiência de recursos orçamentários, como também demandadas no final do exercício, quando não se tinha tempo hábil para o efetivo atendimento, não foram integralmente solucionadas, representando a demanda por reconhecimento de 08 (oito) e reconhecidos efetivamente 04 (quatro) Acampamentos, conforme demonstrado na tabela acima.

Essas demandas foram recepcionadas pessoalmente na Sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO em Porto Velho-RO, e a seguir se apresentam análises gerenciais dos principais problemas, soluções aplicadas, formas de prevenção, entre outros temas referentes à atuação da Ouvidoria Agrária Regional.

**Tabela 102. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
MK210R01NAC	33.90.14	11.859,00	11.741,76	11.741,76	0,00
	33.90.30	57.233,00	57.233,00	57.233,00	0,00
MK210R02NAC	33.90.14	97.723,50	96.855,00	96.855,00	0,00
	33.90.30	1.809,00	1.809,00	1.809,00	0,00
	33.90.33	1.426,36	1.426,36	1.426,36	0,00
MK210R05NAC	33.90.14	32.653,60	31.913,68	31.913,68	0,00
	33.90.30	4.826,12	4.826,12	4.826,12	0,00
	33.90.33	570,00	570,00	570,00	0,00
<b>Total</b>		<b>208.100,58</b>	<b>206.374,92</b>	<b>206.374,92</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 não previu limite orçamentário para a presente ação, porém foi disponibilizado o montante de R\$ 208.100,58 (duzentos e oito mil cem reais, cinqüenta e oito centavos), dos quais foram empenhados R\$ 206.374,92 (duzentos e seis mil trezentos e setenta e quatro reais, noventa e dois centavos), sendo esse integralmente pago, perfazendo na execução de 99,17% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

Não há meta física estabelecida para a presente ação, porém foram executadas atividades ao longo do exercício de 2014, conforme demonstrado a seguir.

### **Das atividades desenvolvidas**

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Ao longo do exercício de 2014 a Ouvidoria Agrária Regional recepcionou diversas demandas, em especial a destruição de barracos, invasões de fazendas por grupo de trabalhadores rurais sem terra, cárcere privado, tentativas de homicídios, posse ilegal de armas, homicídios, retirada ilegal de madeira, invasão de área ambientalmente protegidas e de propriedades particulares, assim, atendendo tanto às situações demandadas por trabalhadores rurais quanto por fazendeiros.

As situações emblemáticas enfrentadas ao longo do exercício de 2014 foram as participações em 08 (oito) ações de reintegrações de posse, que ocorreram em áreas ocupadas espontaneamente por famílias de trabalhadores rurais sem terra, que geraram pedidos judiciais, e que para o atendimento foi necessária a participação da Polícia Militar visando a integridade e segurança de todos, como para o efetivo cumprimento da ordem judicial, conforme demonstrado através da tabela abaixo.

**Tabela 103. Participação em reintegração de posse**

Imóvel	Município
Lote 04 e 05, Gleba 25, PAF Mal Dutra	Alto Paraíso
Fazenda Padre Cícero	Monte Nego
Fazenda Rio do Ouro	Chupinguaia
Associação AMPAMEL	Rio Crespo
Fazenda Serra Negra	Chupinguaia
Fazenda Nossa Senhora de Loredo	Chupinguaia
Lote 15, Gleba Burareiro	Rio Crespo
Lote 16, Gleba Burareiro	Rio Crespo

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.

A Ouvidoria Agrária Regional participou ao longo do exercício de 2014, de reuniões visando dirimir conflitos e intermediar diálogos entre fazendeiros e famílias acampadas, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 104. Participação em reuniões**

Acampamento	Município	Participantes
Paraíso	Chupinguaia	292
Boa Esperança	Cujubim	139
Urupá	Machadinho do Oeste	152
Gonçalo	Machadinho do Oeste	61
Canaã II	Machadinho do Oeste	30
Hugo Chaves	Ariquemes	223
Terra Prometida	Ariquemes	110
Terra Dourada	Rio Crespo	43
Frutos da Terra	Porto Velho	39
Élcio Machado	Monte Negro	320
Corumbiara	Corumbiara	60
<b>Total</b>		<b>1.469</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.

Outra atividade que se destacou foi a distribuição de cestas de alimentos às famílias acampadas, que ao longo do exercício de 2014, ocorreu conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 105. Distribuição de cestas de alimentos**

Acampamento	Município	Quantidade
Dois de Julho	Cujubim	90
Antonio Conselheiro II	Theobroma	228
Antonio Conselheiro III	Theobroma	80
Arraial da Vitória	Ariquemes	540
Boa Esperança	Cujubim	540
Canaã II	Machadinho do Oeste	228
Egídio Bruneto	Porto Velho	170
Elcio Machado	Buritis	381
Flor do Amazonas IV	Candeias do Jamari	73
Fortaleza	Theobroma	456
Gonçalo	Machadinho do Oeste	360
Hugo Chaves	Ariquemes	1.060
Joana D'Arc I, II e III	Porto Velho	1.673
João Batista	Rio Crespo	17
Lajes	Machadinho do Oeste	20
Lamarca I	Theobroma	128
Lamarca II	Theobroma	166
Luzinei Barreto	Ouro Preto do Oeste	5
Paraíso	Cujubim	425
Renato Natan II	Ariquemes	60
Terra Boa	Rio Crespo	78
Terra Dourada	Rio Crespo	30
Urupá	Urupá	230
Serra do Ouro	Guajará-Mirim	17
Águia Azul	Vilhena	96
Arraial do Cajueiro	Parecis	156
Barro Branco	Chupinguaia	366
Boa Esperança	Castanheiras	180
Josino Tavares	Castanheiras	114
Nosso Sonho	Pimenta Bueno	122
Paulo Freire II	Nova Brasilândia D'Oeste	78

Acampamento	Município	Quantidade
Paulo Freire IV	Nova Brasilândia D'Oeste	678
Silvio Rodrigues	Alvorada D'Oeste	435
Terra Boa	Chupinguaia	32
Thomaz Muntzer	Colorado D'Oeste	60
<b>Total</b>		<b>9.372</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional.

A entrega de cestas de alimentos foi realizada para famílias acampadas ou assentadas em projetos de assentamentos com pouco tempo de criação ou que ainda se encontravam em situação de insegurança alimentar, contabilizando a entrega de 9.372 (nove mil trezentos e setenta e duas) cestas de alimentos ao longo do exercício de 2014.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

As atividades da Ouvidoria Agrária Regional não seguem cronograma pré-estabelecido, ou mesmo planejamento, pois os conflitos e demandas eclodem diariamente, assim os recursos orçamentários disponibilizados ocorreram conforme demanda e de acordo com as ações passíveis de serem implementadas ao longo do exercício de 2014.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

As principais dificuldades identificadas ao longo do exercício de 2014 foram decorrentes da locomoção repentina, considerando a gravidade do problema demandado por famílias acampadas e por fazendeiros, que acarretaram demora no recebimento de diárias e necessidade de tomadas de decisões urgentes e ações imediatas.

O acesso às localidades também representou problema, em especial à locomoção da equipe, tanto por dificuldades no trânsito por carreadores, como pelas estradas íngremes e mal conservadas, principalmente na época do inverno amazônico, quando as precipitações surgem mais freqüentemente, dificultando sobremaneira as entregas de cestas de alimentos.

### **Das principais soluções aplicadas**

*Breve descrição sobre as principais soluções aplicadas aos problemas identificados na execução da ação.*

Como soluções aplicadas aos problemas identificados se destacaram a disponibilidade da equipe em intermediar os conflitos, reunir com as partes envolvidas sempre que demandado, contribuindo em esclarecimentos, que vão desde a necessidade de se manter o controle por parte dos acampados, no que se refere ao revide de ações, até informações corriqueiras sobre a entrega de cestas de alimentos; e principalmente realizar atividades em conjunto com representantes da Polícia Militar visando salvaguardar a integridade física de todos os que estivessem presentes na ação, como manutenção da ordem e efetivo cumprimento de determinação judicial.

### **Das formas de prevenção**

*Breve descrição sobre as formas de prevenção e mediação de conflitos.*

A principal forma de prevenir conflitos, realizada pela Ouvidoria Agrária Regional, ao longo do exercício de 2014, foi a inclusão das famílias e dos acampamentos no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA, o que proporcionou segurança e confiança de estarem sendo beneficiadas pelas políticas públicas do Governo Federal.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Como principal resultado se destacou o alcance de acordo, entre famílias de trabalhadores rurais sem terra e fazendeiro, através de termo de convivência pacífica, em área ocupada espontaneamente, o que possibilitou dirimir conflitos que haviam se instalado.

A participação das reintegrações de posse também representou resultado positivo, pois ocorreram de forma pacífica, através de explicações claras, objetivas e convincentes sobre os riscos e a ilegalidade da permanência.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

As atividades demandadas ou empreendidas para a Ouvidoria Agrária Regional, ao longo do exercício de 2014, não observaram nenhum tipo de contingenciamento, pois essas ocorreram naturalmente e no mesmo instante em que foram surgindo.

Assim, o quadro reduzido de servidores que compõe a equipe da Ouvidoria Agrária Regional, frente às demandas do exercício de 2014, se mostrou ser suficiente para dirimir as questões de forma que as questões fossem dirimidas imediatamente quando demandadas.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A Ouvidoria Agrária Regional no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não observou reflexos de recursos registrados em restos a pagar, ao longo do exercício de 2014.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A estratégia para melhorar os resultados será fomentar maior participação nas questões conflituosas, em especial em acampamentos ou invasões, de representantes do Programa Terra Legal, pois foram identificadas situações em que se referem peculiarmente à regularização fundiária de imóveis rurais.

## 4.2. Resultados obtidos no atendimento ao público externo

*Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo.*

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA possui de 02 (dois) sistemas oficiais para registrar a entrada de parte dos atendimentos internos e especialmente externos, denominados Sistema de Protocolo - SISPROT, que é utilizado para protocolar e tramitar os processos administrativos formalizados, e o Sistema de Documentos - SISDOC, com a finalidade de registrar os documentos em geral, como requerimentos, declarações, memorandos e ofícios.

Atendimentos diversos são realizados através de ferramentas como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA e Sistema Integrado de Gestão da Estrutura Fundiária - SIGEF, contudo também representam ferramentas sem a opção de geração de relatórios que possam apresentar dados sobre os quantitativos e tipos.

Contudo, os citados sistemas não oferecem números precisos quanto ao atendimento às solicitações protocoladas, não geram relatórios das transações que possam indicar de forma objetiva e consolidada se houve ou não solução ao requerido. Assim, para se alcançar no mínimo algum controle das informações a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO se utiliza de planilhas para acompanhar documentos que possuem prazos para atendimento, sobreposição de trabalho esse, que tem como objetivo o cumprimento do propósito de oferecer alguma informação gerencial.

A tabela abaixo representa os serviços oferecidos exclusivamente pela Sala da Cidadania física, instalada na sede da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, em Porto Velho, onde o público externo tem que inicialmente procurar para serem encaminhados aos setores específicos, conforme demanda e necessidade apresentada.

**Tabela 106. Atendimento ao público externo - Sala da cidadania física**

Serviço	Quantidade de atendimento	
	Média mensal	Anual
Recadastramento e emissão de CCIR	30	362
Informações diversas	188	2.255
Espelho de beneficiário (SIPRA)	16	190
Recebimento de AR	15	170
Cadastro e atualização no SICONV	26	310
Recebimento de ofício	8	100
Elaboração de requerimento	173	2.074
Recebimento de memorando	4	43
Elaboração de memorando	10	120
Justificativa de ausência no lote	34	410
Inscrição de candidato ao PNRA	46	560
Documentos protocolados no SISDOC	259	3.116
Processos protocolados e tramitados no SISPROT	8	100
Encaminhamentos diversos no protocolo de entrega	40	480
Consultas diversas internas / externas	57	690
Outros atendimentos (Sala da Cidadania da UA Pimenta Bueno)	842	10.104
<b>Total</b>	<b>1.756</b>	<b>21.084</b>

Fonte: Sala da Cidadania.

Ao longo do exercício de 2014, visando facilitar o acesso das famílias aos serviços oferecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA foi lançado o Portal Sala da Cidadania Digital, sistema que oferece solução para demandas importantes de forma simples e rápida.

A Sala da Cidadania Digital é possibilidade de descentralização de atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com serviços realizados diretamente pela internet; estando assim, esses serviços mais próximos das famílias assentadas e dos produtores rurais, visando facilitar a vida do homem no campo, através de parceiros, como Prefeituras

Municipais, Sindicatos, Federações, Organizações não Governamentais e Associações, através do Portal: [www.saladacidadania.infra.gov.br](http://www.saladacidadania.infra.gov.br).

Para a operacionalização da Sala da Cidadania Digital o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA disponibiliza treinamento, logins, senhas, esclarece dúvidas e cede computadores. E, os parceiros a infraestrutura física, pessoal, internet e impressora.

O ambiente virtual disponibiliza os seguintes serviços: renegociação de dívidas com PRONAF A e A/C, solicitação de Declaração de Aptidão ao PRONAF grupo B, declaração de assentado, espelho de beneficiário ao Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, solicitação de Declaração ao Instituto Nacional de Serviço Social - INSS visando aposentadoria, impressão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, como também realiza link com outros sistemas, como do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, Minha Casa Minha Vida - MCMV, Sistema Integrado de Gestão Fundiária - SIGEF e ao Imposto Territorial Rural - ITR.

Buscou-se, com isso, a concentração no mesmo ambiente virtual, serviços de auto-atendimento, solicitações de serviços, agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais.

No âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO a utilização da Sala da Cidadania Digital apresentou os resultados destacados abaixo.

**Tabela 107. Atendimento ao público externo - Sala da cidadania digital**

Valores em R\$ 1,00

Serviço	Demandas	Quantidade atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Despesas liquidadas	311	311	0	Imediato	0,00
Dívidas renegociadas	22	22	0	Imediato	0,00
Atualizações	238	238	0	Imediato	0,00
DAP	23	23	0	Imediato	0,00
Informações do INSS	62	62	0	Imediato	0,00
Declaração de Aptidão ao PRONAF grupo B	27	7	20	-	0,00
Certidões para fins de aposentadoria (INSS)	189	13	176	-	0,00
<b>Total</b>	<b>872</b>	<b>676</b>	<b>196</b>	-	<b>0,00</b>

Fonte: Sistema Sala da Cidadania. Extração especial 06/03/2015, demanda nº 3553.

Conforme demonstrado acima, foram protocoladas 872 (oitocentos e setenta e dois) demandas, contudo 216 (duzentos e dezesseis) pedidos por serviços a serem trabalhadas diretamente pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, sendo dessas atendidas 20 (vinte), ou seja, 9,26%, estando assim, em análise de 196 (cento e noventa e seis) pedidos.

Com isso, as 656 (seiscentos e cinqüenta e seis) demandas remanescentes registradas foram de atendimento imediato no próprio portal da Sala da Cidadania Digital.

Dos serviços prestados, se destacam as atualizações cadastrais, que se destina a atualizar o cadastro dos beneficiários da reforma agrária no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, para o qual foram realizadas 238 (duzentos e trinta e oito) atualizações.

Os serviços de renegociação e liquidação de dívidas rurais que está disponível na Sala da Cidadania Digital se destinam aos beneficiários da reforma agrária que realizaram operações financeiras junto ao Banco do Brasil e se encontram inadimplentes.

Na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO a adesão à renegociação chegou a 22 (vinte e duas) operações, e 311 (trezentos e onze) beneficiários liquidaram dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF junto ao Banco do Brasil.

Por se tratar de ambiente novo, para o qual foram trabalhadas especialmente as capacitações no seu uso, não foi possível estimar o tempo médio de atendimento às demandas registradas quanto a emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF grupo B - DAP B e Certidões para fins de

aposentadoria (INSS) que foram analisadas e emitidas diretamente por servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Visando a operacionalização da Sala da Cidadania Digital foram instaladas, através de Termos de Cooperação, 23 (vinte e três) Salas da Cidadania Digital no Estado de Rondônia, distribuídas em Prefeituras Municipais e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR, conforme demonstrado abaixo.

**Tabela 108. Salas da cidadania digital instaladas**

Nº	Sala da Cidadania Digital Instalada	Município
1	Em Prefeitura Municipal	Alto Paraíso
2		Buritis
3		Campo Novo de Rondônia
4		Costa Marques
5		Cujubim
6		Machadinho do Oeste
7		Monte Negro
8		Nova Brasilândia D'Oeste
9		Nova Mamoré
10		Seringueiras
11		Urupá
12		Vilhena
13		Theobroma
14		Colorado D'Oeste
15	Em Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR	Vilhena / Chupinguaia
16		Nova Mamoré
17		Ji-Paraná
18		Cerejeiras / Pimenteiras D'Oeste
19		Seringueiras
20		São Francisco do Guaporé
21		Corumbiara
22		Urupá
23		Presidente Médici

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação.

Foram capacitados 52 (cinquenta e dois) operadores da Sala da Cidadania Digital no Estado de Rondônia, inclusos servidores das Prefeituras Municipais, da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e funcionários dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR, conforme distribuição apresentada abaixo.

**Tabela 109. Capacitações sobre a Sala da Cidadania Digital realizadas**

Entidade	Localidade	Quantidade
Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO	Unidades Avançadas de Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Pimenta Bueno	8
Prefeitura Municipal	Urupá, Costa Marques, Vilhena, Seringueiras, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova Mamoré, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro, Machadinho do Oeste, Cujubim e Buritis.	18
Servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO operando em salas instaladas na Prefeitura Municipal	Urupá, Costa Marques, Vilhena, Seringueiras e Buritis	8
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR	Vilhena / Chupinguaia, Nova Mamoré, Ji-Paraná, Cerejeiras / Pimenteira D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, Corumbiara, Urupá e Presidente Médici	18
<b>Total</b>		<b>52</b>

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação.

## **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

Por se tratar de sistema novo, alguns entraves foram detectados, dos quais se destacaram:

a) Problemas técnicos como ausência do módulo para geração de relatórios, impossibilidade de trocar a senha de acesso no próprio sistema, *login* de acesso realizado sem certificado digital, inconsistências de informações quando confrontado com o banco de dados do Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - SIPRA e dificuldade na validação de certidões emitidas;

b) Descentralização tardia de recursos orçamentários para custear deslocamento de servidores visando o fornecimento das capacitações;

c) Baixo *feedback* das demandas por parte da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, onde se observou o atendimento efetivo a 9,26% das demandas, situação essa decorrente da grande demanda inserida no sistema, em detrimento ao reduzido quadro de servidores, o que vem comprometendo a credibilidade do projeto.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

O projeto Sala da Cidadania Digital levou serviços do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a 20 (vinte) municípios nos quais não existem Unidades Avançadas, facilitando assim, o acesso às políticas públicas desenvolvidas pela Autarquia ao seu público-alvo, os pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Observou-se o estreitamento da relação com as Prefeituras Municipais e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR formalizados através da assinatura de Acordos de Cooperação.

## **Das perspectivas para o exercício 2015**

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui planejamento e perspectivas voltadas ao atendimento ao público externo, em especial aquelas realizadas no âmbito da Sala da Cidadania, física e digital, através da estratégia de realizar capacitações, treinamentos e fortalecimento do setor para a apresentação de respostas efetivas ao passivo e às novas demandas.

E, continuidade de celebração dos termos de cooperação com as prefeituras municipais, o que vem representando livre acesso das famílias assentadas aos serviços e políticas públicas oferecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

## 5. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem o enfoque e orientação de ocorre através da participação, capacitação, envolvimento, desenvolvimento e valorização dos servidores, e a área tem a função de humanizar os trabalhos executados.

Nesse contexto, a seguir serão abordados itens e informações que envolverem a gestão dos servidores lotados na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

### 5.1. Quantitativo de servidores

A tabela abaixo tem como objetivo demonstrar o quantitativo da força de trabalho da Superintendência Regional no Estado de Rondônia, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. Para cada tipologia de cargos se informa a lotação autorizada e a efetiva, registrando-se ainda, os ingressos e egressos, refletindo a situação apurada em 31/12/2014.

**Tabela 110. Força de trabalho**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	0	276	4	33
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	276	4	33
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	274	2	31
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.5. Procurador Federal AGU: 2, sendo 1 em exercício descentralizado (item 1.2.2.)	0	1	1	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	3	0	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>279</b>	<b>4</b>	<b>34</b>

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano.

Dos 274 (duzentos e setenta e quatro servidores) de carreira vinculados a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO se tem: 03 (três) servidores cedidos, 01 (um) requisitado para o Tribunal de Regional Eleitoral - TRE, 01 (um) prestando serviço para o Tribunal de Regional Eleitoral - TRE no Cartório de Buritis-RO, sem portaria; e 23 (vinte e três) exercendo funções na Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA-06/RO (Terra Legal).

A tabela abaixo busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio, ou seja, aqueles servidores que realizam atividades de suporte técnico administrativo, e área fim, ou seja, servidores que realizam atividades correspondentes às finalidades e objetivos precípuos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, distribuídos em servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

**Tabela 111. Distribuição da lotação efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	167	109
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	167	109
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	167	107
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.1.6. Procurador Federal AGU: 2, sendo 1 em exercício descentralizado (item 1.1.3.)	0	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>168</b>	<b>111</b>

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano.

A tabela abaixo tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

**Tabela 112. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	16	2	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	1	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

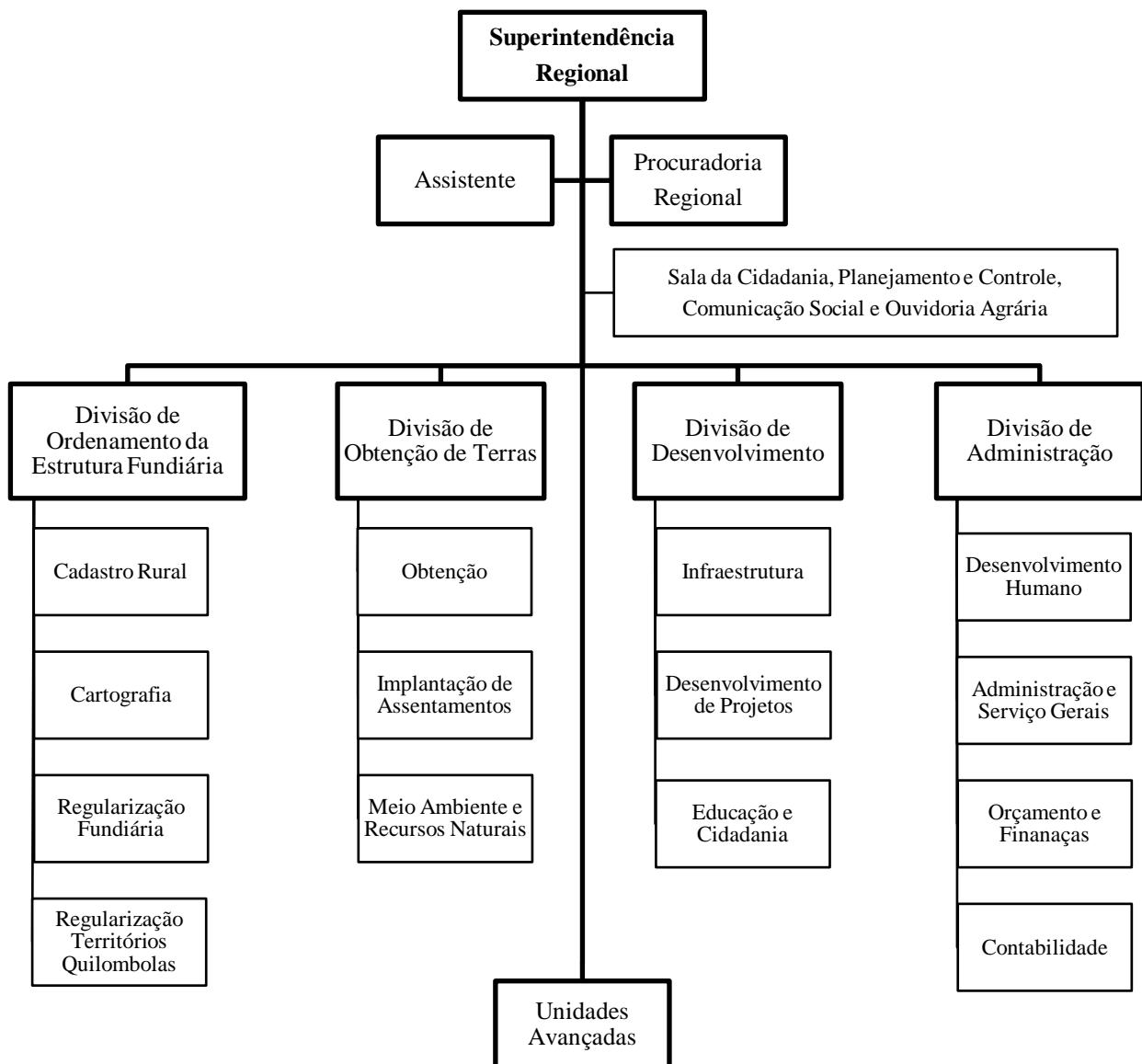
Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano.

As Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem estrutura, atribuições e competências estabelecidas através do Decreto nº 6.812 de 03/04/2009 e Portaria nº 20 de 08/04/2009, e visando proporcionar melhor ilustração aos dados apresentados nas tabelas acima, como também, visualização da distribuição dos servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO se apresenta a tabela e o organograma abaixo.

**Tabela 113. Distribuição dos servidores por lotação em 31/12/2014**

<b>Lotação</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Gabinete</b>	6
Comunicação Social	2
Ouvidoria Agrária Regional (sendo 1 cargo comissionado sem vínculo)	4
Planejamento e Controle	1
Sala da Cidadania	2
<b>Procuradoria Federal Especializada - PFE</b>	
1 cargo comissionado sem vínculo	4
2 procuradores federais	
1 em exercício descentralizado de carreira	
<b>Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - F</b>	4
Serviço de Cadastro Rural - F1	4
Serviço de Cartografia - F2	10
Serviço de Regularização Fundiária - F3	8
Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas - F4	1
<b>Divisão de Obtenção de Terras - T</b>	3
Serviço de Obtenção de Terras - T1	7
Serviço de Implantação de Assentamentos - T2	9
Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais - T3	6
<b>Divisão de Desenvolvimento - D</b>	
1 cargo comissionado sem vínculo	8
Serviço de Infraestrutura - D1	10
Serviço de Desenvolvimento de Assentamento - D2	9
Serviço de Educação e Cidadania - D3	3
<b>Divisão de Administração - A</b>	2
Convênios	1
Material e Patrimônio	3
Serviço de Desenvolvimento Humano - A1	8
Serviço de Administração e Serviços Gerais - A2	5
CPL	2
Protocolo	4
Garagem	11
Serviço de Orçamento e Finanças - A3	2
Serviço de Contabilidade - A4	6
<b>Total de servidores lotados na Sede</b>	<b>145</b>
UA Bom Princípio	1
UA Burareiro (Ariquemes)	15
1 prestando serviço para o Tribunal Regional Eleitoral - TRE sem portaria	
UA Corumbiara (Pimenta Bueno)	24
UA Costa Marques	1
UA Guajará-Mirim	13
UA Jaru Ouro Preto (Ji-Paraná)	44
UA Jaru Uaru (Jaru)	1
UA Machadinho	5
UA Paulo Assis Ribeiro (Colorado do Oeste)	2
<b>Total de servidores lotados nas Unidades Avançadas</b>	<b>106</b>
Cedidos	3
Requisitados	2
Divisão de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Terra Legal)	23
<b>Total geral</b>	<b>279</b>

Fonte: Divisão de Administração.



## 5.2. Análise da distribuição

*Demonstrativo da distribuição de servidores entre as coordenações e postos avançados da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO:*

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui 274 (duzentos e setenta e quatro) servidores efetivos distribuídos entre a Sede e Unidades Avançadas, e para apresentar maiores análises se adiciona alguns itens considerados relevantes para a identificação do cenário que se encontra a força de trabalho.

### *Quantitativo por Gênero*

Na tabela abaixo se observa que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO possui do total da sua força de trabalho 100 (cem) mulheres ou 36,49% e 174 (cento e setenta e quatro) homens ou 63,51%.

**Tabela 114. Quantitativo por gênero**

Gênero	Quantidade	Porcentagem (%)
Masculino	174	63,51
Feminino	100	36,49
<b>Total Geral</b>	<b>274</b>	<b>100</b>

Fonte: Divisão de Administração.

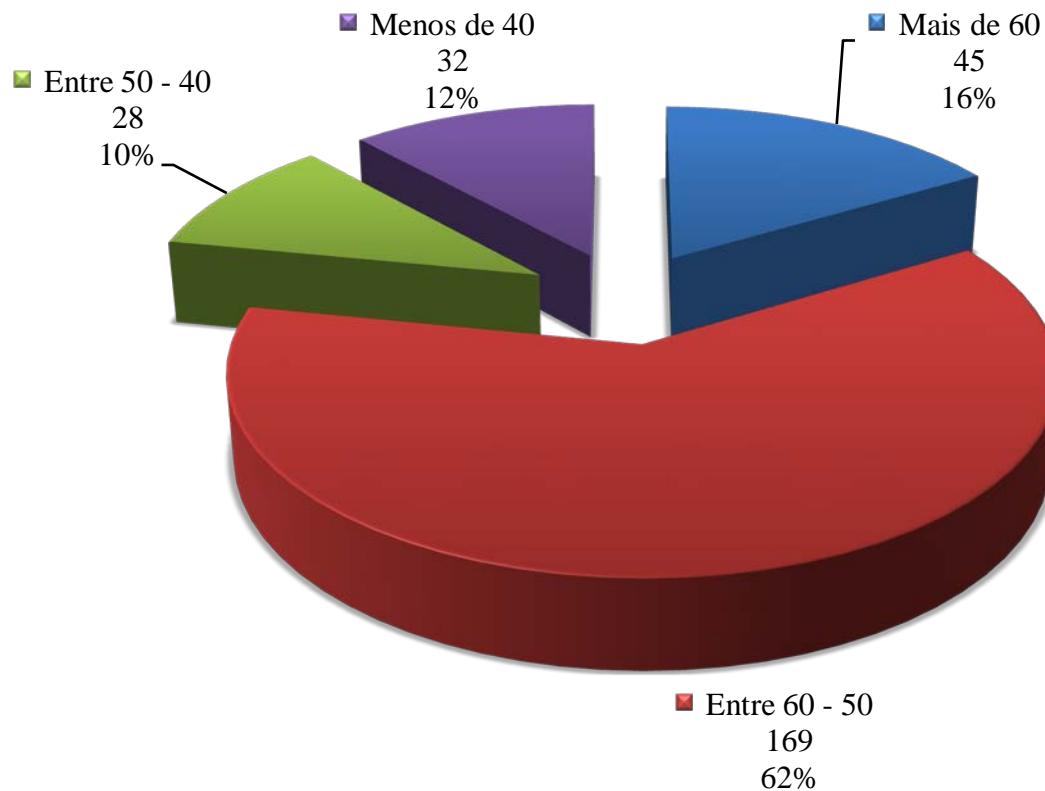
#### *Idade dos Servidores*

A maioria dos servidores lotados na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tem idade entre 60 e 50 anos, conforme demonstrado na planilha e gráfico abaixo:

**Tabela 115. Idade dos servidores**

Gênero	Mais de 60	Entre 60 - 50	Entre 50 - 40	Menos de 40	Total
Masculino	38	109	12	15	<b>174</b>
Feminino	7	60	16	17	<b>100</b>
<b>Total Geral</b>	<b>45</b>	<b>169</b>	<b>28</b>	<b>32</b>	<b>274</b>

Fonte: Divisão de Administração.



#### *Aposentadoria e Abono Permanência*

Um dos principais fatores para a diminuição da força de trabalho são as ocorrências de aposentadorias, com isso, a tabela abaixo identifica a situação para os próximos 05 (cinco) anos, onde:

- 14 (catorze) servidores terão que se aposentar compulsoriamente, ou seja, 5,11% da força de trabalho deverão obrigatoriamente se aposentar nos próximos 05 (cinco) anos;
- 117 (cento e dezessete) servidores poderão se aposentar ou requerer abono permanência;
- 88 (oitenta e oito) servidores estão com 35 (trinta e cinco) anos ou mais de contribuição se encontrando em situação de abono permanência, ou seja, 32,11% da força de trabalho atual.

**Tabela 116. Estimativa de desligamentos nos próximos 05 anos**

Gênero	Compulsória nos Próximos 05 Anos	Novas Aposentadorias nos Próximos 05 Anos	Estão com 35 Anos ou Mais de Contribuição
Masculino	12	100	36
Feminino	2	17	52
<b>Total Geral</b>	<b>14</b>	<b>117</b>	<b>88</b>

Fonte: Divisão de Administração.

Somando aos 88 (oitenta e oito) servidores que se encontram na situação de abono permanência os 117 (cento e dezessete) servidores que de 2015 a 2019 (próximos 05 anos) poderão se aposentar ou requerer a citada situação, esses representam 205 (duzentos e cinco) servidores, ou seja, 74,54 % da força de trabalho atual.

Em outras palavras, se gradativamente nos próximos 05 (cinco) anos não ocorrerem concursos públicos visando o ingresso de novos servidores, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO chegará em 2019 com 69 (sessenta e nove) servidores.

Importante destacar que a situação ainda pode se apresentar mais grave, uma vez que para o cálculo do tempo de serviço, se contabilizou a data de admissão na Autarquia, não estando assim incluídos possíveis empregos anteriores.

E qualitativamente a força de trabalho da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO se encontra prejudicada, em especial pela idade média dos servidores que está entre 60 e 50 anos, onde muitos desses se encontram na situação de abono permanência, o que vem representando significativa queda no rendimento operacional.

Com isso, a distribuição da força de trabalho não tem sido tarefa das mais fáceis tendo em vista que a escassez de servidores atinge diretamente todos os setores organizacionais da Instituição.

Nesse contexto, as aposentadorias representam situação grave de desmonte da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO a qual necessita correções urgentes, e registre-se que a não providência por parte do Governo Central resultará na paralisação completa, em curto período de tempo, que acarretará prejuízos irreparáveis a sociedade, principalmente a rural, uma vez que esta Autarquia fora criada especialmente para cuidar dessa tão importante tarefa - a reforma agrária, que é estratégica para o desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista econômico, social e ambiental, contudo, sua efetiva aplicação trata-se de decisão política

### 5.3. Disseminação de conhecimento e aprendizagem

**Tabela 117. Informações Gerais de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

Identificação							
Ação	2000						
Plano Orçamentário	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Servidor capacitado	unidade	57	87	152,63	114.000	49.448,63	43,37
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
114.000	50.350,98	49.448,63	49.448,63	0,00	0,00	49.448,63	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 118. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Valores em R\$ 1,00
					Restos a Pagar
A2000000102	33.90.39	18.514,80	17.614,12	17.614,12	0,00
	33.90.14	9.956,23	9.956,23	9.956,23	0,00
	33.90.30	3.614,17	3.612,50	3.612,50	0,00
	33.90.33	18.265,78	18.265,78	18.265,78	0,00
<b>Total</b>		<b>50.350,98</b>	<b>49.448,63</b>	<b>49.448,63</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 114.000 (cento e catorze mil reais), sendo disponibilizados R\$ 50.350,98 (cinquenta mil trezentos e cinquenta reais, noventa e oito centavos), que representa 44,16% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 49.448,63 (quarenta e nove mil quatrocentos e quarenta e oito reais, sessenta e três centavos), sendo este integralmente pago, perfazendo a execução de 98,20% do valor disponibilizado, não ficando inscrições em restos a pagar, conforme demonstrado acima.

A meta física prevista no Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício 2014 foi de capacitar 57 (cinquenta e sete) servidores sendo capacitado o total de 87 (oitenta e sete) servidores, representando a execução física de 152,63%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

#### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

A ação de Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem como finalidade viabilizar a formulação, a promoção, o desenvolvimento, a operacionalização, o monitoramento, a avaliação e a gestão de políticas desenvolvidas pelas Unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário; possibilitar a análise dos impactos dessas políticas; e promover o fortalecimento institucional e a cooperação internacional.

Nesse sentido, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO buscou ao longo do exercício de 2014, a realização de ações diversas voltadas ao treinamento da força de trabalho, melhorando de forma efetiva a qualificação profissional desses, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 119. Capacitações realizadas em 2014**

Curso	Carga horária (horas)	Servidor (unidade)
Pós-graduação em governança de tecnologia da informação	436	1
Sala da Cidadania Digital	24	3
Oficina do Plano de Ação do INCRA 2014/2015	24	2
Oficina do Plano de Ação da SR-17/RO 2014/2015	24	36
Encontro Nacional de Gestão de Pessoas	36	3
I Oficina sobre o Novo Crédito da Reforma Agrária	24	2
Capacitação em Cadastro Imobiliário Rural: Rumo ao CNIR	24	1
Capacitação em Tomada de Contas Especial TCE - 2ª Turma	24	2
Capacitação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV	24	2
Treinamento sobre o sistema de trilhas de auditoria de pessoal	3,5	8
Contrato de Serviço de Tecnologia da Informação - TI	24	3
Curso de aposentadorias, pensões e abono de permanência e respectivos cálculos de benefícios na administração pública	24	3
I Seminário sobre sistemas agroflorestais em parcelas de assentamento rurais	16	20
I Oficina de linguagens e ferramentas de jornalismo digital	22,3	1
<b>Total</b>	<b>729,8</b>	<b>87</b>

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano.

Ressalta-se que mesmo diante das limitações de recursos enfrentadas no exercício de 2014 foram realizadas diversas capacitações que abrangeram variadas áreas de atuação, proporcionando a disseminação de melhores conhecimentos aos servidores no exercício de suas atribuições.

As capacitações dos servidores lotados na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ocorreram tanto voltadas às competências sugeridas pelos servidores e chefes de Divisão, como em busca do crescimento organizacional, para a Autarquia e para o servidor, assim, não foram atendidas demandas aleatórias, e sim aquelas que fortalecessem as competências que fossem capazes de agregar valores.

Pode-se observar resultado expressivo, principalmente quanto à quantidade de cursos oferecidos e de servidores participantes, sendo contabilizados 14 (catorze) cursos realizados, em 729 (setecentos e vinte e nove horas), capacitando 87 (oitenta e sete) servidores.

Com isso, se observa a superação da meta física, uma vez que inicialmente se estabeleceu a capacitação para 57 (cinquenta e sete) servidores, resultado esse que representa o esforço em conjunto, área meio e área fim, visando a qualificação da cada vez mais escassa força de trabalho, mais primando pela qualidade do trabalho desempenhados por esses.

Dentre as capacitações oferecidas, se observa que a maior é de curta e média duração, a exceção da inserção de 01 (um) servidor em curso de Pós-Graduação “Latu Sensu”, na área de Tecnologia da Informação.

Buscou-se incluir servidores em capacitações em diversas áreas de atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, e assim, se alcançou área que representam a espinha dorsal da Autarquia, a começar pela área de Tecnologia da Informação - TI, que tem sido de relevância ímpar no cenário atual, que vem sistematizando ações no sentido de melhorar a qualidade dos controles e proporcionar melhor aplicabilidade dos recursos públicos.

Outra ação importante se refere a capacitação de servidores que trabalham diretamente com a gestão de pessoas, sendo que nessa área foram destinadas 03 (três) capacitações, quais sejam:

a) Encontro Nacional de Gestão de Pessoas: de abrangência geral, abordou diversos assuntos referentes às inovações, com ênfase na gestão compartilhada de idéias e soluções na área de Recursos Humanos - RH;

b) Treinamento sobre o sistema de trilhas de auditoria pessoa: representa resposta a imposição dos Órgãos de Controle, no sentido de melhor visualizar as questões que envolvem a situação funcional do servidor, em seus aspectos, sociais, cadastrais e financeiros; e

c) Capacitação sobre aposentadorias, pensões e abono permanências e respectivos cálculos de benefícios na administração pública: destinada a melhor qualificar os servidores que trabalha com esses institutos funcionais.

Foram realizados ainda, outros cursos de capacitações destinados a servidores que desempenhas atividades nas áreas de fiscalização e acompanhamento de várias ações, como o Curso sobre Contrato de Serviço de Tecnologia da Informação - TI, das Oficinas de Crédito, Implantação das Salas da Cidadania Digital, Sistemas Agroflorestais em Parcelas de Assentamentos Rurais, Cadastro Imobiliário Rural, Tomada de Contas Especial, Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, e a I Oficina de Linguagens e Ferramentas de Jornalismo Digital.

Nesse contexto, destaca-se que todas as capacitações que os servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO participaram teve impacto direto na gestão das ações, melhorando sensivelmente a qualidade dos trabalhos desenvolvidos por esses.

### **Das estratégias de atuação**

Estrategicamente se optou pela dimensão “Capacitação” como ponto de apoio para alavancar a implantação do modelo de Gestão por Competências, sendo importante a capacitação de maior quantidade de servidores com o reduzido montante de recursos disponível para a ação no exercício de 2014.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise crítica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A meta física da ação de Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação foi superada ao inicialmente estabelecido, e, com a utilização de menor recurso, que se deve ao fato da participação de servidores com capacitações de custo baixo ou sem nenhum custo.

Entretanto, se comparado o resultado ao de outros exercícios é possível identificar que são metas tímidas frente à demanda existente, como também abaixo da real necessidade dos servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

Embora a meta física tenha sido superada, ao longo do exercício de 2014, foram identificadas diversas dificuldades para a realização das capacitações, com destaque especial as limitações orçamentárias, deixando inclusive de realizar capacitações consideradas imprescindíveis ao enriquecimento do conhecimento profissional dos servidores.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Os resultados foram razoáveis, e mesmo com limitações de recursos, se aproveitou ao máximo dos créditos disponíveis, realizando capacitações de baixo ou nenhum custo.

Destaca-se o esforço contínuo por melhorias nas condições de trabalho de toda força de trabalho, através de alternativas para melhor atender as demandas, mantendo em funcionamento permanente, os serviços administrativos e os finalísticos, aqueles de necessidade rotineira, e de cunho eminentemente social, atendendo aos anseios do homem do campo.

E, por fim a realização do trabalho conjunto, entre todas as Divisões da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, que ressaltou as especificidades particulares, mas sempre buscando objetivo comum, trabalhando em equipe visando ao alcance das metas e objetivos da reforma agrária no País, principalmente as do Estado de Rondônia.

### **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O principal contingenciamento enfrentado foi o de recursos que refletiu, ao longo do exercício de 2014, negativamente nas ações planejadas, sendo essas não implementadas em sua integralidade.

### **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

A ação de Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação não enfrentou nenhum reflexo de recursos que tenham ficado registrados em restos a pagar.

### **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

A melhor estratégia para a apresentação de resultados mais expressivos é o continuado e incessante esforço no sentido de buscar oportunidades e possibilidades de capacitação ao maior patrimônio da Autarquia, o servidor.

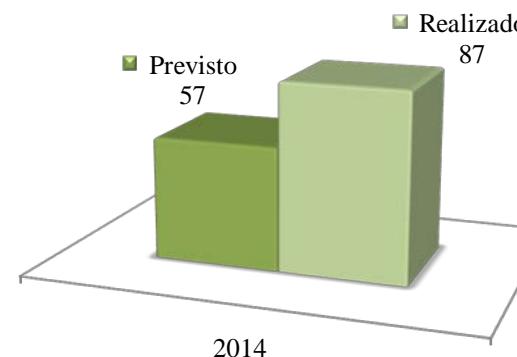
## 5.4. Indicadores

Índice de abrangência de capacitação		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
57	87	57

Memória de cálculo:  
2014: número de servidores que participaram das atividades de capacitação, dividido pelo número total de funcionários no nível de agregação, multiplicado por 100.

\* Meta de capacitação / quantidade de servidores.

\*\* Meta de capacitação / quantidade de servidores (com base em 2014). Planejamento de 2015 ainda não concluído.

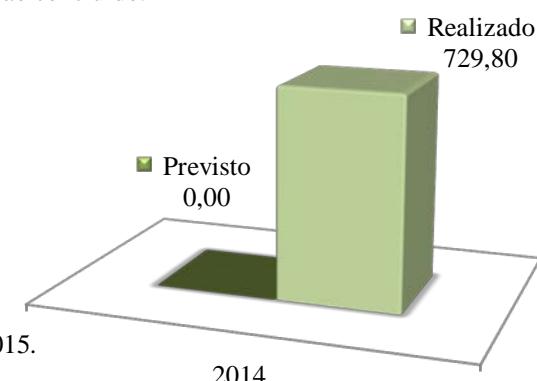


Índice de horas de capacitação		
2014		2015
Previsto*	Realizado	Meta**
0	729,80	0

Memória de cálculo:  
2014: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores, dividido pelo número total de servidores, no nível de agregação.

\* Média dos últimos 03 anos.

\*\* Média dos últimos 03 anos. Valor definitivo será estabelecido com a conclusão do Planejamento 2015.



**Tabela 120. Indicadores gerenciais sobre pessoal**

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação em face de todo o corpo funcional.	Percentagem	(número de servidores que participaram das atividades de capacitação, dividido pelo número total de funcionários no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de servidores que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$= (87/274) *100 = 31,75$
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores, dividido pelo número total de servidores, no nível de agregação.	Número de horas de treinamentos pela quantidade de servidores - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$= (729,8/274) = 2,66$

## **Da utilidade**

A utilidade dos indicadores de desempenho está intimamente relacionada à capacidade de comunicar o que é realmente importante e influencia as pessoas a fazerem as coisas certas, assim o modelo procurado pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO busca ajudar os gestores a articular, descrever, comunicar, implementar e monitorar suas estratégias em todos os níveis da organização. Isso é conseguido conectando objetivos, iniciativas e medições à estratégia organizacional.

Os indicadores apresentados transmitem clara e forte mensagem para toda a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO sobre o que é importante e o que se espera de cada um e como cada servidor será avaliado. O perfeito entendimento da estratégia, papéis e responsabilidades é a condição essencial para se conseguir o comprometimento e engajamento de todos.

Com o enfoque equilibrado entre indicadores de resultados e indicadores de atividades e ações foi possível implementar além das medições de fatos passados como também as sinalizadoras de tendências (indicadores de processos), que permitiram a identificação e correção em algumas falhas existentes, contribuíram sobremaneira no processo do estabelecimento das estratégias de atuação de longo, médio e curto prazo.

## **Da mensurabilidade**

Entende-se que o conjunto de indicadores apresentados permite medir a capacidade do sucesso ou insucesso dos resultados almejados, uma vez que foram definidos alguns passos no planejamento e no monitoramento; definem o sentido e o alcance dos programas e suas respectivas ações; medem ainda o alcance dos objetivos; e podem ser facilmente verificados através das fontes informadas.

## **Da Análise crítica dos indicadores**

Os indicadores acima representam que a meta para a quantidade de servidores a serem capacitados foi superada.

Não existe estabelecimento de quantidade de horas a ser alcançada, e pela fórmula criada é possível constatar que se cada servidor lotado na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tivesse participado de capacitações, representaria que cada um teria 2,66 horas de capacitação.

Contudo, 31,75% dos servidores capacitados ao longo do exercício representa baixa disponibilidade de treinamento, reciclagem, capacitação e atualização frente às constantes mudanças existentes nos normativos legais, procedimentos e sistemas criados.

Somada a utilização dos indicadores foram promovidas, no exercício de 2014, reuniões com o objetivo de analisar a gestão das atividades desempenhadas, e o alcance ou não das metas planejadas, assim, gradativamente os indicadores, vêm sendo utilizados com instrumento de análise quanto ao direcionamento das ações empreendidas, como também na identificação dos resultados, que em sua maioria, representam execução muito aquém da demanda existente no Estado de Rondônia, fato esse decorrente dos diversos fatores mencionados ao longo do presente relatório de gestão.

Portanto, se pode afirmar que os indicadores apresentados possuem efetiva aplicação, pois auxiliam os gestores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO na tomada de decisões. E, após apresentação através da prestação de contas é feita divulgação interna, objetivando proporcionar conhecimento dos resultados, e a verificação das providências a serem realizadas nos exercícios seguintes visando melhoramentos.

## 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 6.1. Transferências

A seguir serão apresentadas informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência, incluindo no mínimo: quantidade física e financeira com *status* “a aprovar” e “a comprovar”; quantidade de convênios vencidos com os dois *status*; providências adotadas no exercício para saneamento da situação e cronograma executivo com vistas ao cumprimento dos prazos legais para cada fase dos instrumentos.

**Tabela 121. Caracterização dos instrumentos de transferências realizadas**

Posição em 31/12/2014  
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			Informações sobre as transferências					
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício		
Termo de compromisso	1.000/2013	Município de Mirante da Serra CNPJ: 63.787.071.0001-04	743.801,34	14.876,03	728.925,31	728.925,31	30/12/2013	30/12/2014 1
Termo de compromisso	2.000/2013	Município de Candeias do Jamari CNPJ: 63.761.902/0001-60	2.346.299,03	51.000,00	2.295.299,03	2.295.299,03	30/12/2013	30/07/2015 1
Convênio	792166/2013	Município de Ariquemes CNPJ: 04.104.816/0001-06	314.630,73	12.630,73	302.000,00	302.000,00	23/12/2013	20/06/2015 1
Convênio	792169/2013	Município de Machadinho do Oeste CNPJ: 22.855.142/0001-73	2.479.319,71	49.586,39	2.429.733,32	2.429.733,32	23/12/2013	20/06/2015 1
Convênio	799551/2013	Município de Porto Velho CNPJ: 05.903.125/0001-45	2.449.324,33	145.000,00	2.304.324,33	2.304.324,33	23/12/2013	28/06/2015 1
Convênio	792199/2013	Município de Parecis CNPJ: 84.745.363/0001-46	770.048,69	15.400,97	754.647,72	754.647,72	30/12/2013	28/06/2015 1
Convênio	792168/2013	Município de Buritis CNPJ: 01.266.058/0001-44	1.071.075,62	21.430,00	1.049.645,62	1.049.645,62	23/12/2013	20/06/2015 1
Convênio	792171/2013	Município de Buritis CNPJ: 01.266.058/0001-44	518.188,00	10.576,00	507.612,00	507.612,00	23/12/2013	20/06/2015 1
Convênio	792196/2013	Município de Theobroma CNPJ: 84.727.601/0001-90	554.915,33	16.647,46	538.267,87	538.267,87	23/12/2013	20/06/2015 1

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Informações sobre as transferências						Sit.	
			Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência			
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim		
Convênio	792201/2013	Município de Theobroma CNPJ: 84.727.601/0001-90	338.366,62	10.151,00	328.215,62	328.215,62	23/12/2013	20/06/2015	1	
Convênio	793518/2013	Município de Nova Mamoré CNPJ: 22.855.142/0001-73	1.056.067,74	26.067,74	1.030.000,00	1.030.000,00	23/12/2013	20/06/2015	1	
Convênio	793517/2013	Município de Nova Mamoré CNPJ: 22.855.142/0001-73	381.076,70	8.076,70	373.000,00	373.000,00	23/12/2013	20/06/2015	1	
Convênio	792185/2013	Município de Campo Novo de Rondônia CNPJ: 63.762.033/0001-99	959.866,79	28.796,00	931.070,79	931.070,79	23/12/2013	20/06/2015	1	
Convênio	792188/2013	Município de Campo Novo de Rondônia CNPJ: 63.762.033/0001-99	336.003,03	10.080,09	325.922,94	325.922,94	23/12/2013	20/06/2015	1	
Convênio	792194/2013	Município de Campo Novo de Rondônia CNPJ: 63.762.033/0001-99	650.265,00	19.507,95	630.757,05	630.757,05	23/12/2013	20/06/2015	1	
Convênio	795040/2013	Governo do Estado de Rondônia CNPJ: 00.394.585/0001-71	14.423.298,00	1.442.329,80	4.736.855,56	4.736.855,56	31/12/2013	31/12/2016	1	
Convênio	776126/2012	Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO CNPJ: 63.787.196/0001-26	3.149.990,40	149.990,40	750.000,00	1.105.506,00	31/12/2012	31/12/2016	1	
Convênio	776124/2012	Associação Escola Família Agrícola Vale do Guaporé - AEFAVAG	1.437.344,00	38.400,00	349.736,00	349.736,00	21/12/2012	31/12/2016	1	

**LEGENDA**

Modalidade:	Situação da Transferência:		
1 - Convênio	1 - Adimplente	2 - Inadimplente	
2 - Contrato de Repasse	3 - Inadimplência Suspensa	4 - Concluído	
3 - Termo de Cooperação	5 - Excluído	6 - Rescindido	
4 - Termo de Compromisso	7 - Arquivado		

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela 122. Resumo dos instrumentos celebrados nos 03 últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO				
CNPJ:		00.375.972/0024-57				
UG/GESTÃO:		373082				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
<b>Convênio</b>	0	14	2	17.341.788,82	355.560,00	0
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Termo de Cooperação</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Termo de Compromisso</b>	0	2	0	3.024.224,34	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>20.366.013,16</b>	<b>355.560,00</b>	<b>0</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela 123. Visão geral das prestações de contas de convênios e contratos de repasse**

Posição em 31/12/2014  
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO				
CNPJ:		00.375.972/0024-57				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
<b>2014</b>	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0	
			Quantidade Reprovada	0	0	
			Quantidade de TCE	0	0	
			Montante Repassado (R\$)	0	0	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade	0	0	
			Montante Repassado (R\$)	0	0	
			Quantidade Aprovada	0	0	
			Quantidade Reprovada	0	0	
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade de TCE	0	0	
			Montante Repassado (R\$)	0	0	
<b>2013</b>	Contas Analisadas		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0	
			Quantidade Aprovada	0	0	
			Quantidade Reprovada	0	0	
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade de TCE	0	0	
<b>2012</b>			Montante repassado	0	0	
Contas analisadas		Quantidade	0	0		
		Montante repassado (R\$)	0	0		
		Quantidade Aprovada	0	0		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade Reprovada	0	0		
		Quantidade de TCE	0	0		
		Montante Repassado	0	0		
		Quantidade	0	0		
<b>Exercício Anterior a 2012</b>		Contas NÃO Analisadas			Montante Repassado	0

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela 124. Prestação de contas sobre transferências concedidas**

Valores em R\$ 1,00

<b>Unidade Concedente</b>			
<b>Nome:</b> Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO			
<b>CNPJ:</b> 00.375.972/0024-57		<b>UG/GESTÃO:</b> 373082	
<b>Exercício da Prestação das Contas</b>	<b>Quantitativos e Montante Repassados</b>		<b>Instrumentos</b> (Quantidade e Montante Repassado)
			<b>Convênios</b>
<b>2014</b>	<b>Contas Prestadas</b>	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	Quantidade	16
		Montante Repassado	17.341.788,82
<b>2013</b>	<b>Contas Prestadas</b>	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	Quantidade	1
		Montante Repassado	355.560,00
<b>2012</b>	<b>Contas Prestadas</b>	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
<b>Anteriores a 2012</b>	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	Quantidade	0
		Montante Repassado	0

Fonte: Divisão de Administração.

### **Da análise crítica sobre transferências concedidas**

*A seguir se apresenta análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício de 2014 e seus efeitos no médio e longo prazo:*

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não possui nenhum convênio ou termo de compromisso com prestação de contas pendentes, portanto, todos adimplentes e em plena vigência e em andamento com as atividades para o qual foram firmadas as parcerias.

Ressalta-se que o maior volume de recursos destinados aos Convênios se referem a manutenção básica da malha viária dos Projetos de Assentamentos, precisamente no melhoramento das estradas e da infraestrutura básica necessária ao acesso as comunidades beneficiárias da Reforma Agrária.

Nesse sentido, foram firmados convênios com Prefeituras Municipais e Governo do Estado de Rondônia, visando a execução das obras de infraestrutura básica nas estradas vicinais dos Projetos de Assentamentos, inclusive as obras de arte essenciais, tais como: ponte, bueiro, cascalhamento e outras.

Outros 02 (dois) convênio vigente se referem a Educação no Campo por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, realizados em parceria com as Escolas Famílias Agrícolas, que desde 2012 vêm significando empenho na promoção da justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação, e em regime de alternância.

### **6.2. Registro dos imóveis desapropriados**

*Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO em contas contábeis pertinentes, de forma a evidenciar a totalidade desses imóveis no Balanço Patrimonial da Autarquia, levando-se em consideração o que determina os subitens 9.2.6; 9.2.6.1; 9.2.6.2; 9.2.6.3 do Acórdão nº 557/2004 - TCU/Plenário, a seguir discriminados:*

- a) Os imóveis desapropriados e que ainda pertencem à Autarquia devem ser registrados em contas específicas do ativo real, discriminando a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);
- b) Os imóveis já transferidos aos assentados, mas que podem ser revertidos ao domínio da Autarquia em decorrência de cláusulas contratuais de reversão devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com controle, em conta-corrente, dos beneficiários;
- c) Os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis.

A demonstração do cronograma para registro contábil dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO contempla as fases que o comprehende com as perspectivas datas, a comparação entre as ações previstas e as efetivamente executadas e a identificação do coordenador responsável.

Assim, considerando o cronograma de registro dos imóveis desapropriados se iniciou os registros a partir dos imóveis adquiridos na forma do Decreto nº 433 de 24/01/1992 (aquisição direta), através de procedimentos dos registros no balanço patrimonial, com ações da Diretoria de Gestão Administrativa - DA, em Brasília-DF.

Dessa forma se passou a encontrar em 31/12/2014, na Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA o saldo a seguir:

**Tabela 125. Demonstração do registro da conta contábil 1.4.2.1.1.22.67**

Valores em R\$ 1,00

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		
Conta Contábil	Descrição	Valor
1.4.2.1.1.22.67	Imóveis registrados destinados a reforma agrária.	1.832.454.032,08

Fonte: SIAFI 2014.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tem apenas a conta nº 1.4.2.1.1.22.64, referente aos imóveis a registrar destinados à reforma agrária no montante de R\$ 280.910.052,73 (duzentos e oitenta milhões novecentos e dez mil cinqüenta e dois reais, setenta e três centavos).

No exercício de 2014 não foi contabilizado nenhum valor na conta nº 1.4.2.1.1.22.67 no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO que se alude aos imóveis registrados para reforma agrária, o que está planejado para ocorrer em 2015.

### 6.3. Gestão dos créditos a receber

Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 - Créditos a Receber de Parceleiros e 1.2.2.3.1.00.00 - Empréstimos Concedidos.

**Tabela 126. Demonstração da gestão dos créditos a receber**

Valores em R\$ 1,00

Conta	Denominação	Valor
1.2.2.4.9.10.00	Créditos a receber de parceleiros	126.865.397,70
1.2.2.3.1.00.00	Empréstimos concedidos	119.428.290,90
<b>Total</b>		<b>246.293.688,60</b>

Fonte: Divisão de Administração.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, como também no atendimento às recomendações dos órgãos de controle desenvolveu o Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI.

Entrando em funcionamento com os módulos de Cadastro e de Cobrança, este último ainda aguardando regulamentação relativa à renegociação do crédito, para readequações, contudo passível

de emitir todas as Guias de Recolhimento da União - GRU, como de gerar relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais, permitindo ainda, evidenciar a situação financeira individual dos assentados da reforma agrária.

**a) Plano de providências para o efetivo recebimento dos créditos registrados na referida conta contábil, indicando**

*i. Cronograma e atividades previstas e executadas em cada fase, com data limite para cada uma.*

As atividades previstas enquanto providências para remissão, cobrança e recebimento dos créditos e empréstimos concedidos às famílias assentadas, são: saneamento processual através da verificação de todos os créditos aos assentados, em análise aos contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento; emissão de informação declaratória e juntada aos autos dos processos individuais; cadastramento de todos os créditos concedidos no Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI que estejam em andamento ou finalizados; conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência; e após digitação, conferência e ajustes, se necessário, deverão ser encerrados os cadastros dos créditos recebidos pelos beneficiários por meio da funcionalidade denominada “Encerrar Cadastro de Modalidades do Crédito Antigo”.

Para os contratos cuja cobrança do crédito instalação foi inclusa conjuntamente com os valores do título serão observados se as parcelas foram devidamente pagas, uma vez que não serão cobrados ou remitidos.

Tendo sido ou não os créditos incluídos nos títulos, todos deverão ser cadastrados no Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI, visando confirmação se o valor total originalmente recebido não tenha ultrapassado o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Na hipótese de se verificar que o assentado não tenha direito à remissão, ou ainda quando os créditos concedidos não estiverem sujeitos à remissão se buscará a renegociação.

Será verificado se o assentado tem direito de remissão das dívidas referentes aos créditos recebidos, conforme definido no caput do artigo 3º, Parágrafo 1º da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013.

*“Art. 3º Ficam remetidos os créditos de instalação concedidos aos assentados da reforma agrária com fundamento no inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504 de 30/11/1964, e no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629 de 25/02/1993, no período de 10/10/1985 até 27/12/2013, cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por beneficiário.*

*§ 1º Os créditos previstos neste artigo incluem os das modalidades de que trata o § 1º do art. 1º e incluem todos aqueles realizados ao amparo do Programa de Crédito Implantação e Crédito de Instalação às famílias assentadas, sob as modalidades de:*

- I - Crédito para apoio;*
- II - Apoio inicial;*
- III - Alimentação;*
- IV - Insumos;*
- V - Apoio à Instalação;*
- VI - Apoio mulher;*
- VII - Fomento;*
- VIII - Adicional Fomento;*
- IX - Crédito Emergencial;*
- X - Semi-Árido;*
- XI - Adicional de Semi-Árido;*

*XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e  
XIII - Crédito Ambiental".*

Na hipótese da soma dos créditos constantes no § 1º do artigo 3º da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013 ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será observado o disposto no § 2º a 6º e respectivos incisos, do artigo 3º do citado instrumento legal.

*“§ 2º Os créditos de instalação cuja soma dos valores originalmente concedidos seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 05,0% (cinco décimos por cento) ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação, observadas as seguintes condições:*

*I - liquidação: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observados o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e o desconto de valor fixo; e*

*II - renegociação: na forma definida no regulamento, inclusive com a concessão de bônus de adimplência.*

*§ 3º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, quando se trata de créditos coletivos ou grupais, os valores serão apurados pelo resultado da divisão do valor originalmente concedido pelo número de pessoas beneficiadas com o crédito.*

*§ 4º A opção pela liquidação ou pela renegociação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos e não importará a devolução de valores aos beneficiários.*

*§ 5º A remissão de que trata este artigo não importará a devolução de valores aos beneficiários.*

*§ 6º O regulamento estabelecerá termos condições, bônus de adimplência, prazos e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo.”*

Os valores relativos aos créditos constantes no § 1º do artigo 1º da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, não estão sujeitos à remissão, portanto, deverão ser pagos na forma dos § 2º a 8º e regulamentação complementar a ser editada posteriormente pela autoridade competente.

*“Art. 1º Os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10/10/1985 até 27/12/2013, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, efetivados por meio de créditos de instalação de que trata o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629 de 25/02/1993, e de assistência financeira de que trata o inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504 de 30/11/1964, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977 de 07/07/2009, nos termos do disposto em regulamento.*

*§ 1º O disposto neste artigo alcança as seguintes modalidades de créditos concedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural.*

*I - Crédito de Habitação;*

*II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e  
III - Crédito Recuperação - Material de Construção.*

*§ 2º Os valores concedidos, descontados as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano desde a data da concessão até a data da formalização.*

*§ 3º Para efeito de enquadramento dos créditos nas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, será considerado exclusivamente o valor contratado, atualização na forma do § 2º, conforme as faixas estabelecidas em ato do Poder Executivo Federal, não sendo aplicáveis os limites e faixas de renda de que trata o § 3º do art. 13 da Lei nº 11.977 de 07/07/2009.*

*§ 4º A adesão ao benefício para liquidação de que trata o caput implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos relativos aos valores apurados nos termos deste artigo.*

*§ 5º A gestão dos créditos de que trata o caput permanecerá sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que poderá contratar instituição financeira federal para a sua operacionalização.*

*§ 6º As condições de liquidação de que trata este artigo aplicam-se ao herdeiro legítimo, desde que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.*

*§ 7º As condições de pagamento previstas no caput beneficiarão o ocupante atual do lote de reforma agrária, no caso de substituição de beneficiário na forma estabelecida em regulamento, após a devida exclusão do candidato desligado do programa.*

Conforme demonstrado acima, em especial nos trechos recortados da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013 ainda restam regulamentações e estabelecimentos de procedimentos para a operacionalização das remissões e renegociações, o que deve ocorrer ainda no exercício de 2015.

No âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, são 58.879 (cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e nove) créditos para serem inseridos e saneados no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos - SNCCI, que representa o universo de todos os projetos de assentamentos do Estado de Rondônia, dos quais os mais antigos apresentam inconsistências no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

Nesse contexto, ao longo do exercício de 2014, foram analisados e instruídos processos referentes a 03 (três) projetos de assentamentos, que resultaram em 461 (quatrocentos e sessenta e um) créditos remitidos e 151 (cento e cinquenta e um) créditos para serem cobrados, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 127. Providências para remissão e cobrança de créditos concedidos**

Projeto	Município	Crédito remitido	Para cobrar
PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	368	98
PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	68	53
PA União da Vitória	Porto Velho	25	0
<b>Total</b>		<b>461</b>	<b>151</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.

Para se evitar cobranças indevidas será realizado com cuidado análise individual para checagem quem realmente pegou e utilizou o crédito, com conferência dos dados e ajustes necessários no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

A Unidade Avançada que possui servidores aplicadores de crédito terão os trabalhos priorizados, e as demais serão deslocada equipe para análise e saneamento dos processos, que deverão ocorrer dos créditos mais novos para os mais antigos, pois esses são os que apresentam maiores problemas como inconsistências, ausência do registro do número do processo, CPF incorreto, entre outros.

Assim, somente quando esses ajustes e alterações, análises e inserção no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos - SNCCI, da identificação das remissões e quantitativos a serem cobrados de todos os 58.879 (cinqüenta e oito mil oitocentos e setenta e nove), e na ocorrência das regulamentações e do estabelecimento dos procedimentos para a efetiva operacionalização é que as cobranças efetivamente iniciarão.

*ii. Identificação do coordenador responsável.*

A ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas é de responsabilidade direta do Setor de Crédito, vinculado a Divisão de Desenvolvimento e tem como coordenador o servidor Wanderley Bezerra Gomes.

**b) Sobre os saldos**

- i. Saldo da conta contábil em 31/12;
- ii. Saldo vencido até o exercício de 2014;
- iii. Valor total das parcelas cujo vencimento se deu no exercício de 2014;
- iv. Valor total dos créditos recebidos no exercício de 2014.

As informações referentes aos saldos valores de parcelas e dos créditos recebidos ao longo do exercício de 2014 pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO estão evidenciados através da tabela abaixo.

**Tabela 128. Saldo contábil**

Valores em R\$ 1,00					
Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2014	Saldo vencido até 2014	Parcelas vencidas em 2014	Créditos recebidos
1.2.2.3.1.00.00	Empréstimos concedidos	119.428.290,90	119.428.290,90	119.428.290,90	0,00
	<b>Total</b>	<b>119.428.290,90</b>	<b>119.428.290,90</b>	<b>119.428.290,90</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Divisão de Administração.

Devido às mudanças trazidas pela nova legislação, se entende que os valores apontados como saldo vencido deverão ser desconsiderados, uma vez que os normativos concedem aos assentados da reforma agrária nova condição, sendo fundamental a realização dos procedimentos conclusivos da remissão, para então se destacar as parcelas passíveis de pagamento, mediante liquidação ou renegociação.

**c) Sobre o tratamento da inadimplência**

*Quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do artigo 2º da Lei 6.830/2980 e quantidade de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do artigo 1º da Portaria STN nº 685/2006:*

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não registrou nenhum valor na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, como também não realizou nenhum registro de inscrições e valores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do artigo 1º da Portaria STN nº 685 de 14/09/2006, ou em qualquer outro instrumento,

uma vez que no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a questão foi levada a regulamentação a partir de 2014, devendo assim ser tratada a partir de 2015, quando serão cumpridas as etapas preliminares para então proceder às análises dos tratamentos às inadimplências.

Conforme previsão do Artigo 5º da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, se aplica o disposto no artigo 2º da Lei nº 10.522 de 19/07/2002, às obrigações não regularizadas, decorrentes de créditos instalação concedidas aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, sem prejuízo de outras sanções definidas em regulamento.

Nesse sentido, após os procedimentos de remissão, liquidação e renegociação previstos no marco legal, os beneficiários que não forem remitidos e que não aderirem aos procedimentos necessários terão os encaminhamentos subsequentes.

#### **d) Sobre a evidenciação contábil**

##### *i. Critérios para a qualificação do crédito quanto às perspectivas de efetivo recebimento:*

A partir da edição da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013 não foi possível concluir a qualificação dos créditos quanto às perspectivas do efetivo recebimento, assim como ações decorrentes dessa atividade.

Segundo estimativas preliminares parte do saldo das contas dos empréstimos concedidos será baixada, decorrente da remissão e/ou recolhimento dos saldos.

E, somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI é que será possível iniciar processo de cobrança dos créditos não remíveis, não sendo possível, momentaneamente, estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos, ou mesmo estabelecer critérios para a qualificação do crédito quanto às perspectivas para o recebimento.

##### *ii. Montante registrado em conta contábil retificadora específica, relativo à provisão para créditos de liquidação duvidosa, em decorrência da qualificação de que trata o item anterior:*

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não utiliza conta contábil retificadora específica, relativo à provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim não existe montante registrado.

#### **6.4. Controles contábeis e financeiros**

A principal e única fonte de controle instituído pela área contábil e financeira da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para assegurar a fidedignidade do registro contábil dos atos e fatos da gestão, para a realização dos registros de conformidade da gestão e contábil e para garantir a regularidade normativa dos processos relacionados ao subitem acima, são os registros contábeis e conferências realizadas no momento da concessão dos créditos e empréstimos. Tais registros são feitos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na conta contábil nº 1.2.2.3.1.00.00 - Empréstimos Concedidos.

As conformidades contábeis e de registro de gestão acompanham o estabelecido nas macros funções do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI (Assunto 020315 - Conformidade Contábil e Assunto 020314 - Conformidade de Registro de Gestão) emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

## 6.5. Principais receitas e despesas

### 6.5.1. Receitas

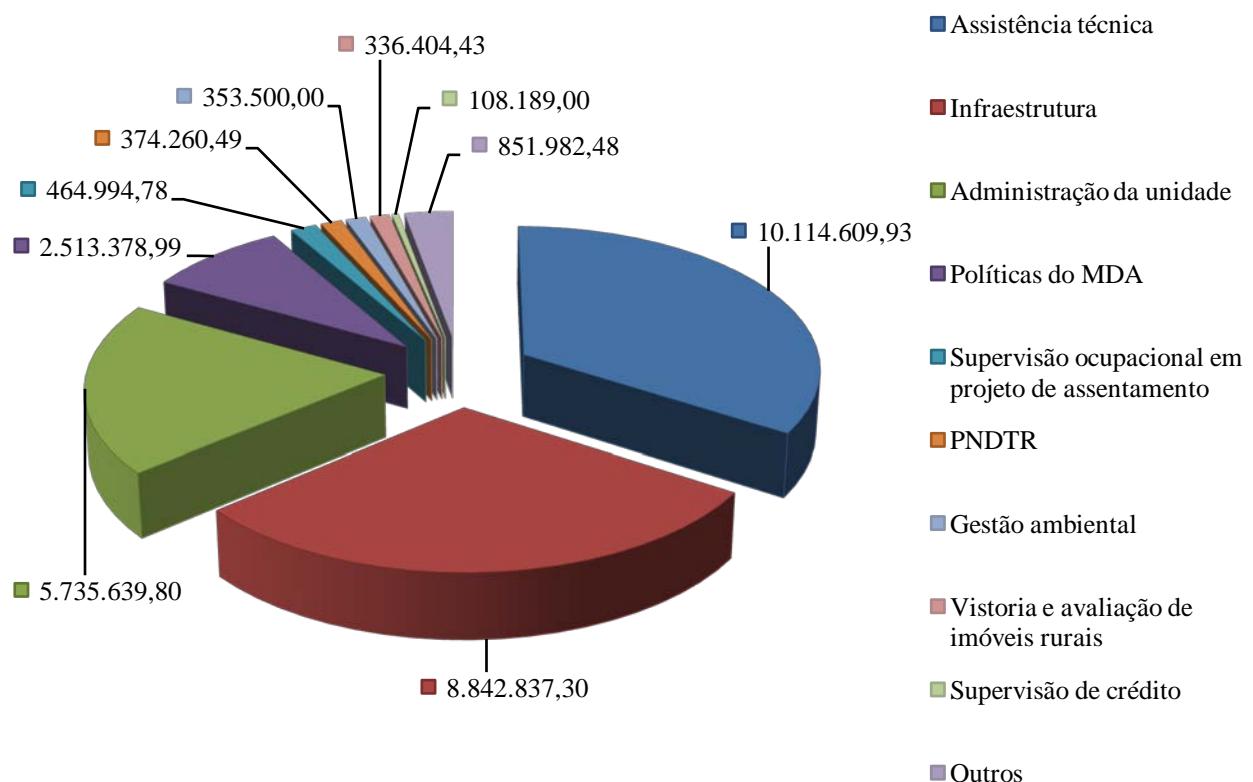
A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO é órgão descentralizado ao qual compete coordenar e executar as atividades de respectivas unidades, na área de atuação, definidas e regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos / créditos descentralizados da Sede, em Brasília-DF, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária - INCRA.

Nesse sentido, as informações consideradas como receitas são os créditos descentralizados, assim a tabela abaixo demonstra os valores por cada ação em que ocorreram.

**Tabela 129. Principais créditos descentralizados**

Créditos	2013	2014	Valores em R\$ 1,00
Assistência técnica	10.317.635,08	10.114.609,93	
Infraestrutura	19.583.154,64	8.842.837,30	
Administração da unidade	3.935.620,46	5.735.639,80	
Políticas do MDA	-	2.513.378,99	
Supervisão ocupacional em projeto de assentamento	-	464.994,78	
PNDTR	-	374.260,49	
Gestão ambiental	-	353.500,00	
Vistoria e avaliação de imóveis rurais	487.210,41	336.404,43	
Supervisão de crédito	-	108.189,00	
Concessão de crédito	2.336.000,00	-	
PRONERA	765.106,93	-	
Terra Sol	445.368,02	-	
Outros	906.382,65	851.982,48	
<b>Total</b>	<b>38.776.478,19</b>	<b>29.695.797,20</b>	

Fonte: SIAFI 2014.



A tabela acima demonstra os créditos que representaram maior volume e disponibilizados no exercício de 2014, por ação.

Os maiores valores disponibilizados em 2014 não coincidem com as mesmas ações em proporção de volume de recursos às ações disponibilizadas no exercício de 2013, assim na tabela acima, a ação que não apresentou valor expressivo foi somado no item denominado outros.

### 6.5.2. Despesas

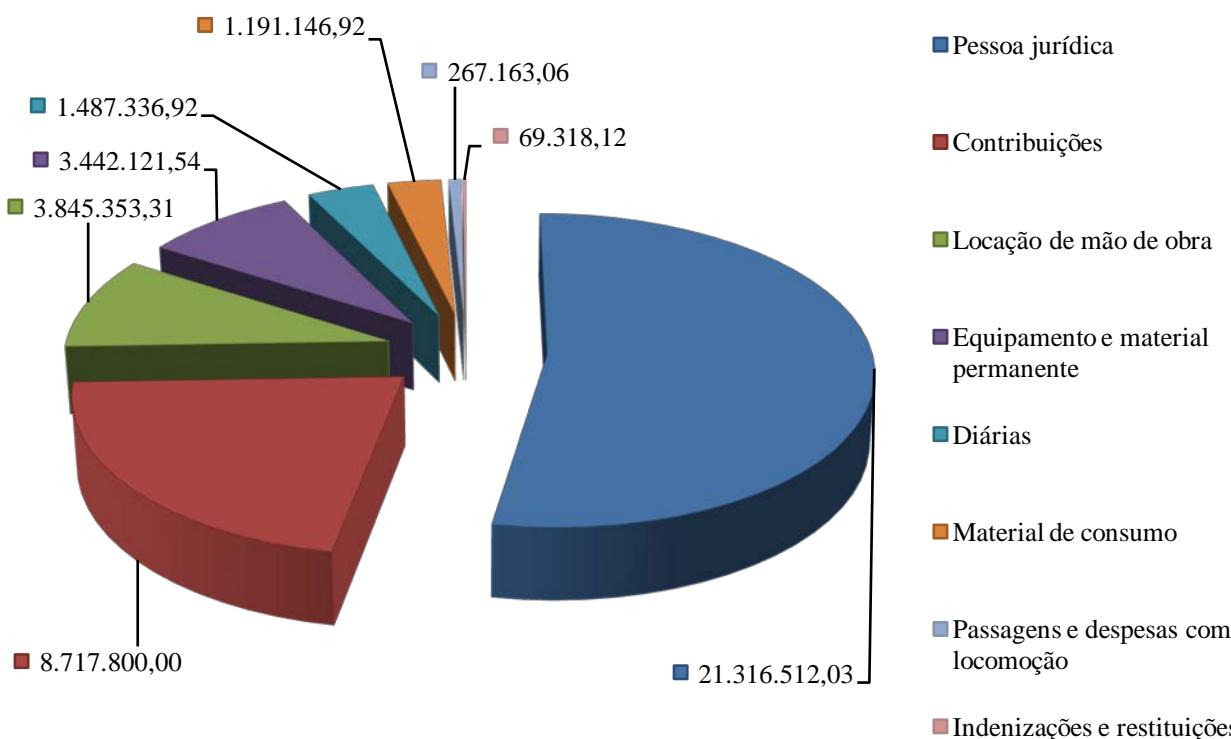
A seguir se apresentam através de tabelas, gráficos e análises as principais despesas realizadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO ao longo do exercício de 2014.

**Tabela 130. Principais despesas realizadas**

Despesas	2013	2014	Valores em R\$ 1,00
Pessoa jurídica	22.256.596,71	21.316.512,03	
Contribuições	4.263.170,00	8.717.800,00	
Locação de mão de obra	2.610.295,61	3.845.353,31	
Equipamento e material permanente	652.536,78	3.442.121,54	
Diárias	1.400.644,57	1.487.336,92	
Material de consumo	1.166.156,51	1.191.146,92	
Passagens e despesas com locomoção	192.025,17	267.163,06	
Indenizações e restituições	0,00	69.318,12	
Outros	18.199.067,31	180.006,88	
	<b>50.740.492,66</b>	<b>40.516.758,78</b>	

Fonte: SIAFI 2014.

O gráfico abaixo representa as principais despesas, por elemento de despesa, ocorridas no exercício de 2014.



**Tabela 131. Despesas por grupo e elemento de despesa**

Valores em 1,00

Grupo de despesa	Despesas correntes							
	Empenhada		Liquidaada		RP não processado		Valor pago	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
<b>1. Despesa de Pessoa</b>								
Diárias	1.400.644,57	1.487.336,92	1.400.644,57	1.487.336,92	0,00	0,00	1.400.644,57	1.487.336,92
Indenizações e restituições	0,00	69.318,12	0,00	69.318,12	0,00	0,00	0,00	69.318,12
Despesas de exercícios anteriores	236.500,00	51.835,87	236.500,00	51.835,87	0,00	0,00	236.500,00	51.835,87
Outros benefícios assistenciais	31.644,10	8.911,68	31.644,10	8.911,68	0,00	0,00	31.644,10	8.911,68
<b>2. Outras despesas correntes</b>								
Pessoa jurídica	22.256.596,71	21.316.512,03	12.016.776,78	11.449.455,08	10.239.819,93	9.867.056,95	12.016.776,78	11.449.455,08
Contribuições	4.263.170,00	8.717.800,00	0,00	0,00	4.263.170,00	8.717.800,00	0,00	0,00
Locação de mão de obra	2.610.295,61	3.845.353,31	2.570.135,30	3.845.353,31	40.160,31	0,00	2.570.135,30	3.845.353,31
Material de consumo	1.166.156,51	1.191.146,92	1.069.233,77	1.072.252,59	969.932,74	118.207,90	1.069.223,77	1.072.252,59
Passagens e despesas com locomoção	192.025,17	267.163,06	180.892,69	256.807,38	11.132,48	10.355,68	180.892,69	256.807,38
Publicações	196.365,06	67.187,87	105.834,00	52.277,99	90.531,06	14.909,88	105.834,00	52.277,99
Contribuições	700.000,00	50.000,00	700.000,00	50.000,00	0,00	0,00	700.000,00	50.000,00
Obrigações tributárias e contributivas	7.342,90	1.834,30	7.342,90	1.834,30	0,00	0,00	7.342,90	1.834,30
Contribuições	14.529.421,61	0,00	0,00	0,00	14.529.421,61	0,00	0,00	0,00
Pessoa física	145.435,60	0,00	145.435,60	0,00	0,00	0,00	145.435,60	0,00
Despesas de exercícios anteriores	16.187,21	0,00	16.187,21	0,00	0,00	0,00	16.187,21	0,00
<b>Despesa de capital</b>								
Grupo de despesa	Empenhada		Liquidaada		RP não processado		Valor pago	
<b>3. Investimentos</b>								
Equipamento e material permanente	652.536,78	3.442.121,54	495.836,78	3.288.392,40	156.640,00	153.729,14	495.896,78	3.288.392,40
<b>4. Inversões financeiras</b>								
Aquisição de imóveis	170,83	237,16	78,58	0,00	92,25	237,16	78,58	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	2.336.000,00	0,00	0,00	0,00	233.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Setor de Contabilidade.

## **Da análise crítica das despesas**

No que se refere às despesas correntes, o primeiro grupo está relacionado às despesas de pessoal, que teve como valores mais expressivos o pagamento de diárias aos servidores que prestam serviços em campo, haja vista a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO se tratar de Órgão que desenvolve trabalhos finalísticos eminentemente em campo, onde o público alvo da reforma agrária se encontra.

Ainda referente as despesas com pessoal, foram despendidos recursos com pagamentos de auxílios, funeral, moradia e ajuda de custo.

O segundo grupo, com nomenclatura de outras despesas correntes, a de maior volume no decorrer do exercício de 2014, se refere aos serviços de assistência técnica as famílias assentadas da reforma agrária, seguido pelas obras de infraestrutura básica em projetos de assentamentos que foram executadas através de repasse aos convênios vigentes com Prefeituras Municipais e Governo do Estado.

Na seqüência estão demonstradas as despesas com os contratos administrativos os quais remuneraram as mãos-de-obra dos serviços terceirizados, incluindo os de vigilância armada, limpeza e conservação, e despesas com consumo de combustíveis, manutenção de viaturas e aquisição de materiais de expedientes diversos, representando com isso, despesas com a manutenção da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Por último, com valores menos expressivos, estão os gastos com passagens e despesas com locomoção, publicação na imprensa oficial e jornais de grande circulação, e demais pagamentos de impostos e taxas.

No que se referem ao terceiro grupo, denominado despesas de capital, as despesas de investimento foram as que tiveram maior relevância, com as aquisições de novas viaturas para compor a frota de veículos da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, inclusive atendendo as diversas Superintendências Regionais de todo o Brasil, além de outras aquisições de equipamentos permanentes, tais como: motor para o barco institucional, equipamentos elétricos e eletrônicos, com ênfase nas aquisições de utensílios e equipamentos de informática.

Ao longo do exercício de 2014 não houve incidência de despesas com inversões financeiras, amortização de dívida ou juros e encargos de dívida.

## 7. CONTROLES INTERNOS

### 7.1. Controles para garantir o cumprimento dos objetivos

*Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos definidos para a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.*

Os principais instrumentos de controle instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos definidos são aqueles elaborados, orientados e coordenados pela Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA como sistema oficial, o Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR, Plano de metas e créditos orçamentários 2014-2015, como também o acompanhamento e análises ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, esses de âmbito nacional.

E, elaborado para utilização específica aos controles da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO foram instituídos controles de ordens de serviços, cronograma de desembolso, controle de processos de obtenção, controle de diárias e controle das validações e certificações decorrentes de demandas judiciais.

### 7.2. Controles para assegurar os registros informatizados

*Principais controles instituídos pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e sistemas corporativos da administração pública federal.*

Ao longo do exercício de 2014 foi instituído controle de manuseio e operacionalização simples visando assegurar a fidedignidade das informações e dos registros informatizados no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, que ocorreu através de revisões e conferências dos dados inseridos.

### 7.3. Trabalhos realizados pela auditoria interna

*Principais trabalhos realizados pela auditoria interna da autarquia na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, com a síntese dos resultados, das recomendações e das providências adotadas.*

Ao longo do exercício de 2014, não foi realizado nenhum trabalho pela auditoria interna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO assim, não existem resultados, recomendações ou providências a serem apresentadas.

### 7.4. Avaliação dos controles internos administrativos

*Avaliação, realizada pelos dirigentes da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, dos controles internos administrativos instituídos, considerando os componentes a seguir:*

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de risco;
- c) Atividade de Controle;
- d) Informação e comunicação;
- e) Monitoramento.

**Tabela 132. Avaliação do sistema de controles internos**

<b>Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados</b>	<b>Valores</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela SR-17/RO são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da SR-17/RO é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da SR-17/RO na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da SR-17/RO.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela SR-17/RO.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da SR-17/RO estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da SR-17/RO.					X
12. É prática da SR-17/RO o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da SR-17/RO a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da SR-17/RO ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da SR-17/RO.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da SR-17/RO instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da SR-17/RO, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela SR-17/RO são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela SR-17/RO possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela SR-17/RO são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para SR-17/RO é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela SR-17/RO são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da SR-17/RO é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da SR-17/RO, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da SR-17/RO, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
<b>Monitoramento</b>					
28. O sistema de controle interno da SR-17/RO é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da SR-17/RO tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da SR-17/RO tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> .					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> , porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> , porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>integralmente observado</b> .					

### Análise Crítica dos sistemas de controles

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não possui oficialmente em sua estrutura física setor ou órgão correspondente ao da Auditoria Interna, que tem suas atividades exclusivamente vinculadas ao INCRA/Sede, contudo nos diversos Setores e Divisões se observa na prática alguns elementos característicos, em especial no Setor de Planejamento e Controle, que desempenha funções, de grande importância no contexto operacional, e que mesmo com quadro reduzido, desenvolve atividades que envolvem o monitoramento e o acompanhamento das ações físicas, como também nas orientações aos gestores quanto a elaboração e detalhamento dos Planos de Trabalho.

A metodologia utilizada para o preenchimento do presente quadro foi a realização de reunião com os principais representantes principais de cada Divisão, onde foi possível alcançar consenso ou conhecimento das respostas apresentadas.

Na referida reunião foram apresentadas algumas considerações sobre os itens, a saber:

- a) As questões do presente quadro se mostraram subjetivas e amplas, resultando em diferentes níveis de compreensão, o que dificultou o entendimento unânime sobre o que exatamente estava sendo questionado, com isso, foi sugerido que as questões elaboradas fossem mais objetivas e diretas.
- b) No item 1 se considerou que a alta administração percebe os controles como essenciais, contudo às vezes não possuem meios de proporcionar as condições e suporte adequados a sua execução, em especial quanto a questão operacional.
- c) Os itens sobre Informação e Comunicação não foram considerados totalmente válidos uma vez que os bancos de dados existentes não são alimentados de forma ideal, assim as informações estão guardadas nos respectivos Setores e não repassados de forma detalhada nos sistemas existentes, em especial nos diversos meios de comunicação e divulgação.

## **7.5. Controles para assegurar gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos**

*Principais controles instituídos pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para assegurar à boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.1.2.3.1.00.00, respectivamente.*

Ressalta-se que não houve nenhuma aplicação de créditos aos assentados da Reforma Agrária no decorrer do exercício de 2014, mesmo assim, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO trabalhou intensamente no sentido de apresentar soluções quanto aos créditos de devedores duvidosos, referente às concessões de crédito instalação no período de 1985 a 2013.

Nesse sentido, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA editou normativos interessantes, nos quais constam as orientações básicas no sentido de equacionar as demandas recomendadas pelo Acórdão 2.083 de 17/04/2012 - Primeira Câmara do TCU.

Os normativos aos quais se referem são:

a) *Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013* que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências;

b) *Lei nº 13.001 de 20/06/2014* que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as Leis nº 8.629 de 25/02/1993; 11.775 de 17/09/2008; 12.844 de 19/07/2013; 9.782 de 26/01/1999; Lei 12.806 de 07/05/2013; 12.429 de 20/06/2011; 5.858 de 12/12/1972; 8.918 de 14/07/1994; 10.696 de 02/07/2003; e dá outras providências;do,

c) *Memorando nº 237/2014/DD/INCRA/CIRCULAR, de 23/05/2013* no qual estabelece oficinas de trabalho com o objetivo de desenvolver a sistemática de como proceder aos levantamentos dos créditos concedidos no período de 1985 a 2013, bem como aqueles que não foram contemplados com a remissão total, conforme previsto na Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013 e na Lei nº 13.001 de 20/06/2014, e sim com a concessão dos redutores previstos na citada Lei;

d) *Memorando Circular nº 354/2014-DD, de 24/07/2014* no qual informa sobre o adiamento da data de realização das oficinas mencionadas no Memorando nº 237/2014; e

e) *Memorando nº 361/2014-DD, de 25/07/2014* no qual encaminha Nota Técnica sobre os procedimentos na aplicação do novo crédito instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária, bem como a sistemática para cobrança dos créditos concedidos e que não foram contemplados pela legislação supramencionada.

Reforça-se que a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, mesmo com a grave limitação de pessoal em seu quadro de servidores, vem desenvolvendo ações no sentido de concluir os levantamentos de todos os processos de créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária nos limites do território do Estado de Rondônia, e que não foram atingidos pelas legislações mencionadas, para assim proceder as Guias de Recolhimento da União - GRU aos que terão que devolver valores ao erário, nos termos dos Incisos e Parágrafos inclusos no Artigo 3º da Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, bem como aos Incisos e Parágrafos do Artigo 3º da Lei nº 13.001 de 20/06/2014.

## **7.6. Tomada de Contas Especiais - TCE**

*Consolidação das informações sobre as Tomadas de Contas Especiais - TCE instauradas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.*

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não instaurou nenhum processo de tomada de contas especial no decorrer do exercício de 2014, assim não há consolidação de informações a serem apresentadas.

## **7.7. Medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao erário**

*Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao erário, especificando os esforços para sanar o débito no âmbito interno, e também:*

a) Como não houve nenhum processo de Tomada de Contas Especial - TCE instaurado no decorrer do exercício de 2014, no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, consequentemente não houve nenhuma incidência de dano ao erário que requeresse apuração, assim, não há demonstração de estrutura tecnológica e de pessoal para a gestão da fase interna dos processos dessa finalidade.

b) Ao longo do exercício de 2014 não houve nenhum fatos que fosse objeto de medidas administrativas internas, em especial para apuração.

c) Não houve nenhum fato em apuração, que pela avaliação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO tenham elevado potencial de se converterem em tomada de contas especial, assim nenhum processo que pudesse ser remetido ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas da União - TCU:

d) Nenhum fato cuja instauração de tomada de contas especial foi dispensada, ao longo do exercício de 2014, nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012.

e) A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2014, não instaurou nenhuma Tomada de Contas Especiais - TCE, assim, nenhum fato que pudesse ser remetido ao Tribunal de Contas da União - TCU.

## **8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

### **8.1. Cumprimento das Determinações do Tribunal de Contas da União**

Ao longo do exercício de 2014 a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não foi objeto de Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU, assim, não se apresenta demonstração do cumprimento das determinações.

### **8.2. Cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno**

A superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo dos exercícios de 2013 e de 2014, não recebeu nenhuma recomenda exarada pelos órgãos de controle, em especial da Controladoria Geral da União - CGU, assim não se apresenta demonstração do cumprimento de recomendações.

### **8.3. Desoneração da folha de pagamento**

Informações relacionadas à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo artigo 7º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 e pelo artigo 2º do Decreto nº 7.828 de 16/10/2012, destacando:

- a) A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO não adotou medidas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela referida desoneração, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.
- b) Não foi identificado nenhum contrato encerrado que tenha sido firmado com empresas beneficiadas por desoneração, assim, ao longo do exercício de 2014, não foram desencadeadas iniciativas para a obtenção administrativa do ressarcimento de valores que tenham sido pagos a maior (elisão de dano).
- c) Não houve incidência de contratos (vigentes e encerrados) afetados pela desoneração, assim, não se apresenta demonstração detalhada.

### **8.4. Acessibilidade**

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2014, não desencadeou nenhuma medida ou projetos com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098 de 19/12/2000, o Decreto nº 5.296 de 02/12/2004 e as normas técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT aplicáveis, devido principalmente pela inexistência de servidor engenheiro civil, em quantidade e até mesmo qualificado para a sua operacionalização.

## 9. OUTROS RESULTADOS

*Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, os contextualizando aos objetivos estratégicos da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.*

Para a composição do presente item foram coletadas informações consideradas relevantes sobre a gestão, ao longo do exercício de 2014, e que não estão contempladas nos itens e subitens apresentados anteriormente.

### 9.1. Unidades Avançadas

Sob a jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO se tem 06 (seis) as Unidades Avançadas, situadas nos municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Machadinho do Oeste, Pimenta Bueno, Colorado D’Oeste e Guajará-Mirim.

Em conjunto, Sede em Porto Velho e Unidades Avançadas, se busca proporcionar continuidade de atendimento, resgate da importância histórica que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA teve e tem para o Estado de Rondônia, como também, demonstrar às famílias assentadas, que cada vez mais se tem a preocupação na promoção de políticas públicas tão necessárias, de geração de renda, de qualidade de vida, levando em consideração as potencialidades da Amazônia, compatibilizando com o componente ambiental.

A situação sócio-econômica das famílias assentadas no Estado de Rondônia ainda continua sendo questão a ser desenvolvida com atenção, requerendo condições mínimas de assistência social, como o acesso a assistência técnica, infraestrutura, créditos, financiamentos, e demais meios de garantir a valorização da produção.

Além dos problemas existenciais dos projetos de assentamentos os agricultores precisam conviver com situação de precariedade social, visíveis através da descontinuidade do ensino nas escolas rurais, deficiência de transporte e meios necessários para escoar a produção, núcleos de saúde e remédios insuficientes, falta de lazer, entre outros.

Nesse sentido, se tem que considerar que o Estado de Rondônia se situa na Amazônia, que, ainda hoje, conserva as principais características de seu patrimônio natural, social e cultural, o que lhe confere identidade singular no País e no mundo.

Mais do que qualquer outra região brasileira, a Amazônia se destaca pela diversidade étnica, social e cultural. Trata-se de um grande caldeirão étnico e cultural, no qual convivem populações nativas, migrantes e descendentes, em combinações muito diferenciadas de relações sociais.

O bioma, a topografia e o clima possuem características que permitem a coexistência de uma ampla diversidade de ambientes, os quais devem ser considerados em suas especificidades no planejamento regional.

Com isso, a presença efetiva do Estado em áreas prioritárias e que demandem estratégias de atuação mais incisivas possibilitariam que serviços públicos como os listados acima sejam efetivamente desenvolvidos com a atenção que esses merecem.

As razões apresentadas acima por si justificam a necessidade da existência de Unidades Avançadas no Estado de Rondônia. Unidades essas que regimentalmente são considerados órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas, e especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária.

Essas atividades no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO vêm sendo realizados de forma conjunta e eminentemente atrelados às demanda e coordenação das Divisões com Sede em Porto Velho; assim a comunicação entre esses ocorrem através da rede mundial de computadores, comunicações oficiais internas ou mesmo via telefone, portanto constantemente monitoradas e acompanhadas.

Porém essas precisam ainda de decisão política para então, constituir estrutura física, logística e de recursos humanos de forma considerada ideal para que seja possível proporcionar a presença efetiva, e em maior espaço geográfico, no Estado de Rondônia, em especial para fiscalizar

e acompanhar o desenvolvimento dos projetos de assentamento, proporcionando os direitos mínimos que lhes deveriam ser garantidos como documentação, concessão de crédito, infraestrutura e assistência técnica, entre outros.

## **9.2. Procuradoria Federal Especializada**

A Procuradoria Federal Especializada - PFE é órgão de execução da Procuradoria Geral Federal, compete representar judicial e extrajudicialmente a Autarquia; exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos do INCRA; apurar a liquidez, certeza e exigibilidade dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da Autarquia, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial e coordenar, orientar e supervisionar as atividades dos Assistentes junto aos Tribunais Regionais Federais e das Procuradorias Regionais na condução dos procedimentos administrativos e dos processos judiciais.

Na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, esse órgão, durante todo o exercício de 2014, permaneceu com a lotação de Procuradores Federais abaixo do número considerado como ideal.

Contando com 02 (dois) Procuradores Federais, 01 (uma) assistente técnica, 03 (três) terceirizados, 01 (uma) estagiária e 01 (um) servidor.

Sendo que, pela complexidade dos temas e volume de processos que aportam na Procuradoria, demandaria o trabalho de no mínimo 03 (três) Procuradores Federais.

### **Das atividades desenvolvidas**

#### *Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Aplicando a Portaria nº 892 de 14/11/2012 da Advocacia Geral da União, que atribui à Procuradoria Federal do Estado de Rondônia a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, continuando com a responsabilidade por prestar colaboração mútua.

Nesse sentido, com o auxílio dos subsídios fálicos prestados pelos Setores, Divisões e Unidades Avançadas, são então, fornecidos os subsídios jurídicos à Procuradoria Federal, bem como à Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná.

No decorrer do exercício de 2014, as solicitações por subsídios fálicos foram mais facilmente atendidas, contudo ainda em processo de melhorias. Nesse ponto, se ressalta o avanço no prêstimo de informações referentes aos mandados de segurança impetrados em desfavor do Superintendente Regional, facilitando a obtenção de informações e priorizando o princípio da economia e da eficiência.

Ademais, compete a Procuradoria Federal Especializada elaborar as manifestações jurídicas nos diversos processos administrativos, como licitação, desapropriação, doação e aquisição de imóveis rurais, cadastro rural, quilombola, topografia e demarcação de perímetro, assentamento de famílias, regularização fundiária, aquisição por estrangeiro, e outros.

Tentou-se participar, ao máximo, das reuniões promovidas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, Ouvidoria Agrária Regional e por outros órgãos federais e estaduais, visando integrar aos assuntos que envolvem as mais diversas temáticas que aportam na Procuradoria Federal Especializada.

Observou-se também o atendimento a informações diversas a servidores, advogados e parte interessada nos processos, por telefone, pessoalmente ou eletronicamente.

Outra atividade em que a Procuradoria Federal Especializada participou e se observou importância na participação conjunta foi a “Missão Canaã”, oportunidade em que, junto com o Ministério Público Federal - MPF, Divisão de Obtenção, representantes da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO e Ouvidoria Agrária Regional, foram visitadas e observadas as condições de 05 (cinco) acampamentos no município de Ariquemes-RO.

## **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

No âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO a Procuradoria Federal Especialização não dispõe de dotação orçamentária própria, assim, quando as atividades demandam custos com deslocamentos, esses são disponibilizados por Brasília, o que ao longo do exercício de 2014, ocorreu por poucas vezes quando procuradores tiveram que se deslocar para o interior do Estado de Rondônia para atuar como representante jurídico da Autarquia.

## **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

O principal problema identificado na execução das atividades da Procuradoria Federal Especializada, ao longo de 2014, foi a insuficiência de procuradores federais atuando na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO em comparação ao excesso de trabalho, decorrentes de todas as atribuições que lhes são conferidas no que concerne ao assessoramento jurídico.

Foram identificadas outras dificuldades como para efetuar pagamentos de atos oriundos de demandas judiciais, uma vez que a Procuradoria Federal Especialização não dispõe de dotação própria, o que torna os trâmites ainda mais morosos, de difícil controle e gestão.

E, a deficiência na instrução dos processos administrativos o que demanda trabalhos desnecessários por parte da Procuradoria Federal Especializada.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Ao longo do exercício de 2014, foram observados alguns resultados positivos, que se destacam:

a) Melhora de apresentação dos subsídios fálicos prestados pelos diversos Setores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, os quais devem observar prazos judiciais, como também quanto ao procedimento de solicitação de informações nos mandados de segurança que objetivam a expedição da certidão de georreferenciamento e de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR;

b) Intervenção em algumas ações possessórias, com suspensão da determinação de reintegração de posse, beneficiando várias famílias, situações essas que se buscavam soluções há muitos anos;

c) O subsídio de aproximadamente 300 (trezentos) processos judiciais, sendo que cada um desses processos demandam os préstimos de subsídios por pelo menos 02 (duas) vezes, dobrando assim os atos referentes às informações prestadas.

c) O passivo administrativo continua expressivo, contudo, ao longo do exercício de 2014, foi registrada a saída de 758 (setecentos e cinqüenta e oito) processos administrativos da Procuradoria Federal Especializada, tendo sido 585 (quinhentos e oitenta e cinco) processos encaminhados pelos diversos Setores e das Unidades Avançadas, e 173 (cento e setenta e três) processos que se encontravam provisoriamente arquivados, referentes a Gleba Burareiro, objetivo de Contrato de Alienação de Terras Públicas - CATP ou Contrato de Promessa de Compra e Venda - CPCV, que atualmente são de competência do Programa Terra Legal.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O principal contingenciamento observado decorreu da insuficiência no quadro de Procuradores Federais e da própria força de trabalho da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

Uma vez que a Procuradoria Federal Especializada não dispõe de dotação orçamentária própria, assim não observa reflexos de registros em restos a pagar.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

Tendo em vista o avanço nos préstimos de subsídios com relação aos Mandados de Segurança, a estratégia é aplicar procedimentos semelhantes à solicitação de subsídios nas ações ordinárias.

A instrução processual adequada agilizará a análise da Procuradoria Federal Especializada, como também, atenderá ao princípio da eficiência administrativa.

## **9.3. Núcleo de Tecnologia da Informação**

**Tabela 133. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

<b>Plano Interno</b>	<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Empenho Emitido</b>	<b>Pago</b>	<b>Restos a Pagar</b>
E2000000211	33.90.37	476.588,60	473.531,70	473.531,70	0,00
	33.90.39	199.122,00	196.856,83	193.856,83	2.999,80
E2000000240	33.90.14	4.203,94	4.098,09	4.098,09	0,00
	33.90.33	7.280,00	7.280,00	7.280,00	0,00
<b>Total</b>		<b>687.194,54</b>	<b>681.766,62</b>	<b>678.766,62</b>	<b>2.999,80</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 não previu limite orçamentário para a presente ação, porém foram disponibilizados R\$ 687.194,54 (seiscentos e oitenta e sete mil cento e noventa e quatro reais, cinqüenta e quatro centavos), dos quais foram empenhados R\$ 681.766,62 (seiscentos e oitenta e um mil setecentos e sessenta e seis reais, sessenta e dois centavos), sendo pago o total de R\$ 678.766,62 (seiscentos e setenta e oito mil setecentos e sessenta e seis reais, sessenta e dois centavos) perfazendo a execução de 98,77% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R\$ 2.999,89 (dois mil novecentos e noventa e nove reais, oitenta e nove centavos), conforme demonstrado acima.

Não há meta física para a presente ação, porém foram executadas atividades ao longo do exercício de 2014, conforme demonstrado a seguir.

E, mesmo sendo a área de Tecnologia da Informação - TI considerada como relevante para o desenvolvimento das atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, esta não possui orçamento próprio, conforme mencionado acima, assim como para os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTI das Superintendências Regionais não são previstos na estrutura oficial, somado a esses fatores ainda não existem gratificações adicionais o que contribuem para atenuar seu o desempenho e sua eficiência.

## **Das atividades desenvolvidas**

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

a) Suporte presencial e remoto de Tecnologia da Informação a todas as atividades, Programa Terra Legal, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR, e Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário - DFDA, tanto no atendimento aos usuários dos recursos, como equipamentos e sistemas, como na manutenção do fornecimento de todo o parque tecnológico;

b) Prosseguimento das atividades de gestão dos contratos de Tecnologia da Informação, como contrato de sustentação do parque da Tecnologia da Informação, internet das Unidades Avançadas e internet móvel satélite; o que inclui relacionamento com os fornecedores dos serviços;

c) Participação na comissão de revisão e atualização dos modelos de artefatos utilizados na contratação de suporte técnico de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, instituída através da Ordem de Serviço nº 03/DE/INCRA de 02/05/2014.

d) Suporte técnico às Salas da Cidadania Digital implantadas nas Prefeituras Municipais e nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; e

e) Participação no treinamento de “Contratos de Tecnologia da Informação segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU”, ocorrido no período de 12 a 16/10/2014, na cidade de Manaus-AM.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

A execução física ocorreu através da manutenção dos contratos de Tecnologia da Informação e demais atividades demandadas ao Núcleo de Tecnologia da Informação assim, a execução orçamentária ocorreu de forma compatível com essa execução.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

A burocratização e exigências excessivas por parte da Procuradoria Federal Especializada nos processos de aquisição de Tecnologia da Informação resultou em demora na conclusão e efetiva contratação dos mesmos, sendo usual a exigência que os processos voltem para análise e pareceres por várias vezes, visando ajustes administrativos simples que não trariam prejuízo ao andamento das licitações.

O espaço físico do Núcleo de Tecnologia da Informação se apresentou como problema uma vez que se tornou insuficiente para acomodar adequadamente a equipe composta de 08 (oito) profissionais, mais armários, divisórias, cadeiras, racks, servidores de redes e computadores. Situação que se aguarda a solução com desocupação de sala, ocupada atualmente por representantes do Programa Terra Legal, que serão transferidos para outro espaço, e assim, se vislumbra a ampliação do espaço.

Contudo, o principal problema que se depara o Núcleo de Tecnologia da Informação, desde 2009, é que em sua composição se identifica somente 01 (um) servidor efetivo.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados.*

Mesmo na ocorrência dos problemas acima identificados foram possíveis identificar resultados positivos como a atualização do parque de equipamentos com as instalação de 79 (setenta e nove) desktops, 06 (seis) notebooks, 02 (duas) estações gráficas, 01 (um) servidor de rede e 11 (onze) switches de rede novos recebidos de Brasília no final de 2013, e distribuídos aos respectivos Setores em 2014.

Houve o recebimento de Brasília e a realização dos testes de 92 (noventa e dois) desktops e 06 (seis) notebooks novos, no final do exercício de 2014. Estando esses equipamentos no Setor de Almoxarifado aguardando os procedimentos de tombamento e entrega nos respectivos Setores e Unidades Avançadas, onde a distribuição lógica foi realizada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI.

Ocorreu a aquisição, recebimento, testes e instalação de 07 (sete) terminais de pesquisa eletrônica de satisfação de atendimento aos clientes das Salas da Cidadania física da Sede e das Unidades Avançadas.

Foram realizados 6.976 (seis mil novecentos e setenta e seis) atendimentos aos usuários internos de Tecnologia da Informação, estando assim contabilizados os atendimentos ocorridos na Sede e nas Unidades Avançadas.

Houve ainda a manutenção e o alinhamento do piso elevado existente no espaço do Núcleo de Tecnologia da Informação o que proporcionou segurança aos equipamentos e a todos que transitam por essas dependências.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

Ao longo do exercício de 2014 foi possível observar contingenciamentos de ordem financeira, quando alguns contratos de Tecnologia da informação tiveram atrasos no pagamento de suas faturas por falta de recursos financeiros.

Pessoal, uma vez que no Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI se tem apenas 01 (um) servidor efetivo, sendo necessária a utilização, de forma complementar, da força de trabalho de terceirizados.

Da estrutura organizacional, uma vez que no regimento interno ou mesmo no organograma institucional não prevêem a existência de área de Tecnologia da Informação independente nas Superintendências Regionais, dotada assim de gratificação e recursos próprios, como ocorre a exemplo de outros órgãos.

E, do gerenciamento de processos de negócio / eletrônico que no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA como um todo não possui sistema de adoção de processo eletrônico, a exemplo do que ocorre em outros órgãos. Contudo, em 2011 houve a primeira iniciativa com a realização de registro de preços para digitalizar todo o acervo de processos impressos e implementar software de gestão de processos, porém o projeto não seguiu adiante por falta de recursos financeiros para contratar a conclusão do trabalho iniciado. Em 2014 houve nova tentativa de continuidade, contudo, sem respaldo e com a manifestação de que não poderia ser iniciativa isolada, e que deveria ser implementado em todas as Regionais e no INCRA/Sede, contudo, sem recursos orçamentários para a magnitude do projeto.

O processo eletrônico deve ser precedido de uma modelagem dos processos de negócios de toda a Autarquia, definindo fluxos e rotinas com o objetivo de simplificar e agilizar a tramitação desses processos. A disciplina do Gerenciamento de Processos de Negócios (Business Process Management - BPM) é a base teórica desse projeto que teve como iniciativa do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI da Superintendência Regional do Estado de Rondônia - SR-17/RO.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

Os restos a pagar tiveram reflexo no pagamento de algumas faturas das empresas contratadas que dependeu do cronograma de liberação financeira do Governo Federal.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

Enquanto estratégias de intervenção a serem adotadas visando melhorar os resultados destaca-se o quantitativo de servidores que será requerido junto à Diretoria de Gestão Administrativa - DA a previsão de vagas com lotação na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO de vaga para o cargo de Analista Administrativo com habilitação em Análise de Sistema no estudo denominado Reestruturação do Órgão que foi entregue ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Como também, a inclusão na estrutura organizacional o Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, vinculada diretamente ao Gabinete das Superintendências Regionais, com gratificação de Direção e Assessoramento Superior - DAS, e dotação orçamentária

própria. Assim, com a estrutura definida seria mais atrativa a servidores permanecerem investidos nessa função.

Auxiliar o Serviço de Recursos Humanos - RH no sentido de promover capacitação massiva aos servidores quanto ao uso dos equipamentos e serviços básicos de Tecnologia da Informação - TI utilizados na rotina da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO. Visando com isso, diminuir sensivelmente os chamados para atendimentos técnicos. Uma vez que 30% (trinta por cento) dos atendimentos realizados se referem as situações que os próprios servidores poderiam resolver, se munidos de conhecimentos mí nimoss de informática, a exemplo de: formatação de textos, produção de planilhas, trocas de tonner e cartucho, uso de equipamentos de digitalização, uso de e-mail, dentre outras.

Como também, auxiliar no mapeamento dos processos e adoção de ferramenta Sistema de Gerenciamento de Processos de Negócios - BPMS que auxiliará na definição de fluxo dos processos.

#### 9.4. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

**Tabela 134. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
IF210W04BSM	33.90.14	115.368,30	113.766,62	113.766,62	0,00
	33.90.30	55.000,00	54.998,65	52.278,15	2.720,50
	33.90.36	2.212,50	2.035,50	2.035,50	0,00
	33.90.37	109.134,54	108.936,54	108.936,54	0,00
	33.90.39	92.545,15	92.545,15	84.295,15	8.250,00
<b>Total</b>		<b>374.260,49</b>	<b>372.282,46</b>	<b>361.311,96</b>	<b>10.970,50</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 não previu limite orçamentário para a presente ação, porém foi disponibilizado o montante de R\$ 374.260,49 (duzentos e setenta e quatro mil duzentos e sessenta reais, quarenta e nove centavos), dos quais foram empenhados R\$ 372.282,46 (trezentos e setenta e dois mil duzentos e oitenta e dois reais, quarenta e seis centavos), sendo pago o total de R\$ 361.311,96 (trezentos e sessenta e um mil trezentos e onze reais, noventa e seis centavos), perfazendo na execução de 96,54% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R\$ 10.970,50 (dez mil novecentos e setenta reais, cinqüenta centavos), conforme demonstrado acima.

Não há meta física estabelecida para a presente ação, porém foram executadas atividades ao longo do exercício de 2014, conforme demonstrado a seguir.

#### Das atividades desenvolvidas

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR é um programa nacional criado em 2004, que oferece de forma gratuita documentação civil básica e orientação trabalhista o mais próximo das residências, e tem como objetivo assegurar e efetivar a condição de cidadã as mulheres da reforma agrária, agricultora familiar, acampadas, pescadoras artesanais, quilombolas, indígenas e extrativistas, fortalecendo a autonomia, além de possibilitar o acesso às políticas públicas, contribuindo para igualdade entre homens e mulheres.

No Estado de Rondônia o programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, e parte da equipe é composta por servidoras da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO que também contribuem na coordenação e execução dos trabalhos.

Além da emissão de documentos também são oferecidas orientações sobre políticas públicas da agricultura familiar, da reforma agrária, e também da importância de não desmatar e as consequências do uso de agrotóxicos.

O foco do programa são as mulheres, mas homens e crianças também são atendidos, principalmente após a exigência das escolas na apresentação de CPF no ato da matrícula.

No exercício de 2014 foram realizados 10 (dez) mutirões, nos municípios de Espigão do Oeste, Ministro Andreazza, Monte Negro, Ariquemes, Machadinho do Oeste, Alta Floresta do Oeste, Castanheiras, Parecis, Alto Alegre dos Parecis e Guajará-Mirim.

Através da tabela abaixo é possível identificar os municípios, quantas pessoas atendidas, quais documentos e a quantidade desses que foram emitidos nos mutirões.

**Tabela 135. Resultados do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural**

Município	Pessoas Atendidas		Documentos Emitidos		Outros Serviços Prestados	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Espigão do Oeste	673	658	846	881	2.319	1.935
Ministro Andreazza	434	424	738	752	805	670
Monte Negro	739	687	1.020	936	2.004	1.753
Ariquemes	862	743	890	752	2.146	1.835
Machadinho do Oeste	2.186	1.806	2.243	1.823	5.984	4.674
Alta Floresta do Oeste	786	581	886	915	2.693	2.804
Castanheiras	445	377	491	414	885	785
Parecis	220	273	222	329	1.012	1.190
Alto Alegre do Parecis	844	748	986	917	1.629	1.503
Guajará-Mirim	351	330	326	329	709	566
<b>Sub-total</b>	<b>7.540</b>	<b>6.627</b>	<b>8.648</b>	<b>8.048</b>	<b>20.186</b>	<b>17.715</b>
<b>Total</b>	<b>14.167</b>		<b>16.696</b>		<b>37.901</b>	

Fonte: Setor de Educação e Cidadania.

Foram emitidos 16.696 (dezesseis mil seiscents e noventa e seis) documentos, sendo 8.648 (oito mil seiscents e quarenta e oito) documentos para mulheres e 8.048 (oito mil e quarenta e oito) documentos para homens, documentos esses distribuídos em Registro Geral - RG, Cadastro da Pessoa Física - CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Número de Inscrição do Trabalhador - NIT, passe livre, registro de nascimento, certidão de casamento, benefícios do Instituto Nacional de Serviço Social - INSS, Nota do produtor, Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP e CAD-Único.

Os outros serviços prestados foram fotos 3X4, fotocópia, palestras, atendimentos diversos disponibilizados pela Sala da Cidadania Digital, representando o atendimento a 37.901 (trinta e sete mil novecentos e uma) pessoas, sendo 20.186 (vinte mil cento e noventa e seis) mulheres e 17.715 (dezessete mil setecentos e quinze) homens.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Análise crítica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

O Programa de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR não possui meta estabelecida no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, contudo se entende com primordial a sua apresentação tendo em vista os resultados alcançados, o que se identifica principalmente pela dedicação e trabalho executado pela equipe de servidoras lotadas no Setor de Educação e Cidadania.

Assim, a execução física e financeira ocorre através de programação estabelecida para o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, e desde sua criação e parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA vem representando as famílias de agricultores rurais o acesso facilitado à cidadania, através dos documentos civis.

## **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

Ao longo do exercício de 2014 foram identificados alguns problemas na execução do programa, que perpassam pela dificuldade de transporte, o que anteriormente era facilitado pela existência de ônibus próprio, mas que com o decorrer dos anos esse foi se desgastando, e que mesmo assim, não atendia por completo as necessidades a realidade das estradas do Estado.

Dificuldade de aquisição de alguns materiais de escritórios, especialmente aqueles peculiares e específicos.

E, ainda dificuldade de abastecimento das viaturas, onde diversos municípios não têm Unidade Avançada, ou mesmo postos credenciados.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

O principal resultado se identifica através da possibilidade de proporcionar cidadania às pessoas atendidas, pela emissão de documentos, palestras, esclarecimentos efetivados pelos mutirões realizados, que ocorreram com a superação dos problemas identificados, e principalmente devido ao empenho de toda a equipe do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR, e dos parceiros, Instituto Nacional de Serviço Social - INSS, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER-RO, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, Departamento de Estradas e rodagem de Rondônia - DER, Shopping Cidadão, Secretaria de Assistência Social e Sindicatos.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O principal contingenciamento que teve reflexo nas atividades desenvolvidas foi a dificuldade de abastecimento das viaturas, em especial aos trabalhos realizados em municípios que não têm Unidades Avançadas ou postos credenciados junto a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Buscou-se alternativas como o uso de cartão corporativo, mas sem respaldo, essa não logrou êxito.

## **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

O Programa de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR não sofreu impactos com restos a pagar.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

Visando melhorar os resultados serão adotadas estratégias de intervenção através da proposta de aquisição de embarcação, item esse considerado importante para atender as famílias ribeirinhas, que devido à dificuldade de deslocamento ainda não foram incluídas nas atividades de mobilização, mutirão e entrega dos documentos.

E, se buscará desburocratizar a aquisição de itens iniciados processos de aquisição em 2014, mas devido aos trâmites, que perpassam pelos diversos Setores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, não puderam ser efetivamente comprados, como as carteirinhas para os documentos entregues, que proporcionará a conservação desses, e banner de divulgação dos trabalhos.

## 9.5. Assessoria de Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação Social - ASCOM tem funções relacionadas à Comunicação Pública, e está vinculada ao Gabinete da Superintendência no Estado de Rondônia - SR-17/RO, onde desenvolve atividades com foco no público alvo da instituição, que são a sociedade em geral, os beneficiários e parceiros da reforma agrária, órgãos públicos e servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Nesse contexto, as ações são norteadas pelo que estabelece o artigo 37 da Constituição Federal, em seu § 1º: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. E, ainda em observação às diretrizes da Lei nº 12.527 de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Os conteúdos abordam as informações de utilizada pública, os objetivos e metas da instituição, as demandas e os resultados alcançados, as opiniões de gestores e beneficiados das atividades, com foco nas questões agrárias e no desenvolvimento rural. São observados requisitos como precisão das informações, atualidade, impessoalidade, transparência, acesso, respeito à heterogeneidade do público e estímulo ao exercício da cidadania.

### **Das atividades desenvolvidas**

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Ao longo do exercício de 2014, a Comunicação Social realizou trabalhos voltados a comunicação externa e interna, que se detalha a seguir:

*Comunicação externa:* Realizado através do atendimento às demandas da imprensa, contatos com a imprensa local, com *releases*, sugestões de pauta, agendamento de entrevistas e envio de matérias para a atualização do Portal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na internet.

O número de veículos de comunicação e jornalistas cadastrados em seus contados (*mailing*) é de 540 (quinhentos e quarenta), entre endereços eletrônicos de jornais, sites, televisão e rádios de todo o Estado de Rondônia.

Ao longo do exercício de 2014, foram produzidas e enviadas 51 (cinquenta e uma) matérias, acompanhadas de registro fotográfico, tratando de temas como assentamento de famílias, regularização fundiária, ambiental, créditos para assentados, assistência técnica, titulação, eventos, entre outros.

*Comunicação interna:* Desenvolvida através dos informativos denominados “Acontece na SR-17”, “Incra na Imprensa” (*Clipping eletrônico*), comunicativos diversos dos setores na rede (disponibilizados pela Assessoria de Comunicação), murais e comunicações dirigidas em eventos.

Os conteúdos são disponibilizados a todos os servidores pela rede de comunicação interna, como e-mails, Incranet, murais e outros, abordando as atividades da instituição, as questões específicas de interesse do servidor e temas conjunturais do panorama da reforma agrária no cenário regional e nacional.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

As maiores dificuldades no Setor estão relacionadas à carência de recursos humanos, onde há somente 01 (uma) profissional da área para realizar o trabalho, sendo a jornada de trabalho reduzida por força regulamentar da profissão, ficando a Comunicação Social sem atividade nos períodos: vespertino, férias e eventualidades como cobertura de atividades em outros municípios, licenças e outros.

Outra carência importante é a ausência de capacitação e recursos orçamentários e financeiros para a elaboração de materiais de divulgação e utilização de meios alternativos, tais como: mídias sociais, vídeos, folders, cartilhas, jornais, revistas ou outros.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Apesar da inexistência de recursos orçamentários para a atividade, o trabalho produzido na Comunicação Social obtém em geral divulgação expressiva na imprensa regional e o Setor vem sedimentando-se como referência na busca de informações institucionais pelos profissionais da informação.

No aspecto interno, o Setor vem expandindo a participação de servidores e gestores no abastecimento de informações para divulgação, aumento assim, a interação intrainstitucional.

## **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O principal contingenciamento observado relaciona-se à carência de força de trabalho e ausência de recursos orçamentários destinados à Comunicação Pública na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Ademais a Comunicação Social não possui mecanismos de aferição das demandas e dos resultados do trabalho, como pesquisas de opinião, clipagem eletrônica (seleção de notícias publicadas em televisão e rádios), entre outros, que possam sistematizar as demandas de comunicação do público-alvo, mensurar os resultados alcançados e/ou a participação dos mesmos nos resultados institucionais.

## **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

As demandas relacionadas à Comunicação Pública na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO são intensas, tanto do ponto de vista da sociedade quanto em seus aspectos internos.

O Setor busca alcançá-las em seus aspectos primordiais, como a qualidade, acuracidade e temporalidade da informação. Do ponto de vista da abrangência, as informações são disponibilizadas nos meios dos quais se tem acesso sem que a ação demande recursos orçamentários, devido a sua inexistência, sempre com conteúdo adequado e obedecendo às disposições constitucionais e regimentais.

Em conjunto com a Assessoria de Comunicação da Sede, em Brasília-DF, está em fase de implantação o Sistema de Apoio à Comunicação Integrada - SACI, visando a comunicação integrada com visão gerencial, a formação de redes colaborativas e o gerenciamento de conteúdo.

Está em fase de implementação o site regional no portal institucional.

## 10. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Administração está inserida na Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO para impulsionar e manter o desenvolvimento dos trabalhos, partindo do pressuposto de que se deve percorrer caminhos almejando a aplicação satisfatória e na finalidade para o qual o dinheiro público foi disponibilizado, otimizando processos, maximizando os resultados finalísticos, minimizando custos, desperdícios e riscos.

Tem assim, importância crucial no fornecimento dos meios e sendo responsável pela manutenção e funcionamento, da Sede situada na capital Porto Velho, como também nas 06 (seis) Unidades Avançadas de atendimento no Estado de Rondônia.

É responsável pela manutenção e conservação do patrimônio público, desde os bens móveis e imóveis, como também aos demais equipamentos que dão suporte às atividades finalísticas.

Atuando de forma integrada com as demais Divisões e Setores busca alcançar os objetivos da Autarquia e o efetivo implemento das políticas públicas junto à sociedade rondoniense.

Assim, quando se especifica as demandas enfrentadas por essa estrutura, é que se pode imaginar a complexidade e reais necessidades, que busca dentro das limitações alcançar a melhoria de vida no meio rural, mesmo demandando melhor estrutura e condições de trabalho.

### **Das competências da Divisão de Administração**

No âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, as competências estão definidas no Regimento Interno, instituído através do Decreto nº 6.812 de 03/04/2009 e Portaria nº 20 de 08/04/2009, onde estabelece a Divisão de Administração competência de coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) *De Desenvolvimento Humano*: coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado.

b) *De Contabilidade*: executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos.

c) *De Administração e Serviços Gerais*: administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo.

d) *De Orçamento e Finanças:* acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária.

Nesse sentido, a seguir serão apresentados trabalhos executados e resultados alcançados na gestão administrativa, considerados relevantes, e que não estão contemplados nos itens e subitens apresentados anteriormente.

## 10.1. Administração da Unidade

**Tabela 136. Informações Gerais de Administração da Unidade**

Identificação							
Ação	2000						
Plano Orçamentário	Administração da Unidade						
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA						
Unidade Orçamentária	22201						
Metas do Exercício							
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014		
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada	%
Não há	Não há	-	-	-	4.312.643	5.427.583,48	125,85
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.312.643	5.735.639,80	5.732.199,113	5.732.199,113	304.615,65	0,00	5.427.583,48	

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 137. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Valores em R\$ 1,00
					Restos a Pagar
A2000000310	33.90.37	3.262.899,54	3.262.885,07	3.262.885,07	0,00
	33.90.30	136.387,68	136.387,68	120.005,62	16.382,06
	33.90.39	953.026,71	951.543,60	854.185,55	97.358,05
	33.91.39	45.277,99	45.277,99	34.872,61	10.405,38
	33.90.47	1.834,30	1.834,30	1.408,09	426,21
A2000000340	33.90.14	33.826,50	31.883,41	31.883,41	0,00
	33.90.30	132.261,56	132.261,56	130.029,56	2.232,00
	33.90.33	488,00	488,00	488,00	0,00
	33.90.36	2.035,50	2.035,50	2.035,50	0,00
	33.90.39	96.965,40	96.965,40	67.762,69	29.202,71
	33.90.93	69.318,12	69.318,12	69.318,12	0,00
	44.90.52	1.001.318,50	1.001.318,50	852.709,26	148.609,24
Total		5.735.639,80	5.732.199,13	5.427.583,48	304.615,65

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 4.312.643 (quatro milhões trezentos e doze mil seiscentos e quarenta e três reais), sendo disponibilizados R\$ 5.735.639,80 (cinco milhões setecentos e trinta e cinco mil seiscentos e trinta e nove reais, oitenta centavos), que representa 132,99% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 5.732.199,13 (cinco milhões setecentos e trinta e dois mil cento e noventa e nove reais, treze centavos), sendo pago o total de R\$ 5.427.583,48 (cinco milhões quatrocentos e vinte e sete mil quinhentos e oitenta e três reais, quarenta e oito centavos) perfazendo a execução de 94,63% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R\$ 304.615,65 (trezentos e quatro mil seiscentos e quinze reais, sessenta e cinco centavos), conforme demonstrado acima.

Não há meta física estabelecida para a presente ação, foram realizadas atividades conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

### **Das atividades desenvolvidas**

*Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

Os créditos utilizados refletem as ações de manutenção dos contratos administrativos, gerenciados pela Divisão de Administração que exerce atividade eminentemente meio, nesse sentido, busca a interação com as demais Divisões finalísticas visando proporcionar suporte aos trabalhos desenvolvimento pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Ressalta-se que o gerenciamento dos recursos necessários ao bom funcionamento das ações, tanto no que se referem aos recursos humanos, patrimoniais, bem como no que tange aos recursos orçamentários e financeiros são aqueles destinados para execução das metas estabelecidas para todo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Dos valores descentralizados, o que apresenta maior volume é o referente ao pagamento de mão-de-obra de terceiros, englobando os contratos de prestação de servidores em diversas áreas de atuação, como vigilância armada, limpeza e conservação, e contratos de Tecnologia da Informação - TI.

### **Da análise da execução física e financeira**

*Inserir análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

Para a ação de Administração da Unidade a meta estabelecida se refere a redução dos custos de manutenção administrativa, que não foi alcançada devido aos reajustes previstos nos contratos de mão-de-obra.

Por tratar-se de despesas de caráter continuado, não se observou maior impacto na dualidade orçamentário - financeiro, tendo em vista a previsão orçamentária ter ocorrida por meio de cronograma de desembolso desde o início do exercício.

A exceção do exposto acima se refere a algumas despesas de aquisições de bens móveis que ocorreu no segundo semestre do exercício, assim, devido às limitações dos créditos financeiros, tiveram que ser registradas em restos a pagar.

### **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

Os problemas identificados foram: limitação de recursos financeiros, decorrente de contingenciamento no orçamento geral da União; como também a escassez de pessoal no quadro de servidores da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

### **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Os principais resultados foram alcançados pelos esforços realizados na redução de gastos com administrativos, como o consumo de energia elétrica, água, manutenção de viaturas, aquisição de viaturas para compor a frota e reforma em setores internos da Sede.

### **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

O contingenciamento teve reflexo negativo nas ações administrativas, para as quais se teve que registrar despesas em restos a pagar.

### **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

As despesas registradas em restos a pagar seguiram categoricamente as diretrizes do Decreto nº 93.872 de 23/12/1982, portanto, dentro da normalidade para um cenário de contingenciamento no orçamento geral da União como se observou no exercício de 2014, não sendo, assim possível a liquidação de todas as despesas no mesmo exercício, o que teve maior impacto nos contratos de prestação de serviço.

### **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem investido rotineiramente em sistemas de Tecnologia da Informação - TI com o objetivo de maximizar os resultados com o menor custo possível. Nesse sentido, aderiu a diversos sistemas de acompanhamento das ações, alguns ainda em fase de implementação, como o Sistema Nacional de Cobrança de Crédito, que melhorará o controle e o acompanhamento dos créditos aplicados aos beneficiários da reforma agrária.

Nessa mesma linha, foram desenvolvidos diversos outros sistemas visando sempre o melhor desempenho do serviço público com qualidade, agilidade e transparência, o que facilita sobremaneira a gestão administrativa.

## **10.2. Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário**

**Tabela 138. Informações Gerais da Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário**

Identificação						
Ação	2000					
Plano Orçamentário	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Metas do Exercício						
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física 2014			Meta Financeira 2014	
		Prevista	Realizada	%	Prevista	Realizada
Não há	Não há	-	-	-	1.095.560	2.491.915,05
						490,89
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Crédito Orçamentário	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.095.560	2.513.378,99	2.506.665,05	2.506.665,05	14.750,00	0,00	2.491.915,05

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014, SIAFI 2014 e Módulo de Monitoramento.

**Tabela 139. Execução orçamentária por natureza de despesa**

Valores em R\$ 1,00

Plano Interno	Elemento de Despesa	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Pago	Restos a Pagar
A2000000240	44.90.52	2.238.864,00	2.238.864,00	2.238.864,00	0,00
	33.90.14	22.981,15	21.666,89	21.666,89	0,00
G2000000240	33.90.30	7.120,00	7.120,00	7.120,00	0,00
	33.90.33	15.483,60	15.483,60	15.483,60	0,00
G2000000262	33.90.14	655,50	604,65	604,65	0,00
	33.90.33	1.800,00	1.800,00	1.800,00	0,00
	33.90.14	18.408,00	15.015,12	15.015,12	0,00
	33.90.30	5.522,40	5.522,40	5.522,40	0,00
G20000002SC	33.90.33	8.840,00	8.840,00	8.840,00	0,00
	33.90.39	1.840,80	1.840,80	1.840,80	0,00
	44.90.52	24.850,00	24.850,00	24.850,00	0,00
J2000000240	33.90.14	1.400,00	604,65	604,65	0,00
	33.90.33	5.600,00	5.600,00	5.600,00	0,00
S2000000240	33.90.30	65.345,94	65.345,94	65.345,94	0,00
	33.90.39	22.767,60	22.767,60	8.017,60	14.750,00
T2000000244	33.90.14	54.900,00	53.739,40	53.739,40	0,00
	33.90.30	17.000,00	17.000,00	17.000,00	0,00
<b>Total</b>		<b>2.513.378,99</b>	<b>2.506.665,05</b>	<b>2.491.915,05</b>	<b>14.750,00</b>

Fonte: SIAFI 2014.

O Plano de Metas e Créditos Orçamentários do exercício de 2014 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 1.095.560 (um milhão noventa e cinco mil quinhentos e sessenta reais), sendo disponibilizados R\$ 2.513.378,99 (dois milhões quinhentos e treze mil trezentos e setenta e oito reais, noventa e nove centavos), que representa 495,12% do valor inicialmente previsto; dos quais foram empenhados R\$ 2.506.665,05 (dois milhões quinhentos e seis mil seiscentos e sessenta e cinco reais, cinco centavos), sendo pago o total de R\$ 2.491.915,05 (dois milhões quatrocentos e noventa e um mil novecentos e quinze reais, cinco centavos) perfazendo a execução de 99,14% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R\$ 14.750,00 (catorze mil setecentos e cinqüenta reais), e devolvidos R\$ 6.713,94 (seis mil setecentos e treze reais, noventa e quatro centavos), conforme demonstrado acima.

Não há meta física estabelecida para a presente ação, foram realizadas atividades conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

### **Das atividades desenvolvidas**

#### *Breve descrição dos resultados da execução das ações.*

As principais atividades realizadas através da utilização dos recursos orçamentários disponibilizados na ação de Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário foram de levantamento patrimonial, participação em reuniões da Autarquia, complementar recursos descentralizados para as atividades da Ouvidoria Agrária Regional, bem como o melhoramento do acervo mobiliário e tecnológico da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

Com destaque aos valores disponibilizados para a aquisição de 36 (trinta e seis) viaturas para atender as demandas reprimidas entre as Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em todo o País.

Esclarece-se que as ações fizeram parte do planejamento estratégico e foram implementadas conforme a necessidade apresentada ao longo do exercício de 2014.

E, ainda, que foram formalizadas solicitações orçamentárias em cada uma das ações específicas, mas, que de acordo com a disponibilidade momentânea no INCRA/Sede esses foram disponibilizadas na presente ação.

Com os valores disponibilizados foi possível a realização dos trabalhos decorrentes da publicação da Portaria nº 231 de 25/04/2014 que constituiu grupo técnico de trabalho, de comum acordo entre os órgãos e entidades envolvidas, com a finalidade de analisar os impactos sofridos nos projetos de assentamento Joana D'Arc I, II e III, em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, propor soluções e encaminhá-las junto a seus respectivos órgãos e entidades.

O grupo de trabalho inicialmente constituído por representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Santo Antônio Energia S/A, Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia - SEDAM, Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia - Embrapa e Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRO, teve como principais atribuições àquelas voltadas à realização de estudos, elaboração de relatório conclusivo, contendo propostas e encaminhamentos, e apresentação à Direção dos órgãos e entidades envolvidas, para apreciação.

A Portaria nº 489 de 08/09/2014 dilatou o prazo, tendo em vista a imprescindibilidade da efetiva realização dos trabalhos estabelecidos, haja vista o estado de calamidade pública que as famílias enfrentaram em decorrência da enchente histórica do Rio Madeira, e incluiu oficialmente na composição do referido grupo técnico de trabalho o Serviço Geológico do Brasil - CPRM

E, assim, ocorreram trabalhos de campo com objetivo primordial das visitas técnicas associadas a observar e avaliar os efeitos ambientais supostamente derivados da elevação permanente no nível fluviométrico do rio Madeira e de sua recente inundação, em decorrência da implantação do empreendimento hidrelétrico de Santo Antonio, conforme hipótese levantada pelos moradores dos projetos de assentamento Joana D'Arc I, II e III, que questionam junto às autoridades públicas compensação monetária e/ou de outros lotes rurais.

Com a coleta de informações de naturezas distintas, específicas para as atividades desenvolvidas por cada órgão e o subsequente ordenamento das mesmas, proporcionou visão holística cenário observado, que favoreceu interpretação conclusiva comum a todos os membros do grupo técnico de trabalho.

Foi introduzida coleta de amostras de água subterrânea em poços rasos, submetidas a análises laboratoriais, com o propósito de estabelecer relação entre os efeitos da elevação do nível fluviométrico do rio Madeira e a inundação com as ponderações dos assentados quanto aos impactos ambientais incidentes nos projetos de assentamento.

Chegando as seguintes conclusões:

a) Necessidade de revisão dos critérios de indenização dos assentados quanto à remoção dos assentados em decorrência de efeitos oriundos da inundação 2013/2014 e dos efeitos atrelados a elevação do nível fluviométrico do rio Madeira. Problema crucial identificado na área se associa aos critérios adotados pelo empreendimento hidrelétrico para caracterizar propriedades indenizáveis (removíveis) e não indenizáveis, fundamentado na cota altimétrica para o projeto de assentamento, inferior a cota estabelecida para a Vila de Jaci-Paraná;

b) Extrema variação sazonal do volume de água subterrânea disponível em poços amazonas, que se torna escassa no período seco. Considerado que a UHE Santo Antonio dispõe de dados temporais do monitoramento dos piezômetros instalados na região e, se disponibilizados, permitiria a avaliação do comportamento sazonal da água subterrânea, importante para a sustentabilidade do projeto de assentamento;

c) O comprometimento da qualidade da água subterrânea por coliformes totais e termotolerantes detectadas em análises laboratoriais. Essa contaminação pode estar associada à saturação generalizada do solo quando a inundação, atingindo as fossas domésticas situadas nas proximidades dos poços;

d) A recarga dos aquíferos subterrâneos de baixa potencialidade hidrogeológica é lenta devido ao substrato argiloarenoso, com baixa taxa de infiltração, o que obriga ao adequado

planejamento de utilização da água subterrânea, obedecendo a vazão determinada em testes de bombeamento e evitando a sobre exploração, capaz de provocar colapso do sistema aquoso;

e) Variação inexpressiva do nível fluviométrico do rio Madeira, conforme dados da estação de medição situada a montagem da barragem;

f) Afogamento das drenagens, algumas de forma permanente, se torna crítica no período das precipitações pluviais, favorecendo o transbordamento de drenagens e intensificando a umidade no subsolo; e

g) Em geral, os terrenos identificados possuem baixa fertilidade natural, comprovada pela gradativa queda da produtividade agrícola. Além disso, o nível freático elevado pode danificar as raízes das plantas cultivadas pelo excesso de umidade, tais como mandioca, milho e plantas frutíferas;

A interpretação conjunta dos aspectos físicos e sócio-econômicos caracterizados pós-inundação identifica claramente a existência de impactos ambientais específicos na área dos projetos de assentamento, vinculados principalmente aos efeitos da estação chuvosa excepcional, gerando o transbordamento de drenagens, inundações e alagações, saturação do solo e a consequente elevação do nível freático.

Foram observados ainda: a contaminação generalizada da água subterrânea pelas fossas dos moradores; o isolamento de populações pelo avanço da água sobre as vias de acesso; a perda significativa de culturas agrícolas pela invasão da água sobre as plantações e pela excessiva umidade do subsolo e o aumento de pragas (insetos) pela proliferação de ambientes propícios a desova de pernilongos.

Contudo, se faz necessário aprofundamento dos trabalhos, e acompanhamento contínuo da área, com estudos complementares, associados a determinação da permeabilidade do solo, a análise do conteúdo de nitrito e do calcário e a contribuição desses na contaminação da água subterrânea.

## **Da análise da execução física e financeira**

*Análise critica da execução física e financeira das ações, conforme metas estabelecidas.*

O exercício de 2014 pode ser considerado, no cenário econômico, como ano atípico, tendo em vista os acontecimentos no âmbito nacional que causaram impacto em todos os seguimentos da sociedade.

Nesta linha de raciocínio, ocorreu discrepância entre os recursos orçamentários e os financeiros, principalmente no final do exercício, quando faltaram recursos financeiros para liquidar despesas realizadas e devidamente apropriadas até 31/12/2014, refletindo negativamente na imagem da administração pública federal.

## **Dos principais problemas**

*Breve descrição sobre os principais problemas identificados na execução da ação.*

Dentre os diversos fatores que trouxeram problema na gestão da ação de Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário se destacou o contingenciamento de recursos impostos sobre o Orçamento Geral da União, como também a indisponibilidade financeira identificada no encerramento do exercício de 2014.

Outro fator, que se apresentou como problema, foi a deficiência no quadro de pessoal efetivo, que mesmo com a realização de concurso público em 2010, onde as vagas criadas foram insuficientes para cobrir as saídas decorrentes das aposentadorias, e menos da metade dos novos servidores permaneceram investidos nos cargos, situação que se agrava a cada exercício.

## **Dos principais resultados**

*Breve descrição sobre os principais resultados alcançados através da execução da ação.*

Mesmo padecendo de todos os problemas relatados a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO avançou administrativamente, em especial na manutenção dos contratos administrativos, que se encontram em pleno funcionamento; com as despesas realizadas e pagas

religiosamente em dia; com a aquisição de 36 (trinta e seis) novas viaturas; aquisição de diversos equipamentos eletro eletrônicos; aquisição de motor de popa para o barco institucional; como também a realização de reformas internas em diversos setores.

Houve avanço também no que se referente ao atendimento do cidadão, instalando diversas Salas da Cidadania Digital, que visam atender com serviços do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em localidades onde não se tem Unidades Avançadas; essas instaladas em parceria com entes públicos e organizações não governamentais do Estado de Rondônia.

E, por fim, se observou avanço no desenvolvimento das ações referentes à questão patrimonial, na qual desencadeou o processo de regularização das áreas onde estão localizadas as sedes administrativas da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

### **Dos contingenciamentos**

*Reflexão acerca do contingenciamento sobre os resultados da ação.*

A palavra contingenciamento por si remete a idéia de diminuição dos créditos disponíveis, e foi o que ocorreu no decorrer do exercício de 2014.

Nesse contexto, a ação Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário observou reflexos negativos da insuficiência de créditos financeiros.

### **Dos restos a pagar**

*Reflexão dos restos a pagar na execução da ação.*

Ao longo do exercício de 2014 a ação Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário não observou reflexos de restos a pagar, contudo, para 2015 ficaram inscritos o total de R\$ 14.750,00 (catorze mil setecentos e cinqüenta reais), para os quais se declara que foram registradas seguindo categoricamente as orientações do Decreto nº 93.872 de 23/12/1986, portanto, dentro da normalidade para o cenário identificado de insuficiência de recursos financeiros.

### **Das estratégias para melhorar os resultados**

*Estratégias de intervenção a serem adotadas para melhoria de resultados que se apresentaram abaixo do esperado.*

Para a ação Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário a estratégia visando melhorar os resultados é continuar operacionalizando com fidedignidade os recursos na finalidade para que forem disponibilizados, o que por si resultará nos objetivos almejados.

### 10.3. Consumo de papel, energia elétrica e água

A tabela abaixo apresenta informações visando análise, de forma geral, quanto a utilização de papel, energia elétrica e água no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, bem como demonstra a adesão a programas de gestão ligada à temática sustentabilidade ambiental.

**Tabela 140. Consumo de papel, energia elétrica e água**

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade					
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor	
			Exercícios		
	2014	2013	2012	2014	2013
	2014	2013	2012	2014	2013
<b>Papel</b>	2.169 resmas	1.917 resmas	2.061 resmas	20.332,76	17.329,68
<b>Água</b>	1.639 m <sup>3</sup>	2.174 m <sup>3</sup>	4.113 m <sup>3</sup>	24.242,63	19.849,40
<b>Energia Elétrica</b>	868.372 kwh	955.502 kwh	987.229 kwh	455.009,86	760.654,58
	<b>Total</b>			<b>499.585,25</b>	<b>797.780,81</b>
				<b>606.780,81</b>	

Fonte: Divisão de Administração.

#### Análise crítica:

*Papel:* Se comparado aos 02 (dois) exercícios anteriores, em 2014 houve tímido aumento no consumo de papel, o que se considera dentro dos limites aceitáveis, tendo em vista o atendimento, além da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, também a Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SRFA-06/RO (Terra Legal) e a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário - DFDA. Aumento decorrente também do volume de trabalhos executados no decorrer do exercício de 2014.

*Água:* Ao longo do exercício de 2014 se observou redução de consumo, essa motivada por fatores que impactaram diretamente, como a conscientização dos servidores no uso racional; e pelo fechamento de escritórios em diversos municípios do Estado de Rondônia, com o consequente desligamento do serviço de fornecimento de água.

*Energia elétrica:* A maior incidência de economia veio desse insumo, que foram motivados por diversos fatores, tendo como principal a revisão no contrato de fornecimento junto a concessionária da Eletrobrás local, referente a demanda apresentada pela Unidade Consumidora. Outro fator relevante, foram as medidas implementadas pela Divisão de Administração no que se refere as substituições dos antigos equipamentos elétricos e eletrônicos, entre esses, os aparelhos de ar condicionado de janela por modernas centrais de ar modelo Split, certificadas para o consumo “Classe A”; as luminárias tipo calhas por lâmpadas econômicas, inclusive com supressão de diversos pontos de iluminação; o desligamento de unidades consumidoras em virtude do fechamento de escritórios em diversos municípios do Estado de Rondônia; e, por fim, pelo controle contínuo feito por intermédio da implantação do Projeto Esplanada Sustentável - PES, que possibilitou o acompanhamento mensal da evolução desse consumo.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO vem cumprindo com austeridade e com efetividade o compromisso assumido por meio do Programa de Sustentabilidade Ambiental ao qual o Órgão pactuou sua aderência, o que pode ser observado pela significativa redução no consumo de energia elétrica e de água.

#### 10.4. Modalidades de licitação

A seguir demonstração das modalidades utilizadas e aquisições realizadas ao longo do exercício de 2014 no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO.

**Tabela 141. Pregão eletrônico**

Valores em R\$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Valor estimado	Valor contratado	Economia
1	Pregão Eletrônico (SRP) nº 01/2014: Fornecimento, mediante pessoa jurídica especializada, de combustível veicular (gasolina e óleo diesel) para os veículos oficiais pertinentes à frota das Unidades Avançadas de Guajará-Mirim e Ariquemes.	54300.000237/2014-71	Revogado	Revogado	Revogado
2	Pregão Eletrônico (SRP) nº 02/2014: Plaquetamento de árvores, para atender levantamento de campo na elaboração do Projeto de Manejo Florestal Sustentado no PAF Jequitibá.	54300.002217/2013-21	170.000,00	120.120,00	49.880,00
3	Pregão Eletrônico (SRP) nº 03/2014: Fornecimento, mediante pessoa jurídica especializada, de combustível veicular (gasolina e óleo diesel) para os veículos oficiais pertinentes à frota do INCRA/RO e Unidade Avançada de Ariquemes.	54300.000237/2014-71	142.200,00	135.800,00	6.400,00
4	Pregão Eletrônico nº 04/2014: Prestação de serviços de instalação, montagem e fornecimento dos materiais de divisórias em PVC, bancada em PVC, prateleiras em PVC, forros em PVC, piso paviflex e piso plurigoma.	54300.000242/2014-51	8.793.000,00	3.570.730,00	5.222.270,00
5	Pregão Eletrônico nº 05/2014: Aquisição de material de consumo (café, açúcar, água mineral e gás), visando atender a necessidade de reposição do estoque do Almoxarifado da SR-17/RO e Unidades Avançadas jurisdicionadas.	54300.000599/2014-30	78.975,40	45.025,00	33.950,40
6	Pregão Eletrônico nº 06/2014: Aquisição de material de expediente, para atender reposição de estoque do Almoxarifado da Sede da SR-17/RO.	54300.000617/2014-83	416.006,77	269.816,00	146.190,77
7	Pregão Eletrônico nº 07/2014: Fornecimento, mediante pessoa jurídica especializada, de combustível veicular (gasolina e óleo diesel) para os veículos oficiais pertinentes à frota da Unidade Avançada de Guajará-Mirim.	54300.001016/2014-98	73.761,00	68.116,70	5.644,30
8	Pregão Eletrônico nº (SRP) 08/2014: Prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e terrestres (rodoviária), nas classes econômica e executiva, em âmbito nacional, para atender as necessidades da Autarquia.	54300.000968/2014-94	274.046,00	262.907,14	11.138,86
9	Pregão Eletrônico nº 09/2014: Aquisição de material de consumo, relativo a material de informática, a fim de suprir o estoque regulador do Almoxarifado da Sede da SR-17/RO e Unidades Avançadas jurisdicionadas.	54300.000967/2014-40	4.754.895,70	1.450.477,00	3.304.418,70

Item	Objeto	Processo	Valor estimado	Valor contratado	Economia
10	Pregão Eletrônico (SRP) nº 10/2014: Fornecimento de terminais de pesquisa de satisfação à SR-17/RO em atendimento à recomendação do Ministério Público Federal.	54300.000565/2014-45	54.150,00	53.250,00	900,00
11	Pregão Eletrônico (SRP) nº 11/2014: Fornecimento, mediante pessoa jurídica especializada, de combustível veicular (gasolina e óleo diesel) para os veículos oficiais pertencentes à frota da Unidade Avançada de Guajará-Mirim.	54300.001016/2014-98	286.150,00	273.900,00	12.250,00
12	Pregão Eletrônico (SRP) nº 12/2014: Aquisição de equipamentos para qualificar a comercialização em feiras livres dos produtos agropecuários dos agricultores assentados, compondo um “kit feira” formado por bancas de ferro e alumínio padronizados, e material de comunicação que identifique o MDA, INCRA, ATES, Terra Sol, e ainda, projeto “Feira de Abastecimento Popular da Reforma Agrária”.	54300.001341/2014-51	726.160,00	402.482,00	323.678,00
13	Pregão Eletrônico (SRP) nº 13/2014: Aquisição de 300 (trezentos) rolos de lona plástica, medindo 8 X 100 metros, cor preta, com 200 micra espessura.	54300.001698/2014-39	234.000,00	159.000,00	75.000,00
14	Pregão Eletrônico (SRP) nº 14/2014: Fornecimento, montagem e instalação de arquivos deslizantes e estantes deslizantes abertos, para atender a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Arquivo Geral da Administração e demais Divisões da Sede da SR-17/RO e Unidades Avançadas jurisdicionadas.	54300.001568/2014-04	Revogado	Revogado	Revogado
15	Pregão Eletrônico (SRP) nº 15/2014: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, dos veículos pertencentes à frota oficial da SR-17/RO e Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário - DFDA.	54300.001822/2014-66	729.472,00	641.751,80	87.720,20
16	Pregão Eletrônico (SRP) nº 16/2014: Aquisição de material de consumo, relativo a pneus, a fim de suprir o estoque regulador do Almoxarifado da SR-17/RO e Unidades Avançadas jurisdicionadas.	54300.001777/2014-76	480.188,78	273.221,92	206.966,86
17	Pregão Eletrônico (SRP) nº 17/2014: Fornecimento, montagem e instalação de arquivos deslizantes e estantes deslizantes abertos, para atender a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Arquivo Geral da Administração e demais Divisões da Sede da SR-17/RO e Unidades Avançadas jurisdicionadas.	54300.001568/2014-04	Revogado	Revogado	Revogado
18	Pregão Eletrônico (SRP) nº 18/2014: Contratação de serviço de confecção de chaves e carimbos para atender os diversos setores da Sede da SR-17/RO e as Unidades Avançadas jurisdicionadas.	54300.001804/2014-84	67.100,00	60.330,00	6.770,00
19	Pregão Eletrônico (SRP) nº 19/2014: Aquisição de Tanques Resfriadores de Leite instalados no local de uso, nas seguintes quantidades: a) 51 (cinquenta e um) com capacidade de 1.000 (um mil) litros; b) 16 (dezesseis) com capacidade de 1.500 (um mil e quinhentos) litros; c) 03 (três) com capacidade de 2.000 (dois mil) litros.	54300.001992/2014-41	936.000,00	837.900,00	98.100,00

Item	Objeto	Processo	Valor estimado	Valor contratado	Economia
20	Pregão Eletrônico (SRP) nº 20/2014: Aquisição de 50 (cinquenta) bebedouros, 04 (quatro) fogões industriais e 40 (quarenta) ar condicionado de 36.000 BTU's, visando atender os diversos setores da SR-17/RO e Unidades Avançadas jurisdicionadas.	54300.002010/2014-38	232.420,00	159.971,50	72.448,50
21	Pregão Eletrônico (SRP) nº 21/2014: Prestação de serviço telefônico fixo comutado - STFC.	54300.002002/2014-91	Revogado	Revogado	Revogado
22	Pregão Eletrônico (SRP) nº 22/2014: Fornecimento de combustível veicular (gasolina, óleo diesel e óleo lubrificante) para os veículos oficiais pertencentes à frota da Sede da SR-17/RO e Unidades Avançadas de Guajará-Mirim, Ariquemes, Machadinho D'Oeste, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Colorado D'Oeste.	54300.002020/2014-73	2.826.700,00	2.721.024,00	105.676,00
23	Pregão Eletrônico (SRP) nº 23/2014: Prestação de serviço telefônico fixo comutado - STFC.	54300.002002/2014-91	Revogado	Revogado	Revogado
<b>Total Pregão Eletrônico</b>			<b>21.275.225,65</b>	<b>11.505.823,06</b>	<b>9.769.402,59</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela 142. Chamada pública**

Valores em R\$ 1,00

Item	Objeto	Processo	Valor estimado	Valor contratado	Economia
1	Constitui o objeto da Chamada Pública a assistência técnica e extensão rural para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, no âmbito da SR-17/RO, por meio de atividades individuais, coletivas e complementares, compreendendo o planejamento, a execução e avaliação, no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER. Lotes: I, II e III. Obs.: A Chamada Pública foi instruída na forma prevista do artigo 24, inciso XXX da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, na Lei nº 12.188 de 11/01/2010, no Decreto nº 7.215 de 15/06/2010, Portaria MDA nº 35 de 16/06/2010 e IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações. (Dispensa nº 07/2014)	54300.001067/2014-10	9.729.656,60	9.729.656,60	0,00
<b>Total chamada pública</b>			<b>9.729.656,60</b>	<b>9.729.656,60</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela 143. Inexigibilidade**

Valores em R\$ 1,00

Item	Processo	Empresa	Objeto	Data	Valor aplicado
1	54300.001012/2014-39	Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD CNPJ: 05.914.254/0001-39	Prestação de serviços com pagamento de águas e esgotos na Sede da SR-17/RO e Unidades Avançadas jurisdicionadas, no exercício de 2014.	17/02/2014	72.000,00
2	54300.001002/2014-94	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON CNPJ: 05.914.650/0001-66	Prestação de serviços com pagamento de fornecimento de energia elétrica, visando atender a SR-17/RO e Unidades Avançadas jurisdicionadas, no exercício de 2014.	17/02/2014	900.000,00
3	54300.000099/2014-06	Imprensa Nacional CNPJ: 04.196.645/0001-00	Prestação de serviços com pagamento de publicações de matérias legais no Diário Oficial da União, visando atender a SR-17/RO e Unidades Avançadas jurisdicionadas, no exercício de 2014.	19/02/2014	80.000,00
4	54300.001531/2014-78	IOC Capacitação LTDA CNPJ: 10.825.457/0001-99	Pagamento de inscrição no curso sobre “Aposentadorias, pensões e abono de permanência e respectivos cálculos de benefícios na administração Pública”.	09/09/2014	6.720,00
5	54300.001671/2014-46	Aprimora Treinamento LTDA CNPJ: 09.588.954/001-31	Pagamento de inscrição no curso “Contratos e Serviços de Tecnologia da Informação - TI”.	22/09/2014	6.000,00
<b>Total inexigibilidade</b>					<b>1.064.720,00</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela 144. Dispensa de licitação**

Valores em R\$ 1,00

Item	Processo	Empresa	Objeto	Data	Valor aplicado
1	54300.000186/2014-55	Dismonza Distribuição de Tintas e Abrasivos LTDA CNPJ: 84.641.331/0001-09	Aquisição de tinta esmalte, rolo para pintura e pincel para pintura.	05/04/2014	Revogado
2	54300.000186/2014-55	Dismonza Distribuição de Tintas e Abrasivos LTDA CNPJ: 84.641.331/0001-09	Aquisição de tinta esmalte, rolo para pintura e pincel para pintura.	19/04/2014	7.828,83
3	54300.001267/2014-72	J.D. Comércio e Importação LTDA CNPJ: 05.705.694/0001-86	Aquisição de lona plástica para atendimento dos trabalhadores rurais sem terra em acampamentos instalados em todo o Estado de Rondônia.	25/07/2014	7.500,00
4	54300.001043/2014-61	Fotayplys Comércio e Eletrônicos LTDA CNPJ: 05.849.877/001-37	Aquisição de material de consumo (kit de impressão) para o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR.	23/07/2014	5.328,00

Item	Processo	Empresa	Objeto	Data	Valor aplicado
5	54300.001594/2014-24	Freire & CIA. LTDA CNPJ: 02.179.328/0001-42	Aquisição de Sport aleta 01 e 02 lâmpadas, bocal de louça branco.	10/09/2014	6.200,00
6	54300.001953/2014-80	Graff-Norte Gráfica e Editora LTDA-ME CNPJ: 05.437.331/0001-07	Serviços de confecção de 2.000 (duas mil) etiquetas de identificação para capa de processo tamanho A-4.	10/09/2014	1.800,00
7	54300.001953/2014-80	Freire & Barbosa LTDA-ME CNPJ: 84.551.969/0001-40	Prestação de serviços de recarga de extintores contra incêndios.	30/10/2014	2.790,00
8	54300.002099/2014-32	Igor R. B. de Mendonça ME CNPJ: 14.444.454/0001-66	Serviço de ajuste e montagem do novo motor de popa do barco institucional.	02/12/2014	4.363,00
9	54300.002077/2014-72	Inforshop Suprimentos LTDA CNPJ: 56.215.999/0001-40	Aquisição de 08 (oito) kits de fotocondutores com 04 (quatro) cores para impressora Lexmark.	03/12/2014	4.910,56
<b>Total dispensa de licitação</b>					<b>40.720,39</b>

Fonte: Divisão de Administração.

**Tabela 145. Adesão à Ata de Registro de preços**

Valores em R\$ 1,00

Item	Pregão	Processo	Empresa	Objeto	UASG Gerenciador	Valor
1	06/13	54300.000519/2014-46	Nelson Máquinas e Ferramentas LTDA CNPJ: 05.982.535/0001-29	Aquisição de lona plástica, medindo 8 X 100 metros, cor preta, com 200 Micra espessura.	194031 FUNAI/MT	7.400,00
2	15/14	54300.001930/2014-40	INDRA Comércio de Máquinas e Motores LTDA CNPJ: 02.450.409/0001-35	Aquisição de motor de popa 60 HP, 4t, 4 cilindro.	160014 Comando Militar	18.099,00
<b>Total registro de preços</b>						<b>25.499,00</b>

Fonte: Divisão de Administração.

## **Análise crítica das aquisições realizadas e suas modalidades**

Ao longo do exercício de 2014, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO realizou 23 (vinte e três) pregões, todos na forma eletrônica, em conformidade com a legislação em vigência.

Desses pregões se extrai as seguintes análises:

a) A maior parte foi realizada em sistema de Registro de Preços, considerando a escassez no quadro de pessoal, como também os contingenciamentos de recursos enfrentados, uma vez que essa sistemática não exige disponibilidade imediata de orçamento, e proporciona celeridade no processo de compra;

b) Em suas totalidades foram identificadas economias significativas no momento do fechamento das propostas em relação aos preços estimados através das pesquisas de mercado; e

c) De um universo de valores estimados em cerca de R\$ 21.275.225,65 (vinte e um milhões duzentos e setenta e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais, sessenta e cinco centavos), as aquisições foram finalizadas por R\$ 11.505.823,06 (onze milhões quinhentos e cinco mil oitocentos e vinte e três reais, seis centavos), representando economia estimada em R\$ 9.769.402,50 (nove milhões setecentos e sessenta e nove mil quatro e dois reais, cinqüenta centavos), ou 54,08% do valor estimado.

Alinhavados com os princípios norteadores do Direito Administrativo Pátrio, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO evidou esforços para evitar a incidência de realização de procedimentos licitatórios de forma precária, com isso, não foi realizado no exercício de 2014, nenhum procedimento licitatório na modalidade “Convite” e “Tomada de Preços”, a exceção foi a realização de 09 (nove) Dispensas de Licitação, que mesmo sendo considerado como procedimento de caráter precário, se tomou todos os cuidados e impôs diligências na realização desses procedimentos, inclusive instruindo os processos com a manifestação da Procuradoria Federal Especializada.

Foi realizada uma única Chamada Pública, para contratação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, em consonância com as regras estabelecidas no artigo 24, inciso XXX da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, na Lei nº 12.188 de 11/01/2010, no Decreto nº 7.215 de 15/06/2010, Portaria MDA nº 35 de 16/06/2010 e IN/SLTI/MPOG nº 02/2008.

Instaurados 05 (cinco) processos de Inexigibilidade e esses, em sua maioria, com valores estimados, ou seja, não representam a efetividade dos valores a serem pagos, pela peculiaridade de serem variáveis, que se referem a: Água, Energia Elétrica e Publicação na Imprensa Oficial.

A Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO aderiu a 02 (duas) Atas de Registro de Preços, em decorrência da urgência, acessibilidade e segurança no procedimento, então, obedecendo às exigências impostas pelo Artigo 22 do Decreto nº 7.892 de 24/01/2013 e suas alterações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente diversos governos almejaram a implantação efetiva da reforma agrária de forma que essa buscassem transformar as condições de vida de seus beneficiários, que fosse inserido em estratégias produtivas, que assegurasse a sustentabilidade econômica e ambiental, e que essa fosse pensada não somente como meio de sobrevivência das famílias, mas, principalmente, como fonte geradora de excedentes, que assegurassem novos investimentos e permitissem a ampliação da produção e da produtividade da agricultura familiar brasileira.

É o que se deve buscar veementemente na atualidade, contudo, o que se vem observando, no órgão criado para cuidar dessas questões, é a gradativa fragmentação das funções, como por exemplo, a criação de organismos para regularização fundiária e prestação dos serviços de assistência técnica, como também a responsabilidade pela construção e reforma das habitações rurais passada as agências bancárias, reduzindo a participação para a simples informação de demanda; redução orçamentária / financeira e do quantitativo de servidores, por desligamento ou aposentadoria. Para não se chegar ao mérito da discussão de que os servidores são os que recebem menores salários no âmbito do Governo Federal.

É indubitável a importância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA desde a criação e as posteriores reformulações, com atuações que foram da ocupação das fronteiras, acolhendo brasileiros de todos os rincões, dando inicio a colonização sob o lema “integrar para não entregar, ocupar a terra sem homens com os homens sem terra”, até a transformação dos latifúndios compreendidos pelos vastos seringais improdutivos, em configuração de pequenas propriedades beneficiando milhares de famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Nesse contexto, se levantam as seguintes reflexões: de que forma as famílias do meio rural brasileiro, notadamente as que habitam os projetos de assentamentos e os trabalhadores rurais sem terra, querem ser atendidas? É necessária a existência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA?

Esses questionamentos marcaram o exercício de 2014, colocando em cheque a importância na manutenção da Autarquia nos moldes atuais ou sua transformação, pois a colonização não se faz mais, já que todos os imóveis estão “ocupados”, e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos está sendo transferidos para outras instituições. E a reforma agrária, como fica no atual contexto?

Embora os números de assentamentos impressionem pela magnitude, a maioria das famílias assentadas ainda não recebe a infraestrutura necessária para se instalar e produzir em seus lotes e a maioria dos acampados continuam à espera de terras. Essas constatações mostram que o problema da reforma agrária ainda exige soluções enérgicas e muito mais complexas do que simplesmente proporcionar acesso à terra.

Entretanto, a promoção da reforma agrária requer alto investimento. Pelo seu custo há que se buscar maior respaldo político e força popular, principalmente para viabilizar ações de obtenção de imóveis; de criação de projetos de assentamentos; cadastro, seleção e homologação de famílias; vistoria de avaliação e de levantamento de dados em imóveis rurais; condutas de conscientização e de recuperação ambiental; gerenciamento e fiscalização de imóveis rurais; concessão de documentos titulatórios; concessão de créditos; capacitação e formação profissional;

disponibilização de vias de acesso transitáveis; assistência técnica, entre outras que representam universo de atividades que visam contribuir para o alcance do desenvolvimento rural econômico e ambientalmente sustentável, e inclusão social.

As atividades acima listadas foram minimamente executadas pela Superintendência Regional no Estado de Rondônia - SR-17/RO, ao longo do exercício de 2014, as quais foram apresentadas ao longo do presente relatório de gestão; que não se concreta somente ao preenchimento das informações requeridas pelos normativos dos órgãos de controle, ou na manifestação de prestar contas à sociedade quanto à condução dos gastos públicos, mas também e especialmente, ao fornecimento de visão ampla das atividades essenciais, e da sua importância social, econômica e ambiental para o Estado de Rondônia.

*“O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA é o órgão que tem a condição de gerar informações sobre o que acontece no rural brasileiro e pode oferecer essas formulações e justificar a sua importância junto à sociedade brasileira”. Carlos Guedes de Guedes*

Porto Velho-RO, 31/03/2015.

**LUIS FLAVIO CARVALHO RIBEIRO**

Superintendente Regional  
INCRA/RO

## **ANEXOS**

## ANEXO I. Demandas de captação e distribuição de águas

*Legenda:*

■ Situações mais prementes.

■ Situações mais emergentes.

■ Situações emergentes.

■ Sistemas ou poços semi-artesianos construídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e que necessitam serem reavaliados, em função do tempo e das necessidades locais.

Nº	Projeto	Município	Área (hectares)	Família
01	PA Filadélfia	Alta Floresta do Oeste	2.599,4487	78
02	PA Aguinel Divino	Alta Floresta do Oeste	6.240,5676	222
03	PA Rio Consuelo	Alta Floresta do Oeste	3.541,0057	86
04	PA Santa Bárbara	Alta Floresta do Oeste	280,0484	18
05	PDS Rolim de Moura do Guaporé	Alta Floresta do Oeste	4.087,0000	60
06	PA Santa Vitória	Alto Alegre dos Parecis	478,7816	21
07	PA Entre Rio	Alto Paraíso	4.511,6382	102
08	PCA Novo Alvorecer	Alto Paraíso	440,0000	110
09	PA 14 de Agosto	Ariquemes	492,0304	23
10	PA 14 de Agosto Fase II	Ariquemes	523,3227	34
11	PA 13 de Outubro	Ariquemes	508,5875	17
12	PA Capitão Silvio	Ariquemes	1.803,5634	145
13	PA Jandaira	Ariquemes	1.017,0673	22
14	PA Joseodon	Ariquemes	10.184,1983	190
15	PA Madre Crsitina	Ariquemes	889,9895	35
16	PA Maria José Rique	Ariquemes	3.511,2393	119
17	PA Migrantes	Ariquemes	2.015,3747	64
18	PA Novo Progresso	Ariquemes	439,5269	19
19	PA São João	Ariquemes	248,7048	10
20	PA Massangana	Ariquemes	29.641,8227	485
21	PA Santa Cruz	Ariquemes	37.912,0397	698
22	PAD Marechal Dutra	Ariquemes	501.314,5760	4.667
23	PA Jatuarana	Ariquemes	40.157,9704	718
24	PAD Burareiro	Ariquemes	314.962,6023	1.556
25	PA Buriti	Buritis	25.250,5178	888
26	PA Jatobá	Buritis	6.750,0768	133
27	PA Oriente	Buritis	9.679,3994	135
28	PA Rabo do Tamanduá	Buritis	5.855,0341	124
29	PA Reviver	Buritis	14.472,5657	206

Nº	Projeto	Município	Área (hectares)	Família
30	PA São Carlos	Buritis	11.900,0000	150
31	PA São José do Buritis	Buritis	9.143,0898	219
32	PA São Paulo	Buritis	4.800,0853	108
33	PA Menezes Filho	Buritis	32.727,1293	585
34	PA Lagoa Azul	Buritis	8.350,8665	182
35	PA Nova Vida	Buritis	8.535,3363	82
36	PA Rio Alto	Buritis	30.111,1230	608
37	PA Pedra do Abismo	Buritis	12.611,5092	253
38	PA Santa Helena	Buritis	12.066,7825	281
39	PA São Domingos	Buritis	19.023,4953	423
40	PA São Pedro	Buritis	9.061,2715	173
41	PA Rio Preto do Candeias	Candeias do Jamari	31.545,5052	522
42	PA Várzea Alegre	Cabixi	7.639,1640	172
43	PA Cristo Rey	Cacaúlândia	251,9358	7
44	PIC Gy-Paraná	Cacoal	486.137,3097	4.756
45	PA Altamira	Campo Novo de Rondônia	5.991,6493	104
46	PA Campo Novo	Campo Novo de Rondônia	642,4164	33
47	PA Norte Sul	Campo Novo de Rondônia	5.063,3736	146
48	PA Prosolina	Campo Novo de Rondônia	1.378,9323	66
49	PA Santa Elisa	Campo Novo de Rondônia	3.332,5871	66
50	PA Norte Sul I	Campo Novo de Rondônia	1.328,2783	46
51	PA Flor do Amazonas 1	Candeias do Jamari	10.789,0459	161
52	PA Flor do Amazonas 2	Candeias do Jamari	5.160,7926	76
53	PA Flor do Amazonas 3	Candeias do Jamari	7.095,6776	105
54	PA Flor do Amazonas 4	Candeias do Jamari	5.811,6960	105
55	PAF Jequitibá	Candeias do Jamari	137.087,0000	597
56	PA Cachoeira de Samuel	Candeias do Jamari	1.666,0828	76
57	PA Paraíso das Acácias	Candeias do Jamari	583,3900	152
58	PCA Comunidade Alternativa	Candeias do Jamari	300,0000	85
59	PCA Zona da Mata	Castanheiras	26,6000	10
60	PA Alzira Augusto Monteiro	Chupinguaia	1.435,8403	106
61	PA Maranatá II	Chupinguaia	888,3516	62
62	PA Zé Bentão	Chupinguaia	7.056,3901	194
63	PA Maranatá	Chupinguaia	7.493,9058	215
64	PA Albérico Carvalho	Chupinguaia	1.164,5312	85
65	PIC Paulo de Assis Ribeiro	Colorado do Oeste	293.580,0000	3.106
66	PA Guarajus	Corumbiara	4.548,7468	125
67	PA Renato Natan	Corumbiara	290,1736	30
68	PA Vitória da União	Corumbiara	21.410,1842	592
69	PA Verde Seringal	Corumbiara	14.399,1794	255
70	PA Adriana	Corumbiara	1.965,1708	81
71	PA Roncauto	Corumbiara	1.482,9703	42
72	PA Bom Jesus	Costa Marques	894,1396	18
73	PA Conceição	Costa Marques	6.648,9161	153
74	PA Macaco Preto	Costa Marques	1.598,4225	44

Nº	Projeto	Município	Área (hectares)	Família
75	PA Nova Esperança	Costa Marques	675,9328	23
76	PA Rio Azul	Costa Marques	2.497,8272	55
77	PA Rio Azul II	Costa Marques	2.375,4524	59
78	PA Rio Azul III	Costa Marques	671,1967	24
79	PA Santa Izabel	Costa Marques	250,7753	11
80	PA Serra Grande	Costa Marques	7.530,5026	120
81	PA Agostinho Becker	Cujubim	15.360,6920	350
82	PA Cujubim	Cujubim	42.450,5118	507
83	PA Cujubim II	Cujubim	2.728,6485	64
84	PA Renascer	Cujubim	12.841,8371	290
85	PA Américo Ventura	Cujubim	2.760,8114	91
86	PAR Rápido	Diversos Municípios	794.044,0000	12.315
87	PA Cachoeira	Espigão do Oeste	9.160,2214	302
88	PA Edmilson Pastor	Espigão do Oeste	1.753,7691	72
89	PA Emburana	Espigão do Oeste	2.825,6953	100
90	PA Colina Verde	Governador Jorge Teixeira	25.677,0941	528
91	PA Nova Floresta	Governador Jorge Teixeira	4.378,1103	88
92	PDS Dom Xavier Rey	Guajará-Mirim	31.644,0000	80
93	RESEX Pacaás Novos	Guajará-Mirim	3.532.190,0000	61
94	RESEX Rio Cautário	Guajará-Mirim	73.817,4975	22
95	RESEX Rio Cautário / ESTADO	Guajará-Mirim	151.625,0000	90
96	RESEX Barreiro das Antas	Guajará-Mirim	107.234,2574	10
97	RESEX Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim	204.583,0000	178
98	PA Vale do Jamary	Itapuã do Oeste	49.506,2163	1.081
99	PA D'Jaru Uaru	Jaru	28.553,6866	593
100	PIC Padre Adolpho Rohl	Jaru	407.219,0000	3.786
101	PA Pyrineos	Ji-Paraná	4.578,4397	172
102	PA Itapirema	Ji-Paraná	6.556,4959	249
103	PA Amigos do Campo	Machadinho do Oeste	7.512,4304	146
104	PA Belo Horizonte	Machadinho do Oeste	18.062,7305	422
105	PA Cedro Jequitibá	Machadinho do Oeste	6.218,5300	193
106	PA Lajes	Machadinho do Oeste	62.365,8002	1.322
107	PA Santa Maria	Machadinho do Oeste	10.693,0744	278
108	PA Santa Maria II	Machadinho do Oeste	38.400,7054	652
109	PA Tabajara	Machadinho do Oeste	13.942,5775	301
110	PA Tabajara II	Machadinho do Oeste	22.473,8163	672
111	PA União	Machadinho do Oeste	24.757,0362	554
112	PDS Cernambi	Machadinho do Oeste	14.829,1385	45
113	RESEX Angelim	Machadinho do Oeste	8.923,2090	2
114	RESEX Aquariquara	Machadinho do Oeste	18.100,0000	46
115	RESEX Castanheira	Machadinho do Oeste	10.200,0000	16
116	RESEX Freijó	Machadinho do Oeste	600,3607	1
117	RESEX Garrote	Machadinho do Oeste	802,5166	2
118	RESEX Itaúba	Machadinho do Oeste	1.758,0759	4
119	RESEX Jatobá	Machadinho do Oeste	1.135,1793	1

Nº	Projeto	Município	Área (hectares)	Família
120	RESEX Maracatiara	Machadinho do Oeste	9.503,1284	37
121	RESEX Massaranduba	Machadinho do Oeste	5.566,2166	5
122	RESEX Mogno	Machadinho do Oeste	2.450,1162	3
123	RESEX Piquiá	Machadinho do Oeste	1.448,9203	5
124	RESEX Rio Preto Jacundá	Machadinho do Oeste	93.500,0000	46
125	RESEX Roxinho	Machadinho do Oeste	882,2142	3
126	RESEX Sucupira	Machadinho do Oeste	3.188,0291	2
127	PA Asa do Avião	Machadinho do Oeste	2.532,2606	90
128	PA Machadinho	Machadinho do Oeste	213.911,1020	2.934
129	PA Pedra Redonda	Machadinho do Oeste	12.224,4218	335
130	PA Padre Ezequiel	Mirante da Serra	6.020,8357	200
131	PA Zenon	Monte Negro	11.749,7739	123
132	PA Zeferino	Nova Brasilândia do Oeste	7.542,3785	344
133	PA Paulo Freire II	Nova Brasilândia do Oeste	260,1422	13
134	PA Bela Vista	Nova Brasilândia do Oeste	1.749,0987	40
135	PA Oziel dos Carajás	Nova Brasilândia do Oeste	1.795,1690	41
136	PA Paulo Freire	Nova Brasilândia do Oeste	1.881,6560	62
137	PA Rio Muqui	Nova Brasilândia do Oeste	1.087,3489	72
138	PA Nelson Alves	Nova Brasilândia do Oeste	936,6673	46
139	PA Esmosina Pinho	Nova Mamoré	11.521,2445	205
140	PA Floriano Magno	Nova Mamoré	16.463,2973	257
141	PA Francisco João	Nova Mamoré	13.550,6100	181
142	PA Igarapé Azul	Nova Mamoré	10.616,0000	200
143	PA Ivo Inácio	Nova Mamoré	12.655,3752	153
144	PA Marechal Rondon	Nova Mamoré	11.474,0000	200
145	PA Pau Brasil	Nova Mamoré	14.825,0000	221
146	PA Ribeirão	Nova Mamoré	12.900,0000	250
147	PA Rosana Lecy	Nova Mamoré	3.005,0000	100
148	PIC Sidney Girão	Nova Mamoré	69.749,5627	686
149	PA Igarapé das Araras	Nova Mamoré	15.448,0000	232
150	PA Igarapé Taquara	Nova Mamoré	19.634,0000	278
151	PA Margarida Ales	Nova União	11.892,1937	258
152	PA Palmares	Nova União	9.796,3833	318
153	PA Lacerda e Almeida I	Novo Horizonte do Oeste	409,9695	13
154	PA Lacerda e Almeida II	Novo Horizonte do Oeste	123,4171	13
155	PA Zumbi	Ouro Preto do Oeste	1.972,8973	80
156	PIC Ouro Preto	Ouro Preto do Oeste	512.585,5760	5.164
157	PA Boa Esperança	Parecis	499,8405	15
158	PA Ceará	Parecis	4.050,7635	143
159	PA Rio São Pedro	Parecis	1.991,4456	43
160	PA União I	Parecis	1.975,8403	69
161	PA Caladinho	Pimenta Bueno	829,1182	17
162	PA Canaã	Pimenta Bueno	3.074,8421	83
163	PA Eli Moreira	Pimenta Bueno	2.599,3149	114
164	PA Pirajuí	Pimenta Bueno	1.478,4739	42

Nº	Projeto	Município	Área (hectares)	Família
165	PA Ribeirão Grande	Pimenta Bueno	7.379,6209	172
166	PCA Formiguinha	Pimenta Bueno	300,0000	71
167	PA Marcos Freire	Pimenta Bueno	10.688,7709	352
168	Flona Jacundá	Porto Velho	220.644,5225	5
169	PA Joana D'Arc I	Porto Velho	21.837,9795	312,0
170	PA Joana D'Arc II	Porto Velho	14.733,4040	221
171	PA Joana D'Arc III	Porto Velho	24.143,5197	537
172	PA Nilson Campos	Porto Velho	12.520,2366	217
173	PA Pau D'Arco	Porto Velho	17.751,0000	239
174	PA Rio Madeira	Porto Velho	8.265,4990	157
175	PA São Francisco	Porto Velho	7.868,4144	142
176	PA União da Vitória	Porto Velho	6.399,7419	100
177	PDS Nazaré e Boa Vitória	Porto Velho	3.739,3107	95
178	PDS Porto Seguro	Porto Velho	1.987,0000	60
179	RESEX Lago do Cuniã	Porto Velho	55.800,0000	109
180	RESEX Rio Jacy Paraná	Porto Velho	205.000,0000	42
181	PA Aliança	Porto Velho	22.109,8752	428
182	PA Chico Medes	Presidente Médici	2.167,3587	72
183	PA Chico Medes II	Presidente Médici	1.995,1952	70
184	PA Chico Medes III	Presidente Médici	2.978,1158	101
185	PA Manoel Souza Cardoso	Primavera de Rondônia	993,7636	25
186	PA Primavera de Rondônia	Primavera de Rondônia	424,4809	29
187	PA Maria Mendes	Rio Crespo	1.714,7833	41
188	PA Lamarquinha	Rio Crespo	491,2409	12
189	PA Dois de Julho	Cujubim	3.552,3448	145
190	PA Vila Batista	Rio Crespo	496,8403	11
191	PA São Felipe	São Felipe do Oeste	21.100,1025	463
192	PA Cautarinho	São Francisco do Guaporé	16.346,8395	222
193	PA Gogó da Onça	São Francisco do Guaporé	23.944,3285	407
194	PA Sagrada Família	São Francisco do Guaporé	5.063,5610	107
195	PA São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé	4.315,7576	219
196	PA Porto Murtinho	São Francisco do Guaporé	1.711,9368	100
197	PA Bom Princípio	Seringueiras	85.754,7035	1.354
198	PA Bom Princípio II	Seringueiras	2.732,1156	193
199	PA Antonio Conselheiro	Theobroma	970,4507	22
200	PA Lagoa Nova	Theobroma	2.792,9392	108
201	PA Lamarca	Theobroma	999,6217	33
202	PA Primavera	Theobroma	6.023,7263	275
203	PA Rio Branco	Theobroma	4.725,3193	191
204	PA Santa Catarina	Theobroma	2.549,4386	94
205	PA Santa Catarina Expansão	Theobroma	702,4958	28
206	PA Vale Encantado	Theobroma	2.985,6584	100
207	PA Martim Pescador	Urupá	20.536,3558	713
208	PA Urupá	Urupá	60.960,5115	1.270
209	PA Tancredo Neves	Urupá	29.584,1920	1.219

Nº	Projeto	Município	Área (hectares)	Família
210	PA José Carlos	Vale de Anari	1.597,0372	52
211	PA Palma Arruda	Vale do Anari	20.548,3379	425
212	PA Antonio Pereira Nery	Vale do Paraíso	2.184,0975	69
213	PA Tarumã	Vale do Paraíso	3.150,9439	94
214	PA Águas Claras	Vilhena	1.199,9867	72
215	PA Nova Conquista	Vilhena	20.958,2637	432
<b>Total</b>			<b>10.193.866,9848</b>	<b>78.183</b>

Fonte: Divisão de Desenvolvimento.